



Documento 1/113

---

012.3.52.O Sessão Ordinária - CD 02/03/2005-16:10

Publ.: DCD - 03/03/2005 - 3875 DRA. CLAIR-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

#### Sumário

Balanço da atuação parlamentar da oradora nos dois anos de exercício do mandato parlamentar. Urgência na criação de CPMI das dívidas externa e interna. Manifestação de entidades pela alteração da política econômica brasileira. Posicionamento da oradora sobre pontos polêmicos do projeto de lei de biossegurança. Encaminhamento à Casa da proposta de reforma sindical pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini. Benefícios advindos da elevação do salário mínimo para 300 reais. Luta do orador pela reestruturação do setor ferroviário brasileiro. Inconveniência de extinção da Rede Ferroviária Federal S/A. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ajuizamento junto ao Supremo Tribunal Federal de ação direta de inconstitucionalidade dos leilões de áreas petrolíferas. Conveniência de rejeição da proposta de reajuste nos subsídios dos Parlamentares.

---

A SRA. DRA. CLAIR (PT-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população brasileira, neste pronunciamento queremos prestar contas dos 2 primeiros anos do nosso mandato e divulgar nossas opiniões sobre diversos temas relevantes da sociedade brasileira.



Ao longo desses 2 anos representando o Paraná na Câmara dos Deputados, tenho buscado manter uma linha de defesa das causas nacionais, do direito dos trabalhadores e da melhoria de condições de vida dos cidadãos brasileiros, mantendo-me sempre fiel à trajetória profissional e política que me consagrou a primeira mulher eleita Deputada Federal no meu Estado.

Tenho dedicado, durante meu mandato, especial atenção à discussão da dívida pública e aos problemas que ela acarreta para o desenvolvimento do País. Criamos uma frente parlamentar que reúne Deputados e representantes de vários segmentos da sociedade civil a fim de debater e sugerir alternativas para o enfrentamento desse grave problema que coloca o Brasil numa situação de grande vulnerabilidade econômica. Os números do Orçamento de 2005 refletem essa situação.

A previsão orçamentária para o próximo ano é de 1 trilhão e 616 bilhões, sendo que 935,3 milhões referem-se ao refinanciamento da dívida pública, sobrando apenas 457 milhões para receitas correntes. Deste valor, 141 milhões vão para o pagamento dos juros e amortização da dívida pública interna e outros 37 milhões serão destinados ao pagamento dos juros da dívida externa, sobrando apenas 11 bilhões para investimentos.

Ontem o Governo anunciou o contingenciamento de 15 bilhões do Orçamento deste ano para o cumprimento da meta do superávit primário de 4,25% do PIB, retirando recursos dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades.

A nosso ver, Sras. e Srs. Deputados, essa medida vai comprometer o andamento de importantes projetos para o combate à violência no campo e o assentamento de famílias previsto pelo Ministério da Reforma Agrária.

Vários debates foram realizados ao longo do ano pela Frente Parlamentar de Acompanhamento da Dívida Pública, do Sistema Financeiro e da Política dos Juros, atraindo a atenção de inúmeros entidades para essa questão crucial. No ano passado, realizamos o seminário internacional Ilegitimidade da dívida: um caso de auditoria.



Na ocasião, a OAB anunciou que ingressara com uma argüição de descumprimento do dispositivo constitucional que visa à constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para auditar a dívida externa, em cumprimento ao art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O Congresso apresentou informações ao Supremo Tribunal Federal, e o Ministro Carlos Ayres Britto é o Relator do processo.

Portanto, a qualquer momento podemos ser surpreendidos com determinação judicial para assegurar a criação de comissão destinada a promover o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do nosso endividamento externo.

Assim, para resguardarmos nossa autonomia e diante da situação emergencial, tomamos a iniciativa de recolher assinaturas entre os membros desta Casa para apresentar requerimento à Presidência da Câmara sobre a criação dessa CPMI.

Nesse requerimento incluímos também a auditoria da dívida interna, já que ambas se entrelaçam e produzem impactos sobre o desenvolvimento econômico e social do País, configurando-se um dos principais entraves para o crescimento, pois o pagamento dos juros delas decorrentes, por meio de superávit primário, impede que o País invista em setores como saúde, educação e infra-estrutura.

Hoje toda a política econômica do País está voltada para o pagamento dos juros da dívida pública.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Deputada Dra. Clair, pelo que entendi em seu oportuno pronunciamento, estaríamos diante de uma alternativa à decisão do Supremo Tribunal Federal que compeliria esta Casa a instalar uma comissão destinada a apurar a dívida externa. Por outro lado, na expectativa desta decisão, V.Exa. se anteciparia para reunir o número indispensável de assinaturas, a fim de constituir formalmente a Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, pelo que sei, V.Exa., mesmo na expectativa de acolhimento da postulação encaminhada ao Pretório Excelso, reuniria número indispensável para formalização da Comissão Parlamentar de Inquérito. Pelo menos é esse o entendimento que consegui extrair do pronunciamento de V.Exa., o que demonstra sua preocupação com os juros direcionados para o pagamento da dívida externa.



A SRA. DRA. CLAIR - É exatamente a nossa posição. Tomamos essa iniciativa até para resguardar a autonomia e independência do Poder Legislativo, porque poderemos ser surpreendidos a qualquer momento por determinação judicial nesse sentido.

Esperamos que os Deputados aponham sua assinatura para que possamos apresentar à Presidência da Câmara dos Deputados requerimento de constituição da CPMI para auditar a dívida externa, em cumprimento ao art. 26 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais.

Agradeço a V.Exa. o aparte.

Continuando, Sr. Presidente, em 2004, o Brasil alcançou superávit primário de 81 bilhões, o que correspondeu a 4,6% do PIB. Isso significa dizer que pagamos 81 bilhões dos juros da dívida pública. Esse resultado foi suficiente para pagar apenas 63% dos juros da dívida pública, que foram de 128,3 bilhões de reais. Isso significa que, para pagar apenas os juros da dívida, o superávit deveria ter sido 7,3% do PIB. Com isso, o déficit nominal público, ou seja, o que restou a pagar dos juros da dívida em 2004, foi de 47,1 bilhões de reais, equivalentes a 2,7% do PIB.

O estoque da dívida líquida do setor público subiu de 913,1 bilhões de reais em dezembro de 2003 para 957 bilhões em dezembro de 2004. Nossa dívida externa total estimada para novembro de 2004 totalizou 204 bilhões de dólares, apresentando crescimento de 1,3 bilhão em relação a setembro, de acordo com o Banco Central.

Como se vê, Sras. e Srs. Deputados, estamos reféns de uma dívida que cresce a cada ano e não temos a perspectiva de pagá-la, já que todo o esforço fiscal que fazemos é insuficiente para pagar sequer os juros dessa mesma dívida.

Neste ano, vamos continuar lutando para que o Brasil tenha um crescimento sustentável. Mobilizaremos a sociedade civil, os sindicatos, as ONGs, as pessoas que tenham compromisso com o País e o povo brasileiro para participar de um grande movimento em defesa de um novo modelo econômico, com a redução do superávit primário, dos juros e da carga tributária, e que ponha no centro da discussão a questão da dívida pública.



Também salientamos que diversos setores da nossa sociedade nos têm procurado sobre a necessidade de mudanças na política econômica. Ainda esta semana, estivemos reunidos com a associação comercial do Estado do Paraná, que nos pediu que fôssemos porta-vozes dos comerciantes daquele Estado no Congresso e no Executivo. Eles questionam as decisões do COPOM, a elevação dos juros e pedem sua redução; exigem que o Banco Central divulgue intensamente os cálculos objetivos dos impactos da elevação dos juros na dívida pública e na economia e estão dispostos a mobilizar as demais entidades e a sociedade para reivindicar mudanças na política econômica.

O Sr. Mauro Benevides - Permite V.Exa., nobre Deputada, mais uma breve intervenção?

A SRA. DRA. CLAIR - Tem V.Exa. o aparte, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputada, da mesma forma que os empresários do Paraná, reunidos na associação que V.Exa. mencionou, recentemente também a Câmara dos Dirigentes Lojistas, numa manifestação pública, insurgiu-se contra a política de juros posta em prática pelo COPOM, que já atingiu um patamar verdadeiramente insuportável para aqueles que desejam promover investimentos, de que decorre o crescimento econômico do País. Portanto, há uma sintonia em todo o território nacional para que se sensibilize o Governo - o Presidente Lula, o Ministro Palocci e, enfim, as autoridades responsáveis pela política econômico-financeira -, para que consigamos que essa linha ascendente da Taxa SELIC tenha um termo, que termine no menor espaço de tempo possível, para que convivamos com outra realidade, com juros menos escorchantes, como são os agora mesmo fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

A SRA. DRA. CLAIR - Agradeço a V.Exa., nobre Deputado, novamente, o posicionamento. Estamos plenamente de acordo.

Queremos ainda, neste momento, expor a nossa posição em diversos outros aspectos relacionados à conjuntura econômica e também em relação aos projetos que tramitam nesta Casa.

Está em pauta hoje o projeto de biossegurança. Salientamos que a nossa posição é contrária à produção e comercialização dos organismos geneticamente



modificados no Brasil. Estamos em consonância com o Governo e com o povo do Paraná. A soja transgênica não tem mais maior produtividade do que a convencional. Prova disso é que, em 2004, os sojicultores gaúchos que plantaram soja transgênica na safra de 2003/2004 produziram apenas 1.400 quilos por hectare, enquanto que os produtores de soja convencional do Paraná tiveram produtividade de 2.550 quilos por hectare.

A soja transgênica também não é mais econômica. Estudos mundiais demonstram que ela utiliza em média 11% a mais de herbicidas do que a convencional. Além do custo adicional, o uso mais intenso de herbicidas provoca contaminação química no solo e no meio ambiente. Estudos também demonstram que grandes mercados mundiais, como a Europa e a Ásia, dão preferência à soja convencional. Também queremos salientar nossa posição a respeito das pesquisas com células-tronco. Somos favoráveis aos avanços científicos que elas podem trazer para nosso País.

Queremos ainda destacar que hoje o Ministro do Trabalho está em nossa Casa para trazer a reforma sindical. Essa reforma também teve especial destaque no nosso mandato, já que integramos a Comissão Especial de Reforma Sindical.

Hoje, aqui está o Ministro do Trabalho com o projeto de reforma, que em seus fundamentos tem por objetivo fortalecer o movimento sindical e ampliar a representatividade dos sindicatos.

Apesar da constituição do Fórum Nacional do Trabalho, dos debates ocorridos em diversos Estados, o projeto ainda merece uma grande discussão com os atores sociais, pois na base não há consenso sobre a proposta.

Há críticas em relação à acentuada intervenção do Estado na sua organização - já que a personalidade sindical será outorgada pelo Estado -, ao excesso de poderes das centrais sindicais, ao cerceamento do direito de greve e à estrutura da organização sindical.

Salientamos que a Câmara deve realizar audiências públicas não só aqui, mas em todos os Estados, para ouvir e recepcionar as diversas contribuições das entidades sindicais ao projeto de reforma sindical.



Travamos nesse último ano outras lutas importantes. Nós nos posicionamos contra a aprovação da Lei de Falência e alteração no Código Tributário Nacional, pois a lei, da forma como está, só beneficia os créditos financeiros, em prejuízo dos trabalhadores e da população.

Destacamos também a nossa batalha pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores brasileiros, por meio de proposições de vários projetos de lei, entre os quais o que altera os trâmites da Justiça do Trabalho, a fim de garantir maior agilidade nos projetos e o recebimento por parte dos trabalhadores dos direitos que lhes são devidos.

Quanto ao salário mínimo, ano passado, apresentamos uma emenda propondo um valor maior, sugerindo um aumento de seu valor para 280 reais, superior aos 260 reais definidos pelo Governo e que infelizmente foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Para este ano, já contamos com uma significativa vitória ao conquistarmos 1 salário mínimo de 300 reais, que vai vigorar a partir de maio. Essa decisão vai beneficiar mais de 100 milhões de brasileiros e toda a sociedade, já que, com mais dinheiro circulando no mercado, haverá uma dinamização da economia e, com isso, mais geração de empregos.

Destacamos ainda que neste ano estamos promovendo uma campanha nacional em defesa da reestruturação do setor ferroviário. No dia 29, haverá um grande seminário nesta Casa para discutir uma política nacional de transporte e a reestruturação do setor ferroviário.

Estamos solicitando com esse movimento que não seja editada a medida provisória que extinguiria a Rede Ferroviária Federal. A Rede Ferroviária Federal ainda guarda papel importante na reestruturação do setor ferroviário de nosso País.

Queríamos destacar também que o mês de março é um mês dedicado às mulheres. Saúdo todas as mulheres do Brasil, em especial as do Paraná. Nas últimas décadas, o Brasil ampliou muito os direitos da mulher, honrando compromissos assumidos em acordos internacionais, como a Plataforma de Beijing, que prevêem a eliminação da discriminação e da violência contra a mulher



e a promoção da igualdade de gênero. Nos 2 primeiros anos do Governo Lula, observamos um esforço substancial no sentido do resgate da dívida histórica da nossa sociedade para com as mulheres, mas ainda temos de vencer enormes desafios para chegarmos a ser uma sociedade verdadeiramente igualitária.

As mulheres ainda são minoria nos cargos de poder em todos os níveis de governo, em todos os Poderes. Na Câmara dos Deputados, dos 513 Deputados Federais, apenas 45 são mulheres, menos de 10% do total de representantes. E essa desproporção se repete em todas as esferas do poder, apesar de o Brasil ter adotado lei que reserva 30% das vagas de candidatos dos partidos para as mulheres. Precisamos, portanto, promover mais ações para garantir o acesso das mulheres ao poder.

A violência contra a mulher é outra questão que ainda precisa ser equacionada, de modo a garantir a integridade física e psicológica de mulheres vítimas de violência, bem como o devido acesso à Justiça e ao atendimento do Poder Público, levando-se em conta o respeito à dignidade humana.

A luta pelos nossos direitos e pela igualdade de homens e mulheres é uma luta contínua, para a qual precisamos estar cada vez mais organizadas e preparadas. Esperamos ter mais a comemorar a cada ano.

Sr. Presidente, quero fazer outro registro. Ano passado, enfrentamos uma grande luta em defesa do nosso petróleo. Em agosto de 2004, a Agência Nacional do Petróleo realizou a 6ª Rodada de Licitação das Bacias Petrolíferas e leiloou grandes áreas com potencial de produção. Envidamos todos os esforços, com o apoio do Governador Requião, da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS (AEPET), da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e de outras entidades, para evitar a consumação desse leilão e para questionar a chamada Lei do Petróleo, que fere a Constituição ao permitir a transferência da propriedade do petróleo brasileiro para as empresas vencedoras dessas licitações. Para cancelar o leilão, o Governador Requião, a pedido de várias entidades, impetrou ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Aguardamos a posição final do STF, na expectativa de que seja mantido o preceito constitucional que garante o monopólio da propriedade do petróleo à União.



Por fim, Sr. Presidente, informo a todas as Sras. e Srs. Deputados, bem como a toda a população brasileira, que somos contra o projeto de reajuste do salário dos Deputados, por entender que devermos buscar o equilíbrio salarial e a justa distribuição da renda neste País.

Obrigada.



---

Documento 2/113

---

014.3.52.O Sessão Extraordinária - CD 03/03/2005-11:58

Publ.: DCD - 04/03/2005 - 4204 VANDER LOUBET-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mundo inteiro conhece o texto da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução nº 217 da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Seus 2 primeiros artigos estabelecem que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Estabelecem ainda que toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Podemos concordar em que esse documento, à época, representou histórico avanço, mas não suficiente para que a humanidade pudesse erradicar de seu meio, em todo o planeta, o preconceito, a segregação e outras formas de exclusão.



No próximo 8 de março será comemorado o Dia Internacional da Mulher, celebração que a UNESCO instituiu a partir do sacrifício de 129 operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque, em 1857. Essas operárias morreram asfixiadas quando reivindicavam avanços na jornada de trabalho e equiparação salarial com os homens que cumpriam as mesmas funções.

Hoje, esse episódio é mais conhecido pela sociedade, tamanha a dimensão e o peso das manifestações mundiais que marcam o 8 de Março, com repercussão nas escolas, fábricas, casas, sindicatos, partidos políticos etc., sobretudo, contando com a grande visibilidade oferecida pelos meios de comunicação. Porém, esse avanço ainda é um componente localizado na consciência formal da sociedade, que não chegou à estrutura organizacional e cultural de suas relações, especialmente às de naturezas econômica e social.

A discriminação contra a mulher é bem mais explícita do que, por exemplo, o racismo, este mascarado pelo mito da democracia racial. E se a mulher, por seu gênero, já sofre a discriminação, quando é negra o grau de marginalização e preconceito se torna ainda mais incisivo, mais opressor. Por ser negra, por ser índia, por ser empregada doméstica ou mesmo por sua opção sexual, a mulher secularmente vem pagando altíssimo preço imposto por uma ordem machista - uma ordem conceitualmente cultural e econômica.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considero essencial realçar o avanço e o caminhar da sociedade na busca de novo contexto de relações sociais e humanas. Nota-se uma crescente mobilização em prol da liberdade e de direitos em todos os continentes, inclusive naqueles onde os dogmas religiosos privam as pessoas de seus direitos coletivos e individuais, do arbítrio de comportamentos e da escolha de seu destino.

E essa projeção libertária, historicamente, sempre contou com a intervenção da mulher. No Brasil, a mulher independente vem rompendo barreiras desde o período pré-republicano até os nossos dias, como nos exemplificam as sagas memoráveis de Anita Garibaldi, Ana Nery, Pagu, Leila Diniz, Olga Benário, Ivete Vargas e tantas outras personagens que, independentemente de condição social



ou ideológica, sempre tiveram a coragem de desatar amarras e defender caminhos para a igualdade, pela via do respeito e da afirmação das diferenças.

Por conta dessas contribuições, elas ensejaram ganhos institucionais que, mesmo sem a eficiência factual imediata, já deram ao País a deixa decisiva para que a convivência social possa ser exercida à luz do que nos aponta a Declaração dos Direitos Humanos. O Brasil dispõe de considerável acervo de mecanismos de guarda e garantias de cidadania.

Podemos citar alguns: a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências; a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso.

Importante, corajosa e pioneira também foi a intervenção da nossa colega de Parlamento e companheira de partido, Deputada Maninha, autora do projeto que originou a Lei 2.615, de 16 de outubro de 2000, que, no Distrito Federal, define sanções para as práticas de discriminação sexual.

Ao encerrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, destaco o papel da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem à frente a Ministra Nilcéa Freire, reconhecida combatente das grandes causas humanistas. A responsabilidade institucional do Governo está comprovada num momento emblemático para o País, quando os resultados da inclusão social não conseguem acompanhar com a mesma velocidade os resultados do crescimento econômico.

A concentração de renda e do controle dos meios de produção é ainda o grande fator de exclusão, é o núcleo da cultura preconceituosa e segregacionista que o neoliberalismo insiste em manter arraigada nas instituições e nos comportamentos. O ser humano e sua dignidade estarão plenamente restaurados a partir do momento em que a sociedade varrer os bolsões de miséria e de pobreza, por meio do desenvolvimento sustentado, da reforma agrária e de



crescimento econômico reconhecido por sua capacidade de promover a prosperidade coletiva.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 3/113

---

016.3.52.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2005-11:42

Publ.: DCD - 05/03/2005 - 4424 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Papel exercido pelas mulheres na sociedade brasileira. Exigência, pelo 1º Congresso Feminista realizado no Brasil sob a liderança de Bertha Lutz, da participação feminina na política, no mercado de trabalho e na área educacional. Apoio ao sistema de estabelecimento de cotas para acesso de afro-descendentes ao ensino superior. Medidas necessárias para reversão das desigualdades sociais brasileiras. Combate à discriminação contra a mulher na área política e no mercado de trabalho. Importância da criação, pelo Governo petista, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres por ocasião do evento. Combate à violência contra a classe feminina. Realização da Marcha Mundial de Mulheres. Anúncio de lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, em São Paulo, Estado de São Paulo. Eventos programados para o Dia Internacional da Mulher, sob a coordenação da bancada feminina no Congresso Nacional. Anúncio de lançamento, pelo Presidente da República, do PRONAF Mulher no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte. Programação promovida pela Governadora Wilma Maria de Faria para o Dia Internacional da Mulher.

---



A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que venho a esta tribuna no horário destinado ao Grande Expediente para saudar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, a ser celebrado na próxima terça-feira, dia 8 de março.

Sr. Presidente, solidarizo-me com todas as mulheres, as das grandes metrópoles e as dos recantos mais ermos do País, que, independentemente de classe, credo ou ideologia, atuam para construir uma sociedade humana e solidária, baseada na igualdade e no respeito entre os sexos. No Brasil, as mulheres vêm escrevendo belas páginas da nossa história de resistência e luta na busca de igualdade de direitos. As mulheres brasileiras foram responsáveis por grandes mudanças que aconteceram no Brasil ao longo do último século, alterando a forma de pensar o lar, a escola, o trabalho e a política.

O século XX foi marcado pelas mudanças do lugar e do papel das mulheres na sociedade. Hobsbawm, bem como outros pensadores e intelectuais são unânimes em afirmar que essa foi a maior revolução desse século. Hoje é impensável alguém negar a participação da mulher na defesa da democracia.

A comparação entre o século passado e o início deste século XXI ilustra a dimensão da caminhada das mulheres na sociedade brasileira. Nos primeiros anos do século XX, encontrava-se em vigor a sociedade patriarcal, na qual a mulher era subordinada ao chefe de família. O Código Civil de 1916 deu expressão legal a essa subordinação ao igualar o estatuto da mulher casada ao dos menores, indígenas e alienados, tornando-a civilmente incapaz. Sem acesso à educação, ao mercado de trabalho e ao voto, a mulher tinha como função os afazeres do lar, sob o olhar vigilante do pai e, ao casar, do marido.

Em 1922, o 1º Congresso Feminista realizado no Brasil e liderado pela grande lutadora Bertha Lutz definiu 3 eixos de reivindicação: educação, trabalho e voto. O direito ao voto seria conquistado nos anos 30, no contexto das mudanças operadas com a vitória da Aliança Liberal. Nos últimos 30 anos, as mulheres brasileiras passaram a ocupar de forma crescente espaços na esfera pública, atuando em partidos e sindicatos, de modo a não mais poderem ser ignoradas.



Contudo, ainda hoje, a representação política das mulheres, sua presença e atuação no espaço público se dão em condições de desigualdade de gênero.

A segunda reivindicação daquele congresso seria concretizada a partir dos anos 70, com o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, o mercado de trabalho vem se revelando um espaço marcado também por persistentes desigualdades de gênero em relação ao acesso aos postos de trabalho, assimetrias salariais e condições de trabalho.

A terceira reivindicação do Congresso de 1922 foi o acesso à educação formal. E essa é a área de melhor desempenho das mulheres. Atualmente, em nosso País, tomando-se o conjunto dos professores de todos os níveis de ensino, temos que, de cada 100 professores, 83 são mulheres. Portanto, hoje no Brasil a educação é uma profissão eminentemente feminina.

Entretanto as mulheres que concluem o nível superior são majoritariamente brancas. As mulheres negras ainda têm pouco acesso à universidade. Daí a justiça e a necessidade de ações afirmativas para minorar esse quadro, como a política das cotas para afro-descendentes, que o Governo Federal lança neste momento. Contudo, mesmo para as mulheres brancas, essa qualificação vem-se mostrando incapaz de por si só resolver as assimetrias salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

No Brasil, o movimento das mulheres surgiu no contexto das lutas sociais que se iniciaram no final dos anos 70. A emergência de um vigoroso movimento social, a experiência das mulheres militantes políticas que retornavam do exílio e a onda organizativa que marcaram aquele período foram decisivos na deflagração de aguerrido movimento feminista. Naquele momento, o debate político, no âmbito do movimento de mulheres, era tensionado pela divergência entre propostas de autonomia do movimento e de subordinação das questões de gênero à dinâmica da luta de classes.

Hoje, passados 30 anos, o movimento das mulheres institucionalizou-se. No decorrer das últimas décadas, as mulheres ganharam espaço na academia onde os estudos de gênero já se constituem um campo específico de saber; entraram para o mercado de trabalho e, mais importante, passaram a disputar o acesso ao



espaço público, ganhando visibilidade, via atuação política, em partidos, sindicatos e demais instâncias de representação.

Portanto, neste 8 de março de 2005 podemos comemorar a longa distância que nos separa de nossas antepassadas. Contudo, em termos concretos, elementos da cultura patriarcal que ainda pontuam o nosso tecido social resistem às mudanças. As desigualdades no mercado de trabalho e na participação política demonstram que, se avançamos em relação ao congresso organizado, à época, por Bertha Lutz, temos muito a caminhar até alcançarmos a igualdade de gênero. Principalmente porque este novo milênio vem apresentando novos desafios para a construção da equidade de gênero: o processo de globalização trouxe consigo a tendência a aprofundar as desigualdades sociais.

As mulheres representam 51,2% da população brasileira, cerca de 89 milhões, e constituem 42,7% da população economicamente ativa - 43,7% delas vivem em área urbana e 37,8% no meio rural. Entre as mulheres que trabalham, 42% estão no mercado formal e 57% no mercado informal, portanto, ao desabrigo da legislação do trabalho (PNAD/IBGE 2003). As atividades das mulheres rurais, embora tenham caráter produtivo e gerem renda, são ainda classificadas como "trabalho doméstico", em analogia com as atividades realizadas no espaço do lar.

A inserção no mercado formal funciona no Brasil como porta de entrada para a cidadania. O acesso ao mercado de trabalho foi fundamental para que as mulheres questionassem a assimetria constitutiva das relações de gênero vigentes na sociedade. Portanto, a cidadania das mulheres e, no limite, a democracia estão ligadas ao acesso ao trabalho formal, condição para o exercício de direitos na sociedade.

Profundas desigualdades marcam as relações de trabalho no que diz respeito às questões de gênero. Nas últimas décadas, as mulheres entraram maciçamente no mercado de trabalho, impulsionadas pela busca de realização profissional, ou pela necessidade de contribuir para as despesas familiares. Cerca de 30% das mulheres já são responsáveis pela manutenção das famílias. Às mulheres são reservados os setores menos valorizados do mercado e as atividades em regressão. Elas recebem salários menores por tarefas iguais e têm dificuldade de



chegar aos postos de comando. Sua presença é marcante no mercado informal, praticam extensas jornadas de trabalho e ocupam os postos mais precarizados em termos do amparo legal. Os rendimentos médios nacionais femininos estão entre 60% a 70% do masculino por igual tarefa, diferença que curiosamente aumenta com a qualificação.

Embora as mulheres apresentem níveis mais elevados de escolaridade, tal requisito não lhes tem assegurado formas mais favoráveis de inserção no mercado de trabalho, nem alterado a discrepância salarial. Em 2003, só para termos idéia, a média de anos de estudo para o total das mulheres era de 6,6 anos, enquanto a dos homens ficava em 6,3. Na população urbana, a diferença aumentou: 8,4 anos de estudo para as mulheres e 7,4 para os homens (PNAD/IBGE 2003). Embora a escolaridade seja, cada vez mais, um atributo facilitador na competição por um posto de trabalho, no caso das mulheres tal fator não tem sido suficiente para alterar a situação de desvantagem. A disparidade de rendimentos é o argumento mais evidente da persistência da discriminação no mercado de trabalho.

No Brasil, Sr. Presidente, a extrema desigualdade na distribuição de renda é o pano de fundo da situação de pobreza e exclusão social de grande parte da população, o que torna muito importante o impacto do trabalho feminino nas condições de vida da população. Entres os afro-descendentes, 69% vivem em situação de pobreza, situando-se na base da pirâmide social. Nesse contingente, as mulheres negras vivem ainda em condições mais precárias. Assim, o acesso ao emprego, à remuneração, à formação, à ascensão profissional e a políticas de combate ao desemprego são fundamentais para a reversão da desigualdade social em nosso País.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O Sr. Gonzaga Patriota - Nobre Deputada Fátima Bezerra, desculpe-me por ousar interromper tão importante raciocínio, neste momento em que V.Exa. traz a esta Casa homenagem às mulheres pela passagem do seu dia. Estava ouvindo o pronunciamento de V.Exa. em meu gabinete hoje, numa sexta-feira, dia em que temos de viajar, mas resolvi vir até aqui para parabenizá-la, já que não tive



oportunidade de fazer essa saudação em nome do meu partido, em razão de outros problemas. As mulheres têm conseguido grandes avanços principalmente neste País. Na Constituinte de 1988, contamos com grande participação das mulheres e espaços foram abertos para elas ocuparem lugares em todos os setores. Neste Parlamento, que é o pulmão da democracia brasileira, há mulheres como V.Exa., que representa não apenas o povo do Rio Grande do Norte, mas o povo brasileiro. E, entre esse povo, as mulheres vão ocupar esses lugares. Cheguei agora de uma aula de ética, e pudemos ver com muita tristeza que há discriminação contra a mulher, principalmente a mulher negra. Aliás, nem sei se podemos falar em mulher negra, ou negra brasileira, ou raça brasileira. Não se pode falar em raça brasileira porque todos somos da mesma raça. Está aí o Deputado Gonzaga Mota, branco, galego, lá do Ceará, que também é da nossa raça. Portanto, somos iguais. Parabéns, Deputada Fátima Bezerra! Viva a mulher brasileira!

A SRA. FÁTIMA BEZERRA - Agradeço ao Deputado Gonzaga Patriota o aparte, que expressa sua solidariedade ao nosso pronunciamento.

Continuando, a socióloga feminista Helena Hirata considera a alteração da divisão do trabalho no espaço familiar o ponto de partida para a mudança das relações de gênero em nossa sociedade. As mulheres inseridas no mercado de trabalho são também responsáveis pelas tarefas domésticas, o que constitui uma segunda intensa jornada de trabalho. É sobre elas que recaem as conseqüências da precariedade dos serviços públicos, como educação e saúde, bem como a carência de instrumentos de proteção à maternidade e à infância. Além disso, as mulheres são alvo de 2 tipos de violência: a que acontece no interior do espaço privado da vida familiar e também da que se expressa no espaço político-institucional, através das dificuldades da sua inserção na esfera pública.

As relações de gênero como representações socialmente construídas sobre o masculino e o feminino influem na distribuição de homens e mulheres entre os espaços público e privado e se expressam na hierarquização de lugares no interior desses espaços. A relação entre mulher e política é fundamental para se refletir sobre as mudanças no estatuto da mulher na sociedade contemporânea. É na



esfera da política que se pode investigar as transformações ocorridas com as mulheres e avaliar a mudança de seu papel na sociedade.

Sr. Presidente, mesmo considerando os avanços obtidos nos últimos anos, ainda persiste claramente uma grande desigualdade na participação das mulheres. Quais as razões da baixa presença, por exemplo, das mulheres na política? Esta Casa é um exemplo: entre os 513 Parlamentares, não há 50 mulheres. Há, portanto, desproporcionalidade muito grande entre o próprio percentual do eleitorado feminino e a nossa presença nas instâncias dos Poderes, inclusive no Legislativo, sem que isso, modestamente, tire o brilhantismo, a firmeza e a sabedoria com que a bancada feminina tem marcado aqui sua presença. As alterações dos papéis sexuais vêm ocorrendo de forma muito lenta. A administração do lar e a criação e educação dos filhos ainda permanecem como tarefa das mulheres. Esse é um fator decisivo na baixa presença de mulheres nos sindicatos e nos partidos políticos, dificultando a formulação de legislações menos discriminadoras e mais favoráveis às mulheres.

O avanço das mulheres na educação, no mercado de trabalho e na política aponta para uma grande contradição: o caráter público de sua inserção no mundo e a não-correspondência dessa presença em termos de poder. Mesmo que se leve em conta a entrada de mulheres nos Parlamentos e no Executivo, ainda é muito frágil a correlação entre o percentual de eleitorado feminino e sua representação no plano político. Sabemos que a participação das mulheres é essencial para a democratização do Estado e da sociedade. Certamente, a pouca presença feminina ainda tem se constituído em fator decisivo, que dificulta a formulação de legislações menos discriminadoras e mais favoráveis a nós, mulheres.

No plano associativo, embora as taxas de sindicalização de homens e mulheres sejam próximas, quase não se encontra mulheres em posição de poder nos sindicatos, que permanecem ainda como um espaço masculino. As mulheres têm dificuldade de acesso aos cargos de direção e, mesmo quando conseguem ocupá-los, são deslocadas para funções consideradas mais "femininas", como a secretaria. A dificuldade de acesso aos cargos que lidam diretamente com o público externo e com os recursos financeiros vai se refletir na carência de



formação de quadros e lideranças femininas e, por conseqüência, na baixa participação de mulheres nas diretorias sindicais.

Ninguém hoje ousaria proclamar a inferioridade das mulheres. Contudo, observa-se tentativas de mostrar às mulheres o seu lugar. Isso ocorre de modo distinto do que ocorria com as nossas antepassadas, que eram forçadas a uma submissão e passividade intoleráveis, sendo enclausuradas quando se negavam a desempenhar apenas os papéis de mãe e esposa e escondendo-se atrás de pseudônimos quando tinham talento para a literatura. Portanto, seja no esforço desenvolvido pelas mulheres para se defender da ditadura de uma estética perversa que se tem mostrado uma fonte de tormento para sua saúde, seja na crítica à perversão que é a publicização do corpo feminino como um instrumento erótico-publicitário, a luta das mulheres está presente e ativa.

Sr. Presidente, contra a desigualdade há apenas uma saída: continuar a luta pela igualdade. Quais os principais objetivos dessa caminhada rumo à igualdade social? Do nosso ponto de vista, o fim das assimetrias no interior do mercado de trabalho, o que pode ser resumido em uma fórmula simples: salário igual por trabalho igual. No plano familiar, a independência econômica retira a mulher da posição de subalternidade e pode interferir positivamente na divisão das tarefas domésticas e de educação dos filhos.

Do ponto de vista do poder, queremos que homens e mulheres tenham os mesmos direitos de optar pelo exercício político, seja nos partidos, seja como militantes em suas entidades de representação. Isso significa que as disputas eleitorais devem ocorrer em um quadro de iguais oportunidades, em que homens e mulheres sejam escolhidos por suas aptidões e convicções políticas e não por sua condição sexual. Para que isso aconteça, faz-se necessária a reforma política. Todas sabemos que, além de todos os obstáculos de ordem pública e privada que dificultam o ingresso de nós, mulheres, na política, a dificuldade de financiamento das campanhas se coloca como um impedimento às nossas justas aspirações.

Embora a adoção da Lei nº 9.100, de 1995, a Lei de Cotas, tenha assegurado a obrigatoriedade de uma cota mínima de 30% para as mulheres candidatas aos cargos legislativos, sendo considerada uma das principais conquistas das



mulheres, sabemos que outros obstáculos limitam seu acesso ao Executivo e ao Legislativo. A reforma política é urgente. Esperamos que este ano essa discussão prospere e o Congresso Nacional possa realmente dotar o País de uma reforma política na direção do financiamento público e da fidelidade partidária. Desejamos que a condição das mulheres seja vista com bastante cuidado nessa nova legislação política que estamos discutindo e esperamos que este Congresso possa este ano efetivamente escrevê-la.

A perspectiva de uma reforma política que adote o financiamento público de campanhas parece ser um caminho seguro na construção de igualdade de condições na disputa eleitoral. Essas ações afirmativas, como as cotas, buscam promover a emancipação, autonomia e igualdade de condições de um determinado grupo social em desvantagem, com o objetivo de abrir espaços e criar condições de igualdade até que as situações de injustiça sejam revertidas.

Ouçó, com prazer, o aparte do nobre Deputado Costa Ferreira.

O Sr. Costa Ferreira - Nobre Deputada Fátima Bezerra, parabenizamos V.Exa. pelo brilhante pronunciamento acerca do papel da mulher na sociedade, tanto na esfera nacional quanto internacional. Nossas congratulações a V.Exa. por esta homenagem à mulher, haja vista que ela exerce um papel fundamental na família e na sociedade como educadora e mãe. Estamos felizes por este discurso de V.Exa. em favor da mulher, amiga de todas as horas, orientadora, pedagoga e que tem sido uma bênção para a humanidade. Cumprimos V.Exa. pela análise acurada que faz sobre o papel da mulher, além de homenageá-la. Somos verdadeiros admiradores das mulheres, especialmente as deste Parlamento.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA - Deputado Costa Ferreira, incorporo com muito prazer o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Insistimos que a construção da democracia passa inevitavelmente pelo fim da desigualdade entre os sexos. Há uma estreita ligação entre a ascensão das mulheres e a construção de sociedades democráticas. Foi a democracia que permitiu por em causa a inclusão das mulheres e possibilitou-lhe a entrada no espaço público. A separação entre o público e o privado é o ponto de partida da construção da cidadania.



Este é o grande desafio que se coloca para as mulheres: apostar no crescimento de sua presença e atuação na esfera pública, de modo a transformar conquistas e direitos individuais e sociais em direitos de cidadania, consolidando os resultados e avanços das pequenas lutas travadas no decorrer de 20 séculos de história em elementos para a construção da igualdade social desejada.

Sr. Presidente, vivemos hoje sob um governo centrado no combate às desigualdades sociais, sendo oportuno falar sobre as iniciativas do Governo Lula com vistas à superação das desigualdades de gênero. A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ambas com status de Ministério, foi uma importante iniciativa deste Governo. Pela primeira vez em nossa história, temos espaços institucionais, com repercussão direta nos outros entes federados, voltados para formular políticas públicas que assegurem o combate a todas as formas de discriminação e alterem as condições de vida das mulheres.

O ineditismo e a importância dessas Secretarias respondem a demandas históricas e mostram o avanço das mulheres na construção da democracia em nosso País. Elas atuam na perspectiva feminista de promover a cidadania, considerando os movimentos de mulheres como sujeitos políticos com autoridade para interlocução com o Estado.

Lembro que, em julho de 2004, convocada pelo Presidente Lula, realizou-se a 1ª Conferência de Políticas para as Mulheres, que reuniu 1.787 delegadas de todo o País. A Conferência Nacional foi precedida de conferências municipais, estaduais e regionais, em um processo de organização que envolveu todos os entes federados e mobilizou 120 mil mulheres na discussão de temas como combate a violências sexual e doméstica, acesso aos direitos reprodutivos sexuais e saúde integral, direito à sexualidade e livre orientação sexual, definição de políticas de ampliação da autonomia pessoal, auto-sustentação e mecanismos de presença de participação das mulheres nos espaços de poder.

A 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres resultou num Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que definiu 4 eixos de ação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista;



saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento da violência contra as mulheres. Ao transformar as demandas das mulheres em política nacional, o Governo abriu espaço público para a interlocução entre o Estado e a sociedade sobre as diretrizes que todas as políticas para mulheres devem seguir, tornando essas políticas menos vulneráveis às administrações governamentais.

A violência contra as mulheres é um dos maiores dramas vividos em nossa sociedade. Ela tem diferentes formas de expressão, variando do assédio moral e da violência psicológica até as manifestações extremas da agressão física e sexual. O enfrentamento dessa questão vem se constituindo num grande desafio para os Poderes Públicos. A violência contra a mulher é um dos principais indicadores da discriminação de gênero e um grave problema de saúde pública. Isso justifica a adoção de políticas de caráter universal, acessíveis a todas as mulheres, que englobem as diferentes modalidades pelas quais a violência se expressa. Nessa perspectiva, deve ser também considerado o tráfico nacional e internacional de mulheres e meninas.

A violência contra a mulher é um fenômeno transversal que atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, raças e níveis de escolaridade. Há uma relação direta entre o grau de independência econômica da mulher e sua capacidade de se submeter à violência. Estatísticas da Delegacia da Mulher de Natal, no Rio Grande do Norte, realizadas com base nos Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia da Mulher, revelam que cerca de 60% dos casos de violência denunciados vitimaram mulheres que não auferiam rendimentos, sendo consideradas "do lar". Em termos nacionais, a violência aparece em primeiro lugar para as mulheres quando perguntadas do que mais têm medo.

Portanto, as comemorações do 8 de março não podem deixar de ser um grito contra a violência, que tem humilhado, magoado e assassinado mulheres em todo o País. Apenas este ano já podemos apresentar um triste e inaceitável quadro de mulheres que perderam a vida, seja vitimadas pela violência política, seja nas mãos de seus algozes no interior de seu lares.



Queremos justiça, para que os assassinatos das mulheres sejam apurados e os assassinos rigorosamente punidos. Irmã Dorothy, assassinada no Estado do Pará, foi vítima dos latifundiários e da luta histórica pela reforma agrária naquela região. No Estado do Rio Grande do Norte, com revolta e tristeza, faço o registro de que, apenas nos meses de janeiro e fevereiro, foram assassinadas: Maria de Fátima, Marta Gabriela, Andreлина dos Prazeres, Kadja Milena, Marineide Soares e Evilma Lima. Temos que ter a garantia dos Poderes Públicos de que esses crimes não ficarão impunes. E, mais do que isso, temos de lutar para que sejam formuladas políticas públicas que protejam as mulheres vítimas de violência.

Solidarizando-nos com a luta das mulheres de todo o mundo, queremos reafirmar nosso apoio às seguintes demandas: 1) políticas de prevenção e combate à violência, com assistência às mulheres vitimadas; 2) reforma agrária livre dos desmandos dos latifúndios, sem privilégios para o agronegócio e com implementação do PRONAF Mulher e do Programa de Documentação para as mulheres rurais; 3) trabalho digno, para todas e todos, com redução da jornada, sem redução do salário; 4) aposentadoria para as donas de casa.

Neste dia 8 de março, entre tantas manifestações que acontecerão em todo País, teremos a Marcha Mundial de Mulheres, articulação feminista transnacional, que lançará em São Paulo a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. O evento contará com a presença de mulheres de todos os recantos do País, inclusive do meu Estado, o Rio Grande do Norte, que será representado por uma delegação bastante representativa, e de convidadas internacionais. Em uma grande mobilização transnacional, a Carta Mundial das Mulheres deverá partir do Brasil e cumprir um roteiro passando por 50 países de todos os continentes, encerrando sua trajetória no dia 17 de outubro, em Burkina Faso, na África. Essa iniciativa objetiva mostrar ao mundo a organização já alcançada pelas mulheres e suas propostas relativas à construção de um mundo em que predominem igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz.

A luta pela emancipação das mulheres se desenvolve de maneira permanente e cotidiana e cada um de nós, homens e mulheres sintonizados com o nosso tempo, temos o direito e o dever de assumir a luta pelas pequenas conquistas.



Conquistas muitas vezes quase imperceptíveis, mas que vão pavimentando o caminho de construção da igualdade social desejada. Esse exercício deve impregnar todos os nossos atos: a educação doméstica dos filhos e filhas, a educação dos meninos e meninas na escola, a relação com companheiros e companheiras, na firme recusa em aceitar a transformação de diferenças biológicas em desigualdades sociais.

No 8 de março as mulheres mobilizam-se contra a discriminação e as desigualdades entre homens e mulheres. É preciso que todas nós tenhamos consciência de que precisamos nos organizar cada vez mais para construir novas formas de relação social baseadas na igualdade e no respeito entre os sexos. Que em cada 8 de março possamos comemorar a ampliação, conquista e garantia de nossos direitos até que não mais seja necessário uma data: todos os dias serão vividos sem preconceitos, com igualdade e justiça social.

Sr. Presidente, antes de encerrar meu pronunciamento, solicito a benevolência de V.Exa. para dar conhecimento à Casa da programação que a bancada feminina promoverá para o dia 8 de março. Na próxima terça-feira, ocorrerá a Marcha Mundial de Mulheres, cuja concentração se dará em São Paulo. No dia 9 de março, em Brasília, a partir das 9h, ocorrerá a Vigília das Donas de Casa em frente ao Ministério da Previdência Social e nos postos do INSS de Capitais e Municípios. Trata-se de uma promoção do mandato da Deputada Luci Choinacki, ou seja, a continuidade da luta pela aposentadoria das donas de casa.

No mesmo dia, às 16h30min, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, haverá o lançamento da publicação Cadernos de Textos sobre a Mulher, de autoria do Núcleo de Mulheres Parlamentares do PT. Às 18 horas, ocorrerá o lançamento da publicação Feminização da Pobreza, Emprego e Renda, da Comissão Ano da Mulher. No dia 10 de março, quinta-feira, haverá uma sessão solene do Congresso Nacional em comemoração à data, com o lançamento do Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e Caribenha e a entrega do Prêmio Mulher Cidadã Bertha Lutz a Clara Scharf e Maria da Penha. Além de tudo isso, faremos uma homenagem à Irmã Dorothy Stang, que foi covardemente



assassinada. Às 10 horas do mesmo dia, realizaremos o abraço ao Ministério da Previdência em defesa da aposentadoria das donas de casa e, às 11h30min, lançaremos o Manifesto das Donas de Casa a ser enviado ao Presidente Lula.

Com muita alegria, comunico que o Presidente Lula celebrará o 8 de março no meu Estado, o Rio Grande do Norte. Na terça-feira, o Presidente chegará a Mossoró às 9h30min e se dirigirá à cidade de Apodi, onde lançará o PRONAF Mulher.

Em Natal, durante todo o dia, haverá uma intensa programação, promovida pela professora e Governadora Wilma de Faria. Ademais, o Fórum Estadual de Mulheres e a CUT promovem, desde o dia 3 de março, uma série de atividades. No próximo sábado, por exemplo, haverá em Mossoró um ato público e, no dia 8, serão realizadas audiência pública, feiras de artesanato e atividades político-culturais.

Agradeço a benevolência de V.Exa., Sr. Presidente, e acrescento que 8 de março é um dia para refletirmos sobre a situação das mulheres e lutarmos por uma sociedade livre de qualquer tipo de preconceito e de discriminação. A democracia só será plena quando de fato existir igualdade de oportunidades e de direitos entre mulheres e homens.



---

Documento 4/113

---

016.3.52.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2005-13:00

Publ.: DCD - 05/03/2005 - 4437 ZICO BRONZEADO-PT -AC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER  
DISCURSO

---

#### Sumário

Preocupação da comunidade internacional com a preservação da Amazônia. Elogio ao Governo do Estado do Acre pelas ações empreendidas em prol do desenvolvimento sustentável. Importância do manejo florestal. Necessidade de políticas públicas voltadas para os moradores da floresta. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulações ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Maurício Rabelo, pela instituição de 2004 como Ano da Mulher.

---

O SR. ZICO BRONZEADO (PT-AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito oportuno pronunciar-me depois de alguns colegas Deputados terem falado da Amazônia, da necessidade de sua proteção, dos problemas e do interesse de muitos de internacionalizá-la. Enquanto Deputados falavam deste assunto, assistia a um programa da Globo News em que o repórter Jorge Pontual entrevistava um especialista em meio ambiente. Foi perguntado ao especialista sua opinião sobre a internacionalização da Amazônia, se realmente havia esse interesse ou se era apenas paranóia dos brasileiros. Conforme seu esclarecimento, a Comunidade Européia e os Estados



Unidos se interessam pela preservação da Amazônia, mas não existe a possibilidade de sua internacionalização.

Na mesma entrevista, foram citados 2 Estados que se preocupam com a preservação sustentável da Amazônia. Para orgulho dos acreanos, o especialista disse que o Governo do meu Estado é um dos que mais se dedica à Amazônia, ao seu desenvolvimento e integração.

Aproveito para salientar que o meu mandato na Câmara dos Deputados está pautado no desenvolvimento sustentável da Amazônia e na defesa dos moradores da floresta. Nesse sentido, em parceria com a ONG Andiroba, do meu Estado, e por meio de um programa do Governo Federal, estamos levando treinamento às comunidades florestais na área de manejo florestal sustentável, a fim de mostrar aos seringueiros e aos moradores da floresta que há uma alternativa de sobrevivência mais digna com a geração de emprego e renda.

O manejo florestal é uma das formas de proteger e desenvolver a Amazônia. Não é possível proteger a floresta e deixar milhões de pequenos produtores, catadores e seringueiros à mercê da própria sorte. Sabemos da falta de políticas públicas dos Governos passados para as áreas de saúde e educação, bem como para o estímulo à pequena produção existente na floresta.

Ex-seringueiro e ex-quebrador de castanhas, tenho convicção de que as políticas públicas precisam alcançar de forma urgente os moradores da floresta, para que eles possam realmente preservar e proteger o local.

Na verdade, o curso de manejo não deveria ser realizado apenas pelo meu gabinete ou por essa ONG do meu Estado. É necessário que os Governos Estaduais e Municipais, por intermédio de suas Prefeituras e Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente, prestem orientação àqueles que desejam ter um plano de manejo em sua comunidade, a fim de criar outra possibilidade para produção, geração de emprego e renda e manutenção do cidadão na floresta.

Sr. Presidente, milhões de hectares de florestas são habitados. Se não nos preocuparmos em levar políticas públicas a esses moradores, eles se transformarão em predadores, desmatarão com o intuito de plantar lavouras e de



criar gado. E, desse modo, veremos, como já estamos vendo, a floresta sendo derrubada. Nessas derrubadas, são queimados muitos metros cúbicos de madeira que, num plano de manejo, poderiam render milhões de reais para suprir a necessidade dos que lá vivem.

Tem-se reivindicado junto ao IBAMA e ao Ministério do Meio Ambiente que esses projetos de manejo sejam considerados mais um meio de produção, mas a burocracia impede a sua legalização.

A bancada do Partido dos Trabalhadores participou de reunião com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, oportunidade em que foi apresentado projeto de lei que trata das florestas públicas, que acredito bom. No entanto, são necessários mais debates nesta Casa a respeito.

Assim que retomarmos os trabalhos da Comissão da Amazônia, pretendo convidar representantes do Ministério do Meio Ambiente para debater junto com a bancada da Amazônia o referido projeto de lei. Dessa forma, acredito, poderemos sugerir, dar alguma opinião, aprimorar ou - quem sabe? - até aprovar o projeto original. Vale ressaltar que é necessário aprovarmos esse projeto com urgência, para que se acabe com a idéia de que não se pode desenvolver a Amazônia de forma sustentável, voltada para o manejo florestal comunitário e até mesmo empresarial. Estaremos ajudando a mostrar ao mundo que cuidamos da Amazônia e que temos planos alternativos para um desenvolvimento racional, de modo a manter a floresta em pé. O manejo permite a utilização apenas das árvores mães, deixando intactas as filhas, as netas e as sementeiras.

Com isso, encerramos discussão que há muito tempo vem sendo feita nesta Casa e que só fica na teoria. E, acredito, estaremos dando grande contribuição para o desenvolvimento da Amazônia.

Por fim, Sr. Presidente, como não estarei nesta Casa na semana que vem, quando transcorrerá o Dia Internacional da Mulher, gostaria de deixar um grande abraço a todas as mulheres deste País, principalmente àquelas que ainda não conseguiram galgar espaço na vida pública, nem exercer seu direito em todos os setores da vida em sociedade. Espero que esta Casa possa contribuir para abrir cada vez mais espaços para a mulher.



Daqui, mando um grande abraço às mulheres do Acre, as guerreiras acreanas que ajudaram a conquistar aquele Estado há mais de 100 anos. Em nome da minha mãe, Dona Sebastiana, que, com certeza, está assistindo neste momento à TV Câmara, dedico minha solidariedade àquelas que ainda não conseguiram alcançar seu espaço.

As companheiras Deputadas Federais representam muito bem nesta Casa a classe feminina, mostrando a capacidade da mulher na política e em outras áreas. E estamos satisfeitos com essa nova fase vivenciada pelas mulheres, principalmente no Parlamento, exercendo funções de ordem política.

É missão desta Casa aprimorar o ingresso das classes menos favorecidas em um campo que deve ser de igualdade. E, dessa forma, a mulher vai ocupando esse espaço.

Parabéns às mulheres do Brasil, a minha esposa especialmente.

Parabéns também a V.Exa., que tem dedicado seu mandato ao resgate dessa classe. Ainda no ano passado, conseguiu V.Exa. aprovar projeto implantando o ano de 2004 como o Ano da Mulher. Muito tem V.Exa. contribuído para que esse debate possa continuar vivo na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 5/113

---

018.3.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2005-14:00

Publ.: DCD - 08/03/2005 - 4827 HOMERO BARRETO-PTB -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação feminina na política e no mercado de trabalho.

---

O SR. HOMERO BARRETO (PTB-TO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher.

Particularmente reverenciando as mulheres que passaram e passam pela minha vida, como as minhas avós, a minha mãe, as minhas tias, as minhas irmãs, as minhas cunhadas, a minha esposa, a minha filha e as minhas colegas de atividade política no Congresso Nacional e no Estado de Tocantins, assim como todas as mulheres tocantinenses, desejo assomar a esta tribuna para homenagear as mulheres em geral, símbolo da fertilidade, da perpetuação da espécie, da vida, do amor e da fraternidade.

Cada mulher, em particular, tem seus encantos. Por isso, todas as mulheres precisam resgatar e valorizar sua beleza real, sua capacidade de trabalho, suas qualidades inatas de ser mãe, esposa, companheira, educadora, de ser capaz de respeitar, confiar e gostar de si, pois no conjunto da sociedade as mulheres são as



grandes responsáveis pela reprodução humana, pela preservação da vida e pelo cuidado com as pessoas.

No que diz respeito à preservação da vida, em muitos países as mulheres estão à frente no cuidado com o meio ambiente, na construção de bancos de sementes, na luta contra a miséria, contra o desemprego, contra as crescentes guerras, nas campanhas contra a violência, na luta pelo respeito aos direitos humanos.

Ainda vivenciamos, em alguns poucos extratos de nossa sociedade, o sentimento da superioridade masculina, relegando a mulher a papel secundário, mais atinente às prendas domésticas. Penetrar na esfera pública foi velho anseio por longo tempo a elas vedado. O trabalho por elas realizado não tinha o reconhecimento merecido, uma vez que o que faziam em casa não tinha valor de troca e existia em abundância na sociedade.

Onde a mulher ganhou a liberdade, a igualdade e os direitos, o mundo ganhou vida, além da beleza. Felizmente, já possuímos consciência cívica e de cidadania que valoriza a mulher, coloca-a na sociedade como um ser capaz e igual ao homem, em termos de direitos e deveres. A mudança ainda para melhor, em todos os níveis sociais, econômicos e culturais, virá com o autoconhecimento, com a auto-estima, com a identificação das qualidades, com o aprendizado em razão de experiências passadas e na escolaridade, com uma nova intuição, que farão com que, em todos os lares, em todas as comunidades, sejam tratadas com respeito, amor e carinho, tornando-se abertas ao diálogo, a acreditar que são criaturas especiais e que merecem ser amadas e ser felizes.

Lendo o Evangelho de São Lucas, vemos, logo no início da concepção de Jesus e até o momento da sua crucificação, o importante papel desempenhado por Maria, sua mãe, e por outras Marias que o acompanharam na vida pública.

Quantas mulheres ao longo da história nos dão exemplo de lucidez, de coragem, de abnegação, como as santas mulheres Maria Madalena, Rita de Cássia, Madre Teresa de Calcutá, Irmã Dulce; e as mulheres guerreiras Anita Garibaldi, Joana D'Arc, Princesa Isabel, Rainha Vitória; e as mulheres com capacidade de encantar os olhos com as suas performances, as profissionais do cinema Fernanda Montenegro, Elisabeth Taylor; ou do canto: Emilinha, Ângela Maria, Maria Betânia,



Gal Costa; ou do teatro: Tônia Carrero, Maria Della Costa, Fernanda Torres; ou no esporte: Daniele Hypólito, Daiane dos Santos; ou as escritoras: Raquel de Queiroz, Cecília Meireles; e inúmeras na área social, na pesquisa científica, na Medicina, etc.

Não podemos negar que, nos últimos 50 anos, um dos fatos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira foi a inserção crescente das mulheres na força de trabalho e na política, onde se revelaram grandes comunicadoras e reconhecidas Senadoras, Deputadas, Prefeitas e Vereadoras.

Esse contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, incrementando a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade e proporcionando o aumento da possibilidade de mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Em segundo lugar, a rebelião feminina ocorrida no final dos anos 60 nos Estados Unidos, no Canadá e em países da Europa chegou como uma onda tsunami às nossas terras, produzindo o movimento feminista nacional e fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira. A emancipação feminina possibilitou nova ordem que inclui a relação complementar entre os sexos, a possibilidade de um núcleo familiar democrático, garantindo a efetivação de uma sociedade mais socialmente justa. Hoje, reconhece-se que o trabalho empreendido pelas mulheres rurais é profissional e não de simples ajuda; que o trabalho das empregadas domésticas merece os mesmos direitos alcançados por outras trabalhadoras.

No campo social, a contribuição e a liderança da mulher são cada vez mais reconhecidas. Outrossim, sobretudo nas grandes e médias cidades, sobressai o modelo da família de duplo emprego, com ambos os cônjuges a contribuírem para o orçamento doméstico e a compartilharem um leque de responsabilidades como o cuidado dos filhos e de outros familiares, ensejando à mulher, no plano profissional, desenvolver carreira e ocupar determinados postos de trabalho em pé de igualdade com o sexo masculino, sendo igualmente de referir até situações em que ela é chefe de família e única provedora de recursos.



Congratulo-me, pois, com as mulheres do meu Brasil e do meu Tocantins pelo transcurso do seu dia, na pessoa das ilustres Deputadas e servidoras desta Casa, aqui presentes, almejando-lhes todas as felicidades desejadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



---

Documento 6/113

---

018.3.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2005-17:51

Publ.: DCD - 08/03/2005 - 4858 SELMA SCHONS-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Realização, na Casa, da 1ª Conferência pela Paz no Brasil, por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apelo às mulheres em favor da construção de uma sociedade justa e com paz.

---

A SRA. SELMA SCHONS (PT-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, nesta oportunidade, queremos saudar as diversas entidades brasileiras - entre elas o Conselho Nacional de Igrejas - que vão promover, amanhã, aqui nesta Casa, a 1ª Conferência pela Paz no Brasil.

A Conferência acontece integrada às demais atividades agendadas para o Dia Internacional da Mulher, e recebe o apoio e a adesão da bancada feminina na Câmara dos Deputados, da Articulação de Mulheres Brasileiras e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA. O objetivo, Sr. Presidente, é sensibilizar e mobilizar a sociedade brasileira, a partir do Congresso Nacional, para refletir sobre a temática da paz como uma atitude pessoal, que deve ser materializada na construção de políticas públicas. Paz não significa apenas a mera ausência de guerra, mas a adoção de ações solidárias que constroem



inclusões, não na lógica do mérito, mas da necessidade, que é o fundamento das políticas sociais.

A 1ª Conferência pela Paz no Brasil vai acontecer no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e isso não acontece por mera coincidência: a cada minuto, 4 mulheres sofrem agressões físicas, o que significa 240 por hora e 2.880 por dia. A Conferência é também uma tentativa de se quebrar o silêncio e exigir punição para os responsáveis pelas agressões sofridas por mulheres em todo o mundo, especialmente no Brasil. Combater a violência contra a mulher, Sr. Presidente, também é construir a paz.

Muito obrigada.



---

Documento 7/113

---

018.3.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2005-18:24

Publ.: DCD - 08/03/2005 - 4863 ROSE DE FREITAS-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Empenho da oradora no combate à violência e à discriminação contra a mulher. Consternação com o assassinato da missionária Dorothy Stang, no Município de Anapu, Estado do Pará. Protesto contra o contingenciamento de recursos do Orçamento Geral da União destinados a programas de assistência à mulher.

---

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB-ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, funcionários desta Casa, hoje, antecedendo o Dia Internacional da Mulher, eu pretendia lembrar nossas lutas históricas, nossas conquistas; falar sobre os grandes desafios que enfrentamos para conquistar coisas elementares, como o direito ao voto, o direito de estar nesta Casa, ainda que em número bem inferior ao que gostaríamos de ter; falar da representação que poderia fazer face ao número de mulheres na população brasileira; falar das discriminações; lembrar nossa luta contra a violência, o dia em que criamos a Delegacia da Mulher - um ganho positivo em São Paulo, na gestão de Franco Montoro, com o auxílio de sua esposa, Luci Montoro. Foi a forma de fazer com que a mulher se sentisse confiante para comparecer às delegacias e denunciar a violência cotidiana, a violência doméstica, essa



violência culturalmente impregnada nos seios das famílias e da sociedade brasileira.

Aproveitaria para dizer que, depois de tanto tempo, temos muitas conquistas também. No Espírito Santo, antes de vir para Brasília, uma conversa chamou-me a atenção, quando recebi o convite de Efigênia, Elvira e Maria Clara para fazer uma palestra. Uma delas me disse: "Não temos muito a comemorar". Eu disse: "Olha, não diga isso nunca". Há pouco, na cantina, uma das senhoras que nos servem o café dizia que as coisas não mudaram muito. Mudaram, sim, e como mudaram! Nós, mulheres, temos muito a contar da nossa luta. Sabemos de um pouco de cada coisa que ainda está para ser consertada.

Maria Clara, você que me ouve: tivemos um ano dedicado exclusivamente a levantar todos os projetos relativos às lutas históricas da mulher neste País. Levantamos diversos assuntos: previdência social, mercado de trabalho, violência, mídia nacional, tratamento dado à mulher nas novelas e propagandas, terceira idade, relação com o poder, Direito Penal, Código Civil, orientação sexual. Falamos de tantas coisas e consolidamos o relatório.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nesta Casa foram criados projetos e projetos que estão engavetados há muito tempo, mas que foram objeto de trabalho de muitos homens e mulheres.

Mas entendo o porquê de Maria Clara dizer o que disse. Acordamos com uma manchete que dizia que 25% das alunas, meninas, estão abandonando as escolas por gravidez precoce. Enfrentamos o tabu de não termos orientação sexual nas escolas, responsabilidade do Estado, e enfrentamos paredes também, como algumas religiões que se negam a abrir esse debate dentro de suas igrejas. E o saldo disso, sem dúvida alguma, são mães solteiras sem nenhuma ajuda do Estado, muitas vezes abandonadas, com seus filhos nos braços, à própria sorte.

Falamos também sobre direito de moradia e direito a um pedaço de terra. Recentemente, em 1988, garantimos à mulher, na Constituição Federal, o direito à titularidade da terra. Anteriormente, só o homem a herdava, a mulher não tinha o direito de continuar no pedaço de terra onde ela, ao lado do marido e dos filhos, plantava e de onde tirava seu sustento.



Falamos de equidade, escolaridade, diferença de salários. Mostramos que ainda existem, para trabalhos iguais, salários diferenciados. A mulher ainda hoje recebe salário inferior ao do homem.

Falamos da educação, da cultura, da violência sexual e da propaganda nojenta, permitida neste País, de incentivo ao turismo sexual. Esse tratamento tem que ser feito cidade a cidade, igreja a igreja, Município a Município, Governo para com sua população.

Falamos da questão do Orçamento, que deve prever a devida assistência à saúde da mulher. Percebemos que nesse aspecto deixa de ser um programa orçamentário para ser apenas mais uma ação governamental, que fica ao bel-prazer de quem está administrando o País naquele momento. Vencemos muitas tarefas difíceis, desafios que nos foram postos.

Todos os brasileiros assistiram com o coração doído ao assassinato de Dorothy Stang, missionária morta aos 73 anos de idade, no último dia 12, em Anapu. Ela não lutava apenas pelos direitos das mulheres, mas pelo direito de igualdade das pessoas e pela terra, que garante o sustento de homens, mulheres e crianças.

Maria Clara, hoje gostaria de render homenagem às mulheres anônimas de meu País. Sou de uma família composta por 4 mulheres e 6 homens, que também soube conviver com a questão cultural da desigualdade, do tratamento diferenciado, em que a mulher tem muito mais deveres do que o homem. As obrigações do homem restringem-se ao seu horário de trabalho, à jornada fora de casa. A mulher, dentro de casa, depois de sua jornada de trabalho, continua a cumprir seus deveres, que a sociedade como um todo designou-a para fazer e que ela realiza.

Temos derrotas, mas também conquistas. Estamos falando no Congresso Nacional. Quando poderíamos imaginar que esta Casa abrigaria quarenta e tantas Parlamentares? Que viríamos do Espírito Santo, com apenas uma Prefeita? Eu mesma sucedi, após 20 anos, uma mulher na Assembléia Legislativa, onde hoje existem 6. Com relação a associações de moradores, sindicatos, empresas, quantas e quantas mulheres hoje se destacam pelo trabalho profissional



competente, pelo exercício da igualdade, mostrando à sociedade brasileira sua dignidade e valor? Ela ocupa os lugares e aumenta sua representatividade profissional e seu mercado de trabalho. Essas mulheres comuns, à frente das suas comunidades, lidam com problemas que vão desde o transporte escolar até um posto de saúde que está fechado, e nunca abandonam a luta.

Sr. Presidente, é diferente ser mulher. Em um episódio muito recente, quando perdi um irmão, uma das minhas irmãs, Maria de Lourdes, em meio à dor imensa da família, ia de um canto a outro tentando realizar o que de melhor a mulher sabe fazer: distribuir seu olhar terno sobre o sofrimento ou sobre alguma questão em que possa participar humanamente. Nós mulheres temos isso dentro de nós: somos mais dedicadas às questões sociais. Ao olhar da mulher nunca passa despercebida a dor de alguém que esteja próximo, largado no meio da rua; de alguém que esteja abandonado, de uma comunidade que precise de uma voz que grite por ela. É a voz da mulher, é a mulher sempre presente.

No plenário mesmo, vemos as mulheres que trabalham conosco, as que trabalham na Mesa, as que nos servem café, as taquígrafas. Se lhes perguntarmos o que fazem, ouviremos que não ocupam apenas aquele espaço do tempo em que estão ali, não fazem apenas aquilo.

Como diria D. Maria de Lourdes, senhora minha mãe, ela não apenas educou seus filhos, não apenas cuidou do Sr. Valdemar, não apenas atendeu a uma família imensa. Ela sempre estendeu seu olhar além dos portões da nossa casa quando alguém batia à porta pedindo ajuda, e sempre soube contar-nos a história de alguém que sofria e precisava de seu amparo e de sua mão. Ser mulher é diferente. Há uma diferença fundamental. Na hora do sofrimento, é a primeira mão que pousa sobre o ombro de alguém, é a primeira mão que segura a outra mão, é a primeira palavra de carinho.

A mulher nunca abandona seu filho. Quando o homem, numa separação abrupta, deixa de existir dentro do lar, é a mulher que passa a exercer o papel de pai e de mãe, de chefe da família. Hoje temos uma estatística, Sr. Presidente, que mostra que pulou de 28% para 30% o número de mulheres chefes de família neste País. A mulher não entrega seu filho à pessoa com quem está ou a seus avós paternos



ou maternos e diz: "Não dou conta." A mulher procura dar conta e receber como incumbência as tarefas que a vida lhe dá.

Ser mulher é diferente, por isso diria à Maria Clara, à Efigênia, à Elvira que caminhamos muito. Não se trata apenas do direito do voto, da participação, da integração e da conscientização, mas que a outra parte da sociedade, os homens, reconheçam que nós, mulheres, somos realmente diferentes.

Nunca poderemos deixar de homenagear aquelas que travaram lutas imensas, as Margaridas, as Dorothys, as mulheres que sofreram toda sorte de violência para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Temos de entender que essas mudanças são lentas. Nós, mulheres brancas, pretas, pobres, ricas, de maneira nenhuma diremos que todas as mudanças foram feitas ou que elas acontecerão com o estalar de dedos. Mas que continuaremos a levantar nossa voz, a falar de nossos problemas, a defender nossos direitos e a conscientizar nosso companheiro de que esse problema não é só nosso.

Ser mulher não é fácil. Somos diferentes, mas temos de reconhecer que não é fácil. Sr. Presidente, até hoje nenhuma mulher presidiu esta Casa. Para que uma mulher faça parte da Mesa, trava-se luta das mais renhidas nesta Casa, que chega a doer, porque quando as bancadas se reúnem para escolher seus representantes, a mulher é a última da lista.

Neste País ainda não existiu uma mulher Presidenta, mas vai haver. A situação da mulher, mapeada no Brasil inteiro, mostra como ela ainda sofre com pequenas diferenças, que poderiam ser superadas com gestos de grandiosidade e com uma ação em comum para distribuir os direitos iguais por que clamamos. As mulheres que ainda lutam para mostrar que essa equivalência de direitos é de justiça, são mulheres que lutam dia a dia por este País.

O Ano da Mulher foi conquista importante. Fui a relatora do Ano da Mulher, fizemos relatório consistente, mas, infelizmente, Sr. Presidente, as medidas provisórias não nos dão o direito de votar as matérias importantes que deveriam estar na Pauta e na Ordem do Dia. Mas temos a dizer que as providências adotadas e que consolidaram esse relatório trouxeram avanços significativos.



Não são projetos apenas de mulheres Parlamentares - da Jandira, da Iara, da Emília -, também temos projetos dos Deputados Carlos Alberto, do Pedro, do Bispo Rodrigues. Temos projeto da Erundina que trata da exploração, de forma sutil, da violência contra a mulher na televisão.

Temos aqui este relatório, Sr. Presidente, que deveria ser o norte do trabalho desta Casa, que, efetivamente, a cada 08 de março de cada ano reconhece nossos direitos. Esta Casa luta conosco pela nossa igualdade e reconhece que tem de haver justiça desde as letras, desde os projetos de lei até às ações em comum de cunho administrativo.

Hoje temos algo a registrar de muita importância para o País - e que me ouça a Marilene, uma de minhas irmãs, que luta muito pela vida e que repara em tudo que este Congresso faz: o Orçamento da União não mais contempla um programa de assistência à mulher como deveria. Isso, sim, é uma perda considerável para esta Casa. Que todas as mulheres deste País saibam - todas - que estamos perdendo na administração da saúde deste País o direito de ter um programa de assistência à saúde da mulher.

Recentemente, a ex-Prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, disse que quando chegou à Prefeitura encontrou 1 mamógrafo para a população feminina de São Paulo. Ou seja, para tratar do câncer de mama só havia 1 mamógrafo para uma população de cerca de 8 a 10 milhões, se não me engano. Ela disse que adquiriu mais 19 aparelhos, o que corresponde a 20 mamógrafos, atualmente.

Isso demonstra, sem sombra de dúvida, o tratamento que nos é dispensado. Todos os dias há novas propagandas na televisão, artistas contratadas, vestidas com camisetas que fazem parte de desfiles monumentais, apontam para seus seios. Mas faltam recursos para tratar adequadamente do câncer de mama.

O que temos a dizer é que a luta continua. O que mudou, digo à Elvira, foi suficiente para que tenhamos a oportunidade de estar nesta tribuna e poder falar sobre o que conquistamos, sobre o que temos de conquistar e mostrar as falhas naquilo que ainda não conseguimos apontar para esta Casa como prioridade absoluta, para votação em urgência urgentíssima. Com certeza, temos consciência de que temos muito a fazer.



Quando digo que somos diferentes é porque somos diferentes em nossos gestos, em nossas atitudes e na nossa forma de lutar. Se essa consciência crescer ao lado do nosso companheiro e a nossa angústia for compartilhada para que nossos avanços sejam considerados importantes a fim de serem pautados na página desta Casa, votaríamos por mês um projeto que avançasse nos direitos e na conquista das mulheres.

Não podemos deixar de reconhecer que esta Casa é importante na formação da igualdade, porque igualdade não pode ser apenas discurso de meia dúzia de palavras em que se preste homenagem às mulheres que, reconheço, são importantes para este País e para nossa vida.

Cresci cercada de mulheres lutadoras. Conheci várias mulheres assim. Admiro Dona Lourdes de Freitas, minha mãe, que, com sua forma de ser, soube me educar e fazer com que as outras mulheres que saíram do seu ventre fossem corajosas: Marilene, Rosilene, Rosilda e Maria de Lourdes.

Digo também a todas as outras mulheres, mães ou não, que precisamos desempenhar papel fundamental na sociedade, próprio da nossa natureza, que é o de compartilhar a dor, distribuir alegria, saber estender a mão na dificuldade e abraçar com carinho quem precisa da nossa presença.

É diferente ser mulher, porque a parcela feminina da sociedade nunca se omite de nada. Se estiver na rua e olhar uma manifestação pública, verá que a mulher está numericamente mais representada. Se contabilizar na sociedade orgânica o papel que a mulher desempenha, verá que as mulheres são eleitas em número muito maior nos sindicatos e nas associações.

A minha homenagem é para a mulher comum, aquela cuja história não conhecemos, muito menos sabemos seu nome e endereço, que é capaz de caminhar todos os dias de cabeça erguida, ficar no ponto de ônibus, Deputado Feu Rosa, até 11 horas da noite e, em vez de repousar seu corpo quando chega em casa, ainda se lembra que tem um filho a amamentar, uma casa para cuidar e uma roupa para lavar. No dia seguinte, começa novamente seu trabalho. Essas mulheres estão em todos os lugares.



Quantas delas não encontramos em nossas vidas quando fazemos campanha política. Elas pedem aos candidatos e candidatas que as representem no Congresso. Depois do seu trabalho, ela ainda sai pela rua para lutar por uma causa que considera justa.

Essas mulheres que estão espalhadas pelo Brasil precisam ser lembradas, reverenciadas. Precisamos dotar o Orçamento da União de recursos que mantenham programas decentes para tratamento da saúde feminina, das suas grandes necessidades. Ficamos sabendo que cortaram do Orçamento verbas para o Programa de Assistência à Saúde da Mulher. Isso precisa ser denunciado.

O Congresso Nacional pode não dar importância àquilo que fizemos durante 2004, quando apresentamos e definimos como prioridades todos os projetos que aqui estão, mas queremos lembrar a esta Casa que onde houver uma parte da sociedade injustiçada, maltratada, com seus direitos vilipendiados, não existirá justiça.

Sabemos que, na Câmara, são colocados em segundo plano todos os movimentos relacionados às mulheres, todas as suas reivindicações, exaustivamente debatidas.

No Dia Internacional da Mulher, comemorado amanhã, solicitamos a tramitação conclusiva dessas proposições, para o avanço da vida da mulher brasileira. Sabemos que os Parlamentares podem contribuir, podem participar.

A minha homenagem vai para aquelas mulheres que abraço quando encontro nas nossas reuniões, com muito carinho, com muita fraternidade. Digo a elas que somos diferentes. Temos uma ternura da qual não abrimos mão. Temos facilidade de ser solidárias nos momentos em que, às vezes, por dentro carregamos dor imensa. Temos a capacidade de não desviar o olhar de nada do que ocorre no nosso caminho. Não mudamos de passeio, de calçada, não atravessamos a rua, não pegamos apressadamente o ônibus, não entramos correndo no carro para evitar cenas, como a de alguém caído na calçada precisando de ajuda. Somos diferentes, somos capazes de olhar, de sentir e de ouvir.

As mulheres são diferentes. E por serem diferentes, por exercerem papel tão determinante na sociedade brasileira, por serem tão solidárias com este País nos



seus momentos difíceis e por, a cada dia, em cada recanto, haver uma mulher com esse mesmo sentimento, peço que o Dia Internacional da Mulher não seja só para lembrar a conquista do voto, das mulheres que morreram na fábrica em defesa dos seus direitos e por melhores salários, da nossa agenda lotada de prioridades, com a participação da sociedade, dos projetos de leis que significam decisivos avanços para nós, como a alteração do Código Penal, mas para lembrar que é necessário nossa efetiva participação a fim de que essa data represente uma conquista.

Neste momento, somente posso dizer a todas as mulheres - à minha mãe, às minhas irmãs, às minhas amigas, à Vanda, na sua nova fase de vida, com mais responsabilidades, mas com muita coragem - que somos diferentes! Vamos fazer dessa diferença uma arma pacífica, de amor, de solidariedade, para conquistar definitivamente neste ano mais alguns importantes direitos na nossa história de luta, sobretudo com igualdade, capacidade e competência.

Hoje, a irmã Dorothy representa o símbolo dessas mulheres que há pouco tempo eram anônimas. Somente após seu cruel assassinato, lembraram-se dela. Vamos lembrar também daquelas que estão vivas e lutam por um Brasil melhor, pelas nossas crianças, contra a violência, por mais justiça social e igualdade de direitos.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)



---

Documento 8/113

---

018.3.52.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2005-19:30

Publ.: DCD - 29/03/2005 - 8899 FEU ROSA-PP -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA  
ORDEM

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. FEU ROSA (PP-ES. Pela ordem.) - Sr. Presidente, nesta oportunidade, no bojo do que foi falado pela eminente Deputada Rose de Freitas, quero tecer alguns comentários sobre amanhã, o Dia Internacional da Mulher.

Curiosamente, iniciei minha carreira política na condição de Deputado Estadual juntamente com a Deputada Rose de Freitas nos idos de 1983. Fomos Deputados até 1987.

Naquela ocasião, apresentei um projeto de lei que instituía no Estado do Espírito Santo, o Dia Estadual da Mulher, muito elogiado pela Deputada Rose de Freitas. Após a aprovação, foi sancionado pelo então Governador Gerson Camata. De modo que, primeiramente, nesta oportunidade, parabenizo a Deputada Rose de Freitas pelo brilhante pronunciamento.

Em segundo lugar, gostaria de dizer enfaticamente que a problemática da mulher no Brasil em termos sociais é a mais forte. Precisamos tornar cada vez mais igualitária a situação da mulher com relação ao homem, no emprego, na renda e nas oportunidades. Se não fizermos isso, não haverá saída para o Brasil. É bom



que se diga alto e bom som: o Brasil não se transformará em um país do Primeiro Mundo se não dermos igualdade de oportunidades às nossas mulheres e se elas não ocuparem seu devido lugar na sociedade brasileira.

Isso é fundamental. Não adianta reforma tributária, trabalhista e previdenciária se não dermos às mulheres a oportunidade de elas galgarem posições de destaque na sociedade brasileira.

Sempre houve enorme resistência de mulheres e negros ocuparem Ministérios, vagas nos Tribunais Superiores. Era minha maior crítica ao Governo anterior. E é bom repetir: nem mulheres, nem negros. E esses 2 parâmetros sociais fortes - a mulher e o negro - não podem ser alijados do mando do Brasil. A distribuição de renda no Brasil é muito injusta. Qual a base disso? Basta analisar quanto ganham as mulheres, os negros, principalmente a mulher negra, tudo originado da desastrosa concentração de poder.

Nós, nesta Casa, podemos fazer o possível e o impossível dentro das nossas limitações para melhorar a situação do País, mas nada passará se não conseguirmos melhorar a situação da mulher no Brasil.

Não existe precedente mundial. Basta ver a situação da mulher nos Estados Unidos, na Alemanha, Irlanda, Noruega, Dinamarca, Inglaterra, França e Itália. Se não levarmos com seriedade a problemática da mulher no Brasil não haverá saída para resolvermos os magnos problemas nacionais.

Que isso sirva de alerta, no bojo do que foi falado pela Deputada Rose, com a sua facúndia inaudita, para os atuais e até futuros detentores do poder.

Não existe saída para o Brasil.

Na véspera da data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, gostaria de reafirmar o meu engajamento amplo, geral e irrestrito nessa problemática, usando o clichê brasileiro de longa data. Não podemos abrir mão de as mulheres ocuparem suas posições nas universidades, nas fábricas, no serviço público, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembléias Legislativas, nas cadeiras que lhes são devidas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



Sr. Presidente, não existe saída: ou a mulher entra com toda a consciência nesse processo e o País se transforma, ou eternamente seremos um país emergente, um país de Terceiro Mundo, um país do futuro.

Obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 9/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5255 JOÃO GRANDÃO-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Congratulação a Prefeitos Municipais do Estado de Mato Grosso do Sul. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Retrospectiva das conquistas dos movimentos feministas no Brasil.

---

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para cumprimentar os Prefeitos do Mato Grosso do Sul, reunidos em Brasília, pela sua luta. Então, mais uma vez, cumprimento as Sras. Prefeitas e os Srs. Prefeitos do nosso querido Estado do Mato Grosso do Sul que estão na Capital Federal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna, no dia de hoje, para cumprimentar cada uma das mulheres que aqui se encontram, pela importante data que hoje comemoramos. Quero também prestar minha homenagem a mulheres como Dorcelina Folador, ex-Prefeita do Município de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, a irmã Dorothy Stang, Margarida Alves e tantas outras que ceifaram suas vidas por lutar por um futuro mais justo, mais digno e com mais igualdade social.

A essas mulheres, em especial, todo o meu respeito.



Nunca é demais lembrarmos a luta de cada uma das mulheres que entraram para a história por causa de sua perseverança, como aquelas trabalhadoras americanas, assassinadas por lutarem por seus direitos trabalhistas.

É importante, no entanto, manter vivas na memória outras datas especiais da incansável e dura caminhada das mulheres pela conquista dos seus direitos.

As mulheres brasileiras, já em 1920, por exemplo, criaram a liga pela emancipação intelectual da mulher; em 1922, foi a vez da Federação Brasileira para o progresso feminino.

Outra grande vitória da mulher brasileira se deu em 1932, com a aprovação do Código Eleitoral, assegurando à mulher o direito de voto e de se candidatar; assim, em 1934, aconteceu a campanha eleitoral para a Assembléia Constituinte, já com intensa participação feminina.

No ano de 1936, nasceu o Estatuto da Mulher, elaborado por Bertha Lutz e pela Deputada Carlota Pereira de Queiroz. Bertha Lutz foi uma das principais pioneiras do movimento organizado de mulheres, trazendo para o cenário político nacional as campanhas pelo voto feminino, por mudanças na Legislação do Trabalho e no Código Civil.

Entre os anos 40 e 50, já se pôde notar um aumento significativo da participação da mulher nos movimentos sindicais, e em 1949, houve a criação da Federação das Mulheres do Brasil.

Mais tarde, um dos fatos importantes aconteceu em 1970 - a criação do movimento feminino pela anistia; a luta prosseguiu até que em 1983 iniciou-se a criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher vítima de violência.

Talvez uma das maiores conquistas femininas tenha acontecido em 1988, quando a Constituição Federal assegurou direitos às mulheres como cidadãs e trabalhadoras, permitindo a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Senhoras e senhores, é sempre bom lembrar o quanto tem sido importante a luta das mulheres, que com muita perseverança continuam galgando degraus gigantescos ao longo da história. Temos a comemorar, em especial, o lançamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que traduz em políticas públicas



reivindicações históricas das mulheres, demonstrando o compromisso de nosso Governo para com as brasileiras. O Plano vai melhorar a qualidade de vida de milhares de mulheres no País, atendendo suas principais necessidades e anseios, através de um conjunto de 198 ações, divididas em 5 áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres. Essas ações beneficiam diretamente a mulher, mas terão impacto sobre toda a sociedade brasileira. Quando a vida de uma mulher muda para melhor, todos à sua volta são beneficiados.

Aqui, nesta casa, acompanhamos diversas lutas e em especial a da companheira Deputada Luci Choinacki pela aposentadoria da dona de casa. E estamos quase chegando lá.

Como se diz, não queremos apenas uma aposentadoria que garanta um salário mínimo, mas muito mais que isso, o reconhecimento da dona de casa como trabalhadora que exerce uma das mais importantes e nobres tarefas, qual seja a de cuidar do nosso lar.

Nosso mandato sempre será um instrumento de luta em prol das conquistas femininas, pois entendemos que não é possível construir uma sociedade justa e igualitária enquanto houver segregação de gênero.

Companheiras de todo o Brasil, a concretização de políticas públicas igualitárias é o nosso compromisso e o nosso desafio. E este desafio está colocado para todas as esferas do Poder Público, a fim de iniciarmos a construção de um futuro sem discriminações. Essa é uma luta nossa. Parabéns pelo Dia Internacional da Mulher.

Quero encerrar dizendo: Mãe, trabalhadora, lutadora, companheira, parceira, terna, audaz e vencedora, saiba que são muitos os adjetivos, mas nem juntando todos eles conseguiremos traduzir o que é ser...

Mulher!

Muito obrigado.



---

Documento 10/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5266 IVO JOSÉ-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem póstuma à missionária Dorothy Stang.

---

O SR. IVO JOSÉ (PT-MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, muita água correu por debaixo da ponte antes que, em 1910, por ocasião da II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, que teve lugar na Dinamarca, a ativista Clara Zetkin propusesse que o dia 8 de março fosse declarado Dia Internacional da Mulher.

Sua escolha deveu-se a que, nessa data, 53 anos antes, 129 operárias morreram carbonizadas dentro de uma tecelagem nova-iorquina. Os patrões e a polícia haviam trancado as portas do prédio, ateando-lhe fogo, em resposta à greve que elas faziam contra uma jornada de 12 horas e por melhores condições de trabalho. Pudera. Em 1819, só depois de uma greve em que a polícia recebera os manifestantes a bala, a Inglaterra teve aprovada uma lei que reduzia de 17 para 12 horas o tempo trabalhado pelas mulheres e pelos menores de 9 a 15 anos.

Hoje, as mulheres representam 41% da população economicamente ativa, dezenas de milhões de brasileiras. E a tendência é que ultrapassem os homens: são do sexo feminino 57% dos estudantes de 2º e 3º graus. Além disso, segundo



dados da Fundação Carlos Chagas, a força de trabalho feminina no País cresceu 111% de 1981 a 1998, e a masculina aumentou apenas 40%, pouco mais de um terço disso.

A mulher passa, assim, além de dona de casa, a companheira trabalhadora, junto ao consorte trabalhador, a par de continuar com sua qualidade de mãe. É inadmissível, pois, que apenas após a promulgação da Constituição de 1934 a brasileira tenha tido o direito ao voto assegurado e que somente em 1994, praticamente só 10 anos atrás, tenha sido eleita a primeira Governadora.

Mas repleta de encargos a brasileira sempre esteve.

Há 9 milhões de prendas domésticas no Brasil, segundo o Ministério do Trabalho. E os 40 milhões de mulheres que trabalham no mercado formal ou informal terminam por acumular os afazeres com o ônus das atividades da casa. Porque não também os homens? Por falta de tempo é que não será.

No espírito da injustiça, em âmbito mundial, não é de estranhar que o art. 1º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, após a Revolução Francesa, reze que "os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos".

Nem uma palavra sobre o sexo oposto. Apenas em 1948 é que, na Declaração Universal do Direitos Humanos, da ONU, aparece, no mesmo artigo, que "todos os seres humanos nascem livres em dignidade e em direitos", artigo este, porém, que já consideramos superado. Isso porque endossamos a proposta do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), em 1998, em comemoração ao quinquagésimo aniversário da Declaração de 1948.

O artigo passaria a: "Todas as mulheres e homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos", a que acrescentaríamos um parágrafo obrigando os governos a implementar imediato e efetivo respaldo à vigência da lei.

E é no campo que mais o respaldo urge. Campo em que a mãe é também trabalhadora e companheira. Mais que isso, porém, lutadoras pelos seus direitos, seus e dos outros, as mulheres desbravam fronteiras um dia impostas através da mediocridade dos homens.

E neste ponto, consternados, fazemos comovida homenagem a todas as brasileiras na pessoa da irmã Dorothy, americana naturalizada brasileira por



opção de amor. Não se justifica o assassinato de uma religiosa que dedicou a vida a nossa Nação, ainda por cima por uma causa mais do que nobre - o combate à injustiça e à pobreza, ao latifúndio, aos grileiros, situações sabidamente agravadas nas áreas rurais do País.

O que dizer? O que fazer, a não ser envergonharmo-nos? Há gestos que se explicam e justificam, há gestos que se explicam e não se justificam, há gestos, porém, que não se explicam nem se justificam. É o caso da irmã assassinada.

Queira Deus que a brasileira sirva ao menos de símbolo na luta pela paz nos campos. Mais que merece.

E sua morte assim não terá sido em vão.

Muito obrigado.



---

Documento 11/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5261 ALVARO DIAS-PSDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conveniência de aumento da participação feminina na vida política do País.

---

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, numa data importante como a de hoje, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, não poderia deixar de fazer, no plenário da Câmara dos Deputados, registro sobre seu transcurso.

Sr. Presidente, datas como essa ensejam a oportunidade de se aprofundar o debate democrático e de se reunir conjunto de valores para se insistir na luta pela igualdade de direitos, que precisa se consolidar cada vez mais no nosso País.

A defesa da igualdade para participação das mulheres na política é preocupação generalizada nas sociedades democráticas de todo o mundo. Avanços ocorrem, mas temos ainda longo caminho a percorrer.

A Deputada Juíza Denise Frossard dizia há pouco que o número de mulheres é muito pequeno no Parlamento. É verdade, na Câmara dos Deputados, dos 513 Parlamentares, apenas 50 são mulheres; no Senado Federal, de 81 Senadores, apenas 10 representam a bancada feminina.



O aumento da participação das mulheres no Legislativo contribuiria certamente para inovar e aprimorar o debate ideológico no Congresso Nacional, pois elas, por natureza, investem mais no meio ambiente, nas áreas sociais, nas questões da infância, da adolescência, no setor educativo e cultural, que são essenciais no encaminhamento de soluções dos grandes problemas da humanidade. Dariam também contribuição importante em todos os outros setores.

Todos os indicadores mostram graus elevados de discriminação feminina pela sociedade, no emprego, no desemprego, na distribuição profissional, em práticas empresariais discriminatórias, na remuneração e na quase constante prioridade para dispensa das mulheres.

É preciso fazer mais; é preciso ter coragem e firmeza para denunciar os abusos e as distorções, lutando pela igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres, pois não poderemos prescindir de mais da metade da população para ajudar na construção do desenvolvimento econômico, social e cultural da Nação brasileira.

Esta é, aliás, condição essencial para o estabelecimento da verdadeira cidadania e efetiva consolidação do regime democrático em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 12/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5277 RENATO COZZOLINO-SEM PARTIDO -RJ  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conveniência da aprovação do Projeto de Lei nº 1.399, de 2003, sobre a instituição do Estatuto da Mulher.

---

O SR. RENATO COZZOLINO (Sem Partido-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, homenageio a mulher que nos abriga no útero, que nos dá o primeiro colo, que nos cede o seu seio para o primeiro alimento, que nos dá o ombro por toda a vida.

Certamente a mulher brasileira está em primeiro lugar. Sou autor do Projeto de Lei nº 1.399, de 2003, que cria o Estatuto da Mulher para que sejam garantidos os seus direitos coletivos e individuais. Só assim poderá exercer plenamente a sua cidadania e ter o seu dia comemorado todos os dias do ano.

O nosso abraço respeitoso a todas as mulheres brasileiras.



---

Documento 13/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5281 ANA GUERRA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. ANA GUERRA (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nobres colegas, estréio nesta tribuna com muito orgulho, por ser hoje o Dia Internacional da Mulher.

Ouvi atentamente os discursos dos Parlamentares que me antecederam. Escutei S.Exas. falarem muito da mulher com saúde. Mas quero falar também das mulheres doentes, das mulheres de nosso Brasil vitimadas pelo comportamento machista que ainda existe em nosso País. Quero deixar meu abraço e minha solidariedade para as companheiras do Brasil afora vítimas da AIDS, da hepatite e das doenças sexualmente transmissíveis. É difícil de acreditar, mas, de acordo com levantamento feito pelo Ministério da Saúde, muitas mulheres, apesar de terem um único parceiro, foram contaminadas por essas doenças e vieram a falecer.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que um país sério deve levar em consideração a urgente necessidade de mudança do comportamento machista.



Quero deixar meu abraço afetuoso à companheira Deputada Telma de Souza, que continua lutando para que o País mude em relação aos comportamentos masculinos que vitimam as mulheres.

Aproveito este espaço também para enviar um grande e solidário abraço às mulheres de Minas Gerais, que aqui represento, às mulheres do Nordeste, especialmente da Paraíba, onde tive o orgulho de nascer, e de Poços de Caldas, que tenho orgulho de representar nesta Casa.

Às mulheres do Brasil que, de forma amorosa, dedicaram-se afetivamente aos seus parceiros e em troca receberam a doença, quero deixar a minha solidariedade e o meu compromisso de, durante o tempo em que estiver nesta Casa, reconhecê-las como motivo de luta pela conquista da cidadania e de uma vida saudável para todas nós.

Muito obrigada.



---

Documento 14/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5263 PASTOR FRANKEMBERGEN-PTB -RR  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, venho a esta tribuna para enaltecer as mulheres, que tanto enchem a nossa vida de alegrias e que adoçam os nossos dias. Mulheres que são mães, amigas, irmãs, filhas. Mulheres que nos ajudam a crescer, que se fazem cada dia mais necessárias e mais amadas.

A Organização das Nações Unidas instituiu o Dia Internacional da Mulher, uma conquista alcançada pelas mulheres que, numa fábrica têxtil de Nova Iorque, ofertaram a vida em prol da igualdade de direitos entre os sexos masculino e feminino.

Desde então, várias foram as conquistas das mulheres. No Brasil, elas foram aos poucos conquistando mais espaço. Em 1934, tiveram o direito a voto reconhecido pela Constituição.

Pesquisa nacional elaborada pelo IBGE e publicada no ano de 2000 é prova indiscutível da força de trabalho e da ativa participação da mulher brasileira em todos os níveis de atividades. Os números captados pelo Instituto não deixam dúvidas: das 800 mil vagas de trabalho abertas entre 1996 e 1997, mais de 60%



foram ocupadas por mulheres. Enriquece essa informação o registro de que, das vagas que exigiam nível superior e 2º grau completo, mais de 50% foram ocupadas pelo sexo feminino.

Quero homenagear essas mulheres, que, mesmo diante de tantas dificuldades e discriminações, nunca desistiram dos seus ideais de igualdade. Igualdade esta que, na verdade, as fazem muito mais ativas e essenciais que muitos homens. A mulher hoje assume diversos papéis: é mãe, é mulher, é trabalhadora, é dona de casa.

Há mulheres desempenhando as mais diversas profissões, nas mais diversas áreas. Mulheres médicas, cientistas, educadoras, advogadas... As mulheres já ocupam lugares de destaque nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

No meu Estado, Roraima, creditamos confiança em diversas mulheres, que elegemos pelo caráter, pela iniciativa, pela honestidade, pela grandeza de espírito e pela determinação. Mulheres que servem de exemplo a tantas outras, que lutam por um ideal comum: o bem-estar dos roraimenses. Não só essas mulheres devo parabenizar aqui, mas todas as mulheres de Roraima e do Brasil. Mulheres fortes, de atitude, de caráter.

Comemoramos hoje o Dia Internacional da Mulher, mas ainda temos muito que fazer por elas. As mulheres, apesar de conquistarem respeito e espaço num universo que antes era exclusivamente masculino, ainda sofrem discriminações e são alvos de violências constantes.

Relatório preparado pela ONU mostra que a América Latina registra os índices mais altos de crimes sexuais contra a mulher. No Brasil, Pernambuco e Bahia são os Estados onde a violência contra as mulheres bate recorde.

De acordo com dados do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 70% da violência contra a mulher é cometida dentro do próprio lar e o Brasil é um dos países mais afetados pela violência doméstica.

Outra forma de discriminação em relação às mulheres é evidenciada no mercado de trabalho. Embora o nível de escolaridade das mulheres seja superior ao dos homens, persiste a discriminação em alguns setores do mercado, nos quais a remuneração das mulheres, em condições de trabalho idênticas às do sexo



oposto, continua inferior à dos homens. Um levantamento do IBGE aponta que as mulheres ganham, em média, 30% a menos do que os homens.

Outras informações internas nos dão conta de que pouco mais de um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; de que no trabalho informal a presença feminina é superior a 60% e de que no campo, onde mais de 40% são trabalhadoras, os benefícios mínimos, garantidos constitucionalmente a qualquer cidadão, são praticamente 100% desprezados. Com o agravante de que crianças e adolescentes são exploradas em trabalho quase escravo.

Estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho, a OIT, indica que as categorias mais vulneráveis quanto à exploração da mulher estão no campo e no setor informal, onde é prática comum a exploração de migrantes, idosas e deficientes. O estudo aponta, inclusive, que jovens e adolescentes pobres são presas fáceis da escravidão e da prostituição, enquanto as mais idosas sofrem as mais vis formas de discriminações e de trabalho forçado.

Outro recente relatório, apresentado pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, ressalta que as mulheres ainda são as maiores vítimas do tráfico de pessoas e representam o segmento da população mais pobre em muitos países. O número de mulheres vítimas do vírus da AIDS também está aumentando, juntamente com a taxa de mortalidade.

Dados recentes do Ministério Público do Trabalho nos trazem números desanimadores, entre os quais estes: 70% do 1,3 bilhão de pobres do mundo, que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia, são mulheres; as mulheres passam mais do dobro do tempo dos homens com trabalho não remunerado.

Mulheres e homens devem ser respeitados e devem ter tratamento isonômico, dentro de suas limitações. Diz a nossa Carta Magna no seu art. 5º, inciso I: "Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

Sr. Presidente e meus nobres colegas, devemos dar mais valor à mulher, que há muito já vem demonstrando ter coragem, determinação, força e qualidades de sobra para contribuir positivamente para a concretização dos anseios maiores da sociedade brasileira. Devemos defendê-las e apoiar projetos que punem com mais



rigor a violência doméstica, o abuso sexual, o assédio e tantos outros crimes que humilham aquelas que tanto bem fazem à humanidade.

Diz a Bíblia: "Todavia, nem o homem é independente da mulher, nem a mulher é independente do homem. A mulher proveio do homem, assim também o homem nasce da mulher, no Senhor".

Diz também, em Efésios: "Devem os maridos amar a suas mulheres como a seus próprios corpos. Quem ama sua mulher ama-se a si mesmo".

Apesar de todas as mazelas, continuo acreditando que dias melhores virão, pois acredito na capacidade das mulheres de reverterem essa situação. São exemplos de luta, força e esperança. As mulheres são as grandes erradicadoras das injustiças e das desigualdades. Prova disso são as conquistas alcançadas por elas, que comemoramos hoje e que lembraremos sempre. Não é possível esquecer quem nos permite nascer.

Abro um parêntese para falar do servidor desta Casa Sr. Francisco, que hoje está usando uma pérola na sua gravata em homenagem a sua mulher, com quem vive há 44 anos. É muito bom quando podemos citar exemplos dessa natureza, pois vivemos num país onde a degradação moral da família é muito grande.

Sr. Presidente, acredito na mulher brasileira. Acredito na mulher roraimense.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 15/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:12

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5176 MAURO BENEVIDES-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio às reivindicações dos Prefeitos participantes da VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

---

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a exemplo dos oradores que me antecederam, saúdo o Dia Internacional da Mulher, homenageando de forma particular a brasileira, que, carente e desassistida na estrutura do mosaico social, reclama assistência ainda maior do Poder Público em todos os níveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como estava programado, desde ontem começaram a chegar ao Distrito Federal comitivas com centenas de Prefeitos Municipais, objetivando sensibilizar o Executivo e o Legislativo para o acolhimento de justas postulações que dizem respeito às comunas do País. Participam da VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios cerca de 3 mil Prefeitos, 70 dos quais do meu Estado do Ceará.

Recorde-se que, no final da Sessão Legislativa passada, tudo fizemos para concretizar o compromisso assumido pela área econômica com os alcaides brasileiros, concedendo-lhes 1% a mais da receita tributária, o que permitiria



atender, no ano de 2004, a compromissos inadiáveis, como o pagamento em dia do 13º salário do respectivo funcionalismo público.

Não adiantaram os apelos veementes que fizemos desta mesma tribuna, já que o Planalto manteve-se numa linha de indefinição, impedindo a Liderança da Maioria de encaminhar favoravelmente a polêmica proposta.

Registre-se, por imperativo de justiça, que o Deputado João Paulo Cunha ainda interveio com vista a sensibilizar os setores oficiais competentes, resultando em frustração seu empenho para que o pleito fosse chancelado a este Plenário.

Agora, numa arregimentação das mais impactantes, já que são computadas presenças de cerca de 3 mil Prefeitos na Capital da República, renascem as esperanças de que pretensão tão legítima chegue a bom termo neste Plenário soberano.

O próprio Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, já expressou seu decisivo assentamento à proposição, fazendo-a incluir na Ordem do Dia, sem mais quaisquer protelações.

Além disso, a imensa legião de interessados esforça-se para que a União libere emendas para obras no interior do País, especialmente as destinadas pelos Parlamentares e que foram empenhadas, mas que não tiveram expedida a indispensável ordem bancária.

Confiam, portanto, os Prefeitos que se encontram na Capital, em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorize o acolhimento imediato do que necessitam a fim de que suas administrações não sejam desgastadas diante da opinião pública de cada urbe.

Diante de tudo isso, entendi meu dever somar a voz à dos aludidos Prefeitos, no exercício de direito legítimo de reivindicar recursos para o cumprimento de importantes programações de trabalho além do 1% comprometido, para que outras dotações venham a contemplar as edilidades brasileiras.

É o que esperam, conscientemente, no momento em que se acham em pleno centro de decisões nacionais, diante dos 3 Poderes da República.

Muito obrigado.



---

Documento 16/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5209 JOÃO ALFREDO-PT -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras, nas pessoas de Bárbara de Alencar, Jovita Feitosa, Maria Luiza Fontenelle e Luizianne Lins, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização, pela Casa, da 1ª Conferência da Paz no Brasil.

---

O SR. JOÃO ALFREDO (PT-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, Dia Internacional da Mulher, quero homenagear todas as mulheres brasileiras na figura de 4 cearenses que, na minha opinião, simbolizam a garra feminina, a coragem de transpor limites, de disputar espaços reservados aos homens, sem jamais perder a ternura, como dizia Che Guevara.

A primeira delas, Bárbara de Alencar, foi considerada a primeira presa política do Brasil, após participar, com 3 de seus filhos, da revolução de 1817, movimento republicano originado em Pernambuco.

Bárbara ficou 4 anos presa em cárceres de Fortaleza, Recife e Salvador, sofreu maus-tratos na prisão, teve seus bens confiscados e foi perdoada em 1821, quando retornou à Vila de Crato, onde morava. Depois viu 2 filhos serem assassinados em represália à participação na Confederação do Equador, de 1824.



Um deles, Tristão Gonçalves de Alencar - que depois incorporou Araripe ao sobrenome -, presidente da Confederação no Ceará, teve seu corpo mutilado e exposto durante vários dias, amarrado a uma árvore, até ganhar uma sepultura.

Aberto o voluntariado para a Guerra do Paraguai, em 1865, uma jovem cearense de apenas 17 anos, chamada Jovita Feitosa - a segunda mulher que homenageio hoje -, nascida em Tauá, Região dos Inhamuns, apresentou-se em Terezina, Capital do Piauí, utilizando vestes masculinos e cabelos de homem. Descoberta sua identidade, mesmo assim seguiu no Batalhão Voluntários da Pátria para o Rio de Janeiro, onde receberia treinamento para os combates. Jovita treinava com fardamento especial - saiote e túnica mais apropriada aos contornos femininos. Contudo, na Corte não lhe permitiram ir a guerra. Desiludida diante de sua não participação como combatente na Guerra do Paraguai, resolveu ficar na Corte. Depois de 2 anos, aos 19 anos de idade, suicidou-se.

A terceira mulher, Maria Luiza Fontenelle, foi Deputada Estadual e Federal e eleita a primeira Prefeita mulher de Fortaleza, numa eleição histórica em que, após uma campanha sem recursos, derrotou os candidatos dos 3 coronéis que vinham há décadas dominando a política do Ceará. Foi também a primeira Prefeitura conquistada pelo PT, em 1985, num feito que chamou a atenção da imprensa nacional.

A quarta homenageada no dia de hoje é a também Prefeita Luizianne Lins, ex-Vereadora de Fortaleza, ex-Deputada Estadual, com uma trajetória que é muitas vezes comparada à de Maria Luiza, porque, como esta, lançou-se na campanha sem recursos, desacreditada por muitos de seus partidários. Enfrentou os novos coronéis da política cearense e foi vitoriosa, surpreendendo a todos, vencendo no segundo turno um candidato que apostou no preconceito, na baixaria, mas não conseguiu derrotá-la.

Apesar de ter sua candidatura consagrada na convenção municipal do Partido dos Trabalhadores de Fortaleza, Luizianne foi rejeitada pela cúpula nacional de nosso partido e por dirigentes do PT no Estado, que resolveram apoiar outro candidato. Jovem, nos seus trinta e poucos anos, não se deixou abalar. Enfrentou os preconceitos, o descrédito e conseguiu ganhar a população de Fortaleza com seu



jeito franco, seus longos cabelos loiros e seu sorriso permanente. Hoje está à frente da administração da quinta Capital do País e, acredito eu e todos os que apostaram na sua candidatura, não vai decepcionar. Ela vai contribuir para mudar o rumo da política cearense e, por que não dizer, da nacional.

Essas 4 mulheres são exemplo de luta, de sadia transgressão, de afirmação num mundo que ainda privilegia os homens em muitos aspectos. Com sua história, elas mostram que a mulher pode e deve participar da política e de todas as atividades, ajudando a construir, ao lado do homem, um mundo mais justo, fraterno e igualitário.

Quero saudar ainda, Sr. Presidente, a 1ª Conferência da Paz no Brasil, realizada na Câmara dos Deputados por iniciativa de Parlamentares da bancada feminina, do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC) e de entidades da sociedade civil, em favor da cultura da paz e da não-violência em nosso País.

Sem dúvida, eventos como esse são importantes instrumentos na fomentação de uma cultura da paz, da solidariedade e da igualdade social.

As mulheres, fontes de vida, de acolhimento, de nutrição, de solidariedade, são também guerreiras em todas as frentes de luta onde se coloque a defesa da vida e da paz.

No ano em que se comemoram os 10 anos da Conferência de Beijing, registramos nosso mais irrestrito apoio à plataforma aprovada naquele momento histórico, que colocou as questões de gênero no centro do debate mundial.

Muito obrigado.



---

Documento 17/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5212 ANTÔNIO CARLOS BIFFI-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tomo a palavra para saudar as nossas companheiras Deputadas pelo Dia Internacional das Mulheres, estendendo as saudações, ainda, a todas as mulheres do mundo, em especial às mulheres brasileiras. Mulheres que vêm conquistando o espaço merecido, enxergando na educação, na organização e na luta, o caminho para a ascensão social e a conquista da igualdade social e de gênero. Em Mato Grosso do Sul, em que pese aos avanços, as pesquisas apontam que as mulheres ainda ganham metade para desenvolver a mesma função dos homens. A partir do ensino médio, as mulheres apresentam superioridade numérica em relação aos homens. Na educação superior, elas surpreendem não apenas pelo número de matrículas de graduação, mas também pela crescente presença no corpo docente, nos níveis mais elevados de titulação.

Tenho convicção de que somente a organização e, muitas vezes, o tencionamento provocado pelas próprias mulheres é que desencadeiam um processo de



reeducação de nós, homens, levando-nos a questionar nossa postura machista, marcada pela velha mania de querer ganhar tudo no grito ou até mesmo na força. As mulheres que nos cercam têm mostrado que a paciência, a garra, e até mesmo as lágrimas, são fundamentais para transformar a opressão causada pelo machismo, pela pobreza e pela falta de liberdade.

Não tenho dúvida, conquistei o meu mandato com a força e a determinação de muitas mulheres sindicalistas, líderes comunitárias, servidoras públicas, educadoras e tantas outras, às quais um dia espero poder recompensar.

Por isso avalio que nossas mulheres sempre estiveram e sempre estão prontas para assumir posições de comando em todas as instâncias de decisões, no lar, no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e no Ministério Público.

O sacrifício das 130 operárias que morreram queimadas, durante um protesto por melhoria salarial e redução da carga horária, no dia 8 de março de 1857, em Nova Iorque, não pode ficar em vão. Deve, sim, alimentar nossa força para lutarmos por um mundo melhor.

Parabéns a todas as companheiras

Resta-nos, na qualidade de Parlamentar, criarmos mecanismos que corrijam as distorções de representatividade, permitindo a feminilização do Poder Político. Tenho convicção de que com a participação das mulheres, com sua sensibilidade, reflexão e capacidade de decisão, edificaremos uma nova cultura política, capaz de resgatar a enorme dívida social que paira sobre nosso País, criando uma situação em que homens e mulheres se respeitem e convivam fraternalmente, pondo fim principalmente à violência.

Muito obrigado!



---

Documento 18/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5213 SANDES JÚNIOR-PP -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. SANDES JÚNIOR (PP-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o século passado foi alvo de grandes transformações científicas, tecnológicas, econômicas e sociais. O despertar da mulher em busca de seus direitos e do resgate de valores subjacentes merece um capítulo especial, no momento em que o mundo comemora mais um Dia Internacional da Mulher.

A mulher esteve na linha de frente dos acontecimentos históricos, partindo destemida para a luta em busca de seus direitos. Sua força foi percebida pelo mercado, que, ao mesmo tempo, viu despertar uma excelente força produtiva e uma consumidora potencial.

A mulher deu à luz maior revolução mercadológica das últimas décadas, levando as lideranças empresariais a descobrirem o riquíssimo potencial do produto que mais agrega valor para a mulher contemporânea - a praticidade.



A instituição do Dia Internacional da Mulher nos permite crer que elas têm, sim, o que comemorar, porém entendemos que a data deva se constituir num fórum de debates sobre a não-observância de determinados direitos, que continuam privilegiando os homens. Um dos exemplos mais gritantes é o da não-aplicação do princípio da isonomia salarial.

Ciente dos desafios que a esperam, a mulher tem investido em sua formação acadêmica, competência técnica e habilidades ecléticas, fatores que a faz referência como formadora de opinião e, conseqüentemente, agente de mudanças. Esta realidade despertou a percepção dos especialistas em marketing, que se convenceram do poder de decisão da mulher na hora de escolher a marca de um determinado produto.

Entre as diversas causas do avanço da participação da mulher no mundo dos negócios, destacamos o seu mérito pessoal, a escalada de desemprego, o sonho da independência financeira e econômica e a ajuda no orçamento familiar. Colaboraram, também, a perda do poder aquisitivo, o desejo natural de assegurar melhor padrão de qualidade de vida aos filhos e a certeza de que poderia desempenhar, com a mesma eficácia e dignidade, tantas outras tarefas como a de dona de casa - que, aliás, ela nunca abandonou. Suprir essas necessidades e acreditar no sonho de dias melhores motivam as mulheres a trabalhar fora, apesar da injustiça salarial caracterizar grande parte do universo feminino.

Hoje, como disse, comemora-se o Dia Internacional da Mulher. A data foi escolhida pela UNESCO como uma homenagem às corajosas operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque. No dia 8 de março de 1857, aquelas mulheres reivindicavam algo bastante simples e que até hoje ainda não foi totalmente resolvido: uma jornada de 10 horas de trabalho por dia e equiparação salarial com os homens que desempenhavam igual função. Unidas, elas decidiram por um protesto seguido de uma greve. Com o intuito de amedrontá-las e de dar uma solução rápida ao impasse, os donos da fábrica, agindo em conjunto com a polícia, trancaram as portas de emergência do galpão das máquinas e atearam fogo, num desenfreado desespero de querer mostrar a sua superioridade. O saldo dessa tragédia foi a morte de 129 mulheres por asfixia.



O século XX foi marcado como sendo o da luta pelos direitos das mulheres, muitas pessoas se destacaram nesse sentido, mas uma foi de extrema importância. A alemã Clara Zetkin, feminista de carteirinha, a partir de 1890 foi a editora da revista A Igualdade, e por mais de 27 anos, pregou a igualdade entre homens e mulheres.

Clara foi uma das organizadoras da II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhague, na Dinamarca, onde uma das propostas foi a discussão sobre o direito de voto da mulher na Europa. Nessa reunião, ficou estabelecido que o dia 8 de março seria uma data marcada para as grandes manifestações em toda a Europa, em homenagem às operárias da fábrica de Nova Iorque. Mas foi apenas quando mais de 1 milhão de mulheres se reuniram nas ruas que a data passou a ser reconhecida como o dia internacional de luta pelos direitos de igualdade das mulheres.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento em que o mundo comemora o Dia Internacional da Mulher, a ONU realiza em Nova Iorque uma importante conferência sobre as questões que envolvem a mulher na atualidade. As primeiras conclusões indicam que as mulheres têm mais acesso à educação ou maior presença nos Parlamentos, mas persistem as diferenças com os homens. A pobreza aumentou (sete em cada dez pobres são mulheres), e a AIDS progride entre a população feminina, sobretudo na África subsaariana. Ao todo, 129 países adotaram medidas contra a violência machista.

Os homens escasseiam, e as mulheres tomam a palavra. Representantes de mais de uma centena de governos, incluindo 80 ministras, e cerca de 6 mil ativistas vêm se reunindo desde o último dia 28 na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, para analisar os progressos feitos desde a Conferência de Pequim, realizada em 1995.

Aquele encontro definiu um decálogo para acabar com a desigualdade sofrida por metade da humanidade. Agora, passando em revista, a ONU vê uma mudança significativa na situação feminina. Mas persistem as brechas, e algumas até se aprofundaram.



Nos últimos dias, atenuaram-se as tensões surgidas na cúpula em relação a um dos temas mais polêmicos: o aborto. Desde o início da reunião, estava claro que os Estados Unidos pretendiam incluir uma menção contra a interrupção voluntária da gravidez na declaração final do encontro. Finalmente, porém, os americanos desistiram, depois de receber pressões de vários países, incluindo da União Européia.

Estes são, em resumo, os desafios que enfrenta a mulher no século XXI, tal como os vêem a ONU e os participantes da Conferência das Mulheres, que se realiza em Nova Iorque.

Os fatores culturais, econômicos, educativos, jurídicos e políticos contribuem para que a percentagem de mulheres pobres seja cada vez maior, segundo a ONU. Calcula-se que em cada dez pessoas pobres sete são mulheres.

A discriminação no trabalho, as diferenças salariais e as desigualdades no acesso aos recursos produtivos, entre outros fatores, perpetuam a discriminação. As delegadas insistem que é necessário dispor de dados atualizados e desagregados por sexos para poder avaliar a situação das mulheres e dos homens que vivem na pobreza e o impacto real das políticas.

Apesar de terem sido registradas melhoras, principalmente no ensino primário, as meninas frequentam a escola em menor medida que os meninos. Para a ONU, o principal êxito da última década é o notável aumento de matrículas femininas no ensino superior. Ampliaram-se os campos de estudos e mais mulheres escolhem disciplinas não tradicionalmente femininas, como engenharia, ciências e tecnologia.

O problema que as delegadas salientam é que essa tendência não se reflete depois no acesso da mulher ao mercado de trabalho. Nos países menos desenvolvidos, as estudantes encontram sérios problemas, sobretudo no meio rural.

Em muitos casos, as meninas e adolescentes devem compatibilizar os estudos com trabalhos domésticos. Com frequência não têm acesso à escola, ou devem abandoná-la sem concluir o primário para ajudar a família. Segundo estimativa do UNICEF, 75% dos analfabetos que vivem no mundo são mulheres.



No que se refere à saúde, o panorama não é uniforme. Enquanto alguns países revisam suas políticas para levar em conta de forma específica os problemas femininos, outros fecham os olhos diante deles.

Apesar de ter-se ampliado o uso de meios anticoncepcionais em boa parte do mundo, persiste o problema da gravidez de adolescentes e os abortos inseguros. Na opinião da ONU, as necessidades femininas em saúde não estão cobertas.

AIDS é uma das palavras mais escutadas nestes dias - a doença avança entre as mulheres. Já são 47% dos infectados, segundo a ONUSIDA. A situação é especialmente grave na África subsaariana, onde nove entre cada dez jovens infectados são mulheres.

Há 13 milhões de africanas dessa região portadoras do HIV, 57% de todos os infectados. A desigualdade nas relações entre os sexos, a discriminação e as pautas sociais estão por trás da disseminação da pandemia entre as mulheres, ao que se somam as dificuldades de acesso aos medicamentos anti-retrovirais.

A ONU apela para que se garanta o acesso universal da mulher à prevenção, atenção e tratamento, para reduzir sua vulnerabilidade e a de seus filhos à doença.

A violência física, sexual e psicológica que se exerce contra as mulheres pelo mero fato de elas serem mulheres é uma das prioridades dos programas nacionais e internacionais.

No total, 129 países adotaram medidas concretas para acabar com a violência contra as mulheres e meninas. Mas falta informação precisa para conhecer o alcance real do problema e saber se as medidas adotadas são eficazes. A isso soma-se a dificuldade de que os funcionários policiais e judiciais muitas vezes não reconhecem a gravidade da violência contra a mulher.

A complexidade dos procedimentos e a falta de juizados de família podem impedir seu acesso à Justiça, situação que se agrava no caso das mulheres sem recursos. Além disso, as vítimas podem ser reticentes ao denunciar as agressões por medo, por encontrar-se em um ambiente hostil. Algumas acreditam que o homem tem o direito de bater na mulher em caso de desobediência.



Estão sendo adotadas medidas em escala internacional no combate ao tráfico de mulheres com fins sexuais. Mas a ONU insiste que deve haver mais firmeza diante desse delito.

Em 1995, havia 12 mulheres Chefes de Estado ou de Governo, e 11,3% de Parlamentares. Hoje, o número de mulheres nas Câmaras Legislativas atingiu 15,7%, mas baixou para oito o número de Chefes de Estado. A maior presença de mulheres nos Parlamentos e governos nacionais é uma amostra da evolução da mulher no poder político, sobretudo em nível local.

O problema, segundo as delegadas, é que muitas vezes ocupam um lugar baixo nas hierarquias legislativas ou estão ligadas a esferas menos relevantes no processo de tomada de decisões, como a família, o bem-estar e a cultura. As mulheres continuam ficando com as pastas mais sociais.

A isso se soma o problema verificado em alguns países do estabelecimento de cotas e outras medidas de discriminação positiva, contrárias aos padrões culturais muito arraigados.

Para a ONU, a marginalização constante da mulher na tomada de decisões foi tanto uma causa quanto um efeito dos lentos avanços realizados em muitas esferas do desenvolvimento.

A ONU constata progressos consideráveis na promoção dos direitos e na independência econômica da mulher. A maioria dos países adota medidas para garantir o acesso da mulher ao emprego em pé de igualdade e o apoio às empresárias.

Existe, no entanto, uma importante diferença na carreira profissional. Os estereótipos continuam impedindo o desempenho feminino em altos cargos no setor privado, por isso se pede um reforço das medidas que favorecem a conciliação do trabalho com a vida familiar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de mais uma vez parabenizar as mulheres, desejando-lhes paz, saúde e muita energia para lutar por um mundo melhor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço aos nobres pares desta Casa pela atenção.



Muito obrigado!



---

Documento 19/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5278 RONALDO CAIADO-PFL -GO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Perspectiva de aumento da participação política feminina após a realização da reforma do sistema político-eleitoral brasileiro. Solidariedade à reivindicação de Prefeitos de aumento no repasse de recursos orçamentários ao Fundo de Participação dos Municípios.

---

O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ao cumprimentar as mulheres do meu Estado de Goiás e de todo o Brasil - embora o cumprimento seja muito pouco para quem tem sido o sustentáculo de nossa estrutura familiar e também do dia-a-dia em nosso País -, quero dizer que elas esperam muito mais de nós.

Na condição de Relator do projeto de reforma política, posso dizer que a Comissão trabalhou durante os anos de 2003 e 2004 preocupada com o tema.

Houve oportunidade de discutir a matéria e ver por que, no atual sistema eleitoral, a presença da mulher nos Parlamentos não tem percentual acima de 8% ou 10%. Sem dúvida nenhuma, o atual sistema exclui a presença da mulher da política brasileira. Quando consultamos os países que instalaram a lista preordenada ou as listas partidárias, verificamos que o número de mulheres atinge o percentual de 30% a 40% nos Parlamentos.



Outro ponto diz respeito ao tempo destinado aos partidos nas rádios e televisões, com percentual obrigatório para a propaganda da mulher e repasse de verba do fundo partidário especificamente destinada à campanha, para que elas possam, cada vez mais, estar presentes na política brasileira.

Quero também cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, que sempre foi Parlamentar municipalista. Os Prefeitos estão indignados, perplexos, atônitos, pois não imaginavam, de maneira nenhuma, ver o que acontece. Pela oitava vez caminharam até Brasília.

Milhares de Prefeitos aguardavam a votação da PEC da reforma tributária. No entanto, todas as dificuldades estão sendo criadas.

Ouvimos há pouco alguns Parlamentares dizerem que querem votar a PEC num todo. Ouvimos outros, da base do Governo, dizerem que algumas Prefeituras não administram bem o dinheiro público.

Pergunto: o que ocorreu com a reforma tributária? Na verdade, o Governo tinha interesse em pinçar dela o alongamento da permanência da Desvinculação das Receitas da União - DRU, e ela foi aprovada por 4 anos. A CPMF, que sem dúvida nenhuma gera substantiva receita para o Governo Federal, também foi ampliada por mais 4 anos. E no que diz respeito ao Prefeito, que a cada momento perde renda, enquanto suas responsabilidades são ampliadas, as dificuldades são enormes.

O Governo não quer reconhecer que os Prefeitos têm direito à ampliação do repasse do FPM - mais 1% - para aliviar a crise vivida pelas Prefeituras, acrescida da crise por que passa o setor rural, uma das maiores já vistas neste País. Há diminuição da arrecadação dos Estados e do repasse aos Municípios e insensibilidade do Governo Federal.

Sr. Presidente, espero que amanhã, com a força e o prestígio de V.Exa., a Mesa coloque a matéria em votação.

Muito obrigado.



---

Documento 20/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5275 DR. HELENO-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração do centenário de nascimento da genitora do orador.

---

O SR. DR. HELENO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje se comemora o Dia Internacional da Mulher. Tudo começou no distante 8 de março de 1857, quando centenas de mulheres corajosas e resolutas levantaram a cabeça e saíram às ruas da cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, para protestar contra os baixos salários e a escravidão da jornada de trabalho de 12 horas, bem como as más condições de higiene nas fábricas de vestuário e têxteis. A reação dos homens, donos da cidade e machistas, foi mandar a polícia reprimir de forma violenta aquela ação de protesto.

O respeito à mulher, à sua palavra, à sua inteligência, ao seu direito teve início naquela data. O mundo civilizado começou a ouvi-la e, em sua homenagem, estabeleceu em 8 de março o Dia Internacional da Mulher.

É claro que as conquistas femininas foram lentas, mas, mesmo assim, elas ganharam o direito de galgar os mesmos degraus que os homens.



Neste início do século XXI, a mulher continua ganhando espaço na convivência com milhares de segmentos sociais, o que muito veio colaborar para o desenvolvimento da nossa civilização.

Entretanto, uma pergunta precisa ser feita: será que ela conseguiu chegar ao topo de suas conquistas? Obviamente que não! Acreditamos que ainda existam diversos setores de resistência machista que precisam ser vencidos.

Exemplo recente ocorreu no esporte, mais precisamente no futebol, numa partida entre 2 clubes paulistas da 1ª divisão, São Paulo e Corinthians, para a qual foi escalada como árbitra a juíza Sílvia Regina. Após o jogo, os perdedores reclamaram do seu desempenho, declarando em alto e bom som que mulher não foi feita para apitar jogo de futebol. Em respeito à juíza, os mais esclarecidos provaram, através de números, que ela não só era capaz fisicamente como também estava em condições plenas de exercer a função.

Em outras atividades ainda existe resistência, mas acreditamos que a mulher chegará ao topo, com os mesmos direitos e obrigações do homem.

Sr. Presidente, desejamos homenagear todas as mulheres: brancas, negras, amarelas, gordas, magras, altas, baixas, felizes e até mesmo as que se julgam infelizes.

Nossos aplausos à gama de colegas Deputadas inteligentes, dinâmicas e guerreiras, que no dia-a-dia têm abrilhantado as discussões em plenário e contribuído com projetos para o bem comum dos brasileiros.

Gostaria de estender meus aplausos a todas as mães de dupla jornada; enfim, a todas as mulheres, independentemente de cor, credo, posição social e ideologia política. Quero fazer menção especial à minha mãezinha, que completou no último 7 de setembro o primeiro centenário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres são e serão sempre um desafio: misteriosas, algumas cheias de altos e baixos, porém ricas em sentimentos, o que as fazem mais aptas para compreender o mundo em que vivemos.

Em suas trajetórias, dotadas de beleza ímpar, feminilidade e garra, cada qual em sua área de atuação, acabam sempre como vencedoras.



Os nossos parabéns a todas as mulheres do planeta, dignas representantes da raça humana no universo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 21/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-16:58

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5227 JOVAIR ARANTES-PTB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Apresentação de indicação ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado, para pagamento aos servidores aposentados de saldo previsto na Medida Provisória nº 2.169, de 2001.. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Repúdio à violência contra a mulher. Apoio às demandas da classe feminina.

---

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente informo que estou apresentando indicação ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Poder Executivo, sugerindo o pagamento aos servidores aposentados de saldo previsto na Medida Provisória nº 2.169. Trata-se de importante atitude do Governo Federal em relação aos inativos, que precisam receber esse saldo de uma só vez.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo fazer referência ao Dia Internacional da Mulher, comemorado mundialmente no dia 8 de março e inicialmente dedicado a 130 operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque. Ao entrarem em greve, ocupando a fábrica para reivindicar a redução de mais de 16 horas de trabalho por dia para 10 horas, morreram vítimas de incêndio, no ano de 1857.



Desde então, o movimento a favor da emancipação da mulher tem tomado forma. Pretende-se, com a celebração deste dia, chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher, levando a sociedade a uma tomada de consciência acerca do valor da pessoa, contestando e revendo preconceitos e limitações impostos à mulher.

É importante destacar o valioso papel que a mulher brasileira vem desempenhando nos diversos meios sociais de que faz parte, na responsabilidade e no cuidado com a família, na atuação política em defesa de seus direitos, no combate à violência e à desigualdade salarial, na defesa de políticas públicas para toda população.

Houve avanços importantes, mas as desigualdades ainda são grandes. Devemos lembrar as mulheres que travam acirradas lutas contra a fome, visto que constituem a maioria da população situada no limiar da sobrevivência.

Outro fato a ser lembrado e combatido é a violência doméstica. O índice de mulheres agredidas dentro do lar ainda é muito alto. Por pouca informação, medo ou constrangimento, muitas sofrem caladas. Outras denunciam seus agressores. Com isso, procuram preservar seus direitos e buscam alternativas e medidas para evitar novas agressões ou punir os agressores.

Este dia 8 de março será também marcado, em Brasília, pela luta contra a violência e impunidade. Integrantes do Movimento Maria Cláudia pela Paz, estudante assassinada com crueldade em dezembro último, e o Comitê Nacional de Vítimas de Violência colocaram uma grande cruz negra, com fotos de vítimas e manchetes sobre violência, em frente ao espelho d'água do Congresso Nacional. Vemos então, mais uma vez, mulheres, através de suas reivindicações, contribuir para a formação de uma sociedade mais justa.

Acredito que, apoiando os pleitos femininos, estaremos aumentando as possibilidades concretas de criarmos uma sociedade verdadeiramente cidadã, mais justa e voltada para a valorização do ser humano.

Parabenizo, portanto, todas as mulheres brasileiras no seu dia e em todos os outros, fazendo votos pelo seu pleno êxito em todas as lutas.



Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.



---

Documento 22/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-17:00

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5227 COSTA FERREIRA-PSC -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação feminina no mercado de trabalho e na política. Combate à violência contra a mulher.

---

O SR. COSTA FERREIRA (Sem Partido-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 8 de março, comemora-se mundialmente o Dia Internacional da Mulher, um dos mais significativos do calendário e que deve ser distinguido em todo o seu significado.

Quero parabenizar todas as mulheres do Brasil por seu valor intrínseco e o agregado por conquistas sucessivas em todas as áreas. A data não tem um fim em si mesma, mas deve servir de parâmetro para todos os outros dias do ano.

Apesar de a sociedade ser constituída apenas de homens e mulheres, interdependentes entre si, com igual competência, as mulheres têm conquistado seu espaço gradativamente.

Nos países livres, como o nosso, a mulher já marca presença em praticamente todas as profissões, com resultados que não podem ser aferidos, a priori, pelo gênero. Ou seja, homens e mulheres chegam igualmente à excelência profissional, a depender apenas de esforço que desenvolva as aptidões



necessárias. Entretanto, a posição que as mulheres ocupam nas empresas e os salários que recebem, via de regra, são inferiores aos dos homens.

As mulheres vêm ocupando o espaço merecido em todos os aspectos da vida moderna, da forma mais digna e capaz. Hoje elas são maioria nas universidades e demonstram manter essa tendência, pois, segundo pesquisa recente, dão mais importância à educação do que os homens, considerando as diversas faixas etárias. Não obstante o bom preparo, a maioria ainda não é beneficiada pela isonomia salarial, chegando a receber 57% do salário dos homens.

O exemplo da política é emblemático. O direito de voto para as mulheres foi construído progressivamente a partir de 1932. Entendemos que ainda permanece uma aura de preconceito no conjunto da sociedade, que deve ser dissipada. O número de mulheres que desempenham funções políticas deve-se principalmente ao sistema de cotas. Este estabelece um número mínimo de 30% das vagas destinadas a um partido político às mulheres, que continuam a ser numericamente sub-representadas nas agremiações políticas e nos poderes, a despeito do excelente nível que apresentam.

As mulheres têm de conviver ainda com diversas modalidades de violência. Permanece alto o número de mulheres que morrem durante o parto ou em consequência direta dele, em níveis de 75 para cada mil nascimento. A pesquisa do IBGE publicada há uma semana é vergonhosa: as mulheres temem mais a violência doméstica - muito alta - que o câncer de mama ou de útero.

Ao desempenhar funções com a desenvoltura exigida, as mulheres abrem o leque de oportunidades a outras áreas antes exclusivamente masculinas. Hoje ajudam a compor os quadros da Academia Brasileira de Letras, do Supremo Tribunal Federal, dos Poderes Legislativos e Executivos; integram as forças armadas, polícias, são líderes comunitárias, agricultoras, empresárias; no segmento cristão-evangélico, desempenham cada vez mais a função pastoral e são vitais em praticamente todas as atividades das igrejas.

Côncios de todas essas realidades, é mister considerar cada ano uma extensão de 2004, proclamado o Ano da Mulher, com 365 oitos de março.

Muito obrigado.



---

Documento 23/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-17:58

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5237 SANDRO MABEL-PL -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio à reforma tributária.

---

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Prefeitos que aqui se encontram, em primeiro lugar, o PL saúda as mulheres de todo o Brasil pelo transcurso do seu dia. A cada dia, a mulher tem ocupado maior espaço e lutado mais pela melhoria de sua posição na sociedade. E muitas o fazem não por querer, mas pela necessidade que se impõe, pelas dificuldades do dia-a-dia.

Parabéns às mulheres do nosso Brasil!

Sr. Presidente, quero também falar sobre a reforma tributária, tema sobre o qual debate há 12 anos.

O Brasil precisa de uma verdadeira reforma tributária. E o PL é a favor dessa reforma e tem trabalhado no sentido da diminuição da carga tributária do País. Não podemos, porém, fazer isso de forma açodada, sem medir as conseqüências de se mexer no maior imposto existente nesta Nação: o ICMS. Porque, se por um lado pode haver alguns benefícios com tal medida, por outro, o desastre pode ser muito grande.



A posição do PL é no sentido de votarmos aquele 1% que sempre foi prometido para os Prefeitos. Acreditamos possível fatiar a reforma tributária, como já fizemos em relação a outras propostas, e votarmos a questão requerida pelos Prefeitos. Ao longo do tempo, os Governos criaram contribuições que vieram a enfraquecer os Estados e os Municípios. Isso não é culpa do atual Governo. Agora, os Prefeitos precisam desses recursos.

Quanto à União, é lógico que essa medida pesaria no seu caixa, mas ela estaria distribuindo recursos que possibilitariam aos Prefeitos assumir mais encargos em seus Municípios.

Portanto, o PL defende a idéia de se fatiar a votação da reforma tributária, a fim de atender ao pleito dos Prefeitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabemos da importância de outras matérias que estão contidas na proposta de reforma tributária, como o Fundo de Desenvolvimento Regional, peça importante para o desenvolvimento dos Estados. Apesar de não ter ficado bem definido na proposta e de não ter previsão orçamentária, ele é um instrumento importante.

O que não podemos aceitar é que se coloque tudo no mesmo balaio e se vote.

Não tenho feito análise com base na emoção, mas em números. Portanto, quando mostro o simulador que criamos, vemos que o Centro-Oeste perde 30% da sua arrecadação - não 1%, mas 30% -, o que inviabiliza essa região. E, se fosse só o Centro-Oeste, até que aceitaríamos. Mas o Tocantins do Deputado Dimas também vai perder, assim como Rondônia, o Acre e os Estados do Nordeste, que estão atrás do fundo, mas não estão enxergando o fato de que esse ICMS, colocado como está na reforma, vai trazer muitos danos para a nossa economia.

Sr. Presidente, o fundo vai ser regulamentado, orçamentado e - sabe-se lá que dia - feito, como aconteceu no caso da Lei Kandir. E não é porque o Governo Federal não o quer - aliás, creio que o Presidente Lula quer desenvolver o País -, mas porque é difícil regulamentar e colocar em prática esse instrumento.

Agora, com o ICMS, Sr. Presidente, Srs. Líderes, Sras. e Srs. Deputados, já no dia seguinte, a perda é imediata para o Norte, Nordeste, Centro-Oeste, parte do Sul e alguns Estados do Sudeste.



Assim, já se fala no Fundo de Compensação das Perdas. Por que criar esse artifício, se podemos realizar um estudo sobre o ICMS, para ninguém sair perdendo? Unificar é importante. Podemos simplificar, melhorar, apesar de não constar tal proposta no projeto de reforma. Hoje o texto complica a relação entre contribuintes e Estados, porque cada empresa deixa de ter relacionamento com apenas um Estado e passa a fazê-lo com 27.

Peço calma neste momento. Vamos votar o aumento de 1% pleiteado pelos Prefeitos, uma ação emergencial, visto que os Municípios precisam de mais recursos.

Solicito aos Deputados que analisem com cuidado os demais pontos da reforma, inclusive o Fundo de Desenvolvimento Regional, tão importante para o País. Porém, peço para separar o item relativo ao ICMS, a fim de discutirmos o assunto descontaminadamente.

Querem inserir agora um artigo que permita a unificação do ICMS? Tudo bem, vamos fazê-lo. Mas temos de discutir o assunto com calma. Nosso colega Deputado André Puccinelli, que poderá ser Governador, sabe que o seu Estado perde 32% da arrecadação. Ninguém vai conseguir administrar um Estado com tamanha perda.

Deputado José Thomaz Nonô, que ora preside esta sessão, peço a V.Exa., ao Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e aos Líderes que tomemos cuidado ao colocar essa matéria na pauta. Devemos analisar com muita atenção o assunto para votarmos com tranqüilidade e serenidade, a fim de conceder ao Brasil uma parte da reforma de que tanto precisa.

É pouco o que está se reformando porque não baixa a carga tributária, mas é o começo para um passo mais largo que precisa ser dado. Precisamos reduzir o tamanho da carga tributária do Brasil.

Ficam o nosso pedido e o compromisso do PL de votar a reforma tributária, porém sem prejudicar os Estados e, sobretudo, beneficiando os Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 24/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:40

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5184 LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Partido dos Trabalhadores sempre foi, desde a fundação em 10 de fevereiro de 1980, berço das principais reivindicações pela igualdade das mulheres. O PT foi o primeiro a estabelecer cotas internas para garantir representatividade na ocupação de cargos de direção partidária em nível municipal, estadual e nacional. Foi proposição da então Deputada Federal Marta Suplicy que resultou na cota mínima de 30% estabelecida na legislação eleitoral para assegurar vagas na disputa aos Parlamentos Municipais.

Apesar de o arcabouço jurídico-legal ter avançado, o que reflete a sedimentação de um leque de políticas públicas implementadas nas últimas décadas, a representação feminina no Parlamento, no Executivo e no Judiciário ainda está distante do que poderia ser. Embora existam avanços significativos a serem registrados, algumas distorções só recentemente começaram a ser corrigidos. Por exemplo, somente há bem pouco tempo as mulheres, merecidamente, chegaram aos mais altos cargos do Judiciário brasileiro.



Nas últimas eleições, o desempenho feminino melhorou em relação às anteriores. Passamos de 377 para 407 Prefeitas, um aumento ainda pequeno, mas que sinaliza avanços maiores no futuro. Nos mais de 5 mil Municípios, 1.364 mulheres concorreram ao Executivo local, algo em torno de 25%. Esses dados, levantados pela revista *Mátria*, editada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, indicam ainda que no Nordeste o percentual de Vereadoras eleitas é relativamente maior que nas demais regiões. O Rio Grande do Norte, com 17%, e a Paraíba, com 16%, estão ligeiramente acima da média, ainda que sejam índices muito distantes da proporção entre a população feminina e a quantidade de vagas a serem preenchidas. São dados ainda relativamente modestos, mas superiores aos verificados nas demais regiões do País, o que não chega a ser surpresa, sobretudo porque o Nordeste tem maior número de mulheres sindicalistas rurais. Estudo publicado no portal do PT aponta o crescimento feminino em quase todos os níveis de ensino. É o que indica a pesquisa *Trajetória da Mulher na Educação Brasileira*, lançada pelo Ministério da Educação:

"O número de matrículas do sexo feminino na educação infantil cresceu 48,1% entre 1996 e 2003, enquanto as matrículas do sexo masculino aumentaram 52,5%. As Regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores índices de elevação, em ambos os sexos. Na Região Sul, o crescimento feminino foi de 64,3%; o masculino, de 67,9%. Na Região Sudeste, o número de mulheres aumentou para 65,9%; o de homens, para 69%".

Na Região Nordeste, os números, embora menores, indicam também crescimento: 23,6% para as mulheres e 25% para os homens.

No ensino médio, os números são melhores e, em alguns casos, surpreendentes: "O crescimento das matrículas foi de 58% para ambos os sexos, no período. Considerando que a população brasileira cresceu apenas 4,3% no grupo de 15 a 19 anos, os índices indicam não apenas o aumento no tempo de estudo da população jovem, mas um retorno de grupos de mais idade à escola".

Além dos números e das conclusões deles derivadas, o mais importante é perceber que em todos os níveis de poder, municipal, estadual ou federal, as políticas públicas estão discutindo a questão de gênero em todas as suas



nuanças. Ainda que tenhamos, de maneira direta - e isto precisa ser dito - apenas 56 Prefeituras com cargos de primeiro escalão especificamente ocupados por mulheres, outras estruturas lidam especificamente com a questão de gênero. É o caso das Delegacias da Mulher, vinculadas aos Executivos Estaduais, que tratam do combate à violência contra as mulheres.

Há iniciativas pulverizadas em todos os níveis de poder aqui referidos. São políticas que tendem a se consolidar e a se institucionalizar como práticas administrativas. Porém, mais importante que a institucionalização é a questão cultural. Mais do que nas leis e práticas administrativas, o cerne de uma política de igualdade de gênero reside nos costumes e na cultura. Devemos contribuir para banir quaisquer formas de preconceito para que nossa geração e as futuras possam abolir de vez o vírus do machismo, tão impregnado em nosso cotidiano.

Quero saudar em meu nome e no do meu partido todas as mulheres de meu Estado e do Brasil. Donas de casa, trabalhadoras urbanas e rurais, Prefeitas, Vice-Prefeitas e Vereadoras, cada uma a seu modo, fazem da Paraíba uma terra de mulheres, das quais todos temos muito orgulho.

Sras. e Srs. Deputados, na I Conferência da Paz no Brasil, iniciada hoje nesta Casa, o Dr. Pierre Weil, Diretor da Universidade da Paz, afirmou que também nos homens é preciso recuperar o feminino, ou seja, o sentimento de amor, paz, justiça e verdade.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



---

Documento 25/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5185 LINCOLN PORTELA-PL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Desempenho econômico do Estado de Minas Gerais em 2004. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mesmo após o resultado de uma pesquisa de sondagem realizada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas - FIEMG, que aponta preocupação entre os empresários mineiros com relação ao crescimento da taxa SELIC, a competição acirrada do mercado e o custo de matérias-primas, o Estado surpreendeu o Brasil.

Minas Gerais liderou as contratações na indústria em 2004, com crescimento de 4,4%, ficando bem acima da média nacional, de 1,95%. Os 13 setores que mais contrataram foram os de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (18,7%), alimentos e bebidas (4,5%) e borracha e plásticos (27,1%). Apenas o têxtil e o de máquinas e equipamentos, os mais cotados, não acompanharam os bons resultados obtidos pelos outros setores. Enfim, esse é o melhor resultado de Minas desde 1989.



Em 2004, o crescimento do emprego foi garantido pelo aumento do contingente de trabalhadores em 11 locais e 12 atividades. Pela primeira vez o número de desempregados na Região Metropolitana de Belo Horizonte caiu. Desde 1995 não alcançávamos patamares tão estimuladores.

Em 2003, a taxa média anual era de 20% da População Economicamente Ativa, foi reduzida para 19,3%, o que representa 2 mil pessoas fora da trágica estatística dos sem-emprego.

Não só Minas obteve destaque na geração de empregos. São Paulo também se destacou no setor industrial, com aumento de 1,5%. Apesar de abaixo da media nacional, o desempenho dos paulistanos também é considerado satisfatório, tendo em vista o peso que o Estado tem na indústria brasileira, de 37%. A participação dos mineiros gira em torno dos 10%.

Sr. Presidente, é reconfortante e motivo de orgulho ver Minas superando obstáculos e crescendo. Independentemente da variável pesquisada, o bom desempenho de Minas se deu pelo crescimento dos setores de bens de consumo duráveis, bens de capital e por outros voltados para a exportação. O aquecimento da economia foi fundamental para o fechamento positivo da indústria e a melhoria salarial. Parabéns ao Governo de Minas, aos empresários e aos investidores. Espero que, no próximo ano, aqueles setores que não foram tão felizes em 2004 superem as expectativas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo ainda abordar outro tema. O Dia Internacional da Mulher foi criado em 1857, depois de um enorme protesto de mulheres por direitos iguais aos dos homens. Elas vêm reafirmando, de maneira cada vez mais firme, essa luta por igualdade. As batalhas travadas têm sido longas. As mulheres continuam em busca de respeito e dignidade pessoal, tentando veementemente se firmar profissional e socialmente.

Hoje, muito há o que comemorar. Conquistaram o direito de voto, garantias constitucionais, representam grande parte da população mundial e não esqueceram as escolas e as universidades.

No Brasil, elas são responsáveis por 25% dos domicílios, mesmo com idades na faixa dos 60 anos ou mais. Muito se conseguiu, mas muitas diferenças precisam



ser superadas. A questão salarial, educacional e principalmente a violência contra as mulheres merecem atenção e mais rigor.

Atitudes de discriminação ainda são notórias no universo homem/mulher. A indiferença a certas atitudes cometidas contra as mulheres ainda permanece. Os Governos muitas vezes são omissos diante do desrespeito aos direitos das mulheres e a impunidade alimenta e perpetua uma quantidade infinita de atos violentos contra elas.

Na esfera política, o século XX foi marcado pela entrada da mulher no poder. No entanto, neste início de século XXI, continuam quase que exclusivamente como eleitoras. Assim, a eleição de mulheres, de forma generalizada, tanto para o Executivo quanto para o Legislativo, surge como um dos grandes desafios da recente democratização do Estado brasileiro.

É necessário que continuem a insistir em participar do poder, somente assim terão a possibilidade de garantir igualdade e a não-discriminação. Mas também é fundamental o incentivo à capacitação política das mulheres, a valorização e o prestígio das eleitas, visando à compreensão da necessidade de superação das discriminações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história das mulheres nem sempre foi marcada por conquistas. Em muitos lugares do mundo, ainda falta mudar muita coisa para que a mulher tenha seus direitos respeitados. Mas o importante é saber que, ao respeitarem esses direitos, todos estarão contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, saudável e feliz.

Parabéns a todas!

Muito obrigado.



---

Documento 26/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:56

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5189 WASNY DE ROURE-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem à memória de Anita Garibaldi.

---

O SR. WASNY DE ROURE (PT-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o mundo rende homenagens à mulher, pois ela tem mostrado, passo a passo, que não é o sexo frágil e que muito tem a contribuir em nossa sociedade.

Espero em Deus que não apenas hoje, mas todos os dias, valorizemos a mulher brasileira - esposa, Parlamentar, operária, executiva ou professora, mas sempre guerreira.

Sintetizo minha homenagem enaltecendo a bravura de Anita Garibaldi, que o povo brasileiro ainda necessita reconhecer pela contribuição à liberdade do povo brasileiro e italiano.

Muito obrigado.



---

Documento 27/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:58

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5190 LOBBE NETO-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento todas as mulheres, as Sras. Parlamentares, as funcionárias, que neste dia comemoram sua data. O Dia da Mulher não é apenas o 8 de março - ela deve ser exaltada todos os dias -, mas este está marcado para as comemorações.

Então, deixo o meu abraço para todas as mulheres do nosso País, principalmente para as Deputadas da bancada do PSDB e para as Sras. Deputadas do Congresso Nacional.

Muito obrigado.



---

Documento 28/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:00

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5190 MANOEL SALVIANO-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Homenagem à memória do Sr. José Bezerra de Menezes, fundador da Cooperativa de Crédito de Juazeiro, hoje BICBANCO. Homenagem às mulheres brasileiras, na pessoa da Sra. Maria Amélia Bezerra de Menezes, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. MANOEL SALVIANO (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito esta oportunidade, para homenagear a figura do ilustre brasileiro José Bezerra de Menezes, que conseguiu criar as bases do que viria a ser uma das mais respeitadas instituições financeiras do País, o BICBANCO.

Qualquer pessoa que procure conhecer a trajetória desse homem e da instituição por ele criada terá grande surpresa e admiração. Afinal de contas, não é todos os dias que vemos realizar-se proeza igual à dos que transformaram a Cooperativa de Crédito de Juazeiro, fundada em 1938, num banco múltiplo com sede na Avenida Paulista e abrangência internacional.

Como isso foi possível? Por mais que busquemos entender os meandros da história econômica e social brasileira, a razão profunda desse sucesso está nos



homens que conduziram o processo, e muito particularmente na figura de José Bezerra de Menezes, incomparável líder do grupo familiar que há 3 gerações comanda as empresas do setor financeiro e industrial que gravitam em torno do BICBANCO.

Quando, em 1938, foi criada a Cooperativa de Crédito de Juazeiro, o Município havia ficado famoso pelas pregações do Padre Cícero, falecido 4 anos antes, e já despontava como núcleo de aglutinação de empreendimentos agrícolas. No entanto, a cidade do Crato continuava a ser o centro econômico do sul do Ceará, e era lá onde estavam as duas instituições financeiras da região: o Banco do Brasil e o Banco do Cariri.

A criação da cooperativa de crédito foi passo decisivo para o desenvolvimento de Juazeiro e teve sua primeira diretoria composta por Dirceu Inácio de Figueiredo, Antonio Pita, Francisco Neri Morato e José Bezerra, que, na ocasião, já havia sido Presidente da Câmara de Vereadores.

Naquele momento, ocorreu o fato decisivo para o desenvolvimento de Juazeiro e da região do Cariri, pois foi possível reunir as condições necessárias para que os empreendedores locais participassem do processo de industrialização e de integração que determinava os rumos do mercado nacional.

Em 1944, aproveitando os estímulos dados pelo Governo à ampliação do sistema financeiro, a Cooperativa de Crédito solicitou e conseguiu sua transformação no Banco de Juazeiro, que rapidamente ampliou sua penetração na região, aproveitando, entre outras coisas, a expansão do Município, que passou a se chamar Juazeiro do Norte.

Estava, então, formado o núcleo da instituição financeira que dali em diante não pararia de crescer, aproveitando também as oportunidades que surgiam para ingressar nos ramos industriais e comerciais mais promissores, como o têxtil e a exportação de algodão.

Mas foi no começo dos anos 50 que ocorreram 2 fatos decisivos na história do BICBANCO e da família Bezerra de Menezes: a morte do fundador e a conquista do controle acionário da instituição.



Em 1954, José Bezerra de Menezes, então Vice-Presidente do Banco de Juazeiro, morreu precocemente, em plena atividade produtiva, deixando a cidade inteira de luto e perplexos os seus familiares, que se aglutinaram em torno de Dona Maria Amélia, viúva e mãe de 7 filhos.

Humberto Bezerra, que desde cedo havia assumido o compromisso de manter vivo o projeto do pai, aproveitou a oportunidade surgida com a venda das ações de Antônio Corrêa Celestino e assumiu o controle acionário do Banco de Juazeiro, cuja presidência coube à Dona Maria Amélia, a primeira mulher banqueira do País.

A propósito, aproveito o transcurso do Dia Internacional da Mulher para homenagear as mulheres brasileiras, em particular as cearenses e as de Juazeiro, na figura de Dona Maria Amélia Bezerra de Menezes, exemplo de mulher e a primeira banqueira do País.

Logo em seguida, Adauto Bezerra assumiu seu primeiro mandato como Deputado Estadual do Ceará, dando prosseguimento à vocação política que o pai não tinha podido realizar plenamente.

No plano dos negócios, as atividades do grupo se expandiram a ponto de, em seu ramo comercial, ter sido consolidada a maior empresa exportadora de algodão do Ceará e a maior compradora do produto em todo o Nordeste. No ramo industrial, iniciaram-se as atividades de extração e refino de óleo vegetal comestível.

Esse brevíssimo resumo do nascimento e consolidação do BICBANCO é suficiente para termos uma idéia do que foi e do que é o espírito empreendedor inaugurado por José Bezerra de Menezes e desenvolvido por seus filhos e netos.

E esse espírito de iniciativa, essa determinação e essa coragem, aliados a uma aguçada visão do futuro, que devemos sempre homenagear, continuam presentes na família Bezerra, exemplos vivos da capacidade de trabalho do homem nordestino e do brasileiro de modo geral.

Não se trata apenas da tarefa realizada por um homem isolado, mas de um projeto de vida e sociedade que se propagou por várias cidades e se transmitiu através das gerações.



José Bezerra de Menezes foi, em primeiro lugar, um pai responsável e austero. Com Dona Maria Amélia, teve 7 filhos: Maria Alacoque, Leandro, Francisco Humberto, José Aauto, Neide, Orlando e Ivan.

A todos propiciou educação da melhor qualidade, abrindo-lhes as portas para que ocupassem posições de destaque no cenário social, político e econômico de seu tempo. Com empenho e solidariedade, eles conseguiram levar adiante os objetivos lançados pelo pai, ampliando seu raio de ação para o plano estadual, nacional e internacional.

Desde cedo, muito orgulhoso do empenho mostrado por seus filhos, José Bezerra sentiu-se realizado com a formação de Humberto e Aauto como oficiais do Exército pela Academia Militar das Agulhas Negras. E se não pôde estar presente a seus outros feitos, certamente pôde intuir que as sementes por ele lançadas iriam produzir belos frutos.

A verdade é que o espírito do patriarca esteve presente em todas as fases do crescimento da instituição por ele criada. Desde a Cooperativa de Crédito, até o Banco Industrial e Comercial S.A., passando pela incorporação do Banco do Cariri e do Banco dos Proprietários, pela criação do banco múltiplo, pela mudança da sede para a Avenida Paulista e pela consolidação de suas operações internacionais.

No que diz respeito aos benefícios proporcionados a Juazeiro do Norte e à industrialização da região do Cariri, poucos homens deram tamanha contribuição. Muito poucas iniciativas, em todo o País, tiveram por si só tamanho impacto na transformação socioeconômica regional quanto os projetos lançados e desenvolvidos pela família de José Bezerra de Menezes.

Por tudo isso, consideramos que a trajetória dos homens e mulheres que construíram o BICBANCO deve ser sempre lembrada como exemplo da iniciativa, inteligência e trabalho de que são capazes os brasileiros.

Um exemplo que nos fala da capacidade de enfrentar os desafios do presente com um olhar voltado para o futuro, da responsabilidade dos pais perante a formação de seus descendentes, da firmeza de caráter de quem avança motivado pelos ideais e valores em que realmente acredita.



Nos últimos anos assistimos a grandes transformações na sociedade brasileira. Vivemos, em algumas décadas, momentos muitos conturbados na política e na economia. Muitas empresas não resistiram às bruscas mudanças de rumo, o mercado de trabalho passou a exigir cada vez mais criatividade e competitividade, lideranças de todas as áreas viram-se confrontadas com desafios completamente inesperados.

Nesse contexto, os que sobreviveram saíram fortalecidos das dificuldades e hoje têm a tarefa de contribuir para o engrandecimento do País e para o fortalecimento da cidadania e da responsabilidade social coletiva.

Entre esses últimos, entre aqueles que cresceram e se firmaram no meio das intempéries, está justamente o grupo liderado pelo BICBANCO, prova incontestada da inteligência e determinação do homem nordestino.

E, como dizíamos, a síntese dessa trajetória de sucesso está presente na figura de José Bezerra de Menezes, o grande desbravador, o pioneiro por excelência, que soube como ninguém encarnar os ideais que projetaram na história das empresas brasileiras o perfil de uma das mais bem-sucedidas instituições financeiras do País.

A esse homem excepcional, a seu caráter e grande visão de futuro, deixamos registrada nossa homenagem, na esperança de que seu exemplo continue servindo de estímulo à iniciativa e liderança dos homens brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 29/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5205 PEDRO CORRÊA-PP -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necessidade de políticas públicas destinadas ao combate à violência contra a mulher.

---

O SR. PEDRO CORRÊA (PP-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna da Câmara dos Deputados para exaltar o Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, bem como suas lutas e conquistas. Não que seja necessário que as mulheres tenham um dia para serem lembradas, pois elas estão cada vez mais presentes em todos os campos e áreas de atuação da nossa sociedade, mas hoje é o dia em que as atenções estão voltadas para a mulher e vale a pena lembrar a importância de suas lutas e vitórias.

A passagem do Dia Internacional da Mulher tem que ser um momento de reflexão sobre os abusos históricos contra as mulheres e sobre as conquistas e mudanças sociais obtidas em tão festejadas vitórias.

Não é possível desvincular as lutas das conquistas femininas, pois a definição do Dia Internacional da Mulher surgiu de um episódio trágico, mas que expõe de maneira clara os abusos a que as mulheres eram submetidas.



Cento e vinte e nove tecelãs de Nova Iorque foram mortas, carbonizadas dentro da fábrica onde trabalhavam. O motivo foi a organização de uma greve por melhores condições de trabalho e pela redução da jornada de 12 horas. Esse fato aconteceu em 1857 e marcou a vida da sociedade, que assistiu horrorizada ao martírio sofrido por essas mulheres.

Mais de 100 anos se passaram, as condições de trabalho das mulheres melhoraram, mas não chegam próximas do que de fato deveriam ser. As mulheres ainda ganham menos que os homens ao desempenhar as mesmas funções, ainda sofrem preconceito e são expostas a condições de extrema desigualdade dentro do ambiente de trabalho. Isso sem contar os assédios e provocações a que são submetidas todos os dias, o que causa verdadeira violência psicológica, acarretando danos à personalidade e à auto-estima femininas, os quais podem ser considerados, em alguns casos, irreparáveis.

Outra violência sofrida pelas mulheres é a física. Assistimos impassíveis todos os dias a notícias de violência sofrida pelas mulheres, seja dentro de casa, seja nas ruas. Não existe um dia em que esse tipo de violência não esteja nos jornais.

Mesmo com todos os entraves a que a mulher tem que se sujeitar, ela não deixa os sonhos de lado e se torna mãe, companheira e trabalhadora, tendo que, no dia-a-dia, cumprir dupla ou tripla jornada - trabalho, casa, vida pessoal. Todo esse "fardo" faz com que vejamos a mulher como uma guerreira de verdade, pronta para obter sucesso e encarar os piores desafios, na busca de superar as injustiças e as desigualdades.

Comemorar o Dia Internacional da Mulher requer muito mais que simples festejos. É preciso que se criem políticas de conscientização, para que as mulheres não precisem mais passar por esses abusos e humilhações. É preciso dar um basta a todo e qualquer tipo de violência cometida contra as mulheres. Quando a sociedade alcançar essa consciência e as mulheres estiverem de fato ocupando seu lugar na sociedade, aí poderemos comemorar o Dia Internacional da Mulher com muito mais alegria.



As vitórias já as engrandecem, mas precisamos fazer com que não sejam apenas mais degraus para o almejado, e sim a plena conquista de seus verdadeiros direitos.



---

Documento 30/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5208 TETÉ BEZERRA-PMDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Luta da classe feminina pela igualdade de direitos.

---

A SRA. TETÉ BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Será que neste dia as mulheres do mundo comemoram ou refletem sobre os avanços que buscamos com relação à questão de gênero?

Com certeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a reflexão deveria ser nossa forma de comemorar o transcurso desta data.

A cada ano, vemos crescer a necessidade de lutar pela igualdade. A cada ano, as estatísticas demonstram que, apesar de contribuir numericamente para a média de escolaridade no País - somos maioria nas universidades, nos cursos de Mestrado e Doutorado -, as mulheres não são valorizadas nem reconhecidas em suas funções e ganham cerca de 70% da remuneração dos homens.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além da discriminação salarial, elas enfrentam o assédio moral, pois têm de suportar ameaças e insultos dos superiores na tentativa de manter o emprego.



Esta situação causa sérios transtornos à saúde física e mental das trabalhadoras, vítimas mais freqüentes desse tipo de assédio, e que muitas vezes leva ao pedido de demissão.

Entretanto, a dificuldade de comprovar o assédio moral impede o registro da denúncia. Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, necessárias se fazem ações preventivas, como promover a conscientização e sensibilização dos dirigentes de empresas para implementar ações que eliminem esses casos.

É preciso ressaltar a proteção que deve ser dispensada à trabalhadora em relação à função reprodutiva e que é garantida pelos avanços conquistados na Constituição Federal de 1988. Além da conscientização e da garantia dos direitos conquistados, a capacitação para enfrentar as desigualdades no mundo do trabalho é essencial para a inclusão social, para o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda e, acima de tudo, para ampliação da probabilidade de inserção e permanência no mercado de trabalho, primordialmente, com manutenção da dignidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vemos crescimento considerável na representação política após a Conferência de Beijing. Lá observamos que os países que haviam adotado a lei de cotas possibilitavam às mulheres a ascensão a mandatos eletivos.

Assim que retornamos ao Brasil, apresentamos projeto de lei que institui essas cotas. Na época, ficamos conhecidas como a bancada do batom, mas nossa ação garantiu percentual de candidaturas às mulheres. Hoje, 11% têm mandatos de Vereadora, e nas assembléias, na Câmara e no Senado nossa representação tem aumentado. Acredito que, na reforma política que tramita nesta Casa, a aprovação do financiamento público das campanhas eleitorais nos dará maior possibilidade de disputar vagas e, com isso, de aumentar nossa representatividade.

Inúmeros assuntos poderiam ser abordados neste dia. Por isso, reafirmo a importância da reflexão. Precisamos cobrar de nossos governantes, em todas as esferas - federal, estadual e municipal -, políticas públicas e ações afirmativas voltadas para a igualdade no mundo do trabalho, a cidadania, o enfrentamento da



violência contra as mulheres, o direito à saúde, os direitos sexuais e reprodutivos, a educação, a possibilidade de formação profissional e tantos outros temas.

Mulheres e homens são iguais em seus direitos, e sobre esse princípio se apóiam as políticas do Estado. Uma grande lição ficará da Conferência de Beijing para esta e as futuras gerações: respeitar os direitos das mulheres é respeitar os direitos humanos.

Muito obrigada.



---

Documento 31/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5253 ZÉ LIMA-PP -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado Inocêncio Oliveira em defesa das reivindicações dos Prefeitos Municipais. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ZÉ LIMA (PP-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parabênzo V.Exa. pelo pronunciamento em favor dos Prefeitos, apresentado no início desta sessão. Associo-me ao seu discurso, repito, a favor dos Prefeitos.

Sei que sua proposta será convalidada pelas Lideranças. Com certeza, amanhã votaremos esse item da reforma tributária que beneficia os Prefeitos. Esse aumento é muito tímido, mas é bem-vindo neste momento para os Prefeitos.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto. Comemora-se hoje o Dia Internacional da Mulher e eu não poderia ficar alheio às comemorações alusivas a essa data, muito menos às reivindicações das mulheres brasileiras.

Felizmente em nosso País a mulher vem conquistando cada vez mais espaços. Todavia, é preciso que se diga, muito há por fazer pelos poderes constituídos, pois como sabemos, inúmeras mulheres ainda hoje, em pleno século XXI, morrem na hora do parto por falta de um serviço público de saúde que lhes garantam condições necessárias para um pré-natal e parto tranquilos.



A violência contra a mulher é outro tema muito debatido ultimamente. Contudo, o problema permanece latente em nossa sociedade, com muitas mulheres deixando de levar ao conhecimento das autoridades os maus tratos de que são vítimas por saberem da impunidade e reação de seus agressores, o que tem levado a homicídios brutais.

Não obstante, é inconteste que a partir da década de 90 as mulheres brasileiras têm galgado degraus cada vez mais altos em termos de conquistas políticas, e temos constatado que sempre que uma mulher recebe o poder de mando nos cargos que ocupa não decepciona, mas ao contrário, demonstra sua tenacidade e obstinação em busca do melhor para todos.

Tal evolução, contudo, ainda é muito tímida. Basta olhar para a administração pública federal para detectarmos que, entre os 35 nomes do alto escalão, aí incluídos Ministros e Secretários com status de Ministro, apenas três representam as mulheres brasileiras, o que é muito pouco, ficando abaixo de 10%.

Por outro lado, se atentarmos para o fato de que até 1990 nenhuma mulher havia galgado o posto de Governadora e a quantidade de Governadoras que já tivemos ou temos atualmente, será fácil observar que o número de mulheres em cargos importantes tem evoluído bastante.

As duas Casas que compõem o Congresso Nacional demonstram claramente o pouco espaço que ainda tem na política a mulher brasileira. Muitas vezes, por falta de incentivo dos partidos políticos, que, esquecendo-se da conquista política processada através do voto, destinam às mulheres funções meramente burocráticas.

Volto a chamar a atenção para a necessidade de cuidarmos da saúde das mulheres brasileiras, as quais muitas vezes assumem o papel de chefe de família, principalmente no interior, totalmente desprotegidas dos serviços essenciais que deveriam ser fornecidos pelos Governos em todos os âmbitos: segurança pública, educação e condições de sobrevivência para que possam evoluir não apenas no trabalho doméstico ou profissional, mas sobretudo politicamente, ajudando o Brasil a conquistar seu espaço dentre as nações mais desenvolvidas.



Quero, neste momento, na pessoa da irmã Dorothy Stang, que dedicou grande parte da sua vida para ajudar aos menos favorecidos no campo, homenagear todas as mulheres do meu País, que foram, são e certamente serão as guerreiras que sustentam o desenvolvimento desse País.



---

Documento 32/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5252 MAX ROSENMANN-PMDB -PR  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB-PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 8 de março é, desde 1975, comemorado pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher.

Pretende-se chamar a atenção para o papel e a dignidade da mulher e nos levar a uma tomada de consciência sobre o valor da pessoa, para que se perceba o seu papel na sociedade, contestando-se preconceitos e revendo limitações que são impostas à mulher.

Nesse dia, no ano de 1857, as operárias de uma fábrica têxtil de Nova Iorque entraram em greve. Ocuparam a fábrica para reivindicar a redução do horário de trabalho, de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, que foi alvo um incêndio. Cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Desde então, o movimento pelo fim dos preconceitos e discriminações contra as mulheres tem crescido em todo o mundo.



Em 1903, profissionais liberais norte-americanas criaram a Women's Trade Union League. Essa associação tinha como principal objetivo ajudar todas as trabalhadoras a exigir melhores condições de trabalho.

Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque. Reivindicaram o mesmo que as operárias no ano de 1857, bem como o direito de voto. Caminhavam com o slogan Pão e Rosas, em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas, uma melhor qualidade de vida.

No Brasil, o direito ao voto para as mulheres só é reconhecido na Constituição de 1934. A primeira Governadora é eleita 60 anos depois.

De acordo com dados da Fundação Carlos Chagas, no período de 1981 a 1998 o crescimento das mulheres economicamente ativas no País foi de 111%, enquanto que o dos homens foi de 40%.

Hoje, a parcela feminina representa 41% da População Economicamente Ativa, com 30 milhões de mulheres no mercado de trabalho. No setor educacional, a ascensão da mulher revela-se na presença de 57%, no caso do 2º grau e do ensino superior.

Apesar dos avanços, ainda há muito o que mudar para que a mulher possa efetivamente ocupar o espaço que merece em nossa sociedade. De acordo com a ONU, 25% das brasileiras são vítimas de violência no lar. Em apenas 2% dos casos o agressor é punido e, em cerca de 70%, esse agressor é o marido ou companheiro.

Nas eleições de 2002 se evidenciou a expressão das mulheres: 51% da população e do eleitorado; 40% da População Economicamente Ativa; 26% dos chefes de família.

Segundo o Ministério da Previdência Social, existem atualmente 9 milhões de donas de casa no Brasil. Até mesmo as cerca de 40 milhões de mulheres que ocupam postos no mercado de trabalho, formal ou informal, acabam desempenhando ou gerenciando atividades domésticas.

Como Deputado que defende a proteção da família e dos valores familiares como base para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, deixo registrado voto de congratulações a todas as mulheres brasileiras por este dia.



Também expresse apoio aos projetos que estão em discussão nesta Casa que tratam de uma série de assuntos de interesse das mulheres em questões como saúde, seguridade social, proteção contra a violência e reconhecimento de direitos fundamentais.

Nossa sociedade só será justa quando houver igualdade de direitos e oportunidades a todos, independentemente de gênero, cor da pele, raça, crença religiosa ou origem social.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.



---

Documento 33/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5267 NATAN DONADON-PMDB -RO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. NATAN DONADON (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uno-me a todos os Parlamentares que nesta noite homenagearam nossas queridas companheiras, as mulheres.

Deixo aqui meu abraço e também a minha homenagem às mulheres. Precisamos realmente homenageá-las pelas conquistas já obtidas e pelas que ainda virão. É importante nossa palavra de apoio, de incentivo, de estímulo, para que elas continuem a conquistar seu espaço, pois não lhes falta capacidade. As mulheres tem muito a somar em nosso País.

Estas as minhas palavras de encorajamento e de felicitações às nossas queridas companheiras do Brasil.



---

Documento 34/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5265 DR. BENEDITO DIAS-PP -AP  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. DR. BENEDITO DIAS (PP-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra que assumo a tribuna para falar sobre a importância das mulheres na sociedade mundial. É fundamental reconhecer o valor dessas grandes guerreiras.

O Ano da Mulher foi instituído por meio da Lei 10.745, de 9 de outubro de 2003, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula no final do mesmo ano.

Nosso carinho e admiração a todas as mulheres que atuam com força e muita garra na política, nas organizações não-governamentais, nas frentes de trabalho, à frente das grandes empresas; atletas, pessoas comuns, pessoas especiais que se desdobram com esmero e zelo para desempenhar diversos papéis.

Historicamente, o dia 8 de março foi escolhido como Dia Internacional da Mulher porque, no ano de 1857, operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque, Estados Unidos, entraram em greve, ocupando a fábrica, reivindicando a redução da carga de trabalho diária de mais de 16 horas para 10 horas. Pasmem V.Exas., essas operárias recebiam menos de um terço do salário dos homens. Fechadas dentro



da fábrica, esta teve um foco de incêndio, e, não tendo como sair, quase 140 mulheres morreram queimadas.

Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque, fazendo a mesma reivindicação das operárias no ano de 1857, bem como o direito de voto. Caminhavam com o slogan Pão e Rosas, em que o pão simbolizava a estabilidade econômica e as rosas uma melhor qualidade de vida.

Dois anos depois, em conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido comemorar o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. A partir daí, o movimento a favor da emancipação da mulher vem tomando forma e força em todo o mundo.

A Assembléia-Geral da ONU proclamou o dia 25 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher. E essa data foi escolhida em homenagem às irmãs Mirabal, 3 mulheres que foram brutalmente assassinadas em 25 de novembro de 1961 pela ditadura da República Dominicana.

Nos dias atuais, situações deploráveis são encontradas em algumas regiões do continente africano, onde as mulheres são pobres, analfabetas, dependentes dos homens e também vítimas de uma legislação sobre a família que lhes nega inúmeros direitos. Em muitos lugares, a mulher tem apenas uma mera função reprodutiva. E, claro, esse tipo de comportamento compromete a própria saúde feminina.

É triste constatar que dados da Conferência Internacional sobre a AIDS de dezembro de 2001 apontam que, em Gana, 63% das mulheres eram soropositivas, enquanto na Europa e na América do Norte essas taxas variavam entre 10% e 20%.

Sras. e Srs. Parlamentares, temos que prestar a devida atenção ao papel e à dignidade da mulher, conscientizando-nos do valor da pessoa humana e do seu papel na sociedade, dando-lhe o devido respeito e também revendo preconceitos e limitações.

Sr. Presidente, abro um parêntese para dizer a todas as mulheres do meu Estado, de todos os Municípios, que elas são peça fundamental na sociedade. A elas são



incumbidas inúmeras responsabilidades. Além de cuidar da família, muitas vezes precisam trabalhar para sustentar o lar.

Meus parabéns a todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, principalmente à mulher amapaense.

Muito obrigado.



---

Documento 35/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5280 MARIA HELENA-PPS -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. MARIA HELENA (PPS-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a comemoração do dia de hoje traz para nós, mulheres, a emoção de sermos mundialmente reconhecidas em nossas lutas pela igualdade de gênero, em nossa persistência em estarmos envolvidas nas jornadas duplas e até triplas para vencermos profissionalmente, cidadãs politicamente engajadas, mães, muitas de nós chefes de famílias e guerreiras eternas na conquista de nosso espaço na sociedade atual.

Temos muito a comemorar, mas muito a avançar pela honra das 129 mulheres que morreram carbonizadas naquela fábrica de tecidos em 8 de março de 1857, nos Estados Unidos, assim dando causa à escolha desta data como o Dia Internacional da Mulher.

O momento de comemoração e de homenagens não deve anuviar a realidade do hiato existente entre a capacidade e a participação da mulher na vida brasileira. No Brasil somos metade da população, mas temos apenas 35% da força de trabalho ativa. Embora tenhamos uma média mais elevada de anos de estudo,



ganhamos 30% a menos do que os homens, e, apesar disso, mais de 25% dos domicílios são chefiados por mulheres.

A luta daquelas 129 mulheres por melhores condições de trabalho ampliou-se e multiplicou-se em muitas lutas que travamos diariamente cuidando dos nossos filhos, da nossa casa, das nossas famílias, mas também em defesa do nosso direito de trabalhar nas mesmas condições dos homens, em defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da igualdade racial, do emprego, da moradia, do acesso à educação de qualidade, da saúde, da segurança, enfim, da liberdade e da democracia.

Mulher e Congressista, não poderia deixar de destacar o quão inquietante se faz a sub-representação da mulher no poder político. Aqui na Câmara dos Deputados há 46 Deputadas exercendo seus mandatos, em meio a um total de 513 Parlamentares. No Senado há apenas 9 Senadoras em exercício. Nos Estados e Municípios a situação se reproduz. O mesmo ocorre nos demais Poderes.

A representação feminina no Poder Executivo Federal, com a participação das Ministras Marina Silva e Dilma Rousseff e das Secretárias Nilcéa Freire e Matilde Ribeiro, que têm demonstrado extrema competência e elevado espírito público, é ainda pequena, deixando evidenciado predomínio masculino na administração federal. Apesar de nossa presença crescente em setores historicamente masculinos, como os de ciência e tecnologia, ainda nos debatemos com a necessidade de provar a cada momento nossa capacidade profissional e intelectual.

Ao mesmo tempo, à medida que avançamos e participamos da vida brasileira, somos colocadas em confronto com as responsabilidades domésticas e familiares, que a maioria dos homens se nega a partilhar. Cuidar dos filhos, dos idosos, dos doentes da família parece ainda trabalho inaceitável para os homens. É assim que muitas vezes somos obrigadas a nos valer do trabalho de outras mulheres que se encontram em posição social inferior, para nos auxiliarem em tarefas difíceis de serem conciliadas com nossas funções. É o caso das empregadas domésticas, que merecem nosso reconhecimento para galgarem condição mais auspiciosa na



legislação trabalhista, com retribuição justa em salário, em aposentadoria e em demais direitos pelo importante trabalho de que se encarregam exaustivamente.

Resquícios de uma sociedade patriarcal ainda hoje resistem em nosso arcabouço jurídico. Em algumas ocasiões, o processo implica julgamento moral ou circunstancial da vítima feminina como pressuposto da culpabilidade do agressor masculino. Essa é a outra grande batalha que nós, mulheres, precisamos enfrentar com toda a garra, especialmente aquelas que laboram nesta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cabe a toda e qualquer mulher no País não se deixar subordinar e se submeter à discriminação, ao preconceito e à dominação masculina, seja no campo privado, seja no campo público. Cabe-lhe igualmente a tarefa de interagir na vida social em defesa de seus direitos e de suas idéias, além de conquistar adeptos no sexo oposto para que se desvele a condição de igualdade de gênero entre as pessoas. É daí que decorre a mudança social.

Celebro este dia pela causa da mulher, pelo muito que avançamos, mas também pelos outros dias rotineiros e difíceis. Dou a este dia o significado da luta diária de todas as mulheres do mundo, do Brasil e, em particular, da Amazônia, onde vivi a maior parte de minha vida. Lá, índias, caboclas, seringueiras, castanheiras, ribeirinhas, mais que todas as outras mulheres, pagam o tributo da distância, da ausência do Estado e do abandono social.

Louvo as mulheres que, em sua luta diária, comprovam seu valor na sociedade, que ainda nos confere status de subalternidade como prêmio à imensa contribuição da força feminina na história da humanidade e no mundo contemporâneo.

Muito obrigada.



---

Documento 36/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5181 GERALDO RESENDE-PPS -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Descaso da Prefeitura Municipal de Dourados e do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul com o Hospital da Mulher. Concessão, pelo UNICEF e pelo Ministério da Saúde, do título Hospital Amigo da Criança à entidade. Homenagem às mulheres de Dourados, especialmente à Sra. Jandira Gorete dos Santos Vieira, agraciada com o Prêmio Mulher Empreendedora do SEBRAE. Acerto da aprovação do projeto de Lei de Biossegurança pela Câmara dos Deputados. Participação de Prefeitos do Estado de Mato Grosso do Sul na VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

---

O SR. GERALDO RESENDE (PPS-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em geral, quando uma data marca um evento ou uma passagem histórica, os discursos que a lembra são homenagens e palavras bonitas. Contudo, entendo que o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, deve ser dedicado a fortes reflexões sobre a condição feminina, que sofre por postura discriminatória de vários setores de nossa sociedade, calcada em referências sexistas tão arraigadas que passam despercebidas a olhares menos atentos.



Apesar de 41% da população economicamente ativa ser de mulheres e de 1 em cada 4 lares brasileiros ser por elas comandados, persiste uma injustificável diferença salarial pelo fator gênero.

O que dizer então da vexatória violência contra a mulher, na maioria das vezes ocorrida dentro do seio familiar, que machuca a carne, fere a dignidade e marca a alma.

As questões amplas se refletem em situações pontuais, como o atentado que as mulheres da região da Grande Dourados vêm sofrendo contra sua saúde.

O descaso discriminatório da Prefeitura de Dourados e do Governo do Mato Grosso do Sul leva ao colapso o Hospital da Mulher daquela cidade, onde se realizam 350 procedimentos e 250 nascimentos por mês, sendo referência para 38 Municípios, principalmente nos casos de gravidez de alto risco, sempre pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O Hospital da Mulher de Dourados funciona em inaceitáveis condições de trabalho e baixa remuneração para os profissionais em saúde. Dos 16 médicos de seu corpo clínico, restam 10 que atendem plantões em escalas de 1 médico por turno, que se sobrecarrega com consultas, pré-partos e centro cirúrgico. Disso já resultou que num único dia uma mesma médica realizou nada menos que 10 partos.

Revoltante o alcaide douradense dizer que não tem "nenhum tostão" para o Hospital da Mulher, ignorando que tanto o do Município de Dourados quanto o do Estado de Mato Grosso do Sul estão em gestão plena de saúde, responsáveis, pois, por prejuízos da população com a crise daquele hospital.

Essa situação nos ofende com severidade, pois, quando no cargo de Secretário de Estado de Saúde, ativamos o Hospital da Mulher de Dourados, que em seguida foi premiado pelo UNICEF e Ministério da Saúde, com o título de Hospital Amigo da Criança, além da distinção como Maternidade Segura, aliás, maternidade, pediatria e UTI neonatal. Triste que Prefeito e Governador retrocedam naquela bela conquista.

Naquela época, propiciamos a reativação dos Comitês de Mortalidade Materna, após 5 anos de abandono. Criamos e fomentamos programas como o de



Humanização do Pré-Natal e Nascimento entre tantos outros de prevenção às doenças da mulher, como o câncer de mama e de colo do útero.

Implementamos o controle de Transmissão Vertical da AIDS, propiciando que centenas de mães soropositivas dessem à luz a crianças saudáveis, livres da AIDS.

Aparelhos de mamografia, densitometria óssea e ultra-sons, foram distribuídos e muitos instalados nos Centros de Referência em Saúde da Mulher que edificamos em vários pólos da Rede SUS. São unidades onde a mulher merecia atenção desde a adolescência, nos cuidados com a gravidez indesejada, as DST/AIDS (Doenças Sexualmente Transmissíveis); a prevenção do câncer ginecológico e mamário, de gravidez de alto risco, enfim, atendimento de qualidade na área de ginecológica e obstétrica até o tratamento do climatério.

Como Deputado Estadual, mantendo fidelidade ao foco de nossa atuação, legamos ao Estado leis como a que obriga a realização do Teste do Pezinho ainda na maternidade, logo após o nascimento; e a que propicia o exame de DNA gratuito para a identificação da paternidade. Claro que além da produção legislativa, atentamos aos desdobramentos das ações de governo que poderiam beneficiar as mulheres.

Não cabe neste 8 de março parabenizar as mulheres. É, sim, momento de reflexão acerca de suas lutas contra as marcas que a sociedade, a cultura e a história lhes impõem. Mais que isso: é necessário o engajamento consciente e determinado contra a discriminação de gênero, por ser uma questão de cidadania e justiça social.

Não posso encerrar sem homenagear a força da mulher douradense na pessoa de Jandira Gorete dos Santos Vieira, ex-doméstica, hoje empresária, uma das vencedoras do Prêmio Mulher Empreendedora do SEBRAE.

Sr. Presidente, passo a abordar outro assunto. Esta Casa vem de aprovar um diploma legal de repercussões as mais intensas e extensas em nosso meio científico e social, a chamada Lei de Biossegurança.



Num só projeto de lei, de forma engenhosa, inteligente, juntam duas questões, ambas relevantes, mas de origem e destinação bem diferenciadas. Uma é a questão dos transgênicos, outra a da utilização de células-tronco embrionárias.

Os transgênicos não são uma exata novidade. Afinal, há dezenas de anos nos valem - em nossa alimentação e na de animais de criação - do milho híbrido, um grão modificado em laboratório. Mas não só o milho. As gorduras, os embutidos de toda espécie, os tomates, a manga e o mamão, enfim, um rol de produtos de origem vegetal e animal que cresce a cada dia, sempre que a ciência de seus laboratórios traz um novo produto capaz de enfrentar as dificuldades de terreno, pelo clima, pelo ataque das pragas, pela maior ou menor necessidade de adubação e assim por diante.

Nesse particular, a nossa EMBRAPA adquiriu perfil internacional, mercê de pesquisas que, em diversos campos, vai conseguindo fazer com que, mundo afora, se utilizem de seus bancos de dados e genéticos, para que, com o necessário respeito ao ecossistema de cada região, se obtenha um fruto mais sadio, um maior índice de produtividade, uma maior resistência a pragas e a variações climáticas. E isso, impossível negar, em benefício de populações imensas e, em especial, daqueles milhões de excluídos que mal conseguem se alimentar.

Se o debate hoje se ampliou e sobretudo se acirrou, é porque, diferentemente dos produtos aqui citados, a soja, agora, ocupa espaço maciço nos cardápios e na pauta de exportação do País.

Alega-se a questão das patentes e, com isso, dos royalties pagos, o que, de alguma forma, poderia frustrar a economia que se estaria fazendo com menor adubação, menor aplicação de agrotóxicos. Não me parece seja esta a questão essencial. Tudo se compensa, sem dúvida, com o fato de a nova soja ampliar gigantesca e as fronteiras agrícolas do País, transformando-nos, hoje, no maior exportador mundial daquela oleaginosa. O cerrado brasileiro, antes considerado de aridez quase absoluta para a agricultura, hoje responde por imensas áreas plantadas, com colheitas crescentes e excelentes resultados em índices de produtividade. Nesse mesmo cerrado, aliás, se plantam, hoje, frutas



tropicais - a laranja, a manga, o abacate, por exemplo -, todas com sementes transgênicas para melhor enfrentar as agruras de um terreno até então pouco utilizado.

Já as células-tronco, sejam as adultas, sejam as embrionárias, representam questão diversa. Primeiro, porque são algo realmente novo e ainda, em muitos casos, em uso experimental. Depois porque, diferentemente do que vimos com os transgênicos, têm objetivo diverso - embora também sirva a humanidade. O que fazer para aquela parte da humanidade que sofre, sem maiores esperanças, de doenças degenerativas ou traumáticas, que, no mais das vezes, obrigam milhões e milhões de pessoas a viver em autênticos guetos, excluídas do processo produtivo e da convivência social devido à gravidade de suas moléstias.

As células-tronco embrionárias, pesquisadas nas mais diversas partes do mundo, têm o condão de gerar qualquer tipo de tecido orgânico, o que pode permitir sua restauração, ou a substituição dos necrosados ou definitivamente perdidos por outros, sadios, capazes de refazer toda uma vida, toda a capacidade automotora e, com isso, a auto-estima, sobretudo a esperança em novos e melhores dias.

Sem uma legislação que regulamentasse o assunto, estaríamos condenados a ver nossos cientistas e pesquisadores a buscarem conhecimentos em outros países, frustrados - o que é ainda pior - com a impossibilidade de se valer desses conhecimentos em favor de sua sofrida gente.

Não temos ilusão, claro deve estar, de que um diploma legal tenha o poder de um mágico abre-te sésamo para, num repente, resolver tantos e tão aflitivos problemas. Mas estamos certos de que a aprovação do Projeto de Lei nº 2.401-B, de 2003, abre as janelas para arejar ambientes tornados sombrios pelo preconceito e pela irracionalidade e sobretudo para deslindar novos e mais amplos caminhos por onde nossa ciência poderá caminhar, livre de maiores peias, na busca de solução para os problemas de saúde que assombram os idosos e infelicitam os tantos jovens atingidos pela fatalidade de traumas de toda espécie. É nesse sentido que cabe fazer a ciência brasileira caminhar, de braços dados com os pesquisadores de todo o mundo, porque, afinal, os mares, as doenças degenerativas, os traumas não assolam apenas a nós, mas são uma questão que



a humanidade tem diante de si para resolver. As células-tronco são o mais novo caminho que se desdobra diante de nós na conquista de um futuro melhor.

Sr. Presidente, quero dizer do nosso contentamento com a presença de enorme caravana de Prefeitos de Mato Grosso do Sul, que fazem legítima pressão para que esta Casa cumpra definitivamente o acordo assumido na época da votação da reforma tributária. O adicional de 1% no valor do Fundo de Participação dos Municípios é a salvação da lavoura para os Prefeitos não só do nosso Estado, mas também de todo o País.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 37/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:20

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5193 ZELINDA NOVAES-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Necessidade de políticas públicas destinadas ao combate às discriminações contra a mulher.

---

A SRA. ZELINDA NOVAES (PFL-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, registro meu reconhecimento a todas as servidoras desta Casa, que, com tanto zelo e dedicação, têm contribuído para o bom andamento dos serviços da Câmara Federal. Cumprimento ainda, neste ensejo, todas as mulheres brasileiras, de modo especial as baianas e aquelas que vivem à margem da sociedade.

Srs. Parlamentares, em 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Qual é a origem dessa homenagem? A história revela que, em 8 de março de 1857, 129 operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque entraram em greve para reivindicar salários iguais aos dos homens e redução na jornada de trabalho. Contudo, em vez de produzir melhorias em suas condições de trabalho, o legítimo movimento grevista dessas heróicas mulheres, obrigadas a uma jornada de 16 horas de intensa atividade e recebendo menos de um terço dos salários dos homens, foi rechaçado com brutal repressão policial. Após serem enclausuradas



na fábrica onde trabalhavam, as manifestantes tiveram suas vidas ceifadas por um incêndio.

Término de vidas e início de uma luta grandiosa em prol de igualdade de direitos entre homens e mulheres: este foi o resultado da tragédia.

Cinquenta e três anos após o incidente com as norte-americanas, em 1910, numa conferência internacional realizada na Dinamarca, foi proposto um dia da mulher com caráter internacional, tendo aprovação unânime de representantes de 17 países.

Após esse emblemático momento histórico, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado, pela primeira vez, em 1911, na Áustria, Alemanha, Dinamarca e Suíça, com milhares de participantes indo às ruas e exigindo o fim de discriminações então existentes em diversos graus nesses países.

Sras. e Srs. Deputados, apesar de tantos elementos que o justificassem, desde a propositura de um dia internacional, naquela reunião de 1910, na Dinamarca, somente em 1975 o Dia Internacional da Mulher foi proclamado oficialmente pelas Nações Unidas. Ato conseqüente foi, 4 anos depois, a aprovação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres.

Esse longo percurso histórico ensinou-nos bastante, mas muito ainda resta a fazer.

Dados da Organização das Nações Unidas sobre a feminização da pobreza - ou seja, o aumento da pobreza entre as mulheres - e a concentração de renda revelam que, no mundo, elas detêm somente 10% da renda, não obstante realizarem 60% das horas de trabalho. No Brasil, a situação da mulher não é menos preocupante. Talvez seja até mesmo mais preocupante e grave do que no resto do mundo em desenvolvimento.

Uma das evidências mais significativas das desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro refere-se aos rendimentos auferidos por cada segmento social. A Pesquisa Mensal de Emprego divulgou, em junho de 2004, que o salário recebido por hora trabalhada, em reais, tinha a seguinte distribuição: homens brancos, R\$ 7,16; mulheres brancas, R\$ 5,69; homens negros, R\$ 3,45; e mulheres negras, R\$ 2,78.



Observa-se, portanto, nobres Parlamentares, além da discriminação de gênero, intenso agravamento do quadro, quando a análise é feita à luz da variável raça. Assim, as mulheres negras recebem por hora trabalhada, em média, muito menos que a metade do valor auferido por um homem branco.

Para nós, representantes do Partido da Frente Liberal, sempre preocupados com questões de cunho social, essa discrepância representa mais do que meramente valores absolutos. Revela, sim, o quanto ainda deve ser feito em matéria de políticas públicas para que a mulher brasileira possa, com orgulho, comemorar o seu dia.

Muito obrigada.



---

Documento 38/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5194 OSMÂNIO PEREIRA-PTB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Questionamento, pela Associação Nacional Mulheres pela Vida, da aprovação pela Casa do art. 5º do projeto de lei de biossegurança. Correspondência encaminhada por Parlamentares à Procuradoria-Geral da República sobre a nulidade do dispositivo.

---

O SR. OSMÂNIO PEREIRA (PTB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste Dia Internacional da Mulher, solicito transcrição nos Anais da Casa de manifesto da Associação Nacional Mulheres pela Vida, assinado pelas Sras. Maria das Dores Hipólito Pires e Maria da Glória de Cresci Catão, respectivamente, Presidenta e Vice-Presidenta da instituição, e que indaga a este Parlamento se a aprovação do art. 5º da Lei de Biossegurança, que trata dos embriões, foi realmente uma vitória da ciência e da esperança.

Segundo o manifesto, a Lei Áurea acabou com a distinção entre escravos e homens livres, mas a que acabamos de aprovar classifica o ser humano como coisa. Nenhum outro Parlamento teve a ousadia de agir como o nosso, em total ignorância dos aspectos científicos, éticos, morais e legais envolvidos.



Sr. Presidente, peço também a transcrição nos Anais da Casa de memorando firmado por mim, pelo Senador Flávio Arns e por outros Deputados, e dirigido ao Procurador-Geral da República, em que solicitamos a total nulidade do art. 5º da Lei de Biossegurança, que acaba de ser aprovada. Em breve, estaremos provocando em todos os Tribunais Regionais a ilegalidade da lei no tocante ao referido artigo.

Sr. Presidente, as dirigentes da Associação Nacional Mulheres pela Vida merecem nossa homenagem, louvor e reconhecimento, porque falam em nome das verdadeiras mulheres deste País, que lutam pela vida e respeitam o embrião, dom de Deus que vem do seio de uma mulher.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR



---

Documento 39/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:40

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5201 NAZARENO FONTELES-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. NAZARENO FONTELES (PT-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna para destacar a importância do dia de hoje, especialmente dedicado às mulheres. O Dia Internacional da Mulher é uma homenagem a um episódio trágico ocorrido nos Estados Unidos, no ano de 1857, quando mulheres de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque se rebelaram devido às suas condições de trabalho, sendo essa a primeira vez na história em que as mulheres se uniram para reivindicar melhorias. No entanto, a rebelião foi contida de forma violenta, culminando com a morte de 129 tecelãs, morreram carbonizadas dentro da fábrica.

Posteriormente, em 1910, surgiu a idéia de se criar uma data para homenagear essas operárias e marcar um dia de luta feminina, só concretizada em 1975, quando a Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas - ONU decretou o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Mundialmente vinculada às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, justiça e igualdade social, a passagem do Dia Internacional da Mulher



representa um momento de reflexão sobre os abusos históricos contra as mulheres, mas também sobre as conquistas e mudanças sociais obtidas.

No Brasil, tais abusos ainda são nítidos e revelam as vertentes patriarcal e machista que ainda sobrevivem em nossa sociedade. Segundo dados da ONU de 2004, 25% das brasileiras são vítimas constantes de violência no lar, sendo que em apenas 2% dos casos o agressor é punido e, em cerca de 70%, esse agressor é o marido ou companheiro. Outro exemplo claro de comportamento discriminatório contra a mulher diz respeito à diferença ainda existente entre a remuneração percebida por homens e mulheres no mercado de trabalho. Segundo estudo recente do IBGE, em termos gerais, considerando cargos e ocupações inseridas na mesma categoria e de mesma hierarquia funcional, as mulheres recebem em média 65% do que é pago aos homens.

No entanto, muitos avanços foram conquistados e devem ser exaltados. Atualmente, a parcela feminina representa 41% da População Economicamente Ativa do Brasil, com 30 milhões de mulheres no mercado de trabalho. No setor educacional, a ascensão da mulher revela-se na presença de 57%, no caso do 2º grau e do ensino superior.

É importante ressaltarmos aqui as ações do Governo Federal voltadas às mulheres, dentro da perspectiva de tornar o combate das desigualdades entre homens e mulheres uma política de Estado.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres recebeu do atual Governo o status de Ministério, chefiado pela Ministra Nilcéa Freire. Suas grandes conquistas, nesses 2 anos, foram a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que mobilizou cerca de 120 mil mulheres para debater as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e a própria criação desse plano, apresentado no último mês de dezembro e que constitui um conjunto de 198 ações distribuídas em 26 prioridades que visam atender às necessidades práticas e estratégicas das mulheres relacionadas com o seu dia-a-dia, como a melhoria dos serviços públicos, o acesso ao crédito urbano e rural, a titularidade da terra, a redução da taxa de analfabetismo, entre outras.



Não obstante o compromisso do Governo nesse sentido e o apoio que vem dando à luta desempenhada pelas mulheres, devemos destacar que elas são as grandes agentes dessa transformação, que remonta ao século XVIII, quando as mulheres passaram a atuar de forma significativa na sociedade por intermédio de movimentos engajados que visavam a melhoria das condições de vida e trabalho, a participação política, o fim da prostituição, o acesso à instrução e a igualdade de direitos entre os sexos.

Inspiradas nesses avanços é que as mulheres devem continuar a sua luta, até que consigam eliminar todos esses resquícios de uma discriminação injusta e irracional que afeta os seus direitos. Muitas conquistas ainda estão por vir, de modo a consolidar o papel essencial que as mulheres naturalmente possuem - e que devem exercer - nos núcleos essenciais da sociedade, como família, trabalho e política.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento pelos órgãos de comunicação da Casa.



---

Documento 40/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-16:36

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5222 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Elogio ao Presidente Severino Cavalcanti pela inclusão na pauta da proposta de emenda à Constituição sobre a reforma previdenciária, a chamada PEC paralela.

---

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, quero cumprimentar todas as mulheres do nosso Brasil pelo Dia Internacional da Mulher e dizer que o trabalho de todas elas no Brasil tem se ressaltado.

Aqui na Casa, temos várias mulheres não só no exercício do mandato, como também no apoio. Na Secretaria, na Taquigrafia, em todos os pontos da Câmara tem uma mulher de destaque, o que é extremamente importante para a realização dos nossos trabalhos.

Quero cumprimentar todas as mulheres na pessoa da Presidente do Tribunal Regional Federal de São Paulo, Desembargadora Ana Maria Pimentel, que ontem esteve em São Carlos, terra do Deputado Lobbe Neto, inaugurando uma vara de emenda originária do nobre Deputado, como também o Juizado Básico Especial Previdenciário.



Portanto, em nome da Dra. Ana Maria Pimentel, cumprimento todas as mulheres do Brasil no Dia Internacional da Mulher. E agradeço ao Presidente Severino Cavalcanti por me permitir este registro extremamente importante, lamentando ter de informar, em momento em que S.Exa. preside a Câmara, que ontem, no Rio de Janeiro, um trabalhador de nome Severino Santos morreu na fila do INSS, ao completar 65 anos, quando foi buscar sua aposentadoria.

Que ironia, Sr. Presidente. Outro dia, quando V.Exa. presidia a sessão em homenagem aos aposentados, eu dizia que os Severinos do Brasil esperavam muito do Severino da Câmara, e ontem, lamentavelmente, um Severino brasileiro trabalhador morreu na fila do INSS.

Quero lamentar esse registro e, ao mesmo tempo, agradecer a V.Exa. por colocar em votação a PEC paralela para resguardar direitos dos trabalhadores brasileiros. Parabéns, mais uma vez, ao Presidente Severino Cavalcanti e a todas as mulheres do Brasil pelo Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) - Quero aproveitar a lembrança do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá no dia em que se homenageia a mulher para dizer: o que seria de nós se não fosse a mulher?

Ficam registradas também minha homenagem e minha solidariedade a todas as mulheres do Brasil.

Quero dizer ainda ao Deputado Arnaldo Faria de Sá que vamos estar juntos sempre que se tratar de homenagear as mulheres. (Palmas.)



---

Documento 41/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5271 SILVIO TORRES-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Solidariedade às reivindicações da marcha de Prefeitos em Brasília. Editorial sobre a tramitação no Congresso Nacional de proposição acerca da legalização de bingos e do jogo do bicho no País, publicado pelo jornal O Globo.

---

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar transmito minhas congratulações às mulheres brasileiras e de todo o mundo. Em segundo lugar, manifesto meu apoio e minha solidariedade às lideranças municipalistas que acorreram a Brasília, carregadas de esperanças, promessas e acenos que, infelizmente, estamos vendo que não se confirmarão. Contem com o nosso apoio, com o apoio integral da bancada de nosso partido, o PSDB, e de todos aqueles que como nós se preocupam com o fortalecimento dos Municípios, porque é lá, como dizia o nosso saudoso Líder Franco Montoro, no Município, que as pessoas moram, é lá que temos de resolver os grandes problemas que afligem o País.

Sr. Presidente, há um outro tema inquietante que me traz à tribuna. O jornal O Globo de hoje alerta os Parlamentares da Casa para um projeto de lei que já foi aprovado no Senado, passou pela Comissão de Constituição e Justiça, e visa



liberar o bingo e o jogo do bicho no País, passando a responsabilidade da fiscalização aos Estados. O fato é extremamente preocupante.

Nem de longe carrego o preconceito e a posição radical contra a legalização do jogo no País. Mas sabemos, depois de tantos anos de discussão nesta Casa, que os órgãos federais que poderiam encarregar-se da fiscalização e do controle dessas atividades já declararam que não têm condições de fazê-lo. Ainda não existe no Brasil, infelizmente, um preparo profissional dos servidores públicos federais para tratarem de tema tão importante, que envolve tanto dinheiro, e sobretudo do que está por detrás dessas atividades. Os jornais, a imprensa e a sociedade de forma geral já conhecem de longe o entrelaçamento e a vinculação dessas atividades ilegais ao crime organizado. Se nem o Governo Federal consegue assumir essa tarefa, como poderiam fazê-lo os Estados, Sr. Presidente? A grande maioria deles sequer tem condições de fiscalizar as atividades rotineiras atinentes à sua legislação!

Quero aqui dar ressonância às preocupações apresentadas no editorial do jornal O Globo, na edição de hoje, alertando os Parlamentares desta Casa, para que esse projeto não passe sem um debate maduro, sem uma discussão mais profunda.

O que mais nos preocupa é a forma rápida e silenciosa como o projeto do nobre Senador Maguito Vilela chegou a esta Casa, e isso passa despercebido pela sociedade, que cobra principalmente transparência do Congresso Nacional.

Muito obrigado.



---

Documento 42/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5277 ALMIR MOURA-SEM PARTIDO -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ALMIR MOURA (Sem Partido-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, a mulher foi hoje bastante lembrada, e merecidamente, pela  
Câmara dos Deputados.

Quero homenagear a mulher brasileira na pessoa da camponesa, que nem sequer  
sabe que tem direitos; daquela que trabalha na plantação do café, com a enxada;  
da retireira; da mulher do colono que trabalha para sustentar sua família.

Quero também homenagear a mulher na pessoa da minha mãe e da minha  
esposa.

Muito obrigado.



---

Documento 43/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5277 ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Escalada da violência no Município de Jacundá, Estado do Pará. Saudação aos Prefeitos participantes da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Necessidade de melhor organização da gestão de recursos orçamentários pelas Prefeituras Municipais.

---

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz hoje um pronunciamento em que parabenizei as mulheres brasileiras, mas gostaria também de registrar o sofrimento de centenas de mães do Município de Jacundá, Estado do Pará.

O Município tem 43 mil habitantes, e 90% moram na área urbana. Fica próximo à Hidrelétrica de Tucuruí, às margens da antiga PA-150, hoje Rodovia Paulo Fonteles, cujo projeto de lei foi de minha autoria, quando Deputado Estadual.

No último final de semana, em Marabá, alguns Vereadores entregaram-me relatório que me deixou surpreso: cerca de 30 pessoas são assassinadas anualmente naquela cidade. Somente de janeiro até agora foram assassinadas 11 pessoas - a maioria jovens que praticam assaltos e roubos. Já é comum as pessoas se referirem a esses jovens da seguinte forma : "Foi assassinado mais um pila".



A população começou a perceber que algo de anormal estava acontecendo. Inclusive, pediram-me que fizesse denúncia pública e a encaminhasse à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. É o que faço neste momento. Realmente é muito estranho uma cidade pequena, naquela região, ter em média 30 pessoas assassinadas, sem que haja explicação para tais mortes.

Finalmente, quero me referir à VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada hoje. Parabenizo todos os Prefeitos que estão se empenhando em fazer mais com pouco dinheiro. Mas lembro que deve-se organizar melhor as Prefeituras do País. Enquanto há Prefeitos fazendo todo o esforço para bem gerir os recursos públicos, centenas deles não administram bem nem a receita destinada ao Programa Fome Zero. Há o exemplo de um Município em que o dinheiro está sendo totalmente desviado.

As Prefeituras brasileiras necessitam de mais dinheiro no momento. Mas precisam, acima de tudo, fazer gestões democráticas, a fim de melhor aproveitar o dinheiro público.

Portanto, minhas saudações a todas as mães de Jacundá que sofrem a perda de seus filhos assassinados.

Até agora as autoridades, inclusive as de segurança pública do Estado, não tomaram providências para descobrir a causa daquelas mortes.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 44/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5262 JÚLIO CESAR-PFL -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Defesa de repasse de 1% do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda ao Fundo de Participação dos Municípios. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JÚLIO CESAR (PFL-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o ano passado, descobrimos que a reforma tributária não tem andamento normal nesta Casa. Apresentamos questão de ordem, ainda no final do ano, ao Presidente João Paulo Cunha, para destacar o que pertence aos Municípios brasileiros, o compromisso do Presidente da República e dos Ministros da área econômica de conceder 1% do IPI e do Imposto de Renda para reforçar o Fundo de Participação dos Municípios.

Esse percentual era a esperança dos Prefeitos que deixaram o mandato no ano passado e, acima de tudo, é a esperança dos que foram empossados no dia 1º de janeiro deste ano.

Apresentei mais uma vez a questão de ordem para a separação. Já apresentamos projeto com esse objetivo, para que amanhã, com inversão da pauta, possamos apreciar esse 1% para os Municípios brasileiros.



Passo a outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Quero cumprimentar as Sras. Deputadas desta Casa e todas as mulheres do Brasil, em especial as do meu Estado, pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Embora hoje as mulheres possam comemorar vários avanços e a inclusão em setores antes jamais imaginados, a verdade é que ainda há muito que trabalhar pela condição da mulher no País e no mundo.

Dados da ONU destacados hoje na imprensa nacional mostram que o compromisso para promover a igualdade entre os sexos, feito em Pequim há 14 anos e assinado por 189 países, avançou lentamente. Bem mais lentamente do que se esperava, é verdade.

Se, por um lado, as mulheres, conforme destacam esses dados, hoje têm mais acesso a educação, por outro lado, doenças como a AIDS progridem na população feminina. Sem falar que, hoje, em cada 10 pobres, 7 são mulheres. E ainda convivemos com exemplos gritantes de violência, embora mais de 100 países tenham assinado acordos e adotado medidas e programas contra a violência.

Não somente hoje, no Dia da Mulher, a pauta de discussões desta Casa deve abordar o assunto. Nós, Parlamentares, devemos estar sempre vigilantes quanto ao tema e à situação da mulher em nosso País. Até porque, segundo dados do IBGE, registrados ainda em 2001, a população feminina é maioria no País, sendo que nos últimos 20 anos o excedente feminino teve um aumento relativo superior a 250%.

No tocante à vida política, gostaria de registrar que, certamente, uma vitória feminina é a presença das mulheres nos Parlamentos. Hoje, elas representam mais de 100 governos, sendo que ocupam pelo mundo mais de 80 ministérios. Aqui, no Brasil, destacamos, ao tempo em que as homenageamos pela passagem do 8 de Março, o trabalho desenvolvido pela Ministra Marina no Meio Ambiente e pela Ministra Dilma nas Minas e Energia, entre outros exemplos de sucesso e bom desempenho.

Para finalizar estas breves palavras sobre tão importante data, quero salientar alguns pontos citados por representantes de mais de 100 países como os grandes



desafios que a mulher enfrenta no século XXI. São uma visão clara da situação da mulher em todo o globo. São observações sobre as quais esta Casa deve ponderar, pois são frutos de discussões feitas em conferência que está sendo realizada na sede da ONU desde o dia 28 do mês passado e que prossegue até o final desta semana, em Nova York. E foram destacadas pela imprensa nacional através da Folha Online, entre outros meios:

#### Pobreza

Os fatores culturais, econômicos, educativos, jurídicos e políticos contribuem para que a porcentagem de mulheres pobres seja cada vez maior, segundo a ONU. Calcula-se que em cada 10 pessoas pobres 7 são mulheres.

A discriminação no trabalho, as diferenças salariais e as desigualdades no acesso aos recursos produtivos, entre outros fatores, perpetuam a discriminação. As delegadas insistem em que é necessário dispor de dados atualizados e desagregados por sexo para poder avaliar a situação das mulheres e dos homens que vivem na pobreza e o impacto real das políticas.

#### Educação

Apesar de terem sido registradas melhoras, principalmente no ensino primário, as meninas freqüentam a escola em menor medida que os meninos. Para a ONU, o principal êxito da última década é o "notável" aumento de matrículas femininas no ensino superior.

Ampliaram-se os campos de estudos e mais mulheres escolhem disciplinas não tradicionalmente femininas, como engenharia, ciências e tecnologia.

O problema que as delegadas salientam é que essa tendência não se reflete depois no acesso da mulher ao mercado de trabalho. Nos países menos desenvolvidos, as estudantes encontram sérios problemas, sobretudo no meio rural.



---

Documento 45/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5279 ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO-PRONA -SP  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, no dia 8 de março do ano de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam a fábrica para reivindicar a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Estas tecelãs foram trancadas na fábrica, onde se iniciou um incêndio. Cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Em 1910, em conferência internacional realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, que o 8 de março seria considerado o Dia Internacional da Mulher.

Essas comemorações estão mundialmente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, por uma vida mais digna e por sociedades mais justas e igualitárias.

O êxito dessa árdua luta pode ser vislumbrado, contemporaneamente, na importância da mulher na construção da democracia em nosso País. Seja nas conquistas fundamentais, consagradas no texto da Constituição Federal de 1988,



seja no reconhecimento por parte da sociedade da legitimidade política e da força social dos movimentos das mulheres.

Nessa trajetória, destaco e parablenizo, em nome do PRONA, a Associação Nacional Mulheres pela Vida, com sede no Estado do Rio de Janeiro e filiais em outros Estados do País. Essa Associação é composta por donas de casa, advogadas, médicas, professoras e outras profissionais liberais que defendem prioritariamente a inviolabilidade da vida humana, desde a concepção até a morte natural.

Parablenizo também a Associação pelo Desenvolvimento da Família, que se faz presente hoje na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, com a celebração deste dia, pretende-se chamar a atenção para o papel e para a dignidade da mulher, levar o mundo a uma tomada de consciência, até porque, ao se perceber o papel da mulher na sociedade, serão revistos preconceitos e limitações que lhe vêm sendo impostos.

Parabéns, mulheres brasileiras, por essa data especial, pois sabemos que a cada dia vocês conquistam mais espaço e desempenham com muito sucesso e garra suas funções na sociedade.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixo para meditação a passagem bíblica que se encontra em Provérbios 31:10: "Mulher virtuosa quem a achará? O seu valor muito excede o de rubis."

Muito obrigado.



---

Documento 46/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-17:16

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5231 CARLOS SANTANA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje comemoramos no mundo o Dia Internacional da Mulher, atualmente marcado por grandes comemorações em todas as classes.

Parabenizo, Sr. Presidente, a mulher genitora, operária, trabalhadora rural, enfim, a mulher dona de tantos títulos dos quais nos orgulhamos. Ao longo da história, verificou-se grandes conquistas das mulheres e tendo como marco para a escolha desse dia comemorativo o fato ocorrido em 8 de março de 1857, quando, na cidade de Nova Iorque, 129 operárias da fábrica têxtil Cotton foram trancadas e incendiadas dentro do galpão da fábrica por seus patrões, por terem iniciado uma greve reivindicando melhores salários, descanso aos domingos e redução da jornada de trabalho.

A grande luta da mulher sempre foi a bandeira da igualdade perante os homens. Mas apesar disso essa é uma realidade bem distante.

Se em alguns países as mulheres desfrutam de conquistas, em outros não desfrutam nem mesmo dos mais básicos dos direitos do ser humano: a vida. Em



reportagem do dia 2 de março, a revista Istoé, aborda o drama das mulheres moçambicanas abandonadas por seus maridos após caírem doentes com o vírus da AIDS. Já na edição desta semana, o enfoque é o acúmulo de obrigações e afazeres domésticos, além da vida social e política, o que como consequência as colocam de frente com problemas do dia-a-dia, como estresse e até doenças cardíacas .

Ao proferir este discurso, recordo-me do dia em que V.Exa., Sr. Presidente, assumiu a Presidência desta casa, e do seu lado estava a sua companheira, exemplo de mulher de homem de vida pública. Como ela, não menos importantes são as nossas companheiras, que tanto sofrem com as dificuldades que nossas obrigações as proporcionam.

A conclusão a que chegamos Sr. Presidente, é que, seja no lar, ou em qualquer outro lugar, a mulher tem se mostrado competente e digna do nosso reconhecimento.

Parabéns também às minhas colegas de trabalho e a todas as mulheres que integram esta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.



---

Documento 47/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:16

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5240 JOÃO FONTES-PDT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio às reivindicações de Prefeitos Municipais acerca do pacto federativo. Protesto contra o arquivamento de processo instaurado pelo PSDB contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

---

O SR. JOÃO FONTES (PDT-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, o PDT saúda todas as mulheres do Brasil pelo Dia Internacional da Mulher, principalmente aquelas lutadoras, trabalhadoras e sofredoras deste País.

Quanto ao pacto federativo, o PDT deixa registrado que está aliado a todos os Prefeitos. Esperamos que hoje seja votada essa nova ordem econômica da repatriação. A carga tributária está totalmente nas mãos da União.

O nosso protesto, motivo principal da nossa fala, é pelo arquivamento do processo, encaminhado pelo PSDB, sobre as declarações do Sr. Presidente da República.

Esta Casa, a exemplo do Supremo Tribunal, dá demonstração inequívoca de que não podemos concordar com a impunidade.

Ora, o próprio Presidente da República declarou que um auxiliar seu - a imprensa divulga ser o Sr. Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES - encontrou várias



irregularidades no processo de privatização deste País. E isso não é novidade, porque o Brasil inteiro acompanhou o processo de desmonte do Estado brasileiro quando o Governo Fernando Henrique Cardoso vendeu por uma bagatela os setores elétrico e de telecomunicações do País. E as denúncias são conhecidas por todo o País, porque divulgadas pela imprensa. Mas agora, são palavras de um Presidente da República, que tinha o compromisso, na qualidade de candidato em campanha, de apurar o processo de privatização do País.

Ora, no meu Estado, como advogado, acompanhei o processo de privatização.

O ex-Governador Albano Franco, do PSDB, foi denunciado por formação de quadrilha e bando pelo Ministério Público Federal em Sergipe, mas aqui foi presenteado pelo Procurador Geraldo Brindeiro com o arquivamento do processo. O Brasil não mais agüenta conviver com a impunidade.

Tenho certeza de que se Brizola estivesse vivo - ele que nos deixou um legado, a luta contra o desmonte do Estado brasileiro -, estaria agora triste, em São Borja, ao ver esta Casa perder uma grande oportunidade de ver apurado aquilo que disse o Presidente da República.

É lamentável. Não queremos fazer ofensa ao Presidente da República, mas que esta Casa dê uma demonstração de independência, de liberdade, e apure processo de tamanha gravidade, porque não é uma palavra dita por um Ministro de Estado, um Deputado ou um Senador, mas pelo Presidente da República. A não-apuração significa que há algo de conluio: no PT não se apura nada do PSDB, e no PSDB não se apura nada do PT.

Em 2003, conheci Waldomiro Diniz, que aqui, a serviço do Ministro José Dirceu, veio me pedir para não dar continuidade ao requerimento, de minha autoria, de instalação de CPI para apurar o processo de privatização.

Está claro que o País foi lesado com essas privatizações. E mais obscuro ainda vai ficar, a partir de hoje, quando o País ver arquivadas, no Supremo Tribunal Federal, as denúncias já referidas.

Esta Casa encontra-se de luto, porque deixa passar a grande oportunidade esperada pelo Brasil de ver apurados todos os desmontes do Estado brasileiro.

Muito obrigado.



Documento 48/113

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:04

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5174 DR. ROSINHA-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio às reivindicações do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem me reuni com membros do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil por ocasião do Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje, 8 de março.

O Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil encaminhou-me ofício no qual registra que este é um dia especial para a luta e a resistência de todas as mulheres trabalhadoras do mundo. Diz o ofício:

"Este dia nos fortalece para a continuidade da construção de uma sociedade onde a vida esteja acima de tudo. (...)

Queremos ver, no Brasil, políticas que venham possibilitar outra perspectiva de vida, inclusive baseada na economia camponesa".

Somamo-nos à luta dessas mulheres. Ontem, na reunião que fizemos, debatemos principalmente acerca da aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Desse reunião participamos eu, Deputado Dr. Rosinha, o Sr. José Graziano,



representante do Palácio do Planalto, e o Sr. Helmut, Secretário do Ministério da Previdência Social.

Nossa reivindicação está baseada na previdência pública e universal para os trabalhadores rurais. Destacamos alguns pontos que entendemos fundamentais, como a manutenção das atuais regras de acesso aos benefícios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Isso, com absoluta certeza, é o desejo deste Relator e é apreciado em cerca de 20 projetos de lei que dispõem sobre a previdência rural. É o nosso desejo, repito, que essas regras sejam mantidas.

Solicitam um estudo deste Relator e do Ministério da Previdência Social para que se implante o cartão do segurado especial, que facilitará a vida dessas trabalhadoras no momento de pedir a aposentadoria. Esse cartão mostrará sua situação relativamente à contribuição como trabalhadora rural.

Para demonstrar essa contribuição, solicito ao nosso Governo que sejam implantados blocos de notas do produtor em todos os Estados do Brasil. Essa iniciativa deveria ser do Governo Estadual, mas o Governo Federal, comprometido com as trabalhadoras e os trabalhadores, e este Parlamentar vamos prestar orientações para que o CONFAZ faça esse debate.

Há outros itens cuja discussão consideramos fundamental, tal como a cobertura no caso de acidentes de trabalho, que, na maioria das vezes, não são registrados, e de doenças relacionadas à profissão do trabalhador rural.

Hoje, raramente é emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT. Quando se trata de trabalhador rural, diria até que é muito difícil encontrarmos uma CAT. O trabalhador rural, quando vítima de acidente, não tem consciência ainda de seus direitos. Portanto, essa é uma política importante a ser feita. As camponesas, as trabalhadoras rurais lideram a faixa da população brasileira mais sofrida e violentada.

Hoje, dia 8 de março, defendo as reivindicações das mulheres neste pronunciamento de apoio à luta das brasileiras.

Entendo que a própria imprensa, que muitas vezes tem posturas machistas durante o ano inteiro, imagina que, ao fazer meras publicações sobre a questão da mulher neste dia, está se redimindo do seu papel na história do nosso País.



Então, pela sua importância, o dia 8 de março não deve ser registrado de forma simples. Devemos dar importância a esta data e nos comprometermos com a luta dessas mulheres.

Ontem, firmei o compromisso, na condição de Relator do projeto, de dar toda a atenção aos direitos das mulheres e trabalhadoras rurais. Queremos que a matéria seja amplamente debatida e que garanta os direitos a que todas as trabalhadoras fazem jus. Homens e mulheres que trabalham na roça o tempo todo têm dificuldades na hora de se aposentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 49/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:10

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5176 CARLOS NADER-PL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas sociais da mulher brasileira. Luta da classe feminina contra a discriminação.

---

O SR. CARLOS NADER (Bloco/PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta terça-feira, Dia Internacional da Mulher, quero me dirigir, em especial, às colegas Deputadas, que tanto charme, beleza e conhecimento trazem a esta Casa, aqui marcando presença com eficiência e tenacidade. Quero dizer, Sr. Presidente, do meu elevado respeito à mulher brasileira, que vem fazendo grande esforço para alcançar a tão esperada igualdade de direitos com o sexo masculino.

A luta da mulher, que costuma ser muito apreciada em datas como esta, ainda enfrenta, inegavelmente, um enorme preconceito em diversos níveis da sociedade. Há até quem, equivocadamente, deboche da obstinação das mulheres em buscar avanços na trajetória política, profissional, civil, enfim, em todas as frentes.

Há, inegavelmente, discriminação aos pleitos da mulher brasileira, como se ela passasse dos limites. Recentemente, num jogo de futebol no Rio de Janeiro, a



árbitra Marta Vasconcelos se tornou um exemplo nacional de discriminação, ainda que se possa compreender o ambiente machista que cerca nosso esporte preferido. Por sua atuação, que causou polêmica entre as 2 equipes, ela foi acusada de ter tido mau desempenho - não por estar despreparada nem por desconhecer as regras do jogo, mas sim por ser mulher.

As queixas que partiram de ambos os lados e as declarações feitas por alguns profissionais do futebol e da imprensa poderiam dar aos desavisados a falsa impressão de que os árbitros do sexo masculino saem de campo sempre aplaudidos por suas atuações, como se erros não cometessem, como se fossem infalíveis. Esse episódio, ocorrido na semana passada, no mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, veio apenas comprovar o quanto elas ainda são discriminadas.

Mas o que dizer diante desse avanço da mulher, que hoje desempenha tantas funções, as quais, não faz muito tempo, eram somente atribuições masculinas? Deve-se dizer que é muito bom. Isso mostra que nossa sociedade caminha para a frente, e os percalços vencidos apenas confirmam a determinação das mulheres. Elas não são menos femininas nem menos inteligentes do que antes. É somente questão de reconhecer que esse avanço faz bem.

À mulher, ao homem, à sociedade, ao País.

Parabéns a todas as mulheres!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.



---

Documento 50/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:56

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5189 ZÉ GERALDO-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, farei um pronunciamento dedicado às mulheres.

Igualdade. Este foi o desejo que impulsionou um grupo de mulheres ao começo de uma nova realidade no ano de 1857. No Brasil, a Constituição de 1934 fortalece esse desejo, reconhecendo seu direito ao voto.

Adaptando-se ao mundo moderno e criando novos índices na economia, no mercado de trabalho, na geração de inovadoras fontes de renda, a mulher, hoje, marca presença, tendo muito que comemorar neste dia 8 de março.

Provando que participar da transformação do mundo não é exclusivamente uma tarefa masculina, elas ocupam diversas profissões na sociedade, sem deixar de ser mãe, dona de casa ou simplesmente mulher.

Citando o poeta chileno Pablo Neruda em trecho da poesia Mulheres;

"Elas brigam por aquilo que acreditam

Elas levantam-se para injustiça



Elas não levam "não" como resposta quando acreditam que existe melhor solução".

Em especial, dedico esse trecho às mulheres do Estado do Pará, que conseguem desenvolver e aperfeiçoar todas essas virtudes, provando que, apesar dos conflitos, nosso Estado também é formado por homens e mulheres de bem, que lutam e acreditam na justiça e na igualdade.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras.



---

Documento 51/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:16

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5192 THAÍS BARBOSA-PMDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Homenagem às mulheres, especialmente as do Município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância da extensão de direitos políticos à classe feminina.

---

A SRA. THAÍS BARBOSA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito já se falou do dia 8 de março, mas insisto no tema. Oito de março de 1857: operárias de uma indústria de tecidos em Nova Iorque entram em greve, ocupando a fábrica e reivindicando redução do horário de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que por igual jornada recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, onde irrompeu-se um incêndio e cerca de 130 mulheres, indefesas, morreram queimadas.

Em homenagem a essas operárias brutalmente assassinadas por reivindicarem apenas seus direitos, e para marcar esse dia como símbolo da grande arrancada feminina na luta pela igualdade que então se iniciava, o 8 de março foi consagrado como o Dia Internacional da Mulher.



Nesta terça-feira, quando comemoramos essa grande data, quero prestar minha homenagem às companheiras de luta e a todas as mulheres de Tangará da Serra, de Mato Grosso, do Brasil e do mundo. Como mais da metade da população que somos, estamos conquistando relevantes mudanças em busca da garantia do direito de igualdade e de oportunidades para mulheres e homens, do direito ao pleno desenvolvimento de nossas faculdades, dentro e fora do lar.

No Brasil, o grande fato que marcou nossa luta política foi a conquista do direito ao voto feminino. Sem esse direito, as mulheres não poderiam ser verdadeiramente iguais aos homens. Em 1927, o Deputado Federal Juvenal Lamartine de Faria anunciou a plataforma de sua candidatura ao Governo do Rio Grande do Norte, prometendo amplos direitos políticos às mulheres, incluindo não só o de votar, mas também o de serem votadas.

Nesse mesmo ano, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, registrou-se o alistamento da primeira eleitora, Celina Guimarães. No ano seguinte, Alzira Soriano de Souza, apoiada por Juvenal Lamartine, elegeu-se Prefeita do Município de Lajes, no Estado do Rio Grande do Norte. Foi a primeira Prefeita eleita no Brasil.

Em 1932, Berta Lutz foi eleita a primeira Deputada Federal brasileira. Em 1935, Maria do Céu Fernandes foi diplomada como a primeira Deputada Estadual brasileira eleita pelo voto popular, também no Rio Grande do Norte.

Vimos, assim, conquistando e ocupando o nosso espaço, que ainda é pequeno na esfera pública de poder, nos locais de tomada de decisão.

Fui a primeira Prefeita eleita no Município de Tangará da Serra. Posteriormente, fui a segunda Deputada Estadual da história de Mato Grosso. O fato de termos vencido tantas barreiras e hoje estarmos no Congresso Nacional nos dá a responsabilidade de contribuir ainda mais para aprofundar a interlocução entre o Estado e a sociedade civil, em busca da igualdade há tanto pretendida e necessária. Sempre junto dos homens, ao seu lado, nunca contra eles.

Nossas contribuições na condição de mulher, trabalhadora, Parlamentar e militante ajudaram e sempre ajudarão no avanço em busca da igualdade de



direitos e de oportunidades. E esses avanços se traduzem na valorização social e no respeito à mulher, seja ela da raça, classe social ou nacionalidade que for.

Oito de março é uma data em torno da qual nos fortalecemos ainda mais como irmãs de todas as mulheres e de toda a humanidade. Temos plena consciência dos imensos desafios que ainda temos pela frente para mudar esse quadro. Segundo a ONU, dois terços dos pobres deste mundo extremamente complexo são constituídos por mulheres, e elas também representam um terço dos analfabetos. A pobreza e a dificuldade de acesso às condições básicas da existência e da dignidade humana atingem de maneira brutal a condição feminina. Vamos continuar unidas e firmes nessa nossa luta até que as necessárias mudanças efetivamente se realizem e as políticas públicas se consolidem, a fim de que possamos garantir real combate à pobreza e a permanência da paz. Vamos fazer um grande cinturão de solidariedade, neste momento em que o feminismo moderno tem como prerrogativa básica não a guerra entre os sexos, mas a garantia de igualdade entre homens e mulheres.

Vamos partir para a conquista de uma sociedade justa, que venha a desfazer esse preconceito que há milênios oprime as mulheres no mundo inteiro.

Salve o Dia Internacional da Mulher!

Muito obrigada, Sr. Presidente.



---

Documento 52/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5213 ITAMAR SERPA-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. ITAMAR SERPA (PSDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje estamos comemorando o Dia Internacional da Mulher. Esta data simboliza a luta, a vitória e as conquistas alcançadas pela mulher na sociedade, provando definitivamente que não existem distinções de sexo quando o assunto é o desenvolvimento humano.

É importante ressaltar a transformação verificada em todos os setores das relações sociais, resultado da influência da sensibilidade feminina. No âmbito do trabalho, por exemplo, a adoção dos valores que chamo de "FemininaMente" são exigências da sociedade pós-revolução Industrial. Já não basta planejar, fazer, controlar e agir, como nos ensinou a economia clássica. Agora, a nova forma de administrar exige uma demanda pelo sentir.

As novas relações humanas exigem responsabilidade social, afeto e emoção, sentimentos que são próprios da natureza feminina. A conquista, agora, não se faz pela força, mas sim pela sensibilidade, poder de persuasão e diálogo franco, em que a verdade é sempre a base do entendimento.



A mulher do novo milênio nos ensina como é possível exercer a liderança sem os ranços machistas do autoritarismo e da opressão. Os valores da liderança, hoje, são a capacidade de aprender, o talento e as qualidades espirituais. O poder de organização feminino é enaltecido e valorizado pelas principais empresas brasileiras. Elas conseguem conciliar as tarefas domésticas com a busca do conhecimento, compartilhando o sucesso sem vaidades ou qualquer outro sentimento menor.

A participação da mulher no mercado de trabalho é apenas uma pequena parte no processo de transformação social, que determinou novos padrões no relacionamento humano. Em empresas como a Embelleze, por exemplo, que fundei há 36 anos, por uma feliz coincidência no Dia Internacional da Mulher, palavras como discriminação, preconceito, inferioridade, distinção, entre outras que servem para separar pessoas por classes, são proibidas de serem proferidas. Quem trabalha na Embelleze se acostumou com palavras como respeito, emoção, auto-estima, valorização e encantamento. Com isso, criamos um ambiente de integração humana focado no prazer pelo trabalho, e os resultados mostram que estamos seguindo o caminho certo.

Por estarmos tão intimamente ligados ao universo feminino, realçando a beleza da mulher brasileira, fato que é reconhecido em todo o mundo, quero aqui prestar minha homenagem a todas as mulheres, que fazem deste mundo um lugar melhor para se viver.

Muito obrigado.



---

Documento 53/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5254 SELMA SCHONS-PT -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Resultados de estudo do IBGE sobre as conseqüências da discriminação de gênero.

---

A SRA. SELMA SCHONS (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar, deste plenário, todas as mulheres brasileiras, especialmente as do meu Estado do Paraná, e registrar que 8 de março é o dia de lembrarmos de tantas mulheres corajosas, lutadoras, que já contribuíram para a formação de um Brasil melhor. Também lançamos um desafio: que nós mulheres, especialmente neste ano, quando somos convidadas a possibilitar mais paz, que a mulher no seu espaço faça isso a partir de ações solidárias, ajudando a contribuir para a paz no Brasil e no mundo que tanto desejamos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores brasileiros, o censo do IBGE de 2000 mostrou que 50,8% da população brasileira é composta por mulheres. Hoje, esse índice já ultrapassa os 51%, de acordo com os indicadores sociais de 2004, do mesmo instituto. Embora algumas mudanças já possam ser percebidas, ainda somos discriminadas. São várias as razões que levaram a mulher a uma posição de grupo de segunda categoria na maior parte das sociedades na história. O Dia Internacional da Mulher, que celebramos hoje,



deve servir para uma reflexão coletiva sobre o porquê de tanta discriminação. Muito se fala a respeito da valorização da mulher. Mas, na prática, as mudanças acontecem muito lentamente, fato que é confirmado pelos mesmos indicadores sociais apurados pelo IBGE em 2004. Nós, mulheres, ao lado dos jovens, continuamos sendo as mais afetadas pelo desemprego. Pouco mais de 50% de nós exercem alguma atividade remunerada. Quase metade das mulheres que trabalhavam em 2003 ganhava até um salário mínimo, muito embora tenhamos, em média, um ano a mais de estudo que os homens.

Não lembramos essas diferenças para provocar um sentimento de consternação ou dó em relação às mulheres, enfatizando a figura da mulher-vítima. O objetivo não é este. Ao contrário, esses dados devem ser um desafio para as mulheres se unirem e se organizarem. Não para combater os homens, que agem em razão de uma cultura machista milenar, mas para buscar a equidade, elemento essencial para uma convivência digna entre gêneros e a constituição de uma sociedade justa.

Precisamos aproveitar o dia 8 de março para resgatar a figura da mulher-vencedora. A sociedade sempre procurou esconder este aspecto e preferiu destacar a mulher-vítima. A versão das mulheres queimadas em uma indústria têxtil em Nova Iorque, em 1857, durante greve por melhores condições de trabalho normalmente é um símbolo da mulher-vítima. Entretanto, esse fato deve ser visto como fonte de conquistas, uma vez que muitas lutas vitoriosas se inspiraram a partir dali.

Outra versão da origem do Dia Internacional da Mulher, que também oferece consistência, refere-se a uma marcha de mulheres operárias, em Petrogrado, em 8 de março de 1917. A demonstração de coragem e solidariedade daquelas trabalhadoras teria precedido a Revolução Russa.

Sr. Presidente, ressaltar só o aspecto da imolação das mulheres contribui para afastá-las das lutas sociais, a principal delas, a política. A atuação feminina nos espaços públicos e de poder deve ser vista como uma forma de superar séculos de opressão e de desigualdade. A inserção neste setor é uma exigência da qual não podemos mais nos furtar. Incentivar e defender a participação das mulheres



em todas as instâncias da política e, principalmente, acreditar que somos capazes, enterrando de vez o mito da superioridade masculina, ainda que velada, é mais um elemento para a eqüidade de gênero.

Não basta, no entanto, garantirmos o espaço, é preciso nos capacitarmos para esta atuação. A participação qualificada das mulheres, como de qualquer outra pessoa, requer investimento na formação; incentivo à auto-organização em associações, cooperativas, grupos de estudos e outras formas capazes de promover a independência. Preparada para a luta e para vitórias, a mulher sepultará de vez a figura de vítima e será parceira num caminho que leva à construção da igualdade.

É preciso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, resgatar nosso pleno compromisso com o cumprimento das leis brasileiras e com os tratados internacionais, dos quais somos signatários, como o de Beijing, para, ao invés de caminhar para trás, como querem alguns países, consolidarmos avanços em direção a novas, necessárias e concretas conquistas.

As políticas públicas às quais já nos referimos devem, necessariamente, levar em consideração os recortes de gênero presentes na sociedade para resgatar a dignidade das mulheres e servir de ferramenta para a construção de relações mais igualitárias. Esta Casa precisa, em seu espaço de atuação, contribuir para a construção da cidadania, recuperação da dignidade e da auto-estima das mulheres, democratizando o poder de decisão para que, fortalecidas, mobilizem-se, participando ativa e autonomamente das diversas instâncias da sociedade, passo fundamental e indispensável para a conquista da igualdade.

Um abraço fraterno a todas as mulheres brasileiras, principalmente às do nosso estado do Paraná.

Muito obrigada.



---

Documento 54/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5275 WALTER PINHEIRO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Presença no plenário do Prefeito Orlando Pereira Filho, do Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de fazer justa homenagem às mulheres, registro a presença neste plenário do companheiro Orlando Pereira Filho, o Orlandinho, Prefeito do Município baiano de Cruz das Almas, e que participa em Brasília da Marcha dos Prefeitos. Sua presença muito nos honra, assim como engrandece a cidade, que merece o grande administrador que elegeu.

Quero parabenizar o povo de Cruz das Almas pela belíssima escolha não apenas do companheiro Orlando, mas de todos que compõem aquela administração. Saúdo também o Vice-Prefeito, o também companheiro Raul. O povo está felicíssimo com essa administração.

Sr. Presidente, aproveito para fazer breve registro sobre o Dia Internacional da Mulher, visto que todos já falaram. É muito comum abordar nesta data as virtudes e os problemas femininos e, no dia seguinte, esquecê-los.

Todo dia é da mulher: é importante lembrar isso para superar a opressão, a violência e o verdadeiro descaso que ela ainda enfrenta não apenas no Brasil,



mas no mundo. Várias são espancadas dentro de casa todos os dias, o que é lamentável.

Saúdo todas as mulheres e ressalto que sua luta não pode ser lembrada apenas e tão-somente no dia 8 de março.

Muito obrigado.



---

Documento 55/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5276 MARIÂNGELA DUARTE-PT -SP  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de me pronunciar, fazendo com que seja ouvida, neste momento, a voz da mulher na Câmara dos Deputados.

Agradeço a todos os meus companheiros Deputados que me ouvem e também esperam a vez de fazer seus pronunciamentos, mas que reconhecem o direito de nós nos manifestarmos em primeiro lugar pelo não-apagamento da memória da nossa luta.

É fundamental, sim, comemorarmos o dia 8 de março. Essa comemoração teve início em um congresso, em 1910, pela maior socialista da Europa, Clara Zetkin, já que, na segunda metade do século XIX, mulheres foram queimadas porque reivindicavam seus direitos trabalhistas.

Portanto, desde 1910, por conquista das mulheres socialistas na Europa, tendo à frente Clara Zetkin, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Neste mundo ainda dominado pelos homens, em termos de poder e decisão, não queremos que se que apaguem as memórias mais significativas das nossas lutas.



Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar, neste dia, aquelas mulheres que estão próximas de nós, as servidoras públicas do Poder Legislativo, que muitas vezes não têm nem voz nem direito de se expressar. São funcionárias de carreira, de alto gabarito. A essas mulheres brasileiras, sobretudo às anônimas, que lutam, dedicamos este dia 8 de março.

Informamos que a Câmara dos Deputados enviou Deputadas desta Casa para a Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing + 10), em Nova Iorque.

Embora sejamos ainda 47 Deputadas, cada uma de nós busca, nesta Casa, ressoar o canto das nossas lutas e dos nossos direitos, porque 60% da violência contra as mulheres ocorrem dentro do lar.

O lema da campanha contra a violência à mulher - o respeito à vida e aos direitos humanos - é também o nosso.

Fica aqui a fala da mulher Deputada, representando as que estão em Nova Iorque, na Marcha Mundial das Mulheres, que começou em São Paulo, a ex-Prefeita e Deputada Telma de Sousa, que aqui se encontra, e todas as outras. São poucas e temos de representá-las.



---

Documento 56/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5252 CARLITO MERSS-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem a personalidades femininas do Estado de Santa Catarina.

---

O SR. CARLITO MERSS (PT-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher deveria ser todos os dias. É preciso que os homens e as mulheres, toda a sociedade, compreendam culturalmente a importância da igualdade de gênero. É esta igualdade que valoriza o respeito, que reconhece e convive com as diferenças humanas, que faz com que as relações sociais tenham o objetivo único de conviver na paz, na harmonia e na felicidade. Muitos colegas farão pronunciamentos nesta Casa parabenizando a mulher. Farei também, aproveitando esta data, um discurso de apelo à humanidade: "Vamos conviver com mais fraternidade, assumir e reconhecer nossas diferenças, fazer do antagonismo de gêneros uma complementaridade necessária da espécie humana".

Não é compreensível que ainda hoje a mulher seja agredida, discriminada ou sofra violências de qualquer forma, inclusive psicológica ou por assédio moral. É intolerável que uma mão dilacere um rosto feminino, para produzir covardemente



um silêncio que a razão, a compreensão ou o entendimento foi incompetente para produzir. Basta. Vamos acabar com a violência contra a mulher. Vamos reconhecer o gênero feminino como um todo, perceber a importância particular da mulher para que tenhamos uma vida completa. Poderia citar inúmeras mulheres de fibra, de luta, como as catarinenses Anita Garibaldi, Antonieta de Barros, Zilda Arns, da Pastoral da Criança, a senadora Ideli Salvatti, a Deputada camponesa Luci Choinacki, enfim, mulheres que fizeram história porque disputaram espaços nesta sociedade, ainda machista, e promoveram a emancipação das mulheres e a cultura da igualdade. Mas precisamos ser justos e lembrar também das donas de casa, das mulheres anônimas, das trabalhadoras, que pouco a pouco, no silêncio e na perseverança, enfrentam numerosas dificuldades e afirmam corajosa e progressivamente condições para uma sociedade de iguais. Por isso quero que esta minha homenagem ao dia internacional da mulher fique como uma reflexão, um apelo para que sejamos, homens e mulheres, parceiros da mesma história.



---

Documento 57/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-17:02

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5229 FRANCISCO RODRIGUES-PFL -RR  
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras, em nome da genitora do orador, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, também quero registrar minha homenagem às mulheres pelo transcurso de seu dia. E não poderia deixá-lo de fazer.

Na pessoa da minha mãe, rendo a todas as mulheres deste País a minha homenagem nesta data, que é emblemática e se manifesta de forma visível para os olhos de toda a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 58/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:10

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5174 SIMÃO SESSIM-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem à Sra. Maria de Lourdes Ferreira de Oliveira Santos, Gerente-Executiva do INSS em Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

---

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso:) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em hipótese alguma poderia deixar passar em branco a data de hoje, 8 de março, quando o mundo inteiro comemora o Dia Internacional da Mulher. Trata-se de homenagem a um episódio trágico que aconteceu nos Estados Unidos, em 1857, quando mulheres de uma fábrica de tecidos, em Nova Iorque, se rebelaram contra suas condições de trabalho.

Infelizmente, aquele manifesto foi contido de forma violenta, culminando com a morte de 129 tecelãs, que morreram carbonizadas dentro da fábrica. Por isso, em 1910, surgiu a idéia de se criar uma data para homenagear essas operárias e marcar um dia de luta feminina.

Hoje, Sr. Presidente, a parcela feminina representa 41% da população economicamente ativa, com 30 milhões de mulheres no mercado de trabalho. Diante dessa realidade, o que pretendo desta tribuna é chamar a atenção para o



papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do valor da pessoa, perceber seu papel na sociedade, contestar e rever preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher.

Por isso mesmo, volto agora minha atenção para uma mulher que vem revolucionando o tratamento dos assegurados do INSS na Baixada Fluminense, onde vivem quase 4 milhões de pessoas, numa das áreas mais complexas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Refiro-me a Maria de Lourdes Ferreira de Oliveira Santos, exemplo de servidora do Ministério da Previdência Social no trato da coisa pública, que tem sobre seus ombros o difícil cargo de Gerente-Executiva do INSS em Duque de Caxias, sendo, por isso mesmo, responsável pela gestão de 15 unidades de atendimento do instituto em 14 Municípios, 12 dos quais na Baixada Fluminense, além de Mangaratiba e Itaguaí, na região da Costa Verde, envolvendo 2.882 quilômetros quadrados, exatamente onde se concentram altos índices de problemas sociais.

Exemplo de mulher guerreira, Maria de Lourdes nos conta que inúmeros e complexos são os desafios impostos pela realidade local, o que, de certa forma, exige esforço coletivo por parte dos servidores na busca incansável de alternativas que garantam o bom atendimento aos segurados e contribuintes, até porque, inserida que está numa conjuntura de profundas mudanças econômicas, políticas e sociais, sobretudo no mundo do trabalho, cujos reflexos se fazem sentir no aumento significativo do requerimento de benefícios, a Previdência Social possui hoje cerca de 23 milhões de beneficiários, dos quais 438 mil estão sob a Gerência-Executiva em Duque de Caxias, significando o pagamento de mais de 2 bilhões de reais, injetados na economia dos Municípios que compõem a área de abrangência daquela gerência.

Maria de Lourdes nos lembra também, Sr. Presidente, que, pressionada pelas características heterogêneas da região, associadas à situação de baixa qualificação profissional, inexistência de empregos suficientes para absorver a mão-de-obra local, baixos salários e à queda contínua na proporção de trabalhadores com contratos formais de trabalho, com carteira assinada, a Previdência Social acaba sendo procurada como meio alternativo de garantia de



sobrevivência, o que pode ser retratado pelo elevado número de benefícios requeridos.

Portanto, Sr. Presidente, nobres Deputados, apontada como maior instrumento de distribuição de renda no País, a Previdência Social acaba por cumprir a função social de garantir renda ao trabalhador e sustento à sua família, quando da perda, temporária ou permanente, da capacidade de trabalho. Por isso mesmo, no ano passado, foram requeridos cerca de 97 mil novos benefícios, apenas na região sob responsabilidade de Maria de Lourdes.

A Gerente-Executiva do INSS em Duque de Caxias nos conta também que o quantitativo citado é engrossado pelos requerimentos de trabalhadores excluídos da atividade formal, sujeitos ao trabalho desprotegido da cobertura previdenciária, retratado pelo elevado número de benefícios indeferidos e ainda pelos idosos e deficientes que, excluídos do sistema, aumentam o número de requerimentos de benefício assistencial, hoje correspondente a cerca de 25% de demanda, naquela região.

Ficamos sabendo também, por intermédio de Maria de Lourdes, que a multiplicidade de situações enfrentadas diariamente atrai para o interior da instituição situações estruturais e conjunturais que se apresentam na hora do atendimento, tais como dificuldade no preenchimento de formulários por parte do segurado, analfabetismo, comprometendo a clareza e a velocidade do atendimento, somada à dificuldade de compreensão do itinerário institucional no trâmite de processos, fatores que intervêm na maior eficiência, inclusive imprimindo certa morosidade no acesso do segurado ao seu direito, situações que comprometem a racionalidade pretendida com a inclusão da tecnologia e adoção de novo paradigma institucional.

Na avaliação da Gerente-Executiva, todos os fatores aqui apresentados demonstram a necessidade de investimentos em estratégias diferenciadas para o enfrentamento dos problemas levantados, bem como para o desenvolvimento de ações que favoreçam, cada vez mais, o acesso ao direito, por meio de atendimento que busque eficiência com foco no cidadão.



É diante desse quadro problemático, Sr. Presidente, que Maria de Lourdes está investindo na disseminação das informações previdenciárias, pelo Programa de Educação Previdenciária, o chamado PEP, que já desenvolve ações de caráter educativo e de conscientização da população acerca de seus direitos. Tal tarefa, nos conta ela, tem sido desenvolvida por meio de parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais e organizações não governamentais, uma vez que privilegia a inclusão e a proteção social, bem como guarda estreita relação com a dinâmica dos problemas econômicos e sociais vividos pela população da Baixada Fluminense e da região da Costa Verde.

Graças a Deus e à eficiência de Maria de Lourdes, a Gerência-Executiva do INSS em Duque de Caxias vem abrindo canais de comunicação para a sociedade com a instalação do Conselho de Previdência Social, que tem por objetivo dialogar com a sociedade em busca do aperfeiçoamento de sua gestão e da criação de mecanismos que visam à ampliação do controle social.

Como podemos observar, Sr. Presidente, nobres Deputados, buscar a eficiência e a eficácia na prestação de serviços é um processo em que o desafio da quebra do paradigma precisa ser constantemente superado, tornando a qualidade dos serviços um ponto forte na satisfação de todos os beneficiários da Previdência Social.

Eis, portanto, o belo retrato sem retoques da Sra. Maria de Lourdes, pessoa generosa e, por isso mesmo, muito querida na sua área de atuação na Baixada Fluminense e região da Costa Verde. Por tudo isso e muito mais, manifesto de público meu voto de congratulações a essa figura ímpar, que tanto bem tem feito pelo povo da Baixada Fluminense, pedindo a Deus, nosso Pai todo-poderoso, que dê força suficiente a essa magnífica servidora pública para que continue trabalhando em defesa dos pobres, dos excluídos, dos menos favorecidos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

Documento 59/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:50

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5188 JORGE GOMES-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JORGE GOMES (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como tantos outros colegas Deputados que ocuparam a tribuna desta Casa, também o faço para falar sobre o dia 8 de março, quando voltamos a comemorar o Dia Internacional da Mulher. A data nos faz retomar e revisar todas as conquistas das mulheres através dos tempos, desde aquela ocasião em que algumas delas, moradoras de um dos bairros mais pobres de Nova York, em pleno século XIX, cuidavam da casa, das crianças e ainda cumpriam uma jornada de trabalho de, em média, 12 horas. Essas mulheres passavam metade do dia fechadas em uma fábrica de tecidos suja, mal iluminada e com precário sistema de ventilação. Faziam tudo sempre igual até que, no dia 8 de março de 1857, resolveram se rebelar e dar um basta. Saíram às ruas contra os baixos salários, as longas jornadas e as precárias condições de trabalho. Iniciaram o justo protesto e ganharam as ruas a favor da dignidade e da cidadania. A polícia foi chamada para debelar tamanha ousadia.



O resultado, como sabemos, foi espancamento, prisão, morte, enfim, a violência que resulta do enfrentamento de forças tão desiguais. No chão não ficaram mais do que sangue e alguns cartazes. No presente e no futuro ficaram, no entanto, o exemplo dessa contenda que perpetuou a coragem e a determinação daquelas operárias-guerreiras.

Hoje, as mulheres ainda lutam porque há muito ainda para ser conquistado. Mas essa luta não é somente do gênero feminino. Já há a parceria dos homens, companheiros, filhos e amigos, que se sentem irmanados na busca de conquistas justas, igualitárias e profundamente atuais.

No nosso País, cabe mencionar problemas como as desigualdades estruturais, as expressões de diversidade, a exemplo da livre orientação sexual, a necessidade de conferir visibilidade e afirmar a diversidade de inserção social e regional como mulheres trabalhadoras urbanas e rurais, mulheres encarceradas, entre outros aspectos.

Luta-se por igualdade e equidade, pela adoção de perspectivas não-sexistas e anti-racistas. Sobretudo, é importante o combate sistemático contra a violência que atinge a mulher, garantindo-lhe os seus direitos, entre os quais estão a reparação, a indenização e a punição ao agressor, sem esquecer a importância da implementação de medidas preventivas às diversas formas de agressão.

As resoluções da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em julho de 2004, dão a dimensão do longo caminho a percorrer. Elas enfocam a responsabilidade que cabe ao Poder Público para a garantia da universalidade, alterando as desigualdades sociais, inclusive do ponto de vista das relações de gênero, raça e etnia, de geração, da diversidade de orientações sexuais e das necessidades específicas de pessoas com deficiência, modificando as relações de poder e o acesso a direitos em sua dimensão social, política, econômica e cultural. A origem do problema e a urgência da sua superação estão bem claras no documento:

"Possibilitando, assim, o rompimento da visão corrente e assumindo o pressuposto de que a definição de masculino e feminino é uma construção histórica, política, cultural e um componente estrutural das relações sociais e econômicas".



As diretrizes traçadas estão definidas com maestria. A Política Nacional para as Mulheres reconhece e valoriza a contribuição dos movimentos feministas e de mulheres para a construção de uma trajetória de alteração da lógica tradicional de políticas para o gênero no plano do Estado, ao mesmo tempo em que vê a necessidade de traçar uma estratégia de longo alcance no sentido da democratização do Estado e da construção de uma nova institucionalização, que exige a implantação de um processo articulado de diálogo entre os seus distintos sujeitos.

Neste processo está incluída, com muita propriedade, a autonomia para as mulheres. Ela implica a ampliação do poder de decisão sobre seus corpos, suas vidas, comunidade e país, na superação de um legado histórico, que inclui, através dos tempos, dependência, exploração, opressão e subordinação, que as inibem por anos a fio e são obstáculos à autonomia econômica, política e social.

Ninguém melhor do que as próprias mulheres para determinarem o que sentem e o que precisam. As resoluções da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres são um mapa completo e um roteiro atento para o estabelecimento de medidas do Estado que garantam modificações justas e importantes. Entre vários itens, ali está registrada a necessidade de criar, fortalecer e ampliar os organismos específicos dos direitos e de políticas públicas para as mulheres, visando à operacionalização da transversalidade das ações e ao desenvolvimento de programas que reúnam e articulem atos governamentais nos distintos níveis e esferas de Poder - Executivo, Judiciário e Legislativo -, com desenvolvimento planejado e integrado dessas políticas.

A afirmativa daquela Conferência explicita bem o papel que nos cabe, a nós que compomos a Câmara Federal, na adoção dessas medidas, que contribuirão, cada vez mais, para a construção de uma sociedade em que nuances de raça, classe social, religião, orientação sexual, gênero ou etnia não sejam motivo para discriminação ou preconceito, mas um fator em que o diferente se faça igual, na luta conjunta por um mundo mais justo, na luta por um Brasil onde as mulheres venham a assumir realmente seu papel na geração de um País melhor para brasileiras e brasileiros. Então, cada momento se transformará em uma



celebração especial do feminino e, dessa forma, em um ato de justiça, serão ampliadas as comemorações do 8 de Março para todos os dias do ano.

Muito obrigado.



---

Documento 60/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5204 INOCÊNCIO OLIVEIRA-PMDB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PMDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por iniciativa da Organização das Nações Unidas, tomada há 30 anos, comemora-se a cada dia 8 de março, em todo o mundo, o Dia Internacional da Mulher. Trata-se de uma iniciativa justa e solidária, que finalmente resgata para as gerações atuais o papel da mulher na construção da sociedade, na formação da família e também como ente econômico, pois hoje ela se encontra em todos os setores da produção nacional e não apenas no recesso do lar. Ouça-se universalmente a "voz da mulher" como pregava, não faz muito tempo, a mulher de um presidente norte-americano, a hoje Senadora Hillary Clinton. Mas somente a partir de 1865 é que ela é ouvida, quando o movimento das sufragettes ganhou corpo na Inglaterra, apesar dos protestos dos lordes. Custa acreditar que um político da dimensão intelectual de Gladstone tenha se oposto ao movimento das sufragistas.

Em 1918, foi assegurado o direito de voto à mulher com mais de 30 anos. Veja-se ainda a discriminação: na França, só em 1944; no Brasil, na Constituição de 34.



Foi um longo caminho percorrido pelas mulheres desde o gineceu na Grécia até hoje, para falarmos apenas das tradições ocidentais, porque em muitos países do Oriente a mulher continua secundarizada, relegada a plano inferior. E mesmo no Ocidente não atingiu completamente a igualdade de salários para as mesmas funções, para as promoções e o acesso pleno na carreira profissional.

O Brasil avançou muito nesse particular, desde quando lhe assegurou o direito de voto, o acesso aos benefícios da seguridade social, o trabalho doméstico com carteira assinada (CTPS), a aposentadoria das domésticas, o salário família, a licença/salário-maternidade e o direito à amamentação até o sexto mês da criança, enfim, toda uma gama de benefícios para amparar a mulher na sua condição de mãe e dona de casa. E no trabalho nas fábricas a obrigação de as empresas manterem creches, na dependência do seu tamanho e da dimensão econômica.

Ainda que tenha conquistado no mundo da política, das artes, das ciências, da literatura, posições de relevo e protagonismo, a mulher continua com a sua imagem de companheira natural do homem, completando-o na construção da família, que permanece - apesar das transformações globalizantes - o núcleo social sobre o qual se fundam as sociedades.

Mas as mulheres continuam "vozes insubmissas", como dizem as estudiosas do feminismo e da modernidade.

A participação da mulher na política é um dos capítulos mais importantes da vitória sobre o preconceito. Na Europa, avultam as figuras de Rosa de Luxemburgo e Dolores Ibárruri.

No Brasil, a participação política da mulher está assinalada desde a República Velha, passando pela Constituinte de 46, as Legislaturas na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Legislativas Estaduais. Mas em nenhum movimento cívico-político a mulher brasileira deixou de atuar, de estar presente. Lembremos, na história das guerras contra os holandeses, a gesta das mulheres de Tejucupapo, lutando contra soldados profissionais à base de chuços, pedras, óleo e água quentes.



Deixo registrado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha homenagem a todas as mulheres deste País que no lar, no trabalho, na universidade e nas atividades econômicas lutam diretamente para a construção de um Brasil melhor, mais humano e com mais promoção social.

Muito obrigado.



---

Documento 61/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5206 TAKAYAMA-PMDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ações governamentais e da iniciativa privada para garantia dos direitos da mulher brasileira.

---

O SR. TAKAYAMA (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acredito que as mulheres têm de tudo no coração: amor, respeito, solidariedade e perdão. Se elas são as primeiras educadoras dos seres humanos, com certeza, sabem da importância das primeiras leituras, das contas de matemática, da instrução e, sobretudo, da valorização da cidadania.

Para o Marquês de Maricá (1773-1848), "pode-se graduar a civilização de um povo pela atenção, decência e consideração com que as mulheres são educadas, tratadas e protegidas".

É verdade que o Brasil tem promovido os direitos da mulher por meio de atividades públicas e por ações da iniciativa privada, mas, lamentavelmente, está muito longe de tornar-se totalmente civilizado, pois ela ainda sofre com gravidez precoce, morte na hora do parto, violência doméstica, discriminação no trabalho por salário inferior, não tem as mesmas oportunidades, embora tenha a mesma



inteligência racional, mais atenção e é melhor cumpridora de prazos e de obrigações.

De cada 100 mulheres que têm filhos no Brasil, 28 engravidam antes dos 18 anos e cerca de 700 mil meninas se tornam mães a cada ano. Aproximadamente 27% dos partos feitos pelo SUS, em 2003, foram de adolescentes de 10 a 19 anos. Elevado número de brasileiras abandonam os estudos por causa da gravidez precoce, pois conciliar aprendizado com amamentação representa um desafio extremamente penoso.

Devido às hemorragias, 25% das mulheres morrem no parto, e poderiam viver, com a realização de transfusões de sangue; 15%, por infecções, e poderiam ser salvas por antibióticos; 13%, por abortos praticados em condições rudimentares; 12%, por eclampsia, e 35%, por alguma obstrução que impede o nascimento do filho.

A cada 15 segundos, 1 mulher é espancada, e 70% dos incidentes acontecem dentro de casa, sendo o agressor o próprio marido ou companheiro.

O número de mulheres é maior no subemprego e no setor informal da economia. Menciono especialmente a categoria das domésticas, que não têm registro nem carteira profissional e 48% ganham menos de 1 salário mínimo.

Para melhorar esse triste quadro, foram criadas iniciativas governamentais e da iniciativa privada: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República, Conselhos da Mulher, Casas de Referência, Delegacias de Atendimento à Mulher, Casas de Abrigo, SOS Mulher e milhares de ONGs que assistem a mulher, protegendo seus direitos e exaltando suas virtudes.

Enumero algumas atitudes que são úteis para prolongar a qualidade de vida da mulher: orar em agradecimento a Deus; respeitar a si mesma e ao próximo; desviar-se de erros; compartilhar conhecimentos; evitar o excesso de sol; manter rotina regular de exercícios de atividade física; não consumir álcool; controlar o sobrepeso; não fumar; manter-se intelectualmente ativa; realizar exames periódicos de saúde; freqüentar a escola; qualificar-se para o mercado de trabalho; valorizar-se diante de desconfortos; elevar sua auto-estima; aceitar novos desafios e continuar sonhando.



Recordo-me de um trecho do poema Um olhar diferente sobre a mulher, de autor desconhecido:

"Eu quero mostrar que sou mulher, forte, guerreira,  
Sensível nos gestos que encantam  
Mas pronta para dizer o que penso e sinto!  
Porque a alma de uma mulher é tudo isso,  
Beleza, poesia, fagulha que acende  
Força que muda o mundo  
Dignidade e sabedoria!  
Eu quero um olhar diferente  
Porque sou Mulher, sou Cidadã".

O Dia Internacional da Mulher está sendo comemorado hoje em todos os países. Espero que no próximo ano, nesta mesma data, possamos registrar o abrandamento dos problemas expostos, a obtenção de novas conquistas e saudar as mulheres como cidadãs que têm direitos e deveres diante da sociedade. Espero que, com otimismo, garra e disposição, construam, juntamente com os homens, um País mais fraterno, justo e igualitário - um sonho de todos nós brasileiros.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa legislativa.

Muito obrigado.



---

Documento 62/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5208 LUIZ SÉRGIO-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Cobrança Abusiva de pedágios rodoviários no Estado do Rio de Janeiro. Não-aplicação, pelas concessionárias, dos recursos arrecadados na melhoria da malha viária fluminense.

---

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como não poderia deixar de ser, começo meu pronunciamento fazendo uma exaltação às brasileiras neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher. As conquistas conseguidas pelas mulheres nos últimos anos são visíveis em todos os setores da sociedade, e não podemos deixar de exaltar esses avanços. É certo que muito ainda há por conquistar, há muito preconceito ainda para ser vencido, mas tenho certeza que elas conseguirão. Afinal, capacidade e tenacidade não faltam à mulher brasileira.

Parabéns a todas pelo dia de hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há tempos, travo uma luta contra o abuso na cobrança de pedágio nas estradas fluminenses. A população do Estado do Rio de Janeiro sabe dessa minha luta, em especial os moradores de Seropédica e de



Teresópolis, onde atuei e continuarei atuando contra o abuso das concessionárias que, muitas vezes, impuseram taxaço ilegal e abusiva aos motoristas.

Em sua edição do último domingo, o jornal O Globo publicou matéria que demonstra que nossa luta é justa e correta. A referida reportagem mostrou os lucros milionários obtidos pelas concessionárias. Para se ter uma idéia, de acordo com a informação publicada pelo jornal, as concessionárias Nova Dutra (Rio-São Paulo), Concer (Rio-Juiz de Fora), CRT (Rio-Teresópolis), Ponte S/A (Rio-Niterói), Via Lagos (Rio-Região dos Lagos), Rota 116 (Rio-Friburgo) e Lamsa (Linha Amarela) arrecadaram cerca de R\$872 milhões, em 2004. Não seria nada de mais, se significativa parcela desse dinheiro estivesse realmente sendo aplicado na conservação das pistas e nas melhorias gerais das condições de tráfego nessas estradas, com conseqüente aumento da segurança e do conforto dos usuários. Mas, Sr. Presidente, definitivamente não é isso o que vem sendo observado.

Quem passa pelas estradas sabe que há trechos problemáticos e que a velocidade com que os operadores se arvoram em aumentar as taxas de pedágio e criar novos mecanismos de cobrança está longe da morosidade com que são tapados buracos, renovadas as placas de sinalização e oferecidos novos e melhores serviços aos usuários.

Não tenho dúvidas, Sr. Presidente, que muitos contratos precisam ser revistos e que a atuação das concessionárias precisa ser melhor fiscalizada. Quero, então, parabenizar o jornal O Globo pela esclarecedora reportagem e também fazer um apelo para os motoristas que se sentem lesados pelo abuso da cobrança dos pedágio no sentido de que procurem garantir seus direitos e não se calem diante da situação.

Meu gabinete estará sempre de portas abertas para receber as denúncias e encaminhá-las de forma adequada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 63/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5210 LUIZ BITTENCOURT-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Homenagem às mulheres, em especial as goianas, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero associar-me às manifestações de júbilo pelo Dia Internacional da Mulher.

Nesta data recorda-se a luta das operárias da fábrica têxtil Cotton, de Nova York, que em 1857 entraram em greve contra a jornada de trabalho de 16 horas e os salários de fome. Diante da negativa da empresa em atender suas reivindicações, as trabalhadoras ocuparam a fábrica. Em represália, o proprietário fechou as portas e ateou fogo em suas instalações. Em 1910, durante um congresso internacional para homenagear as 129 operárias que morreram queimadas, Clara Zetkin propôs que a data de 8 de março fosse consagrada em todo o mundo em reverência à memória de cada uma das mulheres falecidas.

Destaco, porém, nesta homenagem de hoje, as mulheres do meu Estado de Goiás, sobretudo aquelas intelectuais que, redatoras pioneiras do jornal O Lar, em 1926, na antiga Capital, marcaram a participação feminina na luta político-



partidária e na atividade cívico-cultural. Refiro-me principalmente às figuras de Oscarlina Alves Pinto, Floracy Artiaga Mendes, Maria Ferreira de Azevedo Perillo, Laila de Amorim e Genezy de Castro e Silva. Elas tiveram saliente atividade nos conturbados anos da República Velha e no fim do regime oligárquico que, àquela época, dominava quase todas as nossas unidades federativas.

Homenageio, nesta data, a extraordinária mulher que se chama Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a poeta e doceira Cora Coralina, elogiada por Carlos Drummond de Andrade pelos versos inseridos nos Poemas dos Becos de Goiás, no Vintém de Cobre, no Os Meninos Verdes, nas Estórias da Casa Velha da Ponte e no Meu Livro de Cordel. Ela foi a poeta que mais e melhor exteriorizou os sentimentos da sua gente pelos mais pobres, os mais socialmente desajustados e os marginalizados, que sofrem o desprezo de nossas elites e não encontram apoio do Governo para dar-lhes a necessária ajuda.

Em especial, registro as personalidades de Leodegária de Jesus, Maria Angélica da Costa Brandão, Argentina Remígio Monteiro, Emília Perillo Argenta, Julieta Fleury da Silva e Souza, Célia Coutinho Seixo de Britto, Vilda Guerra Fernandes, Rosarita Fleury, Maria das Dores Campos, Nelly Alves de Almeida, Regina Lacerda, Mariana Augusta Fleury Curado, Ana Alice de Santana Coutinho, Ayda Felix de Souza, Amália Hermano Teixeira, Nair Perillo Richter, Maria Paula Fleury de Godoy, Eurydice Natal e Silva, além de tantas outras que dignificam a galeria social e cultural do meu Estado.

Destaco também o nome de Maria Angélica da Costa Brandão, cantora e pianista famosa, que se tornou, no princípio do século passado, grande incentivadora e promotora de música e teatro na Cidade de Goiás. Fundou ali uma escola de onde se originaram muitos de nossas atuais artistas. Era conhecida por Nhanhá do Couto e deixou um nome que está em lugar de honra nas páginas de nossa história cultural. Faço referência de expressiva significação à educadora Almerinda Arantes, professora e Parlamentar, que teve destacada atuação na Assembléia Legislativa do Estado, durante os anos de 50 e 60.

Esta é a singela homenagem que, no Dia Internacional da Mulher, desejo assinalar em nossos Anais, certo de que as figuras femininas que mencionei têm o



mais alto gabarito intelectual e, de fato, prestaram relevantes serviços ao Estado de Goiás. Homenageando-as, homenageio a mulher brasileira, a mulher de todos os continentes, a mulher operária e a mulher mãe de família que labora na atividade doméstica, bem educando a sua prole. Faço referência apenas às que já partiram para a eternidade, deixando aos conterrâneos um exemplo de vida e uma lição de sabedoria para aqueles que lutam pelo Brasil e pelo seu berço natal. Era o que tinha a dizer.



---

Documento 64/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-16:06

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5221 CARLOS WILLIAN-PMDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Presença no plenário do Prefeito Geraldo Gomes, do Município de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. CARLOS WILLIAN (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente registro a presença, no plenário, do Prefeito da cidade de Lima Duarte, Sr. Geraldo Gomes. S.Exa. veio acompanhar a votação do projeto que aumenta para 1% a contribuição do Fundo de Participação dos Municípios, como também a prestação de contas atrasadas apresentada por Prefeitos que cumpriram mandatos anteriores. Isso está emperrando o desenvolvimento de Lima Duarte.

No Dia Internacional da Mulher, aproveito a oportunidade para cumprimentar todas as mulheres, na pessoa de Elenice Pereira, Vice-Prefeita de Lima Duarte. Essa grande mulher começou sua vida política também naquela cidade. Com sua simpatia e altivez, conseguiu conquistar o cargo de Vereadora por várias vezes e atualmente, como disse, é Vice-Prefeita de Lima Duarte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, confesso que vejo com satisfação o crescimento da presença das mulheres em empresas, estabelecimentos hospitalares e de ensino, instituições financeiras, entidades filantrópicas, ONGs



etc., participando do mercado de trabalho formal e informal, com certeza contribuindo para a expansão socioeconômica deste imenso País.

Com tristeza, registro que a maioria delas ainda não consegue superar diversos preconceitos, sendo discriminadas em diferentes setores, ora com obstáculos de acesso aos serviços assistenciais e ao emprego, ora recebendo salários menores, embora efetuando tarefas iguais.

Descrevo 12 direitos das brasileiras: direito à vida; direito à liberdade e à segurança pessoal; direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação; direito à liberdade de pensamento; direito à informação e à educação; direito à privacidade; direito à saúde e à proteção desta; direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família; direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los; direito aos benefícios do progresso científico; direito à liberdade de reunião e participação política; e direito a não ser submetida a torturas e maus-tratos.

Com a execução plena desses direitos, a humildade peculiar, a dedicação exemplar e sobretudo o talento nato ou adquirido nos anos de estudo, elas lutam pelo equilíbrio das mesmas oportunidades e dignidades. Com isso, alcançam a corresponsabilidade efetiva das mulheres e dos homens em diferentes níveis da vida familiar, profissional, econômica, social e política, contribuindo enormemente para a construção de uma sociedade solidária e justa para todos.

Sr. Presidente, hoje comemora-se o Dia Internacional da Mulher.

Desta nobre tribuna, envio minha sincera homenagem às brasileiras do Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que levantam cedo, cozinham, lavam, passam, trabalham, acompanham seus filhos. São esposas, filhas e companheiras que promovem a valorização da mulher e se fazem reconhecer publicamente na luta por igualdade e fraternidade, sempre buscando a implementação da justiça social e o exercício da democracia plena.

Espero que possamos comemorar, em 8 de março de 2006, ações públicas, atividades privadas que venham atender aos anseios da mulher, dando atenção a suas particularidades étnicas e culturais, ampliando os serviços de atendimento à saúde e à educação, ofertando projetos para atender às mulheres com qualidade



e humanização, capacitando os profissionais de diferentes áreas para uma assistência digna nos serviços básicos, escolas, maternidades, unidades de terapia intensiva e urgência.

Que Deus continue a iluminá-las em favor da humanidade!

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa legislativa.

Muito obrigado.



---

Documento 65/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5277 LÉO ALCÂNTARA-PSDB -CE  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio à ampliação dos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios, requerida pelos participantes da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

---

O SR. LÉO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, deixo registrada a minha homenagem a todas as mulheres. Manifesto o meu agradecimento, respeito e honra à mulher brasileira. Em especial, homenageio minha mãe, minha esposa e minha filha, mulheres que me dão suporte para enfrentar a rotina política que sacrifica muito a família.

Quero também dizer aos Prefeitos que participam da VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios que estamos empenhados em votar esse 1% a mais para o FPM. Mas temos de votar também o projeto que trata do Fundo de Desenvolvimento Regional, que veio do Senado Federal, fruto de acordo costurado pelas Lideranças daquela Casa com o Presidente da República. Tal fundo seria repassado aos cofres estaduais, que estão muito debilitados com a divisão do bolo tributário nacional.

Minha especial homenagem a todas as mulheres brasileiras, nas pessoas de minha mãe, de minha esposa e de minha filha.



---

Documento 66/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5268 MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação da oradora na 49ª Sessão da Comissão Jurídica e Social da Mulher da ONU, realizada em Nova Iorque, Estados Unidos da América.

---

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste 8 de março é absolutamente importante que nós, Deputadas, reconheçamos no pronunciamento dos nossos colegas a importância do avanço histórico, fruto de muitas lutas. Sem dúvida, a saudação principal deve ser dada a cada trabalhadora, a cada mãe, a cada dona de casa, a cada mulher que, em todos os lugares deste País, são chefes de família e sustentam parceiros, filhos, a si próprias e a comunidade.

O nosso desejo é que este 8 de março, proclamado Dia Internacional da Mulher durante a 2ª Conferência de Mulheres Socialistas, Copenhagen, 1910, não se transforme em uma data de cumprimentos, de abraços superficiais, e muito menos em uma data do comércio, da venda, do presente comprado, mas que seja, sim, uma data de comemoração das vitórias, das conquistas históricas. Esta é uma data de mobilização e luta das mulheres pela conquista de direitos, em justa homenagem às 129 operárias de Nova Iorque que foram mortas no ano de 1847



por reivindicarem melhores condições de trabalho. Constitui-se, portanto, num dia de reflexão sobre a história e as lutas das mulheres, marcadas pela ousadia e rebeldia em querer mudar as práticas estabelecidas.

O que temos a comemorar é a luta da qual somos protagonistas ao longo da história. Às vezes uma luta pública, às vezes anônima, mas sempre incansável em busca da igualdade e do respeito à diferença. Uma luta afirmativa de valores humanos que enfrenta a lógica de uma sociedade hierarquizada e excludente.

Essa data transformou-se em uma data mundial das mulheres a partir do Congresso da Internacional Socialista, em 1910, por significar a irmanação das mulheres do mundo inteiro, das que lutam por melhores dias, por direitos fundamentais como uma possibilidade real para os povos do mundo. Hoje, as mulheres se irmanam em conquistas e lutas do nosso cotidiano.

Vários aspectos marcam a nossa luta. O trabalho e o acesso à renda são condições para garantir a dignidade do ser humano, na medida em que garantem sua autonomia, a sua realização pessoal e profissional.

As mulheres, em sua grande maioria, ainda recebem salários inferiores aos dos homens, mesmo ocupando as mesmas funções e com a mesma escolaridade superior. Outro indicador da discriminação é que as mulheres tendem a ter período mais prolongado de procura por emprego do que os homens e estarem mais sujeitas ao trabalho precário, sem qualquer registro e direitos trabalhistas.

No Brasil, as mulheres correspondem a 46% da população economicamente ativa e um terço das famílias têm na renda da mulher a principal fonte de sustento. Além do trabalho fora de casa, a dupla jornada atinge a vida das brasileiras. Cuidado com a casa, com os filhos, com as roupas, comida, enfim, um trabalho essencial mas desvalorizado totalmente é desenvolvido de forma rotineira pelas mulheres sem qualquer reconhecimento.

Por outro lado, podemos comemorar o fato de que muitas mulheres romperam com o preconceito nas relações de trabalho e despontam como educadoras, pesquisadoras e executivas, assumindo posições de chefia e comando, numa prova inquestionável da capacidade feminina. Não podemos, contudo, abandonar



o desafio de buscarmos valorização, respeito e direitos como trabalhadoras para todas as mulheres, em todas as funções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discriminação e a violência de gênero são uma realidade mundial ligada ao poder, privilégios e controle masculino. Atinge a todas nós, mulheres, independentemente de cor, raça, etnia, religião, nacionalidade, geração, orientação sexual ou condição física, mental ou social. Neste País, a cada 15 segundos, uma mulher é vítima da violência em sua própria casa, justamente o lugar onde deveria achar proteção, onde os direitos humanos deveriam estar asseguradas.

Uma das maiores violações de direitos humanos em todo o mundo continua a ser a violência cometida contra as mulheres. Ela faz vítimas em todas as idades, culturas e níveis sociais. Muitas vezes é física, mas pode ser moral, psicológica, étnica e sexual. Acontece em casa, na rua, no local de trabalho. É um absurdo, mas a sociedade continua a considerar a violência de gênero, em especial a intrafamiliar, como algo natural.

O fim da violência em cada relação humana e na sociedade como um todo depende de uma nova consciência que se traduz em políticas afirmativas de proteção às mulheres e responsabilização efetiva de quem age com violência. Não é permitido a nenhuma esfera de governo se omitir, e as mulheres devem ser as principais fiscalizadoras deste sistema de garantias.

No Brasil, estima-se que a cada ano 2,1 milhões de mulheres são espancadas, o que significa uma agressão a cada 15 segundos.

O desenvolvimento sustentável dos países, a construção de uma cultura de paz e respeito entre os povos passa necessariamente pelo fim da violência cometida contra as mulheres.

Após intensas mobilizações e lutas mundiais, nós, mulheres, obtivemos uma conquista histórica: nossos direitos foram reconhecidos como parte integrante e indivisível dos direitos humanos, passando a integrar a Declaração e o Programa de Ação de Viena, na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1993.

A partir disso, vários documentos internacionais também passaram a reconhecer os direitos humanos das mulheres. Um dos momentos mais importantes deste



processo foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, na China, em 1995. Esse encontro estabeleceu, definitivamente, os direitos das mulheres em sua Declaração e Plataforma de Ação.

Esse avanço não é meramente formal. Trata-se de importante instrumento para a conquista de um mundo de igualdade. Com base nessas declarações internacionais, pode-se fazer denúncias aos órgãos internacionais de fiscalização. Além disso, cada país que ratificar o acordo, assume a meta de implementar a plataforma, construindo a equidade entre homens e mulheres no âmbito de seu território.

O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a assumir as metas de Beijing e, com a luta das mulheres, muitos direitos foram reconhecidos. Contamos com um movimento feminista atuante que foi decisivo para que cada vez mais mulheres ocupassem espaços de poder, inclusive, temos hoje a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério.

Na semana passada, tive a oportunidade de participar, em Nova Iorque, da 49ª Sessão da Comissão Jurídica e Social da Mulher, da Organização das Nações Unidas - ONU, que avaliou os 10 anos da Conferência de Beijing. Nesse encontro, que contou com a participação de várias Deputadas desta Casa, o Brasil reafirmou seu pleno compromisso com a totalidade do conteúdo e espírito da Plataforma de Beijing, especialmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, os quais não podem ser renegados por serem parte fundamental dos direitos humanos.

Pressão houve para que abrissemos mão desses dispositivos, mas não cedemos às pressões, pois a Plataforma de Beijing significa uma conquista histórica. Não admitimos retrocessos, pois cada dispositivo tem um significado imenso para nossa luta, em especial o que trata do direito de as mulheres e meninas terem uma vida livre de violência, tráfico e exploração sexual.

As conquistas fortalecem a luta de nós, mulheres, para seguirmos nesta jornada de afirmação dos direitos.

Somos mulheres e mudamos o mundo. Temos sonhos, lutas, anseios, dores e amores comuns. Somos diferentes, mas a nossa diversidade nos enriquece e nos



faz mais fortes. Carregamos a bandeira da solidariedade e a estendemos a todos os excluídos. Defendemos, de forma intransigente, a vida, tecendo no nosso cotidiano uma grande teia de avanços, de conquistas de direitos, que são a nossa proteção. A capacidade criadora e revolucionária que possuímos faz caminhar a humanidade.

Dizemos isto como um brado de alerta porque estamos trabalhando. E, ao mesmo tempo em que lutamos, saudamos cada conquista como parte de uma luta histórica. Se estamos aqui, é porque nos erguemos sobre os ombros das nossas mães, avós e de tantas gerações de mulheres negras, indígenas, imigrantes, brasileiras que fizeram da trajetória feminista uma conquista a cada dia.

Que tenhamos altivez para conquistarmos sempre mais, mas com a certeza de que o futuro que queremos é pleno de dignidade e de reconhecimento de que os direitos das mulheres são direitos humanos plenos e não aceitamos qualquer retrocesso.

A agenda e a plataforma das mulheres é para um futuro de liberdade e de dignidade para nós, mulheres, para nossas filhas e, principalmente, para todos os seres humanos, na medida em que a luta feminista liberta também os homens das características opressivas que a cultura lhes determinou ao longo da história.

Por isso, a cada 8 de março é preciso fortalecer essa caminhada histórica no compromisso de mudar o mundo, fazendo dele um lugar também feminino.

Sabemos que temos muito a caminhar a fim de superar o fato de que as mulheres do mundo têm a cara da pobreza, o chamado processo de feminização da pobreza. Temos que caminhar no sentido de permitir que as mulheres tenham acesso ao poder.

Neste Parlamento ainda não chegamos à representatividade necessária. Mesmo que a bancada feminina atue de forma articulada, dando respostas cotidianas nas votações, nos projetos de lei e em avanços significativos para a vida das mulheres brasileiras, é preciso superar as circunstâncias que indicam que, dentre todos os pobres do mundo, as mais pobres são as mulheres.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 67/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:30

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5182 JORGE ALBERTO-PMDB -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Conveniência de extinção do instituto da medida provisória. Utilização pelo Governo Federal da proposta do orador sobre criação de programa de crédito para pequenos e microempreendimentos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JORGE ALBERTO (PMDB-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está na hora de começarmos um grande movimento nesta Casa para acabar de vez com o instrumento da medida provisória. Não é necessário dizer que ela já é uma forma sistemática de reduzir a importância do Legislativo. Nós, Deputados e Deputadas legitimamente eleitos pelo povo para legislar em seu nome, vemos a cada dia nossas atividades cerceadas pelas medidas provisórias, que lotam esta Casa e atravancam as pautas.

Esbravejar contra as medidas provisórias já não basta. É chegado o momento de começarmos um movimento forte e irreversível para evitar que o Executivo continue legislando.



O Governo - que ninguém me contradiga - tem suas hostes de Parlamentares, sua base. Portanto, não ficará sem o canal necessário para a realização de suas vontades.

Não é necessário dizer também que, se à Oposição não é dada a oportunidade de realizar as discussões necessárias à aprovação ou à reprovação das medidas que aqui desembarcam, também não o é aos Parlamentares da Situação.

Ao legislar a respeito de todos os temas da vida nacional, leis destinadas a ações emergenciais ou estruturais de nossa sociedade, o Poder Executivo tira a chance de gerarmos as leis de interesse real do povo. Somos nós, Deputados e Deputadas, as legítimas vozes da população brasileira. Nós é que vamos ao povo, recebemos suas demandas e, portanto, estamos preparados para elaborar as leis de que o País necessita.

Semana passada, Sras. e Srs. Deputados, vi com surpresa entrar em discussão nesta Casa medida provisória que, mutatis mutandis, tem na sua estrutura proposta semelhante à do Projeto de Lei nº 5.155, de minha autoria, apresentado no ano de 2001.

Naquela época eu lutava para que recursos do Tesouro Nacional fossem utilizados para subsidiar a equalização dos juros dos empréstimos das pequenas e microempresas. Desde aquela época estou convencido da necessidade de preservação do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, por isso optei pelo financiamento com recursos do Tesouro Nacional. Todos sabemos que as pequenas e microempresas sustentam os empregos nas cidades brasileiras. No entanto, a despeito das propagandas governamentais, elas carecem de incentivos para continuar a gerar empregos e contribuir para o crescimento da Nação brasileira.

O projeto de minha autoria apresentado à Casa em 2001 acabou arquivado, no roldão das pautas superlotadas pelas medidas provisórias. Este ano, pedi o seu desarquivamento, convencido da importância desse subsídio para a sobrevivência das pequenas e microempresas brasileiras. Devo informar aos meus nobres pares que a proposta já recebeu parecer favorável nas Comissões de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e de Finanças e Tributação e encontra-se na Comissão de



Constituição e Justiça para apreciação. Mas, para minha surpresa, o Governo editou a Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004, em que propôs a criação de um programa de crédito financiado com recursos do FAT para os pequenos e microempreendedores.

Mas o que é o meu projeto senão essa proposta? Não podemos ficar vesgos, Srs. Parlamentares, fazer de conta que não estamos vendo que até nossas idéias, concretizadas em nossas proposições, estão sendo sugadas pelo Executivo.

Não estou esquecendo que não foi o Governo Lula que criou o instrumento da medida provisória. Os mais antigos na Câmara dos Deputados estão cansados de saber que esse instrumento criado para uso emergencial do Executivo vem sendo utilizado incansavelmente por todos os Governos que sucederam o regime militar, apesar da promessa de romper com esse método.

É preciso vencer esse vício de conduta. Conclamo meus pares a carregarmos a bandeira do fim das medidas provisórias para restabelecer o debate nesta Casa, estimular as idéias das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados nas repostas às demandas de nossos eleitores e resgatar de vez a dignidade do Congresso Nacional.

A reedição de medidas provisórias tem provocado freqüentemente o trancamento da pauta do Congresso Nacional. É chegada a hora de voltarmos a legislar. É o que o povo brasileiro espera.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste Dia Internacional da Mulher, saúdo as mulheres brasileiras, sobretudo as sergipanas, porque foi por intermédio delas que cheguei a esta Casa para exercer o mandato de Deputado Federal.



---

Documento 68/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:36

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5183 LUIZ ALBERTO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA . Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, associo-me às homenagens prestadas às mulheres do Brasil e do mundo pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Muitas foram as conquistas que poderiam ser elencadas. A imprensa divulgou que as mulheres são maioria na população brasileira, nas instituições de ensino superior e também nos cursos de pós-graduação.

O Congresso Nacional não reflete a composição de gênero da sociedade, pois são 42 Deputadas e 8 Senadoras. Repito as palavras do Deputado Chico Alencar: nenhuma das 42 Deputadas faz parte da Mesa Diretora. Precisamos contar também, na condução desta Casa, com a presença feminina. Aproveito para saudar as servidoras desta Casa e as trabalhadoras brasileiras.

No entanto, Sr. Presidente, o dia de hoje não é só de comemoração, é também de reflexão. Na pauta da sessão de hoje, estão projetos de lei de interesse da mulher. Gostaria de ter também a oportunidade de votar projetos de lei que beneficiem as mulheres mais pobres, como é o caso das trabalhadoras domésticas.



Na gestão da Mesa Diretora anterior foi constituída Comissão Especial para analisar todos os projetos de lei que tratam da questão dos direitos trabalhistas das domésticas, como Fundo de Garantia e férias remuneradas.

Não temos só o que comemorar. É preciso refletir sobre as grandes disparidades existentes entre as próprias mulheres e entre elas e os homens. No final da semana passada, visitei várias comunidades rurais negras no interior da Bahia, cerca de 10 no Município de Seabra, na Chapada Diamantina, onde as mulheres, como em outras partes do País, vivem sem energia elétrica e sem água, caminham até 5 quilômetros com latas d'água na cabeça e ainda cuidam da lavoura e dos filhos. Enfim, essas mulheres vivem em situação degradante.

Associo-me também às mulheres que vão às ruas manifestar-se contra a violência que ainda se abate principalmente sobre as mais pobres. Muitas vezes a violência é praticada por companheiros, amigos, irmãos, pais, parentes, estimulando outras formas de violência. É preciso que a sociedade tome para si esse debate, que não interessa somente às mulheres.

Homenageio as mulheres que fizeram e continuarão a fazer a história do Brasil, tornando maiores as possibilidades de representação nas Casas legislativas.

Lembro-me também da companheira Francisca Trindade, Deputada do Piauí, cuja vida foi interrompida de forma prematura. Apesar de sua curta atuação na Casa, ela foi bastante significativa.

Das 50 mulheres que compõem a bancada feminina no Congresso Nacional, cerca de 4 a 5 apenas não são brancas, o que significa que existe grande desigualdade na disputa de espaço político no País.

Associo-me à luta das mulheres de todo o Brasil.

Muito obrigado.



---

Documento 69/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:42

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5186 HAMILTON CASARA-PL -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. HAMILTON CASARA (Bloco/PL-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento parabenizo todas as mulheres do Brasil, particularmente as do meu querido Estado de Rondônia. Parabenizo as Deputadas, Senadoras, Prefeitas e Vereadoras, as esposas, namoradas, mães, mulheres maravilhosas, de luta, inteligentes, mulheres que dão a vida, que constroem famílias e sociedades.

Sr. Presidente, fato incontestável, todo dia é dia da mulher. Conseqüentemente, seria de bom alvitre, que recebesse no cotidiano de sua vida o reconhecimento de todos que a cercam.

A instituição do dia internacional da mulher deveu-se a um episódio trágico que aconteceu nos Estados Unidos em 1857: a morte de 129 tecelãs dentro de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, mulheres que se rebelaram contra as duras horas e condições de trabalho, o que ensejou a entrada da truculência para abafar a manifestação das operárias: Em 1910, surgiu a idéia de criar uma data para homenagear essas operárias e marcar um dia de luta feminina. Em 1975, a



Assembléia Geral das Organizações das Nações Unidas - ONU decretou o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

A luta da mulher em defesa de seus direitos não começou em 1857 nem terminará em 2005. É um processo constante de várias batalhas diárias, conquistas suadas e avanços significativos na longa guerra da vida.

As gerações de mulheres conquistaram, ao longo dos anos, cada tijolo da imensa construção de seus direitos. A jornada de trabalho, a dupla jornada de trabalho, salários compatíveis, opção sexual, direito ao corpo, a pensão, o voto, a liberdade, todos esses elementos carecem muitas vezes de serem exercidos em sua plenitude, mas já mostram passos firmes de uma longa caminhada.

Na oportunidade, informo às mulheres rondonienses que apresentei e já foi liberada emenda individual de minha autoria no valor de 600 mil reais, pelo Ministério da Saúde, para que o Governo do Estado execute a construção do Centro de Atendimento à Mulher no Hospital de Base em Porto Velho.

Finalmente, quero ratificar a minha homenagem às mulheres brasileiras, com carinho especial às mulheres rondonienses. Desejo que as conquistas obtidas até hoje sejam confirmadas e aprofundadas para a alegria e bem-estar de todos.

Parabéns, mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher.

Era o que tinha a dizer,

Muito obrigado!



---

Documento 70/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:44

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5186 GORETE PEREIRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior atenção à saúde da mulher brasileira.

---

A SRA. GORETE PEREIRA (PMDB-CE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito orgulho que venho hoje a esta tribuna prestar uma homenagem às mulheres cearenses, nordestinas e brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

É incontestável a importância da mulher na vida de todos nós. Desde a concepção até a vida adulta, ela tem marcante papel e se faz presente em todos os momentos, sejam alegres, sejam tristes. Há sempre uma força incomum para amparar, cuidar, compreender a todos com total desprendimento.

Entretanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considero importante fazer algumas ponderações sobre o transcurso desta data.

Sabemos que houve alguns avanços desde que foi instituído o Dia Internacional da Mulher em 1975, durante Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, numa referência ao episódio ocorrido nos Estados Unidos, em 1857, quando 129 operárias morreram carbonizadas dentro de uma fábrica têxtil, onde



faziam greve por condições dignas de trabalho - reivindicavam a diminuição da jornada de trabalho.

Sabemos que a luta é antiga e, ao longo desses anos, apesar das conquistas, as mulheres ainda estão em desvantagem em alguns aspectos sociais e trabalhistas. Segundo o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, somos 86,2 milhões de mulheres, o que corresponde a aproximadamente 51% da população.

Considero interessante observar que, no Brasil, por exemplo, o direito ao voto só foi conferido às mulheres a partir de 1934. A primeira Governadora foi eleita apenas 60 anos depois. De acordo com dados da Fundação Carlos Chagas, no período de 1981 a 1998, o crescimento de mulheres economicamente ativas no Brasil foi de 111%. Já o índice de homens ficou em 40%.

Mesmo representando mais da metade da população, as mulheres ainda recebem salários menores que os homens. De 1940 até 2003, a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro passou de 2,8 milhões para 37,4 milhões. Decorridos 60 anos, ainda somos minoria no mercado de trabalho, segundo concluiu a Síntese dos Indicadores Sociais de 2003, estudo realizado pelo IBGE e divulgado no mês passado.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para mencionar a situação do Ceará. A População Economicamente Ativa brasileira registrou um discreto acréscimo de 0,2%, enquanto no Ceará houve redução, de 42,2% para 41,5%, o equivalente a 0,7%. Isso significa dizer que, relativamente ao Brasil, houve menos mulheres cearenses ocupando postos de trabalho ou procurando emprego.

Ainda segundo a pesquisa realizada pelo IBGE, a taxa de atividade no Ceará foi de 49,1% para mulheres e 73,9% para os homens, revelando-se maior que a média nacional.

Esses números apontam que, no Brasil, nos últimos 30 anos, as taxas de atividade referentes aos homens permanecem entre 73% e 76%. Os índices concernentes às mulheres tiveram um aumento expressivo. Em 1970, de cada 100 mulheres, 28 trabalhavam. Em 2003, metade delas estavam empregadas. Apesar



desse aumento, podemos concluir que ainda não foi suficiente para eliminar essa discrepância.

Mesmo registrando crescimento educacional e especialização profissional, as nossas trabalhadoras ainda percebem remunerações menores que as dos homens. Em termos de salário, em 2003, a média da renda cearense foi de R\$419,60 para os homens e de R\$307,10 para as mulheres.

Apesar de ter mencionado dados relativos ao mercado de trabalho, tenho convicção de que há muito a fazer para acabar com a violência contra a mulher, outro problema que nos afeta cotidianamente.

Com esses dados, quero apenas enfatizar que o Dia Internacional da Mulher simboliza para nós a necessidade de continuarmos mobilizadas e lutarmos para suprimir todo e qualquer tipo de discriminação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 8 de março, como disse uma senhora do interior do Ceará, "devemos fazer uma reflexão e homenagear aquelas mulheres que foram assassinadas em Juazeiro do Norte, localidade com enorme índice de violência contra a mulher".

E não podemos admitir que, em pleno século XXI, não haja ainda sequer um dia de prevenção ao câncer de mama e de colo do útero. As mulheres ruralistas do interior do Ceará e de quase todo o Nordeste estão morrendo porque não têm direito ao exame de mamografia pelo Sistema Único de Saúde - não há aparelhos. Portanto, o descaso na saúde pública com relação à mulher é ainda muito grande, principalmente, como afirmei, no interior do meu Estado.

Não temos muito o que comemorar. Como eu disse, o salário das mulheres continua bem inferior ao dos homens, e elas ainda têm carga muito grande de atividades. Só fizemos somar atribuições às nossas vidas, porque não deixamos de ser mulheres, donas de casa e mães de família. Segundo o IBGE, 53% delas são chefes de família. Isso nos leva a pensar que, num dia como o de hoje, é muito bom recebermos homenagens, e sempre estaremos de braços abertos para recebê-las, mas dia da mulher deveria ser todos os dias. Precisamos receber o respeito da população de modo geral.



Peço às companheiras que combatamos esta discriminação, somos minoria em todas as Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, inclusive nas Mesas Diretoras, como dito anteriormente. No meu Estado, o Ceará, o nível de violência contra a mulher é muito alto, embora procuremos lutar constantemente para evitá-la. A evolução ainda está longe no que respeita ao sexo feminino nos Parlamentos e nos principais cargos nacionais.

Por isso, Sr. Presidente, sempre repito que as reflexões que fazemos no Dia Internacional da Mulher servem apenas para simbolizar que a luta continua: por trabalho mais digno, pela equiparação salarial, por igualdade, para que não sofra violência, para que tenha acesso a exames de prevenção ao câncer, para que o País se dê conta de que a saúde da mulher necessita de atenção bem maior.

Finalizo cumprimentando todas as mulheres e pedindo a Deus força para que possamos prosseguir nessa caminhada, com dias melhores para todas nós.

Muito obrigada.



---

Documento 71/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-16:38

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5222 PAUDERNEY AVELINO-PFL -AM  
CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, quero registrar minha discordância. Quem criou este Dia  
Internacional da Mulher talvez não gostasse da mulher, porque, para mim, todos  
os dias do ano são dias da mulher.

Portanto, minha homenagem neste dia e também em todos os dias do ano à  
mulher, fonte da vida.

---

Documento 72/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-16:46



Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5224 ALMERINDA DE CARVALHO-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a mulher já conseguiu muitas conquistas, mas muito ainda há a conquistar.

No Dia Internacional da Mulher, parablenzo as mulheres brasileiras, mulheres guerreiras, as mulheres do Estado do Rio de Janeiro, as mulheres funcionárias desta Casa, que têm sido grandes participantes no processo legislativo da Câmara dos Deputados.

Nós mulheres não podemos desistir nunca. Precisamos nos unir cada vez mais para mostrar nossa competência e nosso valor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que pese o reconhecimento do papel da mulher na vida e em todos os ramos de atividade, entendo que ainda há pouco que se comemorar, pois é marcante a discriminação, a violência e os preconceitos que predominam em relação à mulher.

Como exemplo, cito a importância da bancada feminina nesta Casa, que conta com 45 Deputadas, correspondendo a aproximadamente 10% dos Parlamentares. Da mesma forma, a Lei Eleitoral estabelece um percentual mínimo de 30% de candidatas, o que por si só já fixa uma discriminação, pois o correto seriam partes iguais.

Em que pese a importância e o papel da mulher no Parlamento, constatamos na eleição da última Mesa Diretora da Casa, onde não figura nenhuma mulher em



cargo diretivo, o que, de certa forma, demonstra a discriminação, pois, se há obrigatoriedade de percentual de participação feminina no processo eleitoral, o mesmo deveria ser obedecido na composição da mesa. Nesse sentido, quero deixar aqui meu propósito de apresentar um projeto de alteração do Regimento Interno da Câmara, respeitando o mesmo percentual.

Mesmo assim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui cumprimentar todas as mulheres e permanecer na luta para que, a cada ano, tenhamos mais direitos conquistados a comemorar.

Parabéns!



---

Documento 73/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5273 POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Mensagem da empresária gaúcha Carmem Flores ao ensejo da data, publicada pelo jornal Zero Hora.

---

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero fazer coro com aqueles que ocuparam a tribuna desta Casa para, nesta data, prestar uma homenagem às mulheres brasileiras, em especial as gaúchas, e às mães que generosamente geram vidas e que dão aos filhos carinho, alento, esperança; que não medem esforços para que eles tenham uma vida digna, com qualidade. Elas amamentam, trabalham e se esforçam.

Quero mencionar uma mensagem de Carmem Flores - uma senhora amiga, respeitável, lutadora, empresária do meu Rio Grande -, publicada na edição de hoje do jornal Zero Hora:

"Lugar de mulher é na cozinha, na sala de jantar, nas salas de aula, nos dormitórios, nos consultórios, no laboratório, na política, na cadeira do juiz, no volante, na reunião de diretoria, no estádio, no ginásio, nas fazendas, na fábrica, na loja, no ateliê, no estúdio, na passarela, na banca, no banco, na editora, no



jornal, na tevê, no rádio, no obstetra, na maternidade e em muitos outros lugares onde é preciso inteligência, força e sensibilidade".

Sr. Presidente, há nesta Casa muitas mulheres: Parlamentares e servidoras trabalhando em pé de igualdade com os homens.

Esta Nação precisa da força e do trabalho das mulheres.

Esta é a homenagem que presto a todas as mulheres.

Muito obrigado.



---

Documento 74/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5267 JOSÉ ROCHA-PFL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Cumprimentos aos Prefeitos presentes em Brasília na expectativa da votação da PEC relativa à Reforma Tributária, que aumenta o percentual do FPM. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna cumprimentar os Prefeitos, em particular os da Bahia, que vieram a Brasília reivindicar melhores condições para seus Municípios e, conseqüentemente, para suas comunidades.

Precisamos contar com a sensibilidade do Presidente da República no sentido de atender a tão importantes pleitos para os Municípios, que vêem seu orçamento diminuir em face das receitas que caem a cada ano. Os Prefeitos e nós estamos na luta para aprovar a incorporação de 1% do IPI e do Imposto de Renda ao Fundo de Participação dos Municípios.

Sr. Presidente, aproveito ainda para me congratular com todas as mulheres brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher. Sem dúvida nenhuma, merecem destaque dos Parlamentares desta Casa as nossas colegas Deputadas, que muito têm trabalhado pelo Brasil.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 75/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5270 JOÃO LEÃO-PL -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Solidariedade às reivindicações da marcha de Prefeitos em Brasília. Desempenho do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

---

O SR. JOÃO LEÃO (Bloco/PL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar saúdo as Parlamentares que aqui estão, as funcionárias da Casa e todas as mulheres neste Dia Internacional da Mulher. Em particular, saúdo as mulheres baianas, que são lindas e têm uma cor maravilhosa. Na Bahia, quando se vê uma baiana, nota-se logo que ela tem uma cor diferente, algo diferente.

Sr. Presidente, saúdo ainda os Prefeitos que vieram a Brasília e que, com certeza, não vão voltar de mãos abanando. O Governo Federal está empenhado em resolver os problemas dos Prefeitos, dos Governadores e em resolver os problemas da União. Temos aí a Medida Provisória nº 232, sobre a qual é preciso negociar com este Parlamento. Tenho certeza de que esta Casa vai chegar a um denominador comum dentro de poucos dias. Vamos caminhar para frente, é disso que o Brasil precisa.



Em particular, saúdo o nosso Ministro dos Transportes, do meu partido, o PL, o Ministro Alfredo Nascimento, pelo belo trabalho que vem fazendo à frente daquela Pasta. E obteve uma grande conquista o Governo Lula, pois foram liberados em torno de 3,5 bilhões de reais, das chamadas emendas do FMI, com o intuito de resolver o problema das estradas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 76/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5271 NEUCIMAR FRAGA-PL -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PL-ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há exatamente 148 anos, no dia 8 de março, as operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, nos Estados Unidos, entraram em greve.

As trabalhadoras exigiam de seus patrões que a jornada diária de trabalho fosse reduzida de 16 horas para 10. É preciso acrescentar que essas operárias recebiam, por 16 horas de trabalho, um terço do salário dos homens que trabalhavam na mesma fábrica.

Para dar mais força ao movimento grevista, as trabalhadoras ocuparam a fábrica. Foi então que começou um incêndio, que resultou na morte de 130 mulheres. Esse fato tornou-se um marco na luta pelos direitos das mulheres.

Em 1975, a Assembléia Geral das ONU decretou o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher. A partir daí, a data tornou-se não só um dia de homenagens, mas também um momento de reflexão sobre as lutas femininas ao longo dos séculos.



Hoje, no Dia Internacional da Mulher, podemos comemorar melhorias nas condições de vida e de trabalho das mulheres, porém, sabemos que muito mais ainda precisa ser feito.

Nobres colegas, em 1857, as operárias tiveram a ousadia de exigir uma carga horária mais justa, a fim de compensar o fato de que recebiam muito menos que um homem que ocupava as mesmas funções.

No final de fevereiro deste ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou que as mulheres têm salários menores que os dos homens em todos os níveis de escolaridade.

Em 2003, os homens com até 3 anos de estudo recebiam em média um salário de 343 reais contra 211 reais pagos às mulheres com o mesmo nível de escolaridade.

Nessa pesquisa, o IBGE divulgou outro dado importante: de acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais de 2004, as mulheres têm uma média de tempo de estudo superior à dos homens - 7% contra 6,8%.

Muitos pesquisadores explicam esse resultado pelo fato de os homens abandonarem os estudos mais cedo para trabalhar.

Mas o que nos parece igualmente verdadeiro é que as mudanças na sociedade e na economia é que estão levando a mulher a competir no mercado de trabalho e a assumir o sustento da família.

Infelizmente, a melhora no nível de instrução não tem permitido a elas receber salários semelhantes aos dos homens. Isso precisa ser revisto. O salário de um trabalhador não deve ser mensurado pelo seu sexo, mas pela sua qualificação e capacidade de trabalho. Deixo registrado o meu apelo para que todos os empresários brasileiros e empregadores em geral possam refletir sobre essa situação e estabelecer salários que façam justiça ao direito das mulheres.

Sr. Presidente, desde aquela primeira greve das tecelãs nos Estados Unidos, as mulheres lutam pelos seus ideais. Outra bandeira importante foi levantada no início do século passado, através das campanhas pelo direito ao voto. As mulheres enxergavam na sua participação na vida política uma forma de assegurar a cidadania e o respeito como ser humano.



Em 1908, as americanas marcharam em Nova Iorque para exigir melhores condições de trabalho e também o direito ao voto. Elas foram para as ruas carregando faixas com a frase Pão e Rosas: o pão simbolizava o trabalho, e as rosas representavam uma melhor qualidade de vida.

No Brasil, somente em 1932 que o Código Eleitoral estendeu a cidadania eleitoral às mulheres. Demorou, mas a conquista chegou. E observamos desde então as mulheres colaborarem com o nosso País, através de seu voto, sempre consciente e embasado na intuição e sensibilidade que só elas possuem.

Sr. Presidente, nobres colegas, infelizmente muitos preconceitos resistem a essa luta e ainda encontramos falta de respeito aos direitos da mulher, como a prática, por exemplo, da violência contra a mulher, em especial a violência sexual, que é um fenômeno universal e atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas.

Ocorre em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, em espaços públicos ou privados, e em qualquer etapa da vida da mulher. Apesar de desconhecida a verdadeira incidência dos crimes sexuais, estima-se que afetem 12 milhões de pessoas em todo o mundo. Apenas nos EUA, calcula-se que cerca de 680 mil mulheres são estupradas e que 200 mil crianças são sexualmente abusadas, a cada ano.

As conseqüências biopsicossociais são ainda mais difíceis de mensurar, embora acometam a maioria das vítimas e de suas famílias. Na esfera emocional, a violência sexual produz efeitos intensos e devastadores, muitas vezes irreparáveis.

Acaba de ser concluída pesquisa inédita sobre violência contra a mulher, encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão ao IBOPE Opinião, com apoio da Fundação Ford. Realizada em setembro de 2004, a pesquisa trabalhou com uma mostra representativa da população adulta brasileira. Cito a parte mais importante do resultado: a partir de uma lista de problemas, homens e mulheres reconhecem que a violência contra a mulher, tanto dentro como fora de casa, é o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade.



Trinta por cento apontam a violência contra a mulher dentro e fora de casa em primeiro lugar, na frente de uma série de outros problemas, como câncer de mama e de útero (17%) e a AIDS (10%). Os indicadores de preocupação com a questão da violência não mostram diferenças entre os sexos, tampouco na maioria das variáveis estudadas. Isto é, trata-se de um problema amplamente difundido no conjunto da sociedade. Noventa e um por cento dos brasileiros consideram muito grave o fato de mulheres serem agredidas por companheiros e maridos.

A percepção da gravidade da violência contra a mulher se confirma quando 90% dos brasileiros acham que o agressor deveria sofrer um processo e ser encaminhado para uma reeducação. O contraste entre a quase unanimidade dessas opiniões e a realidade concreta na vida das mulheres é gritante. São poucos os casos que chegam a processo e escassas as instituições que lidam com reeducação do agressor.

A idéia de que a mulher deve agüentar agressões em nome da estabilidade familiar é claramente rejeitada pelos entrevistados (86%).

Com relação ao chavão conformista "ele bate, mas ruim com ele, pior sem ele", há diferenças significativas e culturalmente relevantes: as mulheres (83%) tendem a rejeitar mais do que os homens (76%); os mais jovens (83%) mais do que os mais velhos (68%).

Em uma pergunta que pede um posicionamento mais próximo daquilo que o entrevistado pensa, 82% respondem que "não existe nenhuma situação que justifique a agressão do homem a sua mulher".

Nesta data comemorativa de hoje, diante do resultado da pesquisa acima mencionada, precisamos ir além dos cartões, presentes e buquês de flores e lutar de forma mais contundente para oferecermos, como presente maior, uma reação prática e imediata contra os agressores das mulheres brasileiras.

Registro neste dia o meu apelo ao Governo Federal, para que viabilize campanhas educativas para aqueles que ainda não entenderam o valor e importância das mulheres em nossa vida e na construção de um país democrático e justo.

Sr. Presidente, nobres colegas, deixo registrado nesta Casa os meus mais sinceros cumprimentos a todas as mulheres brasileiras, de modo particular as



capixabas. Em especial cumprimento todas as nobres Deputadas desta Casa, juntamente com todas as Vereadoras, Prefeitas, Deputadas Estaduais, Governadoras e Ministras do nosso País. Deixo o meus sinceros carinhos às funcionárias da Câmara Federal, em especial às taquígrafas e assistentes das Comissões, e de todo o nosso País.

O meu especial reconhecimento a duas mulheres guerreiras, honradas e belas, que foram e são fundamentais no meu crescimento pessoal, religioso e político, minha mãe, Sra. Edanir Fraga, e Sandra Sartorio Fraga, minha esposa.

Que Deus abençoe a nossa Nação e as mulheres de todo o Brasil e do mundo.

Muito obrigado.



---

Documento 77/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5274 BETO ALBUQUERQUE-PSB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Homenagem às mulheres gaúchas ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também homenageio a mulher brasileira, em especial a do Rio Grande do Sul, Estado que tenho orgulho de representar nesta Casa.

O dia 8 de março marca, do ponto de vista da história mundial, o movimento de busca de emancipação das mulheres. É importante data histórica. Todos os dias, contudo, devem ser destinados às mulheres, que tantas conquistas obtiveram nos últimos anos.

Faço homenagem à Prefeita Sandra Silveira, de Esteio, onde se realiza a grande EXPOINTER. Esse Município vem sendo administrado pelo PSB, com brilhantismo, há alguns anos. Esteio possui a seguinte composição política: na cadeira da Prefeitura, está uma mulher; na do Fórum, uma juíza; na do Ministério Público, uma promotora. Cinquenta por cento da Câmara de Vereadores e 78% dos funcionários públicos são mulheres. Isso ocorre porque no Município há políticas públicas de apoio à mulher.



É preciso ações coletivas onde estivermos, nos Governos ou fora deles, para que a mulher tenha possibilidade de avançar cada vez mais pela virtude, inteligência e competência.

Às mulheres brasileiras, o nosso abraço e apoio. Vamos continuar buscando um mundo mais igual, mais respeitoso e mais fraterno.

Muito obrigado.



---

Documento 78/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-17:40

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5234 PROFESSOR LUIZINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER  
DISCURSO

---

#### Sumário

Contestação a pronunciamentos das Lideranças da Minoria e do PSDB com críticas à atuação do Presidente Severino Cavalcanti na apreciação de denúncia apresentada contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por crime de responsabilidade. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Rebate às afirmações de suposto desinteresse do Governo Federal pela votação das proposições relativas às reformas tributária e previdenciária. Importância de apreciação criteriosa da medida provisória sobre o programa do biodiesel. Imperiosidade da conclusão do processo de votação da proposta de emenda à Constituição modificativa da reforma previdenciária. Empenho do Governo Luiz Inácio Lula da Silva na valorização dos Municípios.

---

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a palavra neste momento, porque é preciso que não paire nenhuma dúvida com relação aos pronunciamentos dos Líderes da Minoria e do PSDB.

O Presidente deu à denúncia o mesmo escoadouro que havia sido dado a 22 outras denúncias relativas ao Governo anterior, em situação muito mais delicada e emblemática. O Presidente honra a Casa com esse gesto, e não o faz sozinho,



basta analisarmos a decisão do Ministro Sepúlveda Pertence. Parabéns, Presidente Severino Cavalcanti, que tomou sua decisão como um magistrado!

Sr. Presidente, farei rápida referência ao transcurso do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, uma alusão à digna e maravilhosa luta de resistência que já levou à morte várias mulheres. Esse momento e esse exemplo simbólico na história marcaram a luta por legítimos direitos conquistados com muita garra. Há também uma luta permanente e diuturna contra o preconceito, o racismo e, particularmente, uma sociedade profundamente machista. Esperamos não mais haver alguém à frente de outro ou comandando o outro. Desejamos que homens e mulheres, lado a lado, construam um mundo cada vez mais soberano, digno, solidário e humano.

A melhor forma de comemorar este dia é fazer esse reconhecimento, em particular às nossas Deputadas, que tanto têm demonstrado garra e espírito de luta nessa diversidade partidária que a nossa Casa possui. Quando, porém, se trata da luta pela igualdade de gênero e pela conquista de direitos, a bancada feminina está unida. Parabenizo, portanto, as nossas Deputadas e Senadoras, assim como as mulheres da Câmara, que conosco trabalham em todos os departamentos da Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tanto o Líder José Carlos Aleluia como o Líder Alberto Goldman disseram que o Governo não queria votar as reformas tributária e previdenciária. Primeiro, informo que nós, os Líderes da base de apoio ao Governo e este Líder, pedimos ao Relator da medida provisória do biodiesel que não completasse o seu parecer enquanto não terminássemos as negociações. É importante aprofundarmos as negociações. E precisamos fazê-las com calma, porque o projeto traz a esperança de termos um horizonte de independência e autodeterminação e coloca em patamar qualificado as Regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do nosso País.

O biodiesel é fundamental e determinante para o desenvolvimento dessas regiões, bem como a manutenção das culturas ali incluídas. Nessa medida provisória, como já havíamos feito quando da aprovação do programa, preocupamo-nos com



os critérios de benefício tributário para essas culturas, o que atinge a agricultura familiar, em particular, das Regiões Norte e Nordeste.

O Sul e o Sudeste também terão o benefício, desde que consideradas essas culturas, e não com a agregação da soja, porque isso mataria no nascedouro a esperança, o sonho de construirmos um país mais igual, que proporcione condições de desenvolvimento econômico para o Norte e o Nordeste. Esse foi o pedido que fizemos ao Relator, que o acatou. Agradecemos a S.Exa.

Solicitamos ao Presidente Severino Cavalcanti que, em primeiro lugar, pautе a complementação da votação da PEC Paralela. Faltam poucos destaques. Precisamos completar a votação, para que não haja esse diz-que-diz, essa dúvida pairando no ar. Esperamos contar com a aquiescência do nosso Presidente.

Deixei claro para as Sras. e os Srs. Deputados que o Presidente Lula quer a votação da reforma tributária como um todo, com o Fundo de Desenvolvimento, o FPM e a unificação do ICMS, para acabar com a guerra fiscal que tanto sangra a economia dos Estados, dos Municípios e da própria União, como também para construir racionalidade e equilíbrio acerca de um dos impostos que mais arrecada no País. Portanto, se houver consenso, se for essa a opinião majoritária sobre a votação da reforma tributária, de nossa parte, não haverá nenhum problema. Vamos votá-la amanhã ou depois de amanhã, mas com esse conceito, essa lógica.

Por que somos contra o fatiamento? Porque não dá para votar um pedaço da reforma, deixando de lado os demais. A unificação do ICMS é fundamental para os Municípios - e todos sabem disso. Os Secretários de Fazenda sabem quanto aumentarão suas arrecadações e como é importante mais 1% para o FPM.

Disse o Líder Alberto Goldman que o Presidente já fez a reforma que queria. Não! A reforma que queremos está aqui para ser completada. Apenas fizemos uma parte importante. No que se refere à CPMF e à DRU, ora, deve-se dar ao Governo que está entrando as mesmas condições que tinha o Governo anterior - isso, sem falar da crise que deixou, da quebradeira da infra-estrutura e das contas públicas, do destroçamento e dos desequilíbrios financeiros do País.



Não se pode tirar do controle da União uma arrecadação do porte da DRU e da CPMF. O Governo anterior usou isso durante todo o período de sua gestão. Como, então, achar que o mesmo instrumento não pode servir ao Presidente Lula? Agradecemos ao Parlamento brasileiro, que teve essa compreensão em defesa do País.

Não há, na história nacional recente, Governo que tenha atendido a tantas bandeiras e reclames dos nossos Municípios, como tem feito o do Presidente Lula. Exemplos disso são o ISS, que tramitou nesta Casa por 15 anos; a transferência dos recursos da educação diretamente para o Município, de acordo com o número de matrículas - e todos sabiam da angústia dos Municípios em ter acesso a essa arrecadação; a CIDE, que já está indo para os Municípios, e a compreensão da responsabilidade do transporte escolar, além de inúmeras outras medidas, todas de fortalecimento dos Municípios.

Se os Prefeitos, companheiros que cuidam de uma esfera da estrutura republicana brasileira das mais importantes, observarem bem, verão o quanto já foi feito pelo Município, porque é lá que está o munícipe, é lá que são rebatidos todos os problemas, e é no ouvido do representante do Município que recaem todos os reclames.

Peguem a primeira carta, fruto da VI Marcha de Prefeitos, entregue ao Presidente Lula e vejam quantos pontos já foram acatados. Por isso o Presidente pôde dizer ontem, em consonância com os dirigentes das 3 entidades que os organizam, que a pauta que vem agora é maior, para avançar mais ainda, porque a primeira pauta já está quase cumprida. O pedido que o Presidente fez ontem - e não foi para impressionar o Parlamento - foi o de que os Prefeitos viessem ao Congresso Nacional não apenas para brigar pelo aumento de 1% do FPM, mas também pela aprovação da reforma como um todo. Somo-me a isso.

Nós, Deputadas e Deputados que pensamos no futuro deste País, estamos de acordo e queremos votar a reforma tributária para termos condições de reduzir a carga tributária, controlar a arrecadação tributária e tornar mais transparentes e equilibrados os nossos tributos. Com relação a isso, concordamos.

Parabenizamos aqueles que estão a favor deste movimento.



Por fim, pedimos a V.Exas. que não dividam a matéria, que não a fatiem, porque, se assim for feito, mataremos a reforma tributária.

Vamos buscar consenso para dar ao País a reforma tributária!

Este Plenário já deu tantas glórias ao Brasil nestes 2 anos, que não tenho dúvida lhe dará também a reforma tributária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 79/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:40

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5203 JOÃO BATISTA-PFL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 762, de 2003, sobre a criação da Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer do Colo do Útero. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JOÃO BATISTA (PFL-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de vir a esta tribuna prestar justa homenagem a todas as mulheres do País pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Esta data, nobres colegas, não foi escolhida ao acaso. Vale recordar que o descontentamento feminino começou a aflorar a partir da Revolução Industrial, em 1789, época em que as mulheres eram submetidas a cargas de trabalho superiores a 16 horas diárias, recebendo menos de um terço do salário dos homens e sofrendo diversas outras formas de violência e desrespeito.

Nesse contexto, 129 tecelãs de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque resolveram paralisar seus trabalhos, em busca de uma vida mais digna. A polícia, no entanto, reprimiu com truculência a greve, obrigando as operárias a se refugiarem no



interior do prédio, que foi incendiado, calando as vozes daquelas trabalhadoras da forma mais brutal possível.

O trágico acontecimento ocorreu no dia 8 de março de 1857 e, por essa razão, foi a data escolhida para homenagear as mulheres do mundo todo. Assim, não se pode dissociá-la da luta dos movimentos feministas, que buscavam a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Muitos anos se passaram, e as mulheres foram conquistando cada vez maior espaço nas sociedades modernas. Foram assumindo posições de destaque em empresas, na política, na administração pública, enfim, em todos os postos antes ocupados exclusivamente pela figura masculina. Isso se deve não só à competência com que desenvolvem seus trabalhos, mas principalmente ao senso de responsabilidade e ao espírito coletivo que lhes são natos.

Apesar, contudo, de serem muitas as vitórias conquistadas pelas mulheres, há muitos caminhos ainda a percorrer para que, de fato, as barreiras do preconceito sejam derrubadas e todos passem a desfrutar dos mesmos direitos.

A comemoração do Dia Internacional da Mulher ecoa ao longo do tempo as vozes daquelas operárias carbonizadas. Vozes essas, senhoras e senhores, acompanhadas hoje por milhões de outras, de mulheres, homens e crianças que não deixam de exprimir os mesmos sentimentos de outrora, os mesmos anseios pela construção de uma sociedade mais fraterna e mais solidária.

Como parte das comemorações do dia 8, é oportuno mencionar que tramita nesta Casa o PL nº 762/03, de minha autoria, que institui, de 8 a 15 de março, a Semana Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer de Colo do Útero, no sentido de preservar a saúde da mulher. Peço o apoio dos nobres pares à tramitação mais célere dessa proposição, já aprovada na Comissão de Seguridade Social e que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para concluir, Sr. Presidente, expressamos nossas efusivas felicitações a todas as mulheres pelo transcurso do seu dia: trabalhadoras, donas de casa, avós, mães ou filhas, presença fundamental e especial em nosso dia-a-dia.



Agradecendo a atenção aos nobres pares, solicito a V.Exa., Sr. Presidente, que determine a divulgação do meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa, bem como no Programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.



---

Documento 80/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-16:46

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5224 SILAS CÂMARA-PTB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Anúncio da abertura do Fórum Nacional de Discussões Políticas da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, em Brasília, Distrito Federal.

---

O SR. SILAS CÂMARA (PTB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de abordar o assunto que me traz à tribuna, parablenizo todas as mulheres pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje teremos a abertura do Fórum Nacional de Discussões Políticas da Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, no Hotel Nacional. Encontram-se em Brasília autoridades eclesiásticas e políticas de toda a Nação brasileira, que aproveitarão os próximos 3 dias para fazer uma discussão madura e inteligente acerca das políticas e dos problemas nacionais.

Portanto, parablenizo a instituição pela importante iniciativa. A Igreja Evangélica Assembléia de Deus, há 93 anos, faz a transformação da Nação por meio da Palavra de Deus e de ações sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 81/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5249 LÚCIA BRAGA-PMDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Especial atenção dispensada pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva às políticas públicas para as mulheres. Tramitação de proposições de autoria da oradora em prol da mulher. Reivindicação ao Governador do Estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima, de encaminhamento à Assembléia Legislativa de projeto de lei sobre a concessão a idosos de desconto no valor de passagens rodoviárias intermunicipais. Conveniência da aprovação do Projeto de Lei nº 1.408, de 2003, extensivo do referido benefício ao transporte interestadual no País.

---

A SRA. LÚCIA BRAGA (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo fazer 2 registros. O primeiro refere-se ao Dia Internacional da Mulher, a sua importância histórica. No dia 8 de março de 1857, quando 129 operárias de uma fábrica têxtil em Nova York foram covardemente assassinadas, porque estavam em greve, a luta da mulher começou. Morreram todas elas na própria fábrica, em incêndio provocado por seus patrões. Portanto, o dia 8 de março é nossa data símbolo.



Estamos aqui novamente renovando esperanças, reafirmando nosso compromisso maior com o prosseguimento dessa caminhada com vistas à ampliação do nosso espaço.

A violência contra a mulher é a mais perversa das discriminações. Lamentavelmente, continua a crescer no Brasil. É a violência que começa em casa e vai para as ruas, para o trabalho. É a violência doméstica, estupros, prostituição infanto-juvenil.

Sr. Presidente, obtivemos conquistas significativas: a quebra do pátrio poder, a licença-gestante de 120 dias, a igualdade salarial, o sistema de cotas nos partidos. No entanto, o direito formal não confere com a prática na nossa sociedade. Infelizmente, nossos direitos estão sendo mutilados. A legislação estabelece a licença-gestante de 120 dias, mas empresas burlam esse direito, pois exigem, para admissão de mulheres, atestado de esterilidade. A igualdade salarial não existe. Usam-se artifícios, e o homem acaba ganhando mais que a mulher exercendo as mesmas funções, isso quando a mulher marca significativamente sua presença no País. Somos 49% da População Economicamente Ativa.

Portanto, registro essa esperança, e, ao mesmo tempo, analiso nossa realidade, ainda tão contraditória.

Graças a Deus, o Presidente Lula criou aquilo que será a oportunidade de um novo tempo neste País para nós, mulheres. S.Exa. criou, com status de Ministério, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e entregou-a nas mãos da grande Ministra Nilcéa Freire.

Cito, a respeito da referida contradição em nosso País, uma frase da Ministra: "Essa diferença entre os direitos formais e a percepção da sociedade em relação ao cotidiano das mulheres só pode ser preenchida por meio da definição de políticas públicas. É preciso trabalhar com ações que auxiliem a enfraquecer preconceitos, atitudes e valores".

É importante registrar que o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, contribuiu para a formação de um novo tempo neste País, num incentivo à nossa luta em prol de uma sociedade igualitária. Iniciativas como essa definem o perfil do nosso Presidente - um gestor



lúcido, competente e sensível à causa dos excluídos, um defensor da igualdade de direitos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres nos dão a certeza de que contamos com um espaço maior para o debate de gênero e uma conseqüente conscientização da sociedade, que, dessa forma, poderá melhor ajudar os governantes, numa correta percepção do papel da mulher nas relações de poder.

Deputada Federal por 3 mandatos - exerci o primeiro como Deputada Constituinte em 1988 -, continuo a perseguir o sonho de um equilíbrio de gênero em nosso contexto social.

Alguns projetos de minha autoria em favor da mulher tramitam neste Parlamento. Por exemplo, o projeto de lei que determina penalidades administrativas para empresas que discriminem mulheres; o projeto de lei que obriga o setor hoteleiro a fixar cartazes contra o turismo sexual e, por fim, o projeto de resolução que cria a Comissão Permanente da Mulher, o qual, se aprovado, será uma grande conquista da mulher nesta Casa, dando maior visibilidade à nossa luta.

O sonho de uma sociedade igualitária não pode acabar. A utopia converte-se em realidade à medida que nela acreditamos e por ela trabalhamos.

Mas, para isso, a luta da mulher brasileira e da mulher no mundo terá que necessariamente assumir uma feição mais abrangente, identificando-se com a luta universal pela libertação de todos, homens e mulheres, do jugo de modelos econômicos iníquos, perversos e injustos, que impõem indistintamente aos povos oprimidos condições indignas e subumanas de vida.

A nossa luta será cada vez mais abrangente, autêntica e irresistível na medida em que estiver associada intimamente aos movimentos contra as injustiças sociais e contra a ameaça de uma nova ordem mundial que se quer erguer à custa da destruição dos povos subdesenvolvidos.

Ao homenagearmos todas as mulheres brasileiras, nós o fazemos destacando 2 heroínas, assassinadas porque tiveram essa visão abrangente e lutaram pela construção de uma sociedade mais humana e mais justa: na Paraíba, Margarida



Maria Alves, mártir da luta rural; no Pará, a missionária Dorothy Stang, mártir da causa ambientalista. A elas o nosso preito, a nossa admiração. Com certeza, seus exemplos vão revigorar a luta da mulher pela libertação e pela paz.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para fazer apelo ao Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, no sentido de que encaminhe à Assembléia Legislativa do Estado projeto de lei que regulariza o benefício concedido por meio da Lei nº 7.180, de 2002, de minha autoria, quando Deputada Estadual. A referida lei disciplina o abatimento de 50% em favor dos idosos nas linhas do transporte intermunicipal.

Esse apelo, não só da autora da lei, mas das associações de idosos da Paraíba, deve-se a decisão recente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, que determinou que o benefício em questão só poderá ser concedido pelo Executivo.

Na verdade, o Estatuto do Idoso foi omissivo nesse sentido, limitou o benefício às linhas interestaduais, razão pela qual a minha lei perde o devido arrimo.

Tramita nesta Casa legislativa o Projeto de Lei nº 1.408, de 2003, de minha autoria, que determina o mesmo benefício aos idosos em todo o País.

Os idosos da Paraíba e esta Parlamentar esperam do Governador do nosso Estado maior sensibilidade em relação a esse apelo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 82/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5262 GERVÁSIO OLIVEIRA-PMDB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Posse dos magistrados Raimundo Nonato Fonseca Vales na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá; Honildo Amaral de Melo Castro na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral e Márcio Augusto Alves na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. GERVÁSIO OLIVEIRA (PMDB-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro fatos importantes que ocorreram nos últimos dias no meu Estado do Amapá: a posse do Dr. Raimundo Nonato Fonseca Vales no Tribunal de Justiça do Estado, na vaga deixada pelo Dr. Ednardo Souza; a posse do Dr. Honildo Amaral de Melo Castro no Tribunal Regional Eleitoral, na vaga deixada pelo Dr. Gilberto Pinheiro, que, por sinal, fez excelente trabalho naquele tribunal; e a posse, no último dia 7, do Dr. Márcio Augusto Alves na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado.

A todos desejo felicidade e sucesso e que possam fazer excelente trabalho em tão importantes funções.

Passo a outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É certo que hoje a maior parte do mundo está comemorando o Dia Internacional da Mulher, e eu não



gostaria de parecer comum, até porque seria um desrespeito para com esta profissão: mulher. Sim, nobres colegas, ser mulher, analisem comigo, é uma profissão, e, como todas têm o seu dia especial, a mulher não poderia ficar de fora.

Fala-se hoje em sensibilidade, dupla jornada de trabalho, exercício de funções em que só figuravam os homens, mas será que estamos falando da mulher na sua essência? Como será possível alguém que desperta às 7 horas da manhã (algumas às 5), leva os filhos ao colégio, dá as ordens à empregada, leva roupas para a lavanderia, vai ao supermercado e enfrenta uma fila de horas em pé estar pronta para ser sensual ao seu marido, preparar jantar à luz de velas e exercer a função de mulher em sua essência: delicada, sensual, amiga, companheira?

Como pode a trabalhadora rural, que oferece o rosto ao sol no cabo da enxada, às vezes sem comida, ter condições de ser mulher na sua essência no final do dia?

Como pode uma doméstica, depois de pegar um ônibus lotado, descer rua abaixo, pegar no batente, ouvir padrões histéricos, contar os trocados para retornar, já pensando no que dar de comer à família, ser mulher na sua essência?

Perceberam então que falamos de trabalhadoras? E não são elas que ajudam a construir o nosso Brasil? Então, é a essa profissional que quero dedicar hoje meu discurso. Que todas as mulheres do mundo sintam-se abraçadas, mas que, acima de tudo, essas guerreiras possam ter o reconhecimento que merecem e a retaguarda para que possam, pelo menos, desempenhar com êxito sua missão de profissional mulher.

Junto-me a todos os Parlamentares que vieram a esta tribuna para parabenizar a mulher brasileira no Dia Internacional da Mulher. Em particular, parabenizo a mulher amapaense, tão discriminada na nossa sociedade.

Tenho certeza absoluta de que a sociedade brasileira está avançando no sentido de diminuir o preconceito e a discriminação contra a mulher.

Parabéns à mulher no Dia Internacional da Mulher.

Feliz 8 de março.



---

Documento 83/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5265 LUIS CARLOS HEINZE-PP -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Reunião da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural no Município de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, para debate com lideranças locais a respeito dos efeitos da estiagem sobre a agricultura gaúcha.

---

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já são tantas, milhares, milhões. Uma verdadeira rama, florescendo por todo o planeta. Lilás. São marias-sem-vergonha de ser mulher. Não são florezinhas. São mulheres se agrupando, misturando cores, gritando encantos, exibindo suas verdades.

São domésticas, bailarinas, médicas, estudantes, bancárias, professoras, escritoras, garis, brancas, negras, índias, meninas, agricultoras...

São sem vergonha de lutar, acreditar, denunciar, exigir, reivindicar, sonhar... São marias-sem-vergonha de dizer que ainda falta trabalho, salário digno, respeito...

Que ainda são vítimas da violência física, do assédio, do estupro, do aborto, da prostituição, da falta de assistência...

São marias-sem-vergonha de se indignar diante do preconceito, da escravidão, da injustiça, da discriminação de seus cabelos pixains e da sua pele negra...



São marias-sem-vergonha de brigar por creches, educação, saúde, moradia, comida...

São marias-sem-vergonha de ficar bonita, pintar a boca e da sua boca soltar um beijo que não vem da boca, mas do seu ser inteiro, indivisível, solidário. São marias-sem-vergonha de dizer não, de buscar alegria, prazer... Sem vergonha de se cuidar e de se apaixonar. Atrevidas.

São marias-sem-vergonha de decidir, fazer política, escolher e ser escolhida. São essas sem-vergonha que a cada tempo mudam a história. Conquistam direitos. Doam vida. Geram outras vidas.

Insistentemente, desavergonhadamente, vão tecendo de cor e beleza o desbotado das relações humanas. Sem medo, sem disfarce, sem vergonha de ser feliz, vão parindo com dores e delícias um novo mundo para mulheres e homens. Um novo mundo para a "comunidade dos seres" humanos, plantas e animais.

Parabéns, mulher, sem vergonha de ser mulher!

E, é claro, parabéns ao homem que não tem medo de amar a "maria" que está ao teu lado.

Porque ser mulher é ter sido escolhida por Deus para colocar no mundo os homens. Porque ser mulher é viver mil vezes em apenas uma vida, é lutar por causas perdidas e sempre sair vencedora, é estar antes do ontem e depois do amanhã, é desconhecer a palavra recompensa apesar dos seus atos.

Ser mulher é acima de tudo uma dádiva, é ter dentro de si um tesouro escondido e ainda assim dividi-lo com o mundo.

Sr. Presidente, aproveito ainda para falar da estiagem no Rio Grande do Sul, que muito temos debatido. O Presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Ronaldo Caiado, e os demais membros estarão reunidos em Passo Fundo, na próxima segunda-feira, para debater com sindicatos patronais e de trabalhadores, cooperativas, Prefeitos e Vereadores o difícil momento por que passa a agricultura do Estado, onde mais de 400 Municípios se encontram em estado de emergência. Muito obrigado.



---

Documento 84/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5280 VANDER LOUBET-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Homenagem às mulheres brasileiras, especialmente as sul-mato-grossenses, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo fazer 2 registros muito importantes.

Estive hoje em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, porta de entrada para o Pantanal e cidade que muito contribuiu para o desenvolvimento daquela região, por onde passa a antiga Ferrovia Noroeste do Brasil.

O Prefeito Felipe Orro lutou para resgatar área localizada no centro da cidade onde fica o estádio de futebol. Fruto de trabalho realizado em conjunto com o Governo Municipal, com o apoio do Governo Estadual, assinamos a escritura da referida área e a devolvemos ao Município, em atendimento aos desportistas. Houve grande festa por ocasião da assinatura. Esse foi ato muito importante para aquela população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para, neste Dia Internacional da Mulher, homenagear as mulheres brasileiras, particularmente as sul-mato-grossenses, que muito têm contribuído para a construção de um Estado



como o nosso, que preserva o Pantanal, o meio ambiente e ajuda a promover o desenvolvimento do País.

Era o registro que tinha a dizer, Sr. Presidente.



---

Documento 85/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5278 PAULO AFONSO-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagens às Prefeitas do PMDB do Estado de Santa Catarina. Apoio à Marcha dos Prefeitos e ao aumento da participação dos Municípios na divisão das receitas tributárias. Defesa da votação em separado do dispositivo da PEC relativa à Reforma Tributária, que trata do aumento do percentual do FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

---

O SR. PAULO AFONSO (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não quero ser repetitivo ou redundante, mas, nesta data, também desejo que minhas palavras sejam de homenagem às mulheres - às mulheres catarinenses, às mulheres brasileiras, às mulheres do campo, às mulheres da cidade, às mulheres que, no lar ou no local de trabalho, desfraldam a bandeira da vida. Permito-me homenagear todas elas nas pessoas das mulheres que mais amo: minha esposa, Eliane; minhas filhas, Carolina e Daniela, e minha mãe, Ângela.

Quero também homenagear aquelas que são companheiras de vida pública, de luta e de militância partidária. E o faço lembrando as Prefeitas do PMDB de Santa Catarina: Salete Terezinha Gonçalves Gnoatto, de Dionísio Cerqueira; Arlita Terezinha de Souza Pagani, de Urupema; Maria Carlesso Doré, de Luzerna; Anita



Rossa, de Larcédópolis; Sandra Rachadel, de Nova Trento; Lúcia Cimolin da Silva, de Treviso, e Gessy Casagrande, de Santa Rosa do Sul. Homenageio todas elas e todas as mulheres.

Sr. Presidente, desejo ainda manifestar minha posição em relação à luta e à marcha dos Prefeitos. Não sou Vice-Líder do PMDB, muito menos seu Líder, portanto não falo em nome do partido. Mas tenho certeza de que só uma pode ser a posição do PMDB diante desse assunto, consoante com a nossa história, com aquilo que praticamos e defendemos, com o nosso programa municipalista. Temos de, inexoravelmente, estar ao lado dos Prefeitos do Brasil, que para cá vêm, de forma justa e de cabeça erguida, dizer que os Municípios merecem ampliar sua participação no bolo tributário nacional.

Teremos a chance de atendê-los amanhã, ao votar de forma fatiada a PEC relativa à reforma tributária, permitindo o aumento de percentual de repasse para o Fundo de Participação dos Municípios.

Faço um apelo ao Presidente da Casa, ao 1º Secretário da Mesa, Deputado Inocêncio Oliveira, ao Deputado Jorge Alberto e aos companheiros do PMDB que fazem parte da Mesa Diretora desta Casa no sentido de que auxiliem na montagem dos procedimentos para a votação desse destaque amanhã.

Rechaço qualquer iniciativa de se exigir que a PEC seja votada em bloco como condicionante ao atendimento da reivindicação dos Prefeitos. Não! Eles merecem tratamento diferenciado. É importante que esta Casa faça essa votação amanhã e dê aos Prefeitos brasileiros a oportunidade de terem recurso adicional para o cumprimento das suas missões. E creio ser essa uma vontade quase unânime.

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira - a quem fiz referência outro dia como novo integrante do PMDB -, creio que o nosso partido pode estar na liderança desse processo. O Deputado Osmar Serraglio, Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, pode fazer o parcelamento da PEC, a fim de que votemos em separado o aumento do FPM. O PMDB não se pode omitir, ficar silente ou a reboque, muito menos atender a interesses outros que não sejam o da representação dos Municípios, conforme nossa história de luta.

É a minha posição - e espero seja a da nossa bancada a mesma.



Muito obrigado.



---

Documento 86/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5268 ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO-PFL -  
BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização da 8ª Marcha de Prefeitos em Defesa dos Municípios, em Brasília, Distrito Federal. Solidariedade à reivindicação dos Prefeitos de aumento no repasse de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios. Insensibilidade do Governo Luiz Inácio Lula da Silva com a crise financeira dos Municípios.

---

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna para fazer duas saudações especiais: uma, às mulheres do Brasil, e, outra, aos Prefeitos que se encontram em Brasília participando da 8ª Marcha de Prefeitos. Para casar essas duas saudações, rendo neste momento homenagens a todas as Prefeitas brasileiras que se encontram hoje em Brasília.

Essas Prefeitas, assim como os Prefeitos, entretanto, não têm motivos para comemorar. Recordo-me como se fosse hoje de que no mês de dezembro de 2004 ocupei a tribuna desta Casa para dizer ao Brasil que o Governo estava descumprindo um acordo feito solenemente pelo Presidente Lula e pelo Ministro Antonio Palocci com todos os Prefeitos desta Nação.



Mais uma vez, os Prefeitos são obrigados a se deslocar dos seus Municípios para a Capital do País para suplicar a esta Casa a adoção de medidas que garantam o cumprimento de um mandamento constitucional que permitirá a autonomia e a independência econômica e financeira das Prefeituras brasileiras.

Novamente, a expectativa dos Prefeitos foi frustrada. Além de afirmar categoricamente que não é sensível à reivindicação dos dirigentes municipais, o Presidente Lula não admite que os seus líderes partidários celebrem um acordo nesta Casa que permita votar amanhã parte da reforma tributária que garante o aumento de 1% na transferência das receitas do IPI e do Imposto de Renda.

Ora, Sr. Presidente, relembro o que disse em dezembro: chega, Srs. Prefeitos, de pedir favor ao Governo Federal. A hora é de dizer não; de ir para a frente do Palácio do Planalto, levantar faixas e mostrar que o que quer o Governo é deixar todos os Prefeitos do Brasil de pires na mão, é sujeitar politicamente os administradores públicos municipais. É isso o que quer o Governo do Presidente Lula.

Aí me pergunto: onde estão os Prefeitos do PT? Nessa hora, naturalmente, se escondem, imagino que envergonhados, porque não têm o que dizer aos seus colegas de outros partidos a fim de justificar essa posição política persecutória do Governo Federal.

Todos sabem que a carga tributária no Brasil só faz aumentar e há uma concentração de renda nos cofres do Governo Federal. Os recursos são todos da União. Hoje, as Prefeituras do Brasil têm apenas 15% do bolo tributário nacional. As contribuições são criadas dia após dia, na verdade impostos mascarados.

Ora, Sr. Presidente, será que podemos admitir que, cada vez mais, o cidadão pague impostos e mais impostos e, no entanto, as Prefeituras estejam a cada dia mais pobres? Não podemos admitir. Onde vive o cidadão? Quem tem o dever de prestar o serviço público? É claro que são os Prefeitos. Por isso, clamo a esta Casa por uma decisão.

O Presidente Severino Cavalcanti anunciou novos tempos, um momento de independência e autonomia, de respeito às prerrogativas do Poder Legislativo. Porém, só seremos independentes e autônomos se tivermos o direito de decidir o



que será votado. E apelo, publicamente, ao Presidente Severino Cavalcanti para que coloque na pauta de amanhã a medida da reforma tributária, que garante 1 bilhão e 200 milhões de reais a mais para os Prefeitos do Brasil. Queira ou não a Liderança do Governo, os Parlamentares vão votar e aprovar essa matéria e os Prefeitos vão sair daqui felizes e conscientes de que estamos, sim, correspondendo às suas expectativas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 87/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-18:28

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5282 TELMA DE SOUZA-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. TELMA DE SOUZA (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero saudar, antes de mais nada, minha companheira Deputada Ana Guerra, a grande debutante do dia. Hoje é a primeira vez que S.Exa. assoma a esta tribuna e saiu-se de maneira fantástica ao escolher a data de 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para saudar as mulheres do Brasil. Muito obrigada pelas palavras, Deputada Ana Guerra. Seja bem-vinda e tenha um bom mandato.

Nós, mulheres, como também os homens, precisamos de pessoas sensíveis, que lutem pela democracia e por melhores momentos neste País que estamos ajudando a reconstruir de uma forma sadia, sempre com esperança no futuro.

Sr. Presidente, antecipadamente agradeço a S.Exa. a tolerância e, como bom nordestino que é, gostaria que me permitisse citar 3 fatos que aconteceram hoje.

Dando continuidade, de alguma maneira, às palavras das Deputadas Mariângela Duarte, que vem também de onde venho, da região da Baixada Santista, Maria Helena, que vem de Roraima, e Ana Guerra, que vem da Paraíba, mas representa Minas Gerais, quero hoje, no Dia Internacional da Mulher, saudar aquelas que não têm mandato, aquelas que no anonimato fazem a grandeza deste País.



Vemos aqui as taquígrafas, por exemplo, que integram a estrutura desta Casa, e não podem falar. E nós, com certeza, somos privilegiados por dar voz e principalmente esperanças, diante das suas reivindicações, a essas mulheres.

Sr. Presidente, essa saudação é simbólica. Ela significa uma homenagem a todas as mulheres do meu Brasil, dos rincões, dos grotões do Nordeste à Amazônia, de todo o território brasileiro, em especial do Sudeste, que ainda tem a obrigação, por ser mais pujante, mais industrializado, de levar essa possibilidade para outros espaços brasileiros, particularmente para as mulheres brasileiras de uma maneira geral.

A segunda questão que quero abordar é a seguinte: hoje, em São Paulo, a Deputada Mariângela Duarte, a Deputada Estadual Maria Lúcia Prandi, também da Baixada Santista, e eu participamos da Marcha Mundial das Mulheres, que terminará no fim do ano na África.

De forma simbólica, entregamos uma reivindicação, por meio dessa marcha, que é internacional e trará luzes não só para um país extremamente pobre como Burkina Fasso, mas também para as mulheres de lá. Dessa forma, dissemos presente a uma luta internacional das mulheres.

Sr. Presidente, quero registrar, já que a Deputada Ana Guerra citou a questão da AIDS, que hoje tivemos o privilégio de receber uma delegação vietnamita liderada por uma mulher de um Parlamento composto por 130 Parlamentares, sendo que mais ou menos 40% são mulheres. Elas vieram nos procurar no Brasil. Visitaram o Presidente Lula e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti.

As Deputadas Ana Guerra, Almerinda de Carvalho, Deputada Teté Bezerra, o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família e eu recebemos essa delegação para não só trocarmos e-mails e endereços, mas também aprendizados e avanços, num conjunto internacional que precisamos, com certeza, celebrar.

Registro ainda que, no que se refere à questão da AIDS, o Brasil tem muito a dizer. Fui Prefeita de uma cidade e tive a honra de ser a primeira a travar essa batalha em termos mundiais. A glória não foi pessoal, mas de uma equipe



extraordinária liderada pelo já falecido Dr. Davi Capistrano, pernambucano como V.Exa.

E estaremos em contato direto com outros rincões mundiais. Aprendemos um pouco na cidade de Santos e temos na Deputada Ana Guerra uma pessoa que luta pela mesma causa em sua cidade, Poços de Caldas, assim como em todo o Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, o simbolismo desses 3 fatos que trouxe a esta Casa significa um 8 de março forte, que vai se estender durante todos os dias do ano, porque todos os dias são dias da mulher e, por que não dizer?, do homem.

Por último, Sr. Presidente, convidamos V.Exa. e todos os Deputados da Casa para participar dos discursos e saudações que ocorrerão no plenário do Senado Federal no dia 10, quinta-feira, a partir das 10h.

Salve o dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher!

Muito obrigada.



---

Documento 88/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:12

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5177 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito tem se falado a respeito do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Neste dia, quero lembrar o ano de 1857, quando operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve, ocupando o prédio, para reivindicar a redução da jornada de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Elas, que recebiam menos de um terço do salário dos homens pelas 16 horas, foram fechadas na fábrica, onde se iniciou um incêndio, e cerca de 130 morreram queimadas.

Em 1903, profissionais liberais norte-americanas criaram a Womens Trade Union League, que tinha como principal objetivo ajudar as trabalhadoras a exigirem melhores condições de trabalho. Em 1908, mais de 14 mil mulheres marcharam nas ruas de Nova Iorque reivindicando o mesmo que queriam as operárias no ano de 1857, mais o direito de voto. Caminharam com o slogan: Pão e Rosas, em que o pão simbolizava a estabilidade econômica, e as rosas, melhor qualidade de vida.



Em 1910, na Conferência Internacional de Mulheres realizada na Dinamarca, ficou decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

No Brasil, Sr. Presidente, o direito ao voto feminino só foi reconhecido na Constituição de 1934. A primeira Governadora brasileira foi eleita 60 anos depois. De acordo com dados da Fundação Carlos Chagas, no período de 1981 a 1998, o crescimento das mulheres economicamente ativas no País foi de 111%, enquanto que o dos homens foi de 40%. Hoje, a parcela feminina representa 41% da população economicamente ativa, com 30 milhões de mulheres no mercado de trabalho. No setor educacional, a ascensão da mulher revela-se no seguinte dado: elas são 57% dos estudantes do 2º grau e do ensino superior.

De acordo com a ONU, 25% das brasileiras são vítimas constantes de violência no lar; em apenas 2% dos casos, o agressor é punido, e, em cerca de 70% das ocorrências, o algoz é o marido ou o companheiro.

Segundo o Ministério da Previdência, existem atualmente 9 milhões de donas de casa no Brasil. E as cerca de 40 milhões de mulheres que ocupam postos no mercado de trabalho, formal ou informal, também desempenham atividades domésticas.

É perceptível, Sr. Presidente, que a mulher melhorou consideravelmente sua condição, no entanto, muito ainda há a ser feito.

Neste dia, porém, quero apenas parabenizar as mulheres, principalmente devido ao respeito e ao amor que dedico à memória de minha inesquecível mãe, à minha esposa, filhas, irmãs, amigas e companheiras de luta. Homenageio todas as Marias, Iracemas, Joanas, Cláudias...

Relembro também algumas ilustres e inesquecíveis mulheres, como Joana D'Arc, Irmã Dulce, Cecília Meirelles, Cora Coralina, Carmem Miranda, Indira Gandhi, Madre Tereza de Calcutá, Raquel de Queiroz, Ana Néri, Anita Garibaldi, Lígia Teles e tantas outras.

Haveremos, sim, de construir um Brasil de homens e mulheres iguais nas suas diferenças, sem discriminação de gênero, raça e classe. Defendo e acredito que



um dia não haverá preconceitos, e homens e mulheres terão igualdade de direitos e oportunidades.

Parabéns a todas as mulheres de Pernambuco e do Brasil!



---

Documento 89/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:16

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5178 ADEMIR CAMILO-PL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Visita de Prefeitos Municipais do Estado de Minas Gerais ao gabinete do orador. Protesto contra atribuição à Casa da responsabilidade pela não-ampliação dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

---

O SR. ADEMIR CAMILO (Bloco/PL-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento todas as Parlamentares da Casa, na pessoa da nobre Deputada Thaís Barbosa, pelo ensejo do Dia Internacional da Mulher.

Não poderia, de forma alguma, ginecologista que sou, deixar de saudar a mulher brasileira, as mulheres do Vale do Jequitinhonha, do Vale de São Mateus e do Vale do Mucuri, especialmente as que estão mais próximas de mim: minha mãe e minha esposa.

Sabedor das dificuldades e do processo evolutivo que tiveram e que têm as mulheres brasileiras, não poderia deixar de externar o apoio e o trabalho que já lhes dediquei por vários anos.

Da mesma forma, não poderia deixar de, neste momento, agradecer aos Prefeitos de Almenara, Franciscópolis, Frei Gaspar, Poté, Nanuque, Carlos Chagas,



Fronteira dos Vales, Bueno Brandão e Malacacheta a visita que fizeram ao nosso gabinete.

Registro, com grande pesar, que ontem, na abertura da VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ouvimos posicionamentos no sentido de que a culpa da não-aprovação do projeto que destina mais 1% ao Fundo de Participação dos Municípios é única e exclusivamente da Câmara Federal. Isso não condiz com a realidade. A partir do momento em que o projeto entrar na pauta, com certeza será aprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 90/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-14:20

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5178 JORGE PINHEIRO-PL -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. JORGE PINHEIRO (Bloco/PL-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho a honra de parabenizar as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. São guerreiras, obstinadas, fortes, determinadas e, ao mesmo tempo, compreensivas, suaves, complacentes e companheiras.

Somos honrados por Deus e pela natureza por convivermos com esse ser chamado mulher. Aliás, o que seria do homem sem a mulher. A vida não teria cor nem brilho, com certeza.

Abençoadas por Deus, elas geram a vida. Mais do que isso. Elas trazem alegria e esperança, compaixão e ideais. São as mulheres que marcam e que nos ensinam a viver.

Elas são mães, esposas, avós, irmãs, tias, amigas, estão submetidas a uma carga de vida muitas vezes desumana. Elas tomam conta da casa, da família, trabalham fora e ainda têm o peso psicológico de estarem sempre bonitas, dispostas e equilibradas. Muitas vezes cobramos, de forma sutil ou claramente, que sejam



independentes, bem-sucedidas, perfeitas donas do lar e que estejam sempre belas e realizadas.

Sras. e Srs. Deputados, com tantas cobranças, expectativas e obrigações e com o peso de serem mães, mulheres e profissionais, as nossas mulheres estão sofrendo cada vez mais de doenças que antes eram primordialmente masculinas: estresse, ataques cardíacos, crises de ansiedade, depressão. Dados estatísticos mostram que, para cada 3 homens enfartados, há 1 mulher em situação semelhante. O índice de mulheres que morreram com câncer de pulmão aumentou 84,43% de 1980 a 1997 no Brasil.

O pior é que não há contrapeso que equilibre essa situação. Pesquisa do IBGE divulgada no mês passado mostra que, mesmo com mais anos de estudo, as mulheres ainda ganham menos do que os homens, tendência que teve uma pequena aceleração nos últimos anos.

E foi brigando por melhores condições de trabalho que, no dia 8 de março de 1857, as operárias de uma fábrica têxtil de Nova Iorque entraram em greve. Ocuparam a fábrica para reivindicar a redução de um horário de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que, por essas 16 horas, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram trancadas na fábrica. Houve um incêndio e cerca de 130 mulheres morreram queimadas. Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, que 8 de março seria comemorado como o Dia Internacional da Mulher.

Entretanto, as mulheres merecem mais do que uma data simbólica no calendário oficial. Elas merecem o nosso total reconhecimento, a nossa compreensão, o nosso respeito e a nossa estima.

Por isso, venho saudá-las neste plenário por sua luta ao nos dar a vida, ao nos educar, por seu amor incondicional à família, por sua busca por uma condição de vida melhor.

Sr. Presidente, hoje a mulher cuida do lar e tem muitas vezes que disputar o mercado de trabalho com os homens em condições desiguais. Percebemos que



principalmente nos escalões superiores elas ganham bem menos - cerca de 30% a menos - do que os homens.

Nas separações, os filhos, na maioria das vezes, ficam com a mãe, que tem de ser dona de casa, trabalhar fora, desdobrar-se para cuidar deles e ainda sustentar o lar.

Essa é uma situação que se vem minimizando, mas ainda falta muito. As mulheres conquistaram um espaço, demonstraram que são competentes e que têm condições não de competir com os homens, pois não são uma ameaça, mas de contribuir. É essa a igualdade que precisamos ter. O homem moderno, desprovido dos preconceitos machistas e religiosos, tem de entender que a mulher é companheira, que a mulher está do nosso lado para nos ajudar.

Tenho esperança de que essas diferenças que ainda existem desapareçam e que o Dia Internacional da Mulher não seja comemorado apenas com discursos e palestras em simpósios e encontros. Espero que a mulher seja respeitada no dia-a-dia e que a violência contra ela, cometida muitas vezes de forma oculta, dentro dos lares, desapareça.

Espero que as mulheres denunciem essas agressões e seus agressores sejam castigados com penas severas. Essa história de condenação com pagamento de cestas básicas ou prestação de algum tipo serviço social muitas vezes estimula a violência contra a mulher. Esse tipo de violência é como outro qualquer e deve ser tratado de forma exemplar para ser extinto no Brasil e no mundo.



---

Documento 91/113

---

019.3.52.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2005-15:30

Publ.: DCD - 09/03/2005 - 5200 LUIZA ERUNDINA-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos hoje, no Brasil e no mundo, o Dia Internacional da Mulher.

Desta vez, celebramos a data de forma diferente. Uma marcha percorrerá os 5 continentes, debatendo questões que constam da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. Esse documento foi elaborado a partir de amplo debate com mulheres do mundo inteiro.

Em ato que se realiza hoje na cidade de São Paulo, com a presença de mulheres do País inteiro, vai-se iniciar essa marcha, que terminará no dia 17 de outubro deste ano, quando se terá debatido amplamente as questões que estão no centro desse documento e que se referem a um posicionamento contra o livre comércio, a guerra e a militarização, o tráfico de mulheres e pela soberania alimentar, as grandes questões com forte impacto negativo na vida e no cotidiano de todas as mulheres do Brasil e do mundo.



Esse ato deve contar com a presença de, no mínimo, 30 mil mulheres do País inteiro. Será lançada a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. A marcha histórica que se iniciará em São Paulo percorrerá todas as nações do mundo.

Não só as mulheres, mas também homens dos 5 continentes terão a oportunidade de discutir questões que preocupam e dizem respeito à tragédia que se abate sobre um grande número de mulheres do Brasil e do mundo e que precisa ter da parte da sociedade uma resposta pronta e vigorosa, para eliminar, de uma vez por todas, as causas estruturais que provocam situações de extrema gravidade que dizem respeito aos direitos humanos e de cidadania da imensa maioria de mulheres do mundo inteiro.

Sr. Presidente, a celebração do Dia Internacional da Mulher, com essa marcha que percorrerá todo o mundo, inicia-se hoje no Brasil. No Congresso Nacional, será realizada uma série de atividades que marcarão mais uma vez a presença do Parlamento na vida do povo brasileiro, que está sempre atento às questões que afetam diretamente a família, as mulheres e as crianças.

Certamente, essa marcha e essa carta mundial serão um marco na luta crescente das mulheres.

Chegará um dia em que serão respeitados plenamente os direitos de cidadania de todas as mulheres brasileiras e do mundo.

Era o que tinha a dizer.



---

Documento 92/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-16:58

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5506 LUCIANA GENRO-SEM PARTIDO -RS  
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Protesto contra comentário jocoso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à hipotética eleição de uma mulher para a Presidência da República. Continuidade da discriminação socioeconômica e cultural contra a mulher, a despeito de dispositivos constitucionais de garantia da igualdade formal entre os sexos. Repúdio à pretendida reforma sindical. Enaltecimento da futura candidatura da Senadora Heloísa Helena à Presidência da República.

---

A SRA. LUCIANA GENRO (Sem Partido-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, no Dia Internacional da Mulher, fomos todas agraciadas com as palavras do Presidente da República, que nos pediu que não sejamos desafortadas a ponto de pensar na Presidência da República.

Ainda estamos na Semana da Mulher, e é importante resgatarmos os inúmeros desaforos aos quais somos submetidas neste País: o desaforo de recebermos salários muito inferiores aos dos nossos companheiros, embora a Constituição garanta igualdade formal entre homens e mulheres; o desaforo da violência doméstica praticada por pais, maridos, irmãos ou por aqueles que se sentem



nossos donos ou senhores; o desaforo de vivermos o assédio sexual e moral de chefes que oferecem emprego em troca de sexo.

Há ainda o desaforo de não sermos donas do nosso próprio corpo, sendo-nos vedado optar pela interrupção da gravidez de um feto que não tem possibilidade de vida, a exemplo dos anencéfalos. O desaforo, que compartilhamos com os homens, do desemprego, do sucateamento dos serviços públicos e o de vermos o Presidente da República, ex-líder sindical e metalúrgico, destruir os direitos trabalhistas com uma reforma sindical totalmente atrelada aos interesses da grande patronal e do próprio Governo.

São tantos os desaforos que enfrentamos que ousamos dizer ao Presidente Lula que seremos desafortadas também para visar à Presidência da República. Se isso for considerado um desaforo.

Não sou daquelas que acham que as mulheres são melhores por si mesmas em relação aos homens. Sou daquelas que defendem a igualdade de oportunidades e de direitos entre os sexos, o que a sociedade não nos oferece.

Quero, sim, ver a mulher que simbolize a tenacidade, a coragem e a combatividade na Presidência da República. Estou falando de sua conterrânea, Sr. Presidente Lula, da Senadora Heloísa Helena. S.Exa. simboliza a coragem do enfrentamento da miséria, da pobreza, da arrogância dos poderosos e ousa sobreviver e lutar.

O Sr. Presidente da República que se prepare: virá muito desaforo pela frente. A voz das mulheres vai ecoar na campanha presidencial de 2006 para denunciar os desaforos a que a classe trabalhadora deste País está submetida há tantos anos e que continua neste Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.



---

Documento 93/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:56

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5463 MARCELO BARBIERI-PMDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Realização da 8ª Marcha de Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios. Agravamento da crise financeira dos Municípios pelo contingenciamento de recursos do Orçamento Geral da União. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. MARCELO BARBIERI (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasília foi novamente palco de grande manifestação política promovida pelos Prefeitos brasileiros organizados em sua 8ª Marcha pela Confederação Nacional de Municípios. Não poderia, portanto, deixar de vir a esta tribuna para destacar a luta da municipalidade brasileira pelos seus direitos, pela preservação de suas conquistas e, acima de tudo, pela defesa da cidadania, pois, em última instância, é disso que se trata, uma vez que o cidadão e a cidadã exercem os seus direitos e obrigações no Município.

Nunca é demais lembrar a frase que eternizou o vínculo do grande líder Ulysses Guimarães com a luta municipalista: "O cidadão não vive no País. Não vive no Estado. Vive no Município". O município é a ente mais próximo, aquele que está



ao alcance dos olhos. É o abrigo do lar, da escola, da igreja. É a célula básica da nacionalidade.

Por isso, nunca é demais fortalecer o Município e lhe dar - principalmente ao mais desamparado, àquele destituído de fontes próprias de recursos - condições para atender a seus munícipes. As marchas e as manifestações dos Prefeitos brasileiros têm esse significado e expressam a necessidade, cada vez maior, de o sistema federativo reforçar a autonomia dos Municípios, principalmente no tocante à questão financeira, o que não significa enfraquecer os Estados ou a União. Muito pelo contrário. Se os Municípios são fortes, os Estados e a União, conseqüentemente, serão fortes também. Se a base situada nos Municípios é frágil, a estrutura federativa estará irreversivelmente comprometida.

A lógica de algumas políticas econômicas, entre as quais a que herdamos do Governo anterior e da qual ainda não conseguimos nos livrar, por conta de equívocos que a equipe econômica insiste em continuar cometendo, tem gerado, de um lado, fúria arrecadacionista sem limites e, de outro, crescente elevação da carga tributária. A conjugação desses dois fatores, associada a uma política de juros altos, que transfere de forma brutal a renda e a riqueza do País para o setor financeiro, torna o Município uma vítima fatal, faltando-lhes, mesmo aos mais ricos, os recursos necessários às demandas que sempre são mais fortes, ali, onde o cidadão mora.

A mudança da lógica dessa política por uma outra, voltada para o crescimento do mercado interno, com a valorização dos que produzem e trabalham, é fundamental para as cidades brasileiras serem atendidas naquele que é o objetivo central da Marcha dos Prefeitos: o fortalecimento do poder local e a definição das fontes de financiamento.

Os Municípios ricos devem ser solidários com os Municípios pobres, mas, acima de tudo, a solidariedade deve partir de uma política econômica mais justa, pois não é certo, ou não é o melhor caminho, arrancar dos que já conquistaram determinados patamares de desenvolvimento para dar aos que precisam mais, e com justiça.



Agora mesmo, assistimos ao anúncio de cortes que vão atingir a todos os entes federados, mas, certamente, mais uma vez, será o Município a principal das vítimas, pois é ali que faltará dinheiro para a escola, para o posto de saúde, para a estrada, para a creche.

Associo-me, nesta oportunidade, à luta dos Prefeitos brasileiros e saúdo em especial aqueles que vieram do Estado de São Paulo e de nossa região de Araraquara. A luta pelo fortalecimento do Município e pela descentralização administrativa e financeira interessa à Federação, interessa ao País como um todo, razão pela qual esta Casa, em justo e oportuno momento, faz da causa da municipalidade a sua causa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna, quero também prestar uma homenagem às mulheres brasileiras pelo transcurso de seu Dia Internacional. Homenagem à mulher trabalhadora, à mulher empreendedora, à mulher dona de casa, à mulher mãe que é a primeira a dar abrigo e alimento a quem chega a este mundo e que, com seu amor e abnegação, se dedica à família, ao trabalho e à sociedade como um todo.

Mais do que prestar homenagens, nessa data devemos comemorar os avanços que as mulheres obtiveram na sociedade brasileira ao longo de muita luta e perseverança. E é graças a essa luta que elas ocupam, cada vez mais crescentemente, espaço nos vários setores da vida social.

Nessa data, todos aqueles que lutam por um mundo mais justo e solidário devem renovar seu compromisso com o combate permanente a todas as formas de desigualdade e de discriminação que ainda persistem, pois uma sociedade só será verdadeiramente democrática e justa se for capaz de assegurar a todos seus integrantes, homens e mulheres, as mesmas possibilidades e oportunidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 94/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:56

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5467 INÁCIO ARRUDA-PCDOB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de certa forma, o sentido que consagrou o 8 de março como Dia Internacional da Mulher apresenta-se como um referencial histórico-temporal disposto a servir como marco registrador dos movimentos que denunciaram, de forma mais explícita, a opressão da mulher na sociedade patriarcal e, ao mesmo tempo, enfatizaram a importância de sua participação nos processos de transformação da sociedade.

O Dia Internacional da Mulher, assim instituído, assume fundamental importância ao considerar a emancipação feminina como uma das condições para a emancipação da humanidade, inserindo a mulher, como elemento propulsor e não mais como agente oculto, na agenda histórica das transformações sociais, políticas e econômicas necessárias à construção de um novo padrão civilizatório.

Não restam dúvidas: esse dia é realmente muito especial para todos nós; mas não como um referencial temporal, mas, sim, como um alvorecer, símbolo de uma nova compreensão, um novo olhar em torno da ação decisiva da mulher que, ao



contrário do apregoado, não se dá a partir da industrialização que estabelece novos contextos econômicos, do direito ao voto ou da chamada revolução sexual; não se trata de nova realidade, mas de uma realidade silenciada, cuja voz, obliterada no tempo pela ação ou pela omissão de alguns que se empenharam em constituir sistemas eminentemente masculinos, passou a ecoar.

Decorridos 30 anos desde que a ONU instituiu o dia 08 de março como Dia Internacional da Mulher, em 1975, observamos que ainda são tímidas as luzes lançadas sobre o conhecimento da real participação da mulher no desenvolvimento e formação do nosso País.

Certamente o ano de 1975 é emblemático para a história de lutas da mulher, especialmente a brasileira, que, sob a perspectiva da transgressão da ordem social vigente, teve participação decisiva nos movimentos em nome da liberdade e da dignidade, enfrentando a ditadura e defendendo a democracia. Mas a contribuição feminina possui muito mais desdobramentos do que conhecemos ou podemos conceber.

Que dizermos da participação da mulher no processo de colonização, no tempo breve do Império e na efervescência da vida republicana? Sua atuação, sua participação na economia da época, sua compreensão da realidade histórica e política ainda não foram suficientemente tematizados. E isso contribui para que ainda hoje a mulher seja alvo da violência e da exploração sob suas diversas formas.

Se recuarmos no tempo, desde a sociedade colonial até os dias de hoje, vamos perceber, numa ótica mais elevada, que a luta das mulheres para conquistar, na sociedade e na história, o espaço que lhes é realmente devido acumulou muitas e expressivas vitórias ao longo dos séculos. Porém, é necessário lembrar que tais conquistas também trazem a marca da opressão, do preconceito e da intolerância fundamentada nos valores e práticas da sociedade patriarcal que historicamente tem se caracterizado por minimizar ou eliminar por completo o papel desempenhado pelas mulheres na formação e no desenvolvimento do nosso País, especialmente na edificação das causas transformadoras de nossa sociedade.



Em todos os grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira é notória ainda nos dias atuais, a situação de desigualdade e exploração a que as mulheres são submetidas , situação essa ainda mais agravada quando, à exploração advinda das relações de gênero, soma-se a exploração decorrente da sociedade de classes que, ao provocar o empobrecimento de amplos setores da população, destina às mulheres o papel de administradoras da miséria.

Assim, o resgate e a denúncia dos elementos sociais nocivos que ainda perduram se fazem necessários. Igualmente necessário é o enaltecimento da bravura e da capacidade de luta das mulheres do Brasil, que, mesmo diante da opressão, da injustiça e até mesmo da barbárie, preservam o que nosso povo tem de melhor: a alegria, a coragem, a esperança; elementos fundamentais para construir a sociedade justa que queremos, onde todos - homens e mulheres - possamos exercer plenamente a nossa humanidade.

Viva o Dia Internacional da mulher!

Parabéns, mulheres!



---

Documento 95/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:58

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5469 WLADIMIR COSTA-PMDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Elogio à atuação parlamentar da Senadora Heloísa Helena. Legitimidade da reivindicação dos Prefeitos de elevação do percentual do repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Protesto contra a tentativa de desqualificação do Presidente Severino Cavalcanti pela imprensa. Repúdio às críticas dirigidas pela apresentadora Hebe Camargo, do Sistema Brasileiro de Televisão, contra o Presidente da Casa. Elogio à política adotada pela atual Presidência de inclusão na pauta de proposições de iniciativa parlamentar. Inconsistência de matéria veiculada pela revista Veja, ofensiva à honra do Deputado Maurício Rabelo.

---

O SR. WLADIMIR COSTA (PMDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, querido amigo, irmão, consultor, Sras. e Srs. Parlamentares, permitam-me apresentar minha fonte de inspiração, a bandeira do meu amado Pará. Todas as vezes que tenho o privilégio de usar da palavra no período do Grande Expediente, procuro trazer a bandeira do Estado.

Saúdo o povo do Pará, o povo paulistano, o povo goiano, os cidadãos brasileiros, as donas-de-casa aqui presentes, que travam intensa luta pelo seus direitos. Estou pronto para prestar minha colaboração na condição de Parlamentar, porque



reconheço o direito das donas-de-casa. A maioria dos Parlamentares - presumo que na ordem de 90% - irão aprovar a matéria ora em pauta, porque nascemos do ventre de uma mulher e não podemos nos furtar de reconhecer o seu direito como donas-de-casa quanto à aposentadoria.

Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, realizamos um evento que reuniu mais de 10 mil mulheres no Pará. Foi um momento glamouroso, de festa e de alegria. Novamente presto homenagem a todas as mulheres do Estado: da Capital, Belém, da Vila de Icoaraci, de Mosqueiro, de Barcarena, de Santa Isabel do Pará, de todas as cidades do arquipélago do Marajó, de Cametá, de Igarapé-Mirim, de Abaetetuba, de Moju, das cidades do sul do Pará: Marabá, Tucuruí, Tailândia, enfim, dos 143 Municípios do Estado.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Queria que V.Exa. também homenageasse as mulheres da cidade de Benevides, no Estado do Pará, da mesma forma como faço agora homenageando as mulheres do meu Estado e essas bravas mulheres que estão hoje nas galerias da Câmara dos Deputados nos prestigiando. (Palmas.)

O SR. WLADIMIR COSTA - Agradeço ao Deputado Mauro Benevides o aparte. V.Exa sabe o tamanho do respeito que o Pará tem por sua pessoa, tanto que na Área Metropolitana de Belém existe uma cidade chamada Benevides.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres foram homenageadas ontem não apenas por esta Casa, mas por todo o País. Tivemos a oportunidade de documentar várias manifestações em todos os Estados. Mulheres foram às ruas comemorar a data; Parlamentares usaram as tribunas das Câmaras Municipais, das Assembléias Legislativas e desta Câmara Federal para homenageá-las. Enfim, tivemos nesta Casa inúmeras manifestações acaloradas, com palavras bonitas dirigidas às mulheres.

Um fato, contudo, nos entristece. Ainda não conseguimos ajudar a mulher brasileira, que continua sendo discriminada no mercado de trabalho. As negras principalmente - tive o privilégio de ser gerado no útero de uma delas, a D. Lucimar, que está assistindo a esta sessão lá no Estado do Pará - são extremamente discriminadas. Não mais podemos conviver, em hipótese alguma,



com o fato de as mulheres, exercendo em determinada empresa a mesma função de um homem, ganharem menos.

Vemos discriminação contra a mulher negra todos os dias quando assistimos às novelas: elas normalmente desempenham papéis de domésticas. Dificilmente, vemos uma negra fazendo o papel de uma executiva, de uma política. Não existe isso. Vamos mudar esse quadro, se Deus quiser!

Outro assunto traz-me à tribuna: a VIII Marcha dos Prefeitos. Os 5 mil Prefeitos que estão em Brasília vivem atualmente em seus Municípios a pão e água. Há 2 anos chegou um contingenciamento da ordem de 14 bilhões de reais, mas esse valor não chegou aos cofres dos Prefeitos para que S.Exas. implementassem obras em seus projetos para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Hoje, os Prefeitos das cidades, do nosso querido Estado do Pará, por exemplo, nobre Deputado Josué Bengtson, estão enfrentando todo tipo de dificuldade.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Josué Bengtson.

O Sr. Josué Bengtson - Nobre Deputado Wladimir Costa, parabenizo V.Exa. por ter levantado no seu eloqüente discurso 2 assuntos: primeiro, a homenagem que faz à mulher brasileira, especialmente às paraenses, que hoje engalanam nossas galerias. Ontem, foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. Associo-me a V.Exa nas homenagens que presta às brasileiras, especialmente à mulher quadrangular, que faz parte da nossa organização religiosa. O segundo diz respeito à situação dos Prefeitos. Está nesta Casa para ser votada a lei que concede 1% a mais ao Fundo de Participação dos Municípios. Desde já quero dizer que eu e o PTB vamos votar favoravelmente a esse aumento, porque entendemos que o contingenciamento de recursos do Governo Federal está deixando nossos Municípios em difícil situação. Não diria sem pão e água, porque nem isso está sobrando para os pequenos Municípios. Parabenizo V.Exa. e agradeço-lhe o aparte. Muito obrigado.

O SR. WLADIMIR COSTA - Ouçó, com prazer, o incansável Parlamentar, lutador e batalhador pela qualidade de vida do povo brasileiro, meu colega Deputado João Fontes.



O Sr. João Fontes - Deputado Wladimir Costa, é com muita satisfação que lhe peço este aparte. V.Exa. traz ao conhecimento do povo brasileiro temas importantíssimos. Em primeiro lugar, quero saudar as mulheres presentes, as do Brasil inteiro e, em especial, uma pessoa que representa as mulheres na vida pública deste País: uma corajosa e valente cidadã que não se dobra, não se rende e não se vende, a Senadora Heloísa Helena. Aliás, está aqui presente a ex-Prefeita, Deputada Telma de Souza, que também é uma batalhadora e a quem igualmente rendo minhas homenagens. Nobre Deputado, tanto quanto V.Exa. estou preocupado com o pleito dos Prefeitos. Espero que o Governo cumpra o que hoje lhes prometeu, e que o Presidente Severino Cavalcanti coloque em pauta do dia 29 de março a matéria da reforma tributária, com o compromisso de aprovar o Fundo de Desenvolvimento Regional que vai ajudar - e muito - os Estados pobres deste País. Deverá ser votado o ICMS e o 1% para os Municípios deste País. Nosso Estado será contemplado anualmente com o valor de 96 milhões, 487 mil e 734 reais e o Estado de V.Exa., o Pará, receberá, aprovado o Fundo de Desenvolvimento Regional, quase 142 milhões de reais. É uma receita importantíssima. Isso ficou acordado hoje com o Ministro Palocci e com os Governadores. O Governador João Alves, do Estado de Sergipe, esteve aqui e participou desde ontem dessa importante negociação, em que o Presidente Severino Cavalcanti peitou o Deputado Professor Luizinho e disse: "Vou colocar em votação, de qualquer jeito". Obrigando assim que o Professor Luizinho fosse ao Palocci e ao Lula mostrar que é outro o momento que estamos vivendo aqui. Que, agora, o Presidente Severino bota para votar mesmo e tem compromisso com os Estados. Quero associar-me ao pleito e à angústia de V.Exa. Os Prefeitos estão sem dinheiro nos cofres dos Municípios. Na reforma tributária do dia 19, que deverá ser votada por esta Casa, fica o compromisso de aprovarmos também o Fundo de Desenvolvimento Regional - e junto com a SUDENE. Tenho acompanhado o trabalho de V.Exa. e sei de sua competência e empenho. O nobre Deputado é um lutador incansável pelo pleito de seu Estado. Parabéns a V.Exa! Parabéns às mulheres aqui presentes! Muito obrigado.



O SR. WLADIMIR COSTA - Agradeço ao Deputado João Fontes o aparte. Sou testemunha da luta incansável de S.Exa. nesta Casa. Transmito as minhas considerações e simpatia à Senadora Heloísa Helena. S.Exa. não se pode intimidar. Tem mais é de concorrer à Presidência do Brasil. Já é hora de a mulher ter chance de presidir os destinos deste País, até porque não estamos dando muita sorte com os homens. Está na hora de a situação mudar - pelo menos um pouquinho.

Voltando ao assunto. Os Prefeitos vivem a pão e água. Estão totalmente desprezados, ignorados. Nós, Parlamentares, temos anualmente o direito a 3 milhões e meio de reais em emendas, cujo objetivo é beneficiar as Prefeituras, mas estamos com tudo preso no cofre. Como é que pode? Há dinheiro para comprar avião, bancar vaidades e mais vaidades, mas nada de liberação de recurso para os Prefeitos poderem implementar as prioridades de seus Municípios.

Esse é o grande motivo pelo qual mais de 3 mil Prefeitos estão neste momento em Brasília. Do Estado do Pará, encontrei no Salão Verde da Casa o Deputado Luís Rebelo, do Município de Breves; o Prefeito Duciomar Costa, de Belém do Pará; e o Prefeito Saraiva, do Município de Mãe do Rio. E todos eles falam o mesmo idioma: o abandono, o desprezo, o esquecimento, o contingenciamento e a falta de recursos para implementar obras importantes, como construção de escolas, de ciclovias e de estradas. Os Municípios estão tomados por buracos e muitas das escolas estão prestes a desabar.

Abrimos os jornais e vemos a ovação ao nobre Ministro Palocci, dizendo que S.Exa. já conseguiu não sei quantos milhões de arrecadação, falam sobre a balança comercial e sobre os 100 bilhões de exportações. O dinheiro está aí. Pois bem, só que no cofre do Governo Federal. Os cofres das Prefeituras, que estão nos fronts das verdadeiras situações de desprezo, estão vazios. Muitos Prefeitos deixaram de honrar compromissos com fornecedores e outros estão encrencados com a Justiça, porque não têm condição alguma de honrar seus compromissos.



Então, é de fundamental importância a aprovação desse benefício em favor dos Prefeitos, mudando os atuais 22.5% para 23.5%. Representará somente 1% no aumento do Fundo de Participação dos Municípios.

Nós, Parlamentares Federais, que temos compromisso com as cidades dos nossos Estados, não permitiremos, em hipótese alguma, que isso continue acontecendo com os Prefeitos do nosso Brasil, sejam eles do Pará, de São Paulo, do Maranhão ou do Ceará. Precisamos nos unir para dar força aos nossos Prefeitos.

O Sr. Alvaro Dias - Permita-me V.Exa. um aparte?

O SR. WLADIMIR COSTA - Com prazer, Excelência.

O Sr. Alvaro Dias - Nobre Deputado Wladimir Costa, quero apenas me solidarizar com V.Exa. Concordo com V.Exa. que a propaganda do atual Governo, instalada no Palácio do Planalto, é eficiente. Realmente é eficiente para divulgar os índices de melhora alcançados, assim como para mascarar os índices sociais recentemente divulgados pelo IBGE. Como sabemos, Deputado Wladimir Costa, a realidade social em nosso País é aterradora. Se os índices levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística forem divulgados, V.Exa. verá que aproximadamente 45% dos adolescentes do País - meninos e meninas abaixo de 18 anos - vivem em situação de miséria absoluta. Isso quer dizer que 27 milhões de crianças e adolescentes que passam fome estão esquecidos, marginalizados, abandonados pelo Governo Federal, que apenas divulga os índices sociais que quer. Deputado Wladimir, o índice de mortalidade infantil em nosso País é de 35 crianças nascidas, de 0 a 5, que morrem antes de completar 5 anos. É um dos maiores índices de mortalidade nessa faixa etária na América do Sul. Ficamos atrás do Paraguai, do Uruguai, da Venezuela, do Chile e da Argentina. É vergonhoso. O Governo mascara os índices sociais, esconde-os da população brasileira. E o Ministro Antonio Palocci, médico que é, sabe que só podemos mudar a realidade social do País se mudarmos a política econômica antes combatida pelo PT, mas agora adotada pelo partido. Nossa política econômica massacra os trabalhadores e privilegia as elites, mas ele não muda. Por isso, Deputado Wladimir, o Governo Federal concentra riqueza, não distribui renda e



faz como o Ministro Palocci: concentra aqui, sem melhor distribuir a arrecadação para os Municípios, que seria também uma forma de melhor repartir a renda brasileira. Parabéns V.Exa. pelo importante pronunciamento que faz hoje no plenário da Câmara Federal.

O SR. WLADIMIR COSTA - Saudações ao meu querido companheiro e amigo do nosso amado Rio Grande do Norte, cujo povo maravilhoso está muito bem representado por V.Exa.

Mudando de assunto, gostaria de trazer à baila fato acontecido no último dia 14 nesta Casa, quando democraticamente tivemos o privilégio de escolher o Deputado Severino Cavalcanti para presidir a Câmara dos Deputados nos próximos 2 anos.

Foi uma vitória democrática, uma luta acirrada, com muitas discussões e muita batalha.

Há pouco, quando fui aparteado pelo nobre Parlamentar João Fontes, ele usou a seguinte frase: "Severino Cavalcanti prometeu e vai cumprir". E Severino Cavalcanti é um colega nordestino, sim, um homem de hombridade, um homem íntegro e de capacidade inquestionável. E cumpre o que promete.

Tenho ficado muito assustado com os bombardeios deflagrados pela grande imprensa contra o Deputado Severino Cavalcanti. Na maioria das vezes, esses jornalistas opinam, criticam ou publicam matérias que não refletem a opinião dos proprietários dos veículos de comunicação. Assusta-me o tratamento que a imprensa tem dado ao nobre Deputado Severino Cavalcanti. Por que o bombardeiam tanto? Por que ele é de origem humilde, pobre? Por que nasceu no interior do Estado de Pernambuco? Por que é um homem de Deus, um católico fervoroso? Por que defende suas convicções? Não seria hora de, nobres amigos da imprensa, refletirem um pouquinho mais sobre as matérias publicadas? A crítica é válida, mas quando existir motivo real para criticar.

Li matéria numa determinada revista de grande circulação nacional em que o jornalista tachava o nobre Presidente desta Casa de medíocre.



O Presidente Severino Cavalcanti foi democraticamente escolhido por 300 Deputados que entendem ter S.Exa. qualidade e preparo suficiente para ser Presidente desta Casa.

Tudo o que estão fazendo hoje é para depreciar a imagem do Presidente Severino Cavalcanti. Será que estão com medo de Severino Cavalcanti ser Presidente do Brasil? Meu Deus do Céu!

Agora, houve a questão do cheque. Severino Cavalcanti não é rico nem é candidato a se tornar rico. Severino Cavalcanti também não é milionário. Severino Cavalcanti tem 4 décadas de relevantes serviços prestados à vida pública na condição de Vereador, Deputados Estadual e Federal; assumiu cargos importantes na Casa; deu lucro para a Casa ao economizar 90 milhões de reais. Não existe nada que desabone sua conduta.

Todos nós passamos por algum aperreio. Quem nunca deixou de honrar, às vezes, um compromisso? Daí a gente precisa pedir para o amigo segurar o cheque, porque o negócio aperreou. E geralmente quem faz isso são as pessoas que não têm dinheiro no cofre.

O Severino tem a sensibilidade da humildade. Doa a quem doer, Severino Cavalcanti é Presidente da Câmara Federal. É um nordestino, de origem pobre, católico fervoroso, lutador e honrador da palavra. Hoje, já não somos só 300 que o apoiaram, somos mais de 400 e, quem sabe, 513 Deputados que estão prontos para respaldá-lo, ovacioná-lo, parabenizá-lo por suas grandes ações. Exemplo disso foi a aprovação da PEC sobre pesquisas com as células embrionárias. Pronto, esse é um caso passado. Todos nos unimos, S.Exa.. colocou em pauta, nós votamos e aprovamos a matéria.

Cinco milhões de brasileiros esperavam, com expectativa, a aprovação da pesquisa das células embrionárias. Os transgênicos vêm, com certeza, engrandecer a produção rural, o agronegócio - autoria de Severino Cavalcanti. Tudo que ele prometeu vai cumprir, e em breve esta Casa vai discutir o novo valor do salário mínimo, pois não há matemático que prove que uma família tenha condições de viver com esse mísero e ridículo salário mínimo de 260 reais.



Vários colegas vão apresentar propostas. Também apresentarei proposta para que seja aprovado pelo menos 400 reais. Já que o Deputado Severino Cavalcanti é árduo defensor da família, tem sensibilidade e sabe que não dá para uma família viver com 260 reais.

Voltando ao assunto Severino Cavalcanti, Srs. Parlamentares, hoje Severino Cavalcanti dá dinheiro.

Fiquei pasmo ao assistir ao programa da apresentadora Hebe Camargo, que enxovalhou a imagem do nosso Presidente. Bombardeou e criticou Severino Cavalcanti. Acho que essa apresentadora tem décadas de relevantes serviços prestados à televisão brasileira, mas, após fazer críticas sem embasamento jornalístico algum, começou a conclamar seus telespectadores a ligarem para o 0300 a fim de encherem seu cofre de dinheiro.

Meu Deus, a apresentadora Hebe Camargo tem muitos anos de trabalho na televisão e não deveria se prestar a um papel desse. Fiquei horrorizado com a atitude da apresentadora.

Ela bombardeou o Presidente Severino Cavalcanti e, em seguida, pediu aos telespectadores que ligassem para o seu 0300, em que cada chamada custa aproximadamente 41 centavos. Imaginem quantos milhões de brasileiros, tomados pelo impulso, tendo em vista a facilidade da apresentadora com as palavras, não ligaram para o número. Pensando na enorme quantidade de reais arrecadado pelo sistema, pedirei informações sobre o funcionamento desse 0300. Quero saber se a operação é legal e se eles honram seus compromissos fiscais.

Fiquei muito chateado, na condição de Deputado e amigo da bancada nordestina, ao ouvir as palavras de Hebe Camargo. Os paraenses têm uma afinidade muito grande com o povo da Bahia, do Ceará, do Piauí, do Maranhão. Por isso, conclamo todos a se unirem em defesa de Severino Cavalcanti. S.Exa., que é um homem batalhador, trará muitas glórias para o Congresso Nacional e para o Brasil. Com sua seriedade e grande sensibilidade, o legislador Severino Cavalcanti colocará em pauta matérias aguardadas com muita expectativa pelo povo brasileiro. Já aprovamos a pesquisa com células embrionárias e transgênicos. Em



breve, apreciaremos o salário mínimo e veremos muitos outros projetos importantes incluídos na pauta.

Antigamente, isso não acontecia. Hoje já temos o privilégio de ver na pauta vários projetos de autoria de colegas Parlamentares. Antigamente era MP para cá, MP para lá. E os projetos de interesse dos Estados e dos Parlamentares, que foram escolhidos democraticamente para defender o interesse do povo, estavam impedidos, numa verdadeira paralisia anacrônica aqui dentro.

Ouçó, com prazer, o Deputado Julio Semeghini.

O Sr. Julio Semeghini - Nobre Deputado, concordo com V.Exa. quanto à pauta que esta Casa tem hoje, fruto do trabalho de todo o grupo que está ajudando o Deputado Severino Cavalcanti. Realmente, temos de trabalhar bastante para dar conta da pauta. Tenho certeza de que todos os partidos vão se empenhar bastante, e vamos fazer realmente com que a Câmara retome seus trabalhos e exerça o papel que a sociedade espera e de que tanto precisa. Parabéns ao Presidente pela coragem de colocar em votação o projeto da biotecnologia, tão importante, cuja votação o Brasil todo há muitos anos esperava. Parabéns, Deputado, pelo seu pronunciamento.

O SR. WLADIMIR COSTA - Para finalizar, Sr. Presidente, solidarizo-me com o Deputado Maurício Rabelo, colega de profissão, radialista, digníssimo representante do Estado do Tocantins. Tenho muito orgulho de ser radialista. Primeiro sou radialista, depois sou Deputado. Tenho muita afinidade com a profissão e respeito todos aqueles que a exercem.

O Deputado Maurício Rabelo tem sido grande lutador em defesa do Brasil e do seu povo tocantinense, um povo ordeiro e hospitaleiro. Temos testemunhado as ações importantíssimas que o Deputado Maurício Rabelo tem feito em favor do Brasil e fundamentalmente de Tocantins.

Esta semana S.Exa. foi vítima de matéria de extrema gravidade publicada pela revista Veja.

Essa matéria foi baseada em documentos que chegaram às mãos dos jornalistas por meio de 2 inconformados ex-assessores do Deputado. Eles cometeram



falcatuas no gabinete do colega e sentiram-se desamparados e injustiçados, motivo pelo qual apresentaram documentos que não provam absolutamente nada. O Deputado Federal por Tocantins, Maurício Rabelo, meu colega, é digno, responsável, pessoa do mais alto gabarito e muito estimada por todos os Deputados da Casa. A matéria publicada na revista Veja é infundada, não tem qualquer respaldo de provas. O Deputado Maurício Rabelo é um dos mais queridos do Parlamento brasileiro.

Quero prestar minha solidariedade a S.Exa. e dizer que nenhum dos seus amigos Deputados acreditam nessas falcatuas. Faça o que deve fazer, legisle em favor do povo do Tocantins, que o ama.

Saudações ao amado Estado do Pará.

Muito obrigado.



---

Documento 96/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-16:58

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5494 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação da oradora em atividades promovidas por movimentos feministas e pelo Poder Público em Manaus, Estado do Amazonas. Cumprimentos ao Prefeito Serafim Corrêa pela instalação em Manaus do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

---

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, dia 8 de março, comemoramos mais um Dia Internacional da Mulher. Infelizmente, não pude estar presente a esta Casa, porque acompanhava em Manaus diversas atividades promovidas em conjunto com os movimentos feministas e a sociedade organizada daquela Capital. Na ocasião travamos um riquíssimo debate, com a importante participação da ex-Prefeita de Maceió, Kátia Born, e de várias mulheres da Capital amazonense, inclusive mulheres indígenas.

Ontem realizaram-se passeatas, uma sessão solene na Assembléia Legislativa, e culminamos todas as atividades com a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em Manaus, o que para nós representa uma grande conquista, porque o projeto de lei para a criação do Conselho da condição feminina foi apresentado por mim quando Vereadora daquela cidade, em 1989. Conseguimos



aprová-lo 10 anos depois, em 1998, mas só agora conseguimos sensibilizar o recém-eleito Prefeito Serafim Corrêa, do Partido Socialista Brasileiro, a instalar esse importante instrumento de defesa dos direitos da mulher, que colaborará, sem dúvida alguma, para a elaboração de políticas públicas para Manaus.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar nesta Casa o Prefeito de Manaus, que, acatando a reivindicação do movimento feminista da nossa cidade, fez cumprir a lei e no dia de ontem, em nossa homenagem, instalou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.



---

Documento 97/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-16:32

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5476 ADELOR VIEIRA-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do 154º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Extinção da desigualdade salarial contra a classe feminina no mercado de trabalho.

---

O SR. ADELOR VIEIRA (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, minha cidade, Joinville, completa hoje 154 anos de emancipação. Muitos cobram minha presença nas festas de comemoração juntamente com o Prefeito Marcos Tebaldi. Em função de compromissos e da pauta de hoje, preferi ficar na Casa para desempenhar meu trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres estudam mais, trabalham igual e recebem menos. Isso é o que indicam números do IBGE. Elas recebem 30% menos que os homens no seu labor diário. No Sul, as desigualdades são maiores: recebem 41% a menos, enquanto na Paraíba a diferença cai para 14%.

Não só na hora de receber salários as mulheres estão em desvantagem. Sua trajetória profissional também costuma ser marcada por menor ocupação de cargos em comando ou chefia. Também não é por falta de estudo que ganham menos. Em 2003, a síntese dos indicadores sociais revelou que estudam, em



média, 7 anos, ao passo que os homens, 6,8 anos. Os mesmos indicadores registram que cerca de 55% das mulheres inseridas no mercado de trabalho apresentam pelo menos diploma de ensino fundamental. Entre os homens, o índice é de apenas 45%.

Felizmente, Sr. Presidente, esse comportamento vem se modificando e as diferenças vêm diminuindo gradativamente. No momento em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, associo-me a todas as homenagens que já se fizeram na Casa, desejando às mulheres os mais sinceros votos de felicidades, na certeza de que muito em breve teremos muitas conquistas a comemorar porque, sem elas, que têm o dom de gerar vida, não estaríamos aqui.

Muito obrigado.



---

Documento 98/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:24

Publ.: DCD - 29/03/2005 - 8906 DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Extinção de discriminações e da violência contra as mulheres.

---

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA.) - Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para saudar as donas de casa que ocupam as galerias deste plenário para acompanhar a votação da PEC Paralela, com o intuito de verem reconhecidos seus direitos. Nada mais apropriado do que esta Casa votar o direito à inclusão social previdenciária das donas de casa exatamente na semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a busca permanente do aperfeiçoamento das sociedades e de suas relações no complexo mosaico da vida tem sido um árduo caminho percorrido pelos povos ao longo da história.

Os novos tempos trouxeram como marca a universalização dos direitos humanos, sustentando a dignidade da pessoa humana na liberdade conjugada com a igualdade. Para simbolizar a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, comemora-se, em todo o mundo, no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher.



A história de resistência das mulheres levou a humanidade a iniciar um novo ciclo diante da constatação de que ela consolidou a igualdade de direitos e continua ampliando, dia a dia, o movimento pela igualdade efetiva na vida, nos espaços que vão sendo conquistados.

Constitui, assim, data especial que sugere o exercício de profunda reflexão histórica sobre a trajetória de ascensão social e de conquista de direitos da mulher no Brasil e em todas as sociedades. Mas também é uma comemoração que chama a atenção para o papel e para a dignidade da mulher e que nos leva a uma tomada de consciência do valor da pessoa, contestando e revendo preconceitos que ainda vêm sendo impostos a ela.

As mulheres já venceram barreiras culturais e conquistaram o direito ao voto, maior acesso ao mercado de trabalho, à cultura e à atividade política, maior liberdade nos relacionamentos afetivo-sexuais, entre tantas conquistas de espaço e de direitos importantes. No entanto, ainda se perpetuam intensas desigualdades sociais no cotidiano feminino.

Essas discriminações vêm sendo enfrentadas há tempos, não só aqui, mas em todo o mundo. O Dia Internacional da Mulher está exatamente ligado aos movimentos socialistas feministas do final do século XIX e início do XX, que reivindicavam a igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas da sociedade.

Em 8 de março de 1922, foi oficializado o Dia Internacional da Mulher, em homenagem as 129 operárias têxteis mortas em 1857, em Nova Iorque, por reivindicarem melhores condições de trabalho, depois de terem sido trancadas dentro de uma fábrica e queimadas vivas.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, no Brasil, apesar de a Constituição de 1988 afirmar a igualdade de todos perante a lei, subsiste a distância entre a declaração formal e a percepção social da igualdade nas diversas instâncias da vida social. Apesar dos inegáveis avanços do movimento de mulheres, o imaginário social brasileiro ainda é marcado pela visão da mulher como uma cidadã de segunda categoria.



Entre a grande variedade de problemas vivenciados pelas mulheres, poderíamos apontar a abominável prática de violência física e psicológica; o tráfico e a exploração sexual; a reduzida participação nos mecanismos de poder; o racismo; a xenofobia.

As segregações são facilmente comprovadas. De acordo com o IBGE, as mulheres brasileiras ganham, em média, 60% a menos que os homens. E apesar da crescente participação no mercado de trabalho, elas ainda enfrentam as maiores taxas de desemprego, além de estarem mais sujeitas a contratações vulneráveis e sem proteção e direitos garantidos.

Outra realidade cruel é que elas não possuem uma assistência integral para a saúde. Dados do Ministério da Saúde revelam que, todos os anos, 1 milhão de brasileiras recorrem ao aborto clandestino.

Em âmbito mundial, segundo o Sexto Relatório Global sobre Crime e Justiça, da ONU, mais de 114 milhões de mulheres no mundo sofreram algum tipo de mutilação sexual; elas representam dois terços dos analfabetos adultos recenseados pela UNESCO e formam 73% da população mundial de miseráveis.

Porém, do mergulho nesse mar de contradições, as mulheres emergem sempre mais fortes, ousando ofertar um projeto de radicalização democrática ao Estado e à sociedade. Radicalização democrática que tem como princípios fundamentais a igualdade, a diversidade, a participação e a liberdade.

Portanto, na comemoração do 8 de março, dedicado internacionalmente à mulher, ratificamos a crença de que breve será o desfecho da luta, em todo o mundo, pela igualdade dos direitos que justificam a individualidade humana. Essa é a nossa esperança.

Sr. Presidente, para que as brasileiras possam comemorar esse dia não apenas com homenagens simbólicas, reafirmamos o nosso compromisso para com a promoção de uma cultura fundada nos direitos humanos universais, na crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório, do ponto de vista econômico, social e ético, na luta contra todas as formas de opressão, intolerância, e discriminação de gênero, enfim, um mundo de igualdade para todas e todos.

Saúdo todas as mulheres do Brasil. (Palmas nas galerias.)



---

Documento 99/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:56

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5453 CARLOS MOTA-PL -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem à mulher brasileira.

---

O SR. CARLOS MOTA (Bloco/PL-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há exatos 148 anos um incêndio pôs fim à vida de cerca de 130 mulheres, que, presas numa fábrica em um subúrbio de Nova Iorque, protestavam contra as condições desumanas de trabalho que lhes eram impostas.

Submetidas a jornadas diárias de mais de 16 horas, as operárias americanas recebiam um terço dos valores pagos a seus colegas do sexo masculino, e por isso, deram início a uma greve que terminou de maneira trágica.

Mais à frente, em 1910, na Dinamarca, uma conferência que reuniu militantes femininas de várias partes do mundo resolveu instituir o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Hoje, tantos anos depois, Sr. Presidente, faço questão de subir a esta tribuna para prestar homenagem às colegas Parlamentares com quem divido o dia-a-dia de trabalho neste Congresso e também a todas as mulheres brasileiras: mães, donas-de-casa, operárias, executivas, trabalhadoras rurais e outras tantas que,



multifacetadas nos inúmeros papéis que têm a cumprir, participam da construção da história deste País.

Entender a história feminina, seja no Brasil, seja em qualquer outra nação do mundo, é entender um percurso de luta e perseverança. Historicamente confinada em seu espaço doméstico, à mulher muito pouco restava senão os cuidados com a casa e com os filhos. Guardiã do patrimônio familiar, a ela era negada qualquer oportunidade que lhe permitisse participar da condução política do País.

Na Câmara dos Deputados, coube a Carlota de Queiroz e Berta Lutz dar início à trajetória hoje seguida pelas colegas aqui presentes. Minas Gerais, meu Estado, teve como primeira representante a Deputada Nysia Carone. Entretanto, nem só por meio da política as mineiras influenciaram os destinos do País. Berço de talentosas mulheres, dotadas de forte personalidade, como Xica da Silva, Dona Beja e Bárbara Heliodora, e mais recentemente Adélia Prado, Minas Gerais contou com o brilho de inúmeras outras personalidades, cujos nomes não me seria possível citar em razão do pequeno espaço de tempo de que disponho. Gostaria, entretanto, de ressaltar o trabalho da farmacêutica Helena Greco, que, avançada para seu tempo, lutou com ardor pela causa dos direitos humanos, pelo fim da tortura, pela anistia geral, ampla e irrestrita, e ainda contra a exploração da mão-de-obra infantil.

O grande mérito do trabalho de mulheres como essas foi, sem dúvida, a princípio timidamente e, depois, com mais intensidade, descortinar séculos de sujeição doméstica para que a mulher se firmasse como agente político, dona de sua própria certidão de cidadania.

É de justiça, entretanto, lembrar, Sr. Presidente, a massa de mulheres que ainda hoje - exercendo funções semelhantes - recebe salários inferiores a de seus pares masculinos; submete-se a condições desumanas de trabalho e sofre todo tipo de discriminação. Tal realidade é por demais significativa para que fechemos os olhos e não nos levantemos desta tribuna a fim de chamar a atenção para a necessidade de analisarmos com extremo cuidado as matérias que aqui tramitam, que possibilitem extirpar definitivamente qualquer tipo de discriminação que porventura ainda sofram as mulheres.



Lutar por um espaço de igualdade é, na verdade, o maior tributo que nossa sociedade e este Congresso podem prestar à causa feminina; espaço pelo qual, na realidade, as mulheres nem precisariam lutar, já que, por direito, por elas já foi meritoriamente conquistado.

Peço por fim licença poética e dirijo-me às colegas parlamentares da bancada feminina desta Casa - e aqui me permito incluir a Deputada Francisca Trindade, de quem lamentavelmente fomos privados do convívio. Portanto, às mulheres de meu Estado, Minas Gerais, e, particularmente, de minha cidade Minas Novas, bem como a todas as mulheres brasileiras, recito os versos encantados de Cora Coralina:

"Vive dentro de mim  
a lavadeira do Rio Vermelho,  
seu cheiro gostoso de água e sabão.

Vive dentro de mim  
a mulher cozinheira:  
Pimenta e cebola.

Vive dentro de mim  
a mulher do povo,  
a mulher roceira:  
enxerto de terra.

Todas as vidas dentro de mim."

A todas as mulheres do Brasil, às marias, anas, franciscas, josefas - não importa o nome de batismo - que, independente da tarefa que realizam, guardam em si "a estranha mania de ter fé na vida", o meu profundo respeito e homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.



---

Documento 100/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:46

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5441 TEREZINHA FERNANDES-PT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Saudação às mulheres donas-de-casa presentes nas galerias. Apoio à proposta de emenda à Constituição sobre a reforma previdenciária, a chamada PEC Paralela, especialmente quanto ao dispositivo referente à concessão do benefício de aposentadoria às donas-de-casa. Homenagem às mulheres brasileiras, particularmente as do Estado do Maranhão, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

---

A SRA. TEREZINHA FERNANDES (PT-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, saúdo esta caravana de mulheres que representam hoje os mais diversos Estados brasileiros que lutam pela aposentadoria para as donas-de-casa. Acredito que a aprovação da PEC Paralela e deste projeto representa o pagamento de mais uma dívida que o País tem para com as donas-de-casa, com as mulheres que lutam contra a violência em suas casas, as meninas e adolescentes que sofrem com o abuso e a exploração sexual. Trata-se, de fato, de uma dívida muito grande do País para com as mulheres.

A aprovação deste projeto é muito importante não apenas para as donas-de-casa, mas também para todas as mulheres brasileiras e para o Brasil. Em nome delas,



que aqui estão, e da Deputado Luci Choinacki, autora do projeto que prevê aposentadoria para a dona-de-casa, quero homenagear todas as mulheres brasileiras pelo dia 8 de março, em especial as mulheres do meu Estado, o Maranhão, que também sofrem muita discriminação.

Parabéns a essas mulheres guerreiras que estão lutando por seus direitos!  
(Palmas nas galerias.)



---

Documento 101/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:56

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5464 JEFFERSON CAMPOS-PMDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Realização da 54ª Convenção Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância do combate à discriminação socioeconômica e cultural contra a mulher. Iniciativas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva em prol do setor produtivo e da modernização industrial. Crescimento do interesse de empresas estrangeiras por investimentos no País. Defesa da instalação de unidade industrial da multinacional japonesa Toyota no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

---

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PMDB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho o prazer de comunicar aos nobres colegas deste Parlamento a realização da 54ª Convenção Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, presidida pelo ilustre Reverendo Mário de Oliveira, dedicado ministro do Senhor Deus, que, com competência ímpar, já exerceu 2 mandatos consecutivos e dirige, com o mesmo otimismo, o primeiro ano do seu terceiro mandato.



Esse evento será realizado nos dias 28, 29 e 30 de julho do corrente ano, no Centro de Convenções da cidade de Foz do Iguaçu, interior do Paraná, e vai contar com as presenças de ministros, aspirantes, obreiros credenciados e outras oriundas das 5 macrorregiões do País: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Durante esse importante conclave cristão, defenderemos os seguintes pontos: direito à dignidade, à cidadania e à justiça social; direito à educação religiosa; exercício da ética pelos políticos, administradores de governo, executivos, profissionais liberais, trabalhadores e desocupados; preservação dos recursos naturais, cooperação, moradia e alimentação para os menos favorecidos; melhoria dos serviços de saúde e segurança pública para todos. Vamos, sobretudo, saudar Jesus Cristo, o único Salvador da humanidade!

Segundo pesquisas desenvolvidas pela neurolingüística, a palavra sozinha representa apenas 7% da nossa capacidade de comunicação; a inflexão de voz, 38%; e a fisiologia, compreendida por conduta, postura, gestos, movimentação corpórea, expressão fisionômica e visual, 55%.

Ungidos pela bênção do Senhor, nossos missionários adotam a palavra, a inflexão de voz e a fisiologia como instrumentos para atrair novos cristãos, para reavivar a fé por meio de pregações que fortalecem as virtudes humanas, para apresentar suas súplicas em favor dos fiéis e para louvar com cânticos as graças recebidas, pois tudo que é feito dessa forma traz melhores benefícios à população.

Desistir na primeira entrevista para conquistar um irmão não faz parte do repertório e do comportamento de nossos pastores, que acreditam nas Sagradas Escrituras e não medem esforços para divulgá-las e colocá-las em prática para o bem-estar das pessoas.

Nossos aspirantes não priorizam o poder. Como servos do Senhor, são pró-ativos, disciplinados, autoconfiantes, respeitados e não perdem tempo em executar suas tarefas e missões com entusiasmo.

Cotidianamente, nossos obreiros praticam as lições descritas na Bíblia, são bem recebidos ao freqüentarem nossos templos, participam de cursos, pedem



aconselhamentos para seus desconfortos e orientações para suas dúvidas e jamais tomam decisões a partir de palpites de terceiros.

A nossa Igreja do Evangelho Quadrangular encontra-se em parte significativa de nossos Municípios. É composta por missionários, pastores, aspirantes, obreiros e fiéis, irmanados na busca da verdade, vivendo sob a proteção da luz divina. Realizam obras de caridade e todos são vocacionados a servir a Deus.

Estaremos em Foz do Iguaçu para agradecer as bênçãos de Jesus Cristo, que tem iluminado nossos caminhos; para refletir sobre nossos projetos de vivência cristã; para repensar as soluções, objetivando superar nossas dificuldades básicas; e sobretudo para orar em favor das autoridades constituídas, para que usem seus talentos, seus cargos com espírito público, transparência e zelo, a fim de que possam amenizar injustiças que ferem a civilidade e adotar providências que eliminem as desigualdades raciais, culturais, sociais e econômicas. Assim, todos seremos cidadãos de primeira categoria e permaneceremos longe do egoísmo, da incredulidade, do analfabetismo e da miséria.

Bem-vindos são os nossos missionários, pastores, aspirantes, obreiros e fiéis, que vêm, em nome do Senhor, para louvar Suas mensagens, Suas lições, Seus cânticos e especialmente Seu amor, para uma coexistência pacífica entre irmãos na Terra, para a salvação dos povos e para a conquista do Reino dos Céus.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, importante seria que a mulher tivesse a concepção, a gestação e o parto conscientes, isenta da ignorância, da miséria, da discriminação, da desigualdade e da violência, tanto em países desenvolvidos quanto em nações pobres.

Milhares de mulheres morrem no momento do parto; outras conseguem sobreviver, mesmo num mundo globalizado, mas muitas vezes desnutridas, humilhadas pelo subemprego, agredidas por aviltantes salários, desestimuladas por falta de assistência à educação, à qualificação profissional e à cidadania.

Recordo-me das palavras da brasileira Leila Diniz, que morreu precocemente: "Viver intensamente é você chorar, rir, sofrer, participar das coisas, achar verdade



nas coisas que faz. Encontrar em cada gesto da vida o sentido exato para que acredite nele e o sinta intensamente".

É necessário que as cidadãs continuem a sonhar, buscar seus reais desejos, concretizar seus compromissos, reerguer-se de situações desconfortantes, superar seus erros e viver intensamente com alegria, fé em Deus, ultrapassando desafios e usufruindo suas vitórias ao lado de familiares, companheiros, colegas e amigos.

Que as mulheres continuem encarando seus medos e a chaga dos preconceitos, demonstrando sua capacidade laboral. Que, iluminadas, mostrem o coração de mãe, a paciência de esposa, a dedicação ao exercitar seu trabalho, a eficiência da feminilidade e, sobretudo, as virtudes dos seres humanos que são.

Em 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Formulo votos para que elas possam continuar suas jornadas na construção de um Brasil fraterno e justo, humano e economicamente forte, onde haja liberdade de expressão, respeito. Espero que tenham o reconhecimento que merecem, pois sempre lutam e provam que são capazes e dotadas de imensurável inteligência, e oportunidades de competir com igualdade, como todos.

Sr. Presidente, se 44% delas trabalham, 20,4% têm 11 ou mais anos de estudo em relação aos 17,5% dos homens; 55% acreditam que a mulher é mais competitiva; 6 em cada 10 trabalhadoras consideram sua ocupação apenas como emprego, não como carreira. Assim, elas estão conquistando escalas administrativas e espaços políticos sem ferir companheiros e colegas, graças a seu esforço e dedicação.

Saúdo as mulheres paulistas e todas as brasileiras que complementam os homens, que se adiantam em profícuas atitudes de liderança do casal. Parabenizo as mães que geram, nutrem, educam e dão brilho ao seio familiar, que demonstram amor ao próximo, que são caridosas na sociedade. Espero que continuem seus afazeres com sublimidade, em favor de uma sociedade mais humana.

Que Deus continue a iluminá-las!

Passo a abordar outro assunto.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o investimento produtivo e a modernização industrial contam com o estímulo do ilustre Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que vem adotando medidas para desoneração dos bens de capital por meio da redução da alíquota do IPI; da diminuição do prazo para aproveitamento de crédito do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS; do desconto da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL na depreciação constante para bens de capital; no abatimento do IPI para máquinas sem similar nacional; na ampliação do período de apuração do Imposto de Produto Industrializado; na oferta de expressivo volume de crédito do BNDES; e na melhoria da infra-estrutura para exportações.

Essas e outras medidas que estão sendo estudadas propiciarão a entrada de novos investimentos estrangeiros. Eles promoverão o incremento da atividade industrial, que gera ocupação, emprego, renda, tributos e divisas, enormemente importantes para alavancar o desenvolvimento socioeconômico do País.

São inúmeras as empresas de Nações irmãs que estão interessadas em investir no Brasil, devido à consolidação do regime democrático, aos recursos naturais abundantes, às universidades atualizadas, à logística aprimorada, ao turismo promissor e, principalmente, a um grande mercado consumidor.

Tomei conhecimento, pela mídia, de que a tradicional empresa japonesa Toyota pretende instalar mais uma unidade industrial em nosso País para fabricar novos modelos mais baratos para a classe média, até o ano 2010. Atualmente, essa montadora detém 3,2% do mercado de carros no Brasil. Com essa nova planta de indústria, espera-se atingir 10% dos negócios automobilísticos.

Desde que começou suas operações industriais no País, em 1958, a Toyota teve seu ponto alto de desempenho em 2004, quando vendeu 53 mil veículos montados no Brasil - 31% a mais do que em 2003. E quase 5 mil carros foram exportados para as demais Nações membros do MERCOSUL - Argentina, Uruguai, Paraguai e outros países do planeta. Houve avanço no mercado externo de 81%.



O Brasil tem População Economicamente Ativa de 87 milhões de trabalhadores. Vale mais do que muitas pesquisas de opinião ou estudos com vários argumentos. Na qualidade de Deputado Federal, representante da população de Sorocaba, no interior de São Paulo, desejo oferecer para os executivos da Toyota o nosso fértil solo sorocabano como local para instalação de sua futura fábrica.

Localizado em posição estratégica, a 96 quilômetros da Capital paulista, com o passar dos anos nosso Município tornou-se marco para negócios, ponto de passagem para visitantes e eixo econômico entre as Regiões Sul, Nordeste e Norte, apresentando superfície de 456 quilômetros quadrados e uma população superior a 550 mil habitantes.

Acredito que a Toyota tenha utilizado sua inteligência, além do feeling de seus dirigentes, para optar por uma nova fábrica no Brasil. Nosso País retoma o crescimento econômico, possui fantástico mercado consumidor, profissionais habilitados, notável contingente de mão-de-obra e tende a modernizar a sua legislação trabalhista, que é de 1943.

Segundo o escritor Claude Bernard, "a experiência é uma observação provocada com o fim de fazer nascer uma nova idéia".

No Brasil, essa conceituada empresa japonesa pretende, com uma nova idéia, criar modelos de veículos mais competitivos para o mercado doméstico e para exportações.

Que Sorocaba seja a escolhida por nossos irmãos japoneses!

Sr. Presidente, solicito a V. Exa., que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa.

Muito obrigado.



---

Documento 102/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-14:16

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5422 FERNANDO CORUJA-PPS -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Relevância de criação, pela Casa, de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação do caso relativo à intervenção no Banco Santos S/A. Necessidade de revisão do pacto federativo. Defesa de apreciação, pela Casa, da proposta de reforma tributária, em especial o dispositivo pertinente ao aumento de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Aspectos econômicos, políticos e sociais da má distribuição de terras no Brasil. Conseqüências da morosidade da implementação da reforma agrária. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Lançamento da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, em São Paulo, Estado de São Paulo. Combate à discriminação no mercado de trabalho e à violência contra a mulher.

---

O SR. FERNANDO CORUJA (PPS-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero reforçar o pronunciamento do nobre Deputado Edison Andrino. Juntamente com os Deputados Luiz Carlos Hauly e Paulo Rubem Santiago, estamos propondo a criação de uma CPI para investigar a fundo a grave questão que envolve o Banco Santos, tendo em vista que este País já teve seu sistema financeiro quebrado certa vez. À época, houve aporte de recursos



públicos extremamente grande para salvar o sistema financeiro, e agora há sinalização de que algumas coisas começam a acontecer. Temos de cortar o mal pela raiz, para que essa situação anterior não volte a ocorrer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o assunto que me trouxe à tribuna nesta tarde diz respeito à reforma tributária, matéria constante da pauta de hoje. Quero falar mais especificamente sobre a marcha dos Prefeitos, que buscam a aprovação da parte que aumenta a alíquota do FPM em 1% para os Municípios.

O art. 1º da Constituição diz que o Brasil é uma Federação e que o Município é um de seus entes. Isso não é comum. Talvez o Brasil seja o único país em que a Federação seja composta por União, Estados, Municípios e o Distrito Federal.

Os Municípios, com a Constituição, começaram a ganhar grandes atribuições nas áreas de saúde, educação e em tantas outras. Ao longo do tempo, a partir da Constituição de 1988, a Federação foi sendo mudada. Uma federação é feita de competências e de receitas, e essas foram sendo lentamente transformadas em arrecadação de tributos, que são repartidos - conforme a Constituição, há uma repartição tributária -, tributos que são na sua maioria contribuições arrecadadas pela União.

Houve grande processo de concentração de renda. Aliás, o Brasil tem-se submetido, ao longo da história, a este processo: ora a Federação concentra recurso da União, ora desconcentra. O que aconteceu com a Constituição de 1988, para usar a terminologia mais correta, é que houve descentralização dos recursos, que foram para Estados e Municípios.

Está na hora de este Congresso, responsável pelo pacto federativo, reavaliar essas questões. Não será apenas o aumento de 1% no FPM que solucionará o problema. É preciso fazer ampla mudança no pacto federativo, a fim de que a União saia um pouco da atividade-fim e arrecade menos e isso seja transferido para Estados e Municípios. É claro que esbarramos no modelo econômico brasileiro, que criou uma dívida enorme. Ninguém consegue entender como arrecadamos parcela alta de recursos, mais de 300 bilhões, e gastamos, a cada ano, mais de 130 no financiamento dos juros e da dívida.



Quando se fala em aumentar tributo, logo vem este questionamento: mas para que aumentar tributo se estamos apenas desviando esses recursos para o sistema financeiro, que enriquece cada vez mais? Está presente o Deputado Nazareno Fonteles, do PT, um dos críticos do modelo atual, que aqui se tem pronunciado repetidamente sobre o assunto.

Por isso, devemos, sim, apreciar a reforma tributária, e defendo que a votemos toda, porque dentro dela há outras questões - alíquotas de ICMS, unificação, mudança do modelo da origem para o destino. Agora, considerando a hipótese de não ser possível, protocolei requerimento na semana passada para que seja votado separadamente o aumento do FPM. Defendo a tese da votação total da reforma tributária, mas o Governo não pode, a pretexto de aprová-la, não cumprir o compromisso que o próprio Presidente Lula assumiu. O que está acontecendo não é uma marcha dos Prefeitos, mas dos Municípios. O Prefeito representa um ente da Federação e sua população.

Por isso pedirei apoio no momento adequado para, se não for possível votar a reforma tributária toda, que se vote o requerimento para desmembrar a parte que diz respeito ao FPM, o que, quem sabe, pode acontecer ainda hoje.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo agora abordar outro tema. A má distribuição de terras no Brasil tem razões históricas, e a luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra.

A montagem de uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável não pode mais ser adiada. Em 2004, o Governo Federal assentou apenas 81.254 famílias de sem-terra, abaixo da meta de 115 mil, que, na avaliação do MST, já era modesta. Em 2003 não fora diferente: 36 mil famílias assentadas, enquanto a meta era de 60 mil.

Quanto mais tempo a reforma agrária demora e mais intensa fica a pressão por sua realização, os riscos para quem mora no campo - com ou sem terra para plantar - invariavelmente aumentam. A violência no campo já deixou centenas de



vítimas no País nos últimos anos, e as mortes se acumulam em ambos os lados, tanto entre fazendeiros e seus capatazes como entre os sem-terra. Entre 1985 e 1989, quando a UDR tornou-se nacionalmente conhecida, as mortes chegaram a 640, um recorde. De 1996 até meados de 2003, o saldo foi menor, mas ainda assustador: mais de 200 pessoas morreram no campo. Entre as vítimas estão crianças e idosos. O covarde assassinato da irmã Dorothy, recentemente, chocou o mundo. Mas, infelizmente, não pode ser considerado surpresa. Um ambientalista também foi morto no final de fevereiro, no Rio de Janeiro.

Multiplicam-se os conflitos de terra, crescem os bolsões de miséria nas cidades, acentua-se o desabastecimento da população. A modernização do Brasil exige, não por último, a reorganização de sua estrutura fundiária. Outro mundo tem que ser construído.

Há outros sinais concretos de que a reforma agrária brasileira funciona equivocadamente. Apenas um quinto dos que recebem terra consegue gerar renda suficiente para se manter no campo, de acordo com informações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Os outros abandonam a terra num período máximo de 10 anos. Há muitas maneiras de se fazer a reforma agrária - e a sangrenta, definitivamente, não é a mais eficaz. A criação de um crédito fundiário, a tributação e o subsídio, uma política agrária voltada aos interesses dos pequenos produtores poderá ser instrumento mais eficaz do que litigiosas desapropriações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo ainda cuidar de outro assunto. Ontem, 8 de março, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Trata-se de uma data socialista. Uma greve de mulheres começou a primeira fase da Revolução Russa de 1917. Foi em 23 de fevereiro daquele ano. Na verdade, essa data correspondia, no calendário russo, ao 8 de março no calendário ocidental. Nesse dia, começou uma greve de tecelãs e costureiras da cidade de Petrogrado. O movimento aconteceu contrariando a orientação do Partido Bolchevique, que achava que não era hora de fazer greve. O partido estava errado. As operárias estavam certas. Essa paralisação provocou o começo da primeira fase da Revolução Russa. Era a Revolução de Fevereiro, em que o poder do czar foi



substituído por um governo republicano. Em outubro de 1917, viria a revolução socialista, em que os operários tomariam o poder.

É preciso aprender com a história. Aquelas mulheres souberam a hora exata de agir. Nem sempre os dirigentes dos partidos sabem mais que os trabalhadores e trabalhadoras em luta.

Em nosso País, as mulheres vão comemorar o Dia Internacional da Mulher lançando, em São Paulo, A Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade. Esse documento foi lançado pela primeira vez durante o Fórum Social Mundial 2005. Agora, as mulheres de todo o Brasil trabalham em suas regiões para construir agendas de mobilização e ações a partir dos valores expressos no documento. Precisamos lançar um olhar demorado a essa carta, ouvir o que as mulheres têm a dizer.

Sabemos que a situação da mulher no mundo inteiro é preocupante.

Relatório sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas confirmou que as mulheres representam 70% do total dos que vivem em situação de miséria absoluta; são dois terços dos analfabetos; sua carga horária diária de trabalho é aproximadamente 13% superior à dos homens; nas áreas rurais, gastam em média 20% mais tempo que os homens no trabalho; embora representem mais de 50% da mão-de-obra no campo, recebem menos de 10% do crédito rural disponível; seu salário é, em média, 25% menor que o dos homens.

Em nosso País, apesar de representarem mais da metade da população, cerca de 42% do mercado de trabalho e serem responsáveis pelo sustento de, aproximadamente, um terço das famílias, as mulheres são as mais atingidas pelo desemprego e pelo crescimento do setor informal da economia. Entre as que estão inseridas no mercado de trabalho formal, concentram-se nos postos de trabalho mais desqualificados, nas funções de menor prestígio social e com menor remuneração.

Segundo o IBGE, o rendimento médio dos homens é de 3,2 salários mínimos, enquanto o das mulheres fica em 1,4 salário. Discriminação no trabalho, dupla ou tripla jornada, altos índices de mortalidade materna, violência também dentro de casa são alguns dos problemas que ainda precisam ser enfrentados para a



conquista da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, condição fundamental para o pleno exercício da democracia.

Muito obrigado.



---

Documento 103/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:36

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5440 LOBBE NETO-PSDB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

#### Sumário

Elogio à Desembargadora Ana Pimentel pela instalação da 2ª Vara Federal, do Juizado Especial e do novo Fórum da Justiça Federal na região central do Estado de São Paulo. Avanços da Casa na aprovação do projeto de lei de biossegurança. Conveniência da inserção de matéria sobre regulamentação da profissão do trabalho doméstico na Proposta de Emenda à Constituição nº 227, de 2004. Apoio à elevação do percentual do repasse do Fundo de Participação dos Municípios. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para cumprimentar a Desembargadora Ana Pimentel. Na última segunda-feira, S.Exa. esteve na cidade de São Carlos para instalar a 2ª Vara Federal, o Juizado Especial e o novo Fórum da Justiça Federal naquela região central do Estado de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos nobres Parlamentares que aprovaram nesta Casa o projeto de lei que ampliou as Varas Federais de São Paulo e Mato Grosso, medida necessária para que a interiorização da Justiça



atendesse aos anseios da população e agilizasse as demandas e os processos. Com isso, cada vez mais o cidadão daquela região será atendido.

Agradeço também ao Relator, Deputado Coriolano Sales, do PFL da Bahia, por seu empenho, ajuda, dedicação e por aceitar nossa emenda de plenário, incorporando-a ao projeto. Agora, vemos o resultado: na última segunda-feira, mais uma vara federal foi criada para a região central de São Paulo, atendendo a vários Municípios do Estado.

Agradeço ao Ministro Jorge Scartezini, do Superior Tribunal de Justiça, a presença, como também ao Dr. Márcio Mesquita, Diretor daquele Fórum de Justiça. Esperamos que, com isso, a tramitação de demandas na Justiça Federal seja mais ágil.

Cumprimento a Mesa Diretora desta Casa, Sr. Presidente, nosso 1º Secretário Inocêncio Oliveira, pela agenda positiva da Câmara Federal. Graças a ela, na última semana o projeto de lei da biossegurança foi aprovado.

Hoje trabalharemos para aprovar projetos de interesse dos Prefeitos Municipais e de vários segmentos da sociedade, inclusive de um que está aqui representado e que ontem recebeu muitas homenagens: a mulher brasileira.

O trabalho da doméstica, daquela que cuida dos afazeres do lar, daquela que está sempre presente no nosso dia-a-dia precisa ser reconhecido através da PEC Paralela. A Mesa Diretora incluiu a matéria na pauta. Aguardaremos sua votação.

Espero também aprovar o acréscimo de 1% para o Fundo de Participação dos Municípios, a fim de que os Prefeitos disponham de um pouco mais de recursos para atender às suas demandas.

Sr. Presidente, parablenizo as mulheres pelo seu dia e espero que também hoje seja um grande momento para a votação da PEC Paralela. Façamos justiça à mulher brasileira.

Muito obrigado.



---

Documento 104/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-14:04

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5418 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Elevado número de mulheres assassinadas no Estado de Pernambuco, segundo pesquisa do Departamento Policial da Mulher.

---

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi comemorado em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher. Na tribuna desta Casa, muitos Parlamentares se revezaram para fazer justas homenagens às nossas queridas mulheres.

No entanto, tenho a dizer que um dado estarrecedor tem inquietado toda a sociedade pernambucana. Pesquisa inédita divulgada pela equipe do Departamento Policial da Mulher - DPMUL revelou que a pernambucana está sendo vítima de homicídio por motivo fútil.

Isso significa que até mesmo não colocar o jantar para o marido na hora certa ou estar fora de casa no momento em que o companheiro chega podem ser as causas dos assassinatos. O fato chama a atenção porque é mais um indicativo de que a mulher está sendo morta dentro de casa (56,67%) e pelo próprio companheiro ou ex-companheiro (40%).



O estudo foi feito com base em amostragem de 30 homicídios ocorridos nos meses de junho, julho e agosto do ano passado e revela outros dados que chamam a atenção.

Na maioria das vezes, a vítima é de cor branca (66,67%) e as mulheres também são mães (73,33%). Surpreendente é a quantidade de mulheres brancas; mesmo quando se junta o percentual de mulheres pardas e negras, não se chega ao número de vítimas brancas.

A pesquisa apurou ainda que o número de casos acontecidos nos domingos é de 40%. Essas mortes não ocorrem de madrugada, e sim entre 18h e 20h, o que indica que podem resultar de uma bebedeira do marido da vítima.

Os autores das mortes estão quase sempre munidos com armas de fogo (63,33%) e, na maior parte das vezes, têm entre 18 e 35 anos (82,37%). São homens em idade de plena atividade; contudo, estão desocupados, e 60% têm só o 1º grau completo.

Outro dado grave é que, em 86% dos casos, as mulheres sofreram agressão física antes de serem mortas e, em 20%, foram vítimas de agressão sexual. No ano passado, aconteceram 255 homicídios de mulheres em Pernambuco. Em janeiro deste ano, já foram notificados 24 assassinatos de mulheres.

Isso quer dizer que, apesar dos avanços em seus direitos, as mulheres têm muito a conquistar. Cabe-nos lutar por um mundo mais justo para elas em todas as áreas e funções.

Fazemos uma grande festa em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, mas não damos apoio à segurança pública e aos meios sociais para evitar essa carnificina levada a efeito pelo homem contra a mulher.

É preciso que se dê um basta a essa situação!



---

Documento 105/113

---

021.3.52.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2005-15:48

Publ.: DCD - 10/03/2005 - 5441 LUCIANA GENRO-SEM PARTIDO -RS  
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Saudação às mulheres brasileiras, especialmente às donas-de-casa, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Apoio à proposta de concessão de benefício social às donas-de-casa com mais de 60 anos. Resposta a referência feita pelo Presidente Lula no Dia Internacional da Mulher. Pretensão da mulher brasileira à Presidência da República. Inserção nos Anais do Ato Convocatório para ato nacional contra as propostas governamentais de reforma sindical e trabalhista, a realizar-se no Auditório Nereu Ramos, na Casa. Registro de carta dos servidores do IBAMA, divulgada por ocasião do Dia Nacional de Luta em defesa da Instituição.

---

A SRA. LUCIANA GENRO (Sem Partido-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, faço uma saudação especial a todas as mulheres do Brasil, particularmente às donas-de-casa que, nas galerias, estão prestigiando nossa sessão.

Sras. e Srs. Deputados, no Dia Internacional da Mulher o Presidente Lula disse esperar que as mulheres não "não sejam desafortadas e não comecem a pensar logo na Presidência da República". Quero então aproveitar esta ocasião para



dizer, em primeiro lugar, que somos, sim, vítimas de muitos desaforos! O desaforo de uma sociedade hipócrita que concede igualdade formal às mulheres, mas permite que ganhem salários em média 43% inferiores aos dos homens que ocupam a mesma função; o desaforo de sermos obrigadas à conviver com a violência doméstica praticada por pais, maridos, irmãos, padrastos, ou qualquer um que se julgue nosso dono e senhor; o desaforo de termos que enfrentar o assédio sexual ou moral de nossos chefes, que nos chantageiam por sexo em troca de emprego; o desaforo de não ter liberdade sobre nosso próprio corpo e sermos obrigadas, por exemplo, a dar continuidade a uma gestação de um feto morto. Ah! se fossem os homens que dessem à luz, certamente o STF não teria negado o direito de interrupção de uma gravidez de feto anencéfalo, como o fez no final do ano passado! E mais os desaforos da dupla jornada de trabalho, da falta de creches para nossos filhos, da discriminação para conseguir um emprego!! E tantos outros desaforos, muitos deles partilhados com os homens, nossos companheiros de desemprego: o desaforo de ver a precariedade dos serviços públicos, de ver o País entregue às grandes corporações e bancos internacionais; o desaforo de ver o Presidente da República, ex-metalúrgico e líder sindical, destruir nossas conquistas com a reforma sindical e trabalhista, que pretende acabar com a licença maternidade e o Fundo de Garantia. São tantos os desaforos que temos enfrentado!

Então, queremos dizer ao Presidente que vamos nos permitir, isto sim, o que ele chamou de desaforo: queremos chegar à Presidência da República! Não com qualquer mulher, mas com uma mulher em especial, uma mulher que simbolize a luta, a resistência, a tenacidade, a fibra de milhões de mulheres que enfrentam a pobreza, o desrespeito, a arrogância, e um sem-número de dificuldades e obstáculos, e ousam sobreviver. E ousam lutar! A nossa Senadora Heloísa Helena, apoiada por mim, por milhares de mulheres e homens que a admiram e respeitam, vai ousar pensar na Presidência da República.

Então prepare-se Sr. Presidente! V.Exa. vai ter que enfrentar uma mulher em 2006! Uma mulher que vai fazer ecoar pelo Brasil um grito de rebeldia contra o seu Governo, contra a sua política de privilégios aos banqueiros, contra suas



alianças com as oligarquias podres deste País, contra sua submissão aos interesses da classe dominante, e até contra o seu machismo.

Prepare-se, Sr. Presidente! Vem muito desaforo por aí. Mas, claro, com todo o respeito e doçura que uma mulher como Heloísa Helena é capaz, desde que não pisem no seu calo!

Faço também um alerta, Sras. e Srs. Deputados. As donas-de-casa de todo o Brasil estão na expectativa da aprovação do direito à aposentadoria, pelo qual a Senadora Heloísa Helena lutou, no plenário do Senado Federal, na ocasião da reforma da Previdência, sem obter sucesso. Agora, fruto de mobilização nacional, ele poderá ser reconhecido na PEC Paralela.

No entanto, alerta para o fato de que essa luta não terminará com a votação da PEC Paralela. Posteriormente, virá a regulamentação da lei, quando poderemos garantir que as donas-de-casa que já tenham 60 anos recebam a aposentadoria, mesmo sem ter contribuído formalmente para a Previdência, mas tendo contribuído com seu trabalho cotidiano nos lares de todo o Brasil.

Sr. Presidente, aproveitando a semana do Dia Internacional da Mulher, peço a V.Exa. que considere como lida a convocatória para ato nacional, no Auditório Nereu Ramos, dia 16 de março, contra a reforma sindical e trabalhista. Alerto as mulheres para o fato de que os direitos de trabalhadores e trabalhadoras estarão em risco se essa reforma sindical e trabalhista for aprovada. Particularmente, é bom lembrar que o direito à licença-maternidade e tantas outras questões importantes para as mulheres trabalhadoras deste Brasil poderão ser tirados da legislação e se transformarem em objeto de negociação das cúpulas das centrais sindicais.

Os Parlamentares comprometidos com a luta sindical em defesa dos trabalhadores devem se juntar no ato da próxima quarta-feira. (Palmas nas galerias.)

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para inserir nos Anais uma manifestação divulgada pelos servidores do IBAMA no Dia Nacional de Luta em sua Defesa.



Os servidores do IBAMA afirmam que em 2 anos de Governo Lula estão assustados com as reais perspectivas de desmonte da instituição. Entre os pontos apontados pelos servidores do IBAMA está a tentativa de esvaziamento das competências legítimas e regimentais do IBAMA; as articulações no âmbito do Executivo e do Legislativo para a transferência de todas as atividades relacionadas à pesca para a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; as duras críticas e os ataques perpetrados por alguns setores do Governo e da iniciativa privada; a incerteza quanto à realização de concurso público no IBAMA; e a elaboração e publicação da Portaria Ministerial nº 19, que dispõe sobre o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação. Diante disso, os funcionários do IBAMA manifestam seu repúdio a essas proposições feitas de cima para baixo e que reforçam a fragmentação contra a qual sempre lutaram. Não concordam com a criação do Serviço Florestal Brasileiro e o conseqüente desmonte da área florestal sob a responsabilidade do instituto. Não concordam, principalmente, com a privatização das florestas públicas brasileiras. Não abrem mão de suas competências na gestão e ordenamento pesqueiro. E reafirmam que as dificuldades enfrentadas pelo órgão não podem ser usadas como justificativa para seu desmonte.

Era o que tinha a dizer.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A ORADORA)

Ato nacional no Auditório Nereu Ramos, com presença de parlamentares e ativistas sindicais.

Todos a Brasília dia 16 de março

Horas: 11:00

Local : Câmara dos Deputados (Auditório Nereu Ramos)

O projeto de reforma sindical que o Ministério do Trabalho encaminhou ao Congresso Nacional não contempla os interesses da classe trabalhadora brasileira e constitui uma séria ameaça de retrocesso para o movimento sindical. A proposta



apresentada pelo governo Lula acena com a flexibilização dos direitos trabalhistas, renovando a ofensiva do governo FHC no sentido de impor a prevalência do negociado sobre o legislado; retira atribuições dos sindicatos, transferindo-os às centrais; restringe o direito de greve; incentiva e institucionaliza o fura-greve; cria a figura do sindicato derivado ou "biônico", sem representatividade comprovada; amplia os poderes repressivos da Justiça; restaura o controle do movimento sindical pelo Ministério do Trabalho, por meio do chamado Conselho Nacional de Relações de Trabalho, ainda não garante a garantias das atuais direitos constitucionais, nem a ultratividade das atuais cláusulas dos acordos coletivos.

A proposta em questão significa um retrocesso em relação às garantias da Constituição de 1988. A autonomia das entidades sindicais pode virar letra morta se a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e o projeto de lei do governo forem aprovados pelo Congresso Nacional. O novo modelo de estrutura sindical que se pretende implantar, ao ferir o direito de greve e a autonomia dos sindicatos, atenta contra a liberdade e a democracia do movimento e transforma as bases em reféns das centrais e do Estado.

Por tudo isto, e conscientes de que a maioria do movimento sindical brasileiro não respalda o retrocesso proposto à apreciação do Congresso Nacional, conclamamos à mais ampla unidade e luta em defesa dos direitos e conquistas trabalhistas, bem como da democracia, autonomia, independência e fortalecimento do movimento sindical brasileiro.

Pela retirada da PEC e PL desta reforma sindical !

Pelo posicionamento dos parlamentares contra essa reforma sindical !

Wagner Gomes - Vice-Presidente da CUT Nacional

Jorge Luís Martins - Executiva Nacional da CUT

Agnaldo Fernandes - Executiva Nacional da CUT

Júlio Turra - Executiva Nacional da CUT

Pascoal Carneiro - Executiva Nacional da CUT

Francisvaldo Mendes - Executiva Nacional da CUT

Gilda Almeida - Sec. de Políticas Sociais - CUT Nacional

Lujan de Miranda - Executiva Nacional da CUT



Bernardete Menezes - Executiva nacional da CUT

Carlos Rogério Nunes - Executiva Nacional da CUT

Gilson Reis - Supl. Executiva Nacional da CUT

Emanuel Melato - Vice-Presidente da CUT/ SP

Ana Paula de Simone - Executiva CUT/Sr. Presidente,

Edson Carneiro da Silva - Executiva CUT/Sr. Presidente,

Antônio Carlos dos Reis (Salim) - Presidente da CGT

Dia Nacional de Luta em Defesa do IBAMA

"O IBAMA será fortalecido. Para tanto, as mudanças que se pode prever para o IBAMA estarão mais centradas na reformulação de sua estrutura e na definição de suas atribuições, adequando, de maneira mais apropriada a sua função de executor das decisões do CONAMA e das diretrizes e dos Planos de Governo por intermédio do MMA."

(Programa de Governo 2002 - Coligação Lula Presidente)

O Plano de Governo do então candidato Lula previa o fortalecimento do IBAMA. Para tal, preconizava uma reformulação de suas estruturas e explicitava sua função de executor das políticas e diretrizes do Governo. Passados dois anos de governo, nós servidores, sentimo-nos na obrigação de vir a público colocar as nossas inquietações quanto às reais perspectivas de desmonte de nossa instituição. As evidências desta crise pela qual passa o IBAMA são as seguintes:

1. Tentativa de Esvaziamento das Competências Legais e Regimentais do IBAMA. O encaminhamento ao Congresso Nacional, em regime de urgência, do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas no rastro das medidas anunciadas pelo Governo a partir dos recentes assassinatos no Pará cheira a oportunismo rasteiro. O argumento econômico explicita a volta a um passado recente em que esta questão era tratada isoladamente pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, a partir de uma única racionalidade: a econômica. Este Projeto de Lei patrocinado pela Secretaria de Biodiversidade e



Florestas do MMA prevê a realização de licitações para a exploração, por até 60 anos, das florestas públicas brasileiras e transfere para o Serviço Florestal Brasileiro (a ser criado na estrutura do MMA, se aprovado o Projeto), a competência de praticar a gestão desses recursos. As perguntas que se colocam são: a) Em que medida as concessões florestais públicas e a criação do Serviço Florestal Brasileiro contribuirão para a resolução dos conflitos agrários no Pará e no país como um todo? b) Como é que as concessões florestais contribuirão para resolver o problema da grilagem de terras públicas? Trazendo para o cenário um novo ator, as madeireiras internacionais, agora legitimadas pelo processo licitatório? c) Porque criar uma nova estrutura no âmbito do MMA ao invés de fortalecer o IBAMA, detentor de grande capilaridade em todo o território nacional e contradizendo o exposto no Programa de Governo? d) Porque fragmentar a execução das políticas ambientais (competência do IBAMA) com a superposição de ações na gestão florestal, onerando ainda mais o erário com a criação de novos cargos comissionados além de buscar no já deficitário quadro de pessoal desta autarquia, os recursos humanos necessários ao seu funcionamento?

A nota divulgada pelo MMA informa (ou desinforma?) que este projeto foi objeto de amplo debate e que "foi aprovado por governos, setores produtivos e sociedade civil". Omite, no entanto, que o próprio Conselho de Gestão do IBAMA posicionou-se formalmente contra a criação do Serviço Florestal Brasileiro. Que pessoas do gabarito do Professor Aziz A'b Saber, companheiro do Presidente Lula em sua peregrinação pelo País em 1998, na Caravana da Cidadania, fizeram reiterados apelos à Ministra para que não encaminhasse este Projeto. Não informa que no ano passado, o Professor Aziz veio à Brasília especificamente para esclarecer à Ministra e sua equipe, sobre as graves conseqüências que tais medidas trariam ao bioma amazônico bem como à Mata Atlântica e ao Cerrado. Segundo especialistas, qualquer atividade de exploração econômica é uma ameaça a Mata Atlântica, ou seja, aos restantes 7% que ainda existem. Vale lembrar que nos Estados Unidos, símbolo do capitalismo houve prejuízo em 80% dos acordos comerciais firmados pelo Serviço Florestal Americano. Há que se perguntar, ainda, sobre quais segmentos representativos da sociedade civil



manifestaram seu apoio às concessões florestais: A SBPC? A Comunidade Acadêmica? Sindicatos (quais)?

Nós servidores avaliamos que esta iniciativa coloca em risco a soberania brasileira na Amazônia constituindo-se num primeiro passo para sua internacionalização. Além do mais, preocupa-nos, sobremaneira, a possibilidade de perda de controle, por parte do governo, sobre as áreas repassadas às empresas (nacionais e multinacionais), o que acarretaria danos irreversíveis para a atual e as futuras gerações como já ocorrido nas florestas da Indonésia e em países da África onde este modelo de exploração florestal foi implementado.

2. Articulações no âmbito do executivo e do legislativo para a transferência de todas as atividades relacionadas à pesca para a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca - SEAP. Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, um Projeto de Lei que regulamenta a atividade pesqueira. Este projeto tem sido objeto de lobbies de setores que visualizam os recursos pesqueiros sob o ponto de vista estritamente economicista pautado na busca do lucro imediato e fácil, sem a preocupação com uma exploração racional desses recursos, de maneira a garantir o seu acesso às presentes e futuras gerações (compromisso intergeracional expresso no art. 225 da C.F.).

3. O IBAMA vem sendo objeto de duras críticas e ataques perpetrados por alguns setores do governo e da iniciativa privada. A área de licenciamento ambiental do órgão tem sido o principal alvo desses ataques ocasionados, em alguns casos, pela busca de celeridade nos processos de licenciamento, e, em outros, pela tentativa de aprovação de projetos de forma açodada, sem critérios, visando o lucro fácil e imediato, desconsiderando os cuidados necessários à preservação e conservação ambiental e contribuindo para a privatização dos lucros e socialização dos prejuízos e danos decorrentes dos processos de uso e apropriação dos recursos naturais, bens "de uso comum do povo" brasileiro (art. 225 CF).

4. A incerteza quanto à realização do concurso do IBAMA e o motivo alegado para tal corroboram nossos receios de retrocesso a um passado em que a questão ambiental era tratada de forma fragmentada por instituições como o IBDF, SEMA,



SUDEPE, SUDHEVEA, cada qual cuidando de um pedaço do ambiente, cada qual com suas racionalidades, cada qual com seus feudos. A imediata realização do concurso sinalizaria para uma perspectiva de fortalecimento do IBAMA. Seu adiamento, a proposta de discutir o perfil do analista ambiental, a proposição de um concurso voltado à seleção de profissionais com perfis específicos de determinadas áreas de conhecimento apontam para a segmentação ou, pior ainda, para uma estratégia deliberada de inviabilizar o fortalecimento do órgão, justificando-se, desta maneira, a criação de apêndices ao MMA, sob a alegação de inoperância do IBAMA.

5. A elaboração e publicação da Portaria Ministerial nº 19, de 21 de janeiro de 2005 que dispõe sobre o Programa de Voluntariado em Unidades de Conservação (DOU - 24/01/2005), sem uma discussão prévia com as instâncias do IBAMA também apontam para uma tentativa de enfraquecimento deste Instituto. No nosso entendimento, a referida Portaria transfere atividades de Estado para a iniciativa privada. Causa também estranheza, o fato de constar da Portaria supracitada que o "prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias". A nosso ver, este "ressarcimento" retira da ação praticada, o caráter "voluntário", podendo implicar compromissos financeiros por parte do IBAMA e, até mesmo, em vínculos empregatícios, além de abrir precedentes para a continuidade da política de terceirizações num momento em que o governo tenta reforçar as estruturas de gestão de estado.

Frente a essa situação de crise e incerteza, os servidores do IBAMA reafirmam sua concordância em relação ao que expressava o Plano de Governo do Presidente Lula quanto ao fortalecimento do IBAMA, à sua necessidade de reestruturação frente, principalmente, ao seu papel de executor das políticas e diretrizes traçadas pelo CONAMA e pelo MMA. Entretanto, manifestam seu repúdio a proposições feitas de cima para baixo e que reforçam a fragmentação contra a qual sempre lutamos. Não concordam com a criação do Serviço Florestal Brasileiro e conseqüente desmonte da área florestal do Instituto. Não concordam, principalmente, com a privatização das florestas públicas brasileiras. Não abrem



mão de suas competências na gestão e ordenamento pesqueiro. As dificuldades vivenciadas pelo IBAMA não podem ser usadas como justificativa para o seu desmonte.



---

Documento 106/113

---

024.3.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2005-14:02

Publ.: DCD - 11/03/2005 - 5691 THELMA DE OLIVEIRA-PSDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Dificuldades enfrentadas pela classe feminina. Efeitos de cortes de recursos orçamentários sobre as políticas públicas destinadas às mulheres. Extinção de práticas discriminatórias contra a mulher. Congratulações aos participantes na VIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Apoio à proposta de elevação dos percentuais de recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

---

A SRA THELMA DE OLIVEIRA (PSDB-MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de parabenizar todas as mulheres, em especial as do meu Estado, Mato Grosso.

Todos os anos, no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, recebemos homenagens, fazemos belos discursos e apresentamos propostas. E a cada ano percebemos o quanto é difícil avançar da retórica para a prática.

Os avanços da condição feminina em nosso País aconteceram no campo formal, mas não se reproduziram no cotidiano das mulheres. A mulher continua sendo vítima da violência. Mesmo com a subnotificação, as pesquisas indicam que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil.



As mulheres brasileiras são duplamente vítimas de situações violentas: na condição de cidadãs, confrontam-se com as diversas formas de violência que atingem a sociedade brasileira; na condição de mulheres, com a violência de gênero.

Outras situações ilustram a condição feminina. O número de mulheres pobres é superior ao dos homens. A carga horária de trabalho da mulher é maior. Pelo menos metade do seu tempo é gasto em atividades não remuneradas. O rendimento médio da mulher representa 69,6% do masculino. A queda drástica do analfabetismo feminino - de 29,8% em 1991 para 13,5% em 2000 - e o acentuado desempenho na educação não lhes garantem acesso a cargos de decisão e melhorias salariais.

Estamos assistindo à feminização da pobreza neste País, onde as mulheres representam 51,2% da população e onde 25% das famílias são chefiadas por elas. O desemprego resulta na marginalização das mulheres e de seus filhos, inserindo-os mais facilmente no submundo do tráfico de drogas e da prostituição. A situação da mulher passa a ser o reflexo desse processo de desagregação social.

Além da discriminação no mercado de trabalho, as mulheres também continuam excluídas dos espaços de decisão e poder. Como exemplo, cito o Parlamento brasileiro. Nesta Casa há 513 cadeiras, e apenas 42 Deputadas as ocupam, o que representa 8,2% dos Parlamentares. A nossa representatividade política é muito pequena, nós que representamos mais de 51% da população brasileira.

A discriminação de gênero, raça e etnia acentua as desigualdades. O Brasil assinou diversos tratados internacionais em que se compromete com a equidade de gênero como um indicador da gestão econômica.

Assim, é preciso avaliar as formas como o Estado arrecada e gasta seus recursos, além de garantir instrumentos eficazes para prestar contas de como os recursos vêm sendo aplicados.

É necessário que nós, mulheres, estejamos atentas ao sistema de planejamento, orçamento e execução orçamentária da União, dos Estados e Municípios, sob pena de as demandas femininas aparecerem sempre de forma marginal na arena econômica e política.



É preciso criar as bases de discussão dos orçamentos públicos em todos os níveis para assegurar a igualdade entre homens e mulheres.

A mulher, assim como toda a população excluída do processo de desenvolvimento econômico do País, é a mais atingida pelos cortes orçamentários. Os contingenciamentos, via de regra, penalizam a área social. O contingenciamento determinado pelo Governo Federal para 2005, de 15,9 bilhões de reais, vai atingir áreas fundamentais para as mulheres, como saúde, segurança e reforma agrária. Enquanto o Presidente Lula anunciava que este seria o ano do investimento, o Orçamento encolheu, atingindo setores, como saneamento básico, que comprometem diretamente a saúde da mulher e da população. Em que pese às promessas eleitorais de investimento de 6 bilhões de reais por ano em saneamento básico, os investimentos da União no setor caíram, nos 2 primeiros anos do Governo Lula, a 10% do que foi investido nos 2 últimos anos da gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os setores penalizados pelo contingenciamento imposto pelo Governo, para cumprir as exigências dos credores internacionais e atingir o superávit de 4,5% do PIB, não afetam somente as mulheres, mas toda a população carente.

As conseqüências beiram a crueldade. Constatamos que, mesmo diante de recordes de invasões e assassinatos no campo, o Governo Federal levou a efeito um corte de 2 bilhões de reais nas verbas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, houve um corte. Apenas 40 mil famílias serão assentadas, e a meta era beneficiar 115 mil. O corte, que representa 55% do Orçamento de 2004, vai agravar o quadro de violência e inviabilizar a paz no campo.

O Ministério das Cidades foi atingido com um corte e 2 bilhões de reais. Do Ministério dos Transportes foram bloqueados 2,61 bilhões de reais. Já o Ministério da Cultura perdeu mais da metade do total aprovado pelo Congresso. Ainda hoje, o Ministro, nosso cantor Gilberto Gil, afirmou que precisa haver seriedade na hora de definir o Orçamento.

Comparando-se ainda o Orçamento de 2004 com o de 2005, constata-se que os recursos para os programas de prevenção e combate à violência contra a mulher



foram reduzidos. Em 2004, por exemplo, segundo dados disponíveis no site da Câmara dos Deputados, somente 57% do orçamento para esses programas foram executados.

Nesta oportunidade, desejamos cobrar do Governo Lula a responsabilidade do Estado de implementar políticas públicas que tenham como foco as mulheres, a consolidação da cidadania e a igualdade de gênero, com vistas a romper com essa lógica injusta.

Sr. Presidente, precisamos avançar na direção de uma previdência social pautada pela ótica de gênero, raça e etnia; promover a inclusão ao sistema previdenciário de mulheres sem renda própria que cuidam da família e dos afazeres domésticos; ampliar a participação das mulheres na política, por meio da inserção partidária e da valorização das lideranças femininas dentro dos partidos; realizar a reforma política, com a aprovação do financiamento público de campanhas, evitando que o poder econômico continue contrapondo-se ao direito democrático que qualquer cidadão tem de eleger e ser eleito.

Só assim daremos um salto de qualidade, concretizando nossas palavras e transformando o Dia Internacional da Mulher numa festa de comemoração e vitória de toda a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo ainda parabenizar todos os Prefeitos que estão participando da VIII Marcha a Brasília, que hoje está consolidada como o maior evento municipalista do País.

Acreditamos que a mobilização dos gestores municipais é um instrumento de aperfeiçoamento da democracia, na medida em que dá voz ao povo brasileiro e o representa, explicitando seus anseios e contradições.

É lá no Município que as coisas acontecem, é lá que o povo tem acesso direto ao gestor público e é lá que os programas elaborados nos gabinetes são colocados em prática.

Temos consciência de que, sem ouvir as demandas do Município, não é possível avançar. Por isso é importante destacar a importância do papel dos Parlamentares nesse processo de aperfeiçoamento, que depende fundamentalmente de uma



distribuição mais justa dos recursos públicos, para que os Municípios possam atender a população em suas demandas.

Não há dúvida de que a justiça social passa pela reforma tributária, pela equidade na distribuição do bolo tributário, pela queda dos juros, pelo maior acesso aos financiamentos e aos programas de atendimento à população de baixa renda.

Portanto, nesta oportunidade, queremos defender o aumento de 1% do FPM, passando de 22,5% para 23,5%, o que significaria cerca de 1,2 bilhão de reais a mais em recursos.

Parabéns à Confederação Nacional dos Municípios, aos Prefeitos participantes, em especial a comitiva de Mato Grosso, que tradicionalmente se mobiliza por meio da Associação Mato-Grossense dos Municípios, uma das entidades municipalistas mais estruturadas do País. Contem com o nosso apoio.

Estaremos ao lado do municipalismo, lutando pela aprovação de suas demandas e pela consolidação das propostas encaminhadas pelos Municípios.

Muito obrigada.



---

Documento 107/113

---

024.3.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2005-14:12

Publ.: DCD - 11/03/2005 - 5694 CÉSAR MEDEIROS-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Alerta sobre os riscos da aprovação do projeto de Lei de Biossegurança. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização do Encontro A Mulher na Política, no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais. Visita do orador a Municípios do Estado de Minas Gerais. Precariedade da BR-482, entre os Municípios mineiros de Fervedouro e Tombos.

---

O SR. CÉSAR MEDEIROS (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu discurso versa sobre a projeto de Lei de Biossegurança - PL nº 2.401, de 2003.

Na semana passada, vimos nesta Casa a aprovação rápida e eficiente do projeto de Lei de Biossegurança, que regulamenta o plantio e a comercialização de produtos geneticamente modificados e permite pesquisas com células-tronco embrionárias.

Parabenizo todos os que contribuíram para a aprovação da matéria. Entretanto, quero refletir sobre a eficácia do projeto que vai modificar as relações do povo brasileiro com a vida.



Ainda não se sabe sobre os efeitos benéficos e/ou maléficos que advêm da efetivação do projeto dos transgênicos. Também não temos conhecimento a respeito do que pode advir da utilização das células-tronco embrionárias.

O projeto aprovado coloca nas mãos da CTNBio a autorização para pesquisa e plantio de organismos geneticamente modificados. O que temos visto é que, historicamente, a CTNBio tem-se posicionado a favor da promoção da biotecnologia e da liberação apressada de transgênicos.

O povo, que tem como arrimo a fé e a esperança em Deus e nos avanços da ciência, é obrigado a acreditar na convicção ética dos detentores desses saberes. E nós, a quem o povo delegou o dever de escolher o que é melhor para a humanidade, votamos apressadamente a matéria sem nos atentar para todos os aspectos da lei.

Tenho certeza de que a intenção de vários Deputados e Deputadas foi promover o atendimento a milhões de cidadãos enfermos e portadores de necessidades especiais. Mas também sei dos interesses das grandes empresas multinacionais de produtos agroquímicos, remédios e outros no lucro exorbitante a qualquer custo. Esse projeto é um incentivo ao monopólio, aos royalties e ao controle de muitos por uns poucos, pouquíssimos.

O que tememos também, senhores, não é só que ampliem a miséria e a fome, que a transgenia vegetal influencie no desenvolvimento físico e mental da raça humana, mas com o fato de que, juntando-se os 2 polêmicos assuntos num só, o que antes era visto como fantasia se torne, a cada dia, mais real, pois os interesses em jogo não dizem respeito à resoluções dos problemas. Quem deseja ver solucionadas as questões são as mães desesperadas, os doentes necessitados, a comunidade científica sensibilizada. Os interesses em jogo são os já citados interesses do lucro. Mas, maior ainda que o lucro, e juntando-se a este, vemos o direito absoluto do indivíduo sobre sua vida sendo absorvido por órgãos técnicos, cuja atitude ética ainda não foi regulamentada, devido à rapidez da tramitação do projeto.

Sabe-se da ambivalência de qualquer realização ou experimento técnico-científico que não estabelece diferenciação entre humanização e desumanização, entre



poder e dever. O papel dos que fazem as leis é corrigir isso. E fomos apressados exatamente com o mais sagrado dos dotes, a vida, que traz em seu bojo genes milenares de cultura, doenças, desvios psicológicos, inúmeros conflitos que a ciência ainda não alcançou.

Nossa responsabilidade pelo futuro da humanidade toma, a partir de agora , proporções imensuráveis, já que as pesquisas são iniciais e o caminho a percorrer é ainda longo e incógnito. Nem sequer conseguimos decifrar o código genético humano, o genoma; não sabemos onde colocar o lixo atômico; as mutações genéticas estão ocorrendo e não as explicamos. Seremos cobaias sem saber ao menos se estaremos submetidos a uma clonagem terapêutica ou a uma reprodutiva.

Parabéns à comunidade científica pelos seus avanços e também às empresas que poderão concorrer com a experiência que animou o lobby emocional aqui exposto, numa exposição da nossa subnutrição, das nossas doenças, da nossa fome. Encontraram solução para o problema não numa reforma agrária e agrícola, mas na transmutação de genes vegetais e humanos.

Pergunto-me, e a todos nós: o que fizemos? Refletimos o bastante para votar? Sabemos o significado das palavras "células totipotentes", "células pluripotentes", "células oligopotentes"? Sabemos realmente o que significa célula embrionária?

Sei que foram realizadas audiências públicas para tratar do assunto, que muitas gestões foram feitas para evitar que o projeto fosse votado a galope, devido a sua grande abrangência.

Peço a Deus, agora, que guia a mente dos cientistas e os conduza no caminho da solidariedade ética, da humanização. Peço ao mesmo Deus que não nos permita mais apostar na possibilidade de erro.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PT, desde suas origens, impulsiona a luta em prol da igualdade entre os gêneros. Mas ainda hoje é necessário encaminhar esse debate, desenvolvendo políticas públicas de inclusão social.



Embora a Constituição garanta a igualdade entre homens e mulheres, ao observar os dados estatísticos, verificamos que a cultura patriarcal ainda está arraigada em nosso sistema.

Cerca de 20% das mulheres ganham menos que os homens, apesar de exercerem a mesma função. Além disso, 26% das famílias são chefiadas pela mulher. No Poder Público a desigualdade se repete: entre os 513 Deputados Federais, apenas 42 são mulheres; e nos Estados somente 133 ocupam as cadeiras do Legislativo. Além das questões salariais, a mulher é vítima da violência doméstica, sofrendo agressões físicas e psicológicas.

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, ampliar a participação da mulher, criando condições para o pleno exercício da sua cidadania, é tarefa de todos, homens e mulheres, juntos nessa empreitada em prol da igualdade entre os gêneros.

A partir desses pressupostos, gostaria de registrar a realização do encontro realizado na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, no dia 27 de fevereiro, denominado A Mulher na Política.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse encontro e sugiro que cada Município repita essa experiência em suas comunidades. Afinal, todos nós somos multiplicadores de novos pensamentos, novas culturas e novas ações políticas.

Por último, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar a visita deste Parlamentar, na última segunda-feira, 7 de março, a 3 Prefeituras da Zona da Mata mineira.

Estive em Tombos, governada pelo companheiro Ivan Carlos de Andrade, e no Município de Divino, cujo Prefeito é o companheiro Mauri Ventura - ambos do Partido dos Trabalhadores. Ao final do dia, visitei Caiana, governada por Sebastião Sales, do PMDB - o Vice-Prefeito é o companheiro Otaviano, do PT.

Caiana comemorou, na semana anterior, sua emancipação política administrativa. Tivemos a honra de participar de um jantar oferecido a este Parlamentar, que reuniu diversas lideranças políticas daquela localidade.



Nas visitas, além de me reunir com os Prefeitos e Vice-Prefeitos, tive a oportunidade de me encontrar com os Secretários Municipais, com alguns Vereadores e, ainda, de me dirigir ao povo, através da imprensa.

Sr. Presidente, os Prefeitos têm um desejo comum: viabilizar projetos nas áreas de saúde, meio ambiente, infra-estrutura; melhorar a agricultura; promover ações concretas para um desenvolvimento econômico e sustentável viável, com parcerias com os Governos Estadual e Federal.

Gostaria de destacar preocupação com o lamentável estado em que se encontra a BR-482, que liga Fervedouro a Tombos, mais precisamente no trecho do entroncamento da BR-116 até Carangola. Trata-se de acesso muito importante, pois o trecho liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Tive a oportunidade de transitar por essa rodovia e constatei que ela apresenta péssimo estado de conservação, o que coloca em risco a vida de passageiros. Todos os Prefeitos e lideranças da região com quem estive fizeram um apelo para que o problema seja resolvido.

Acredito que providências devam ser tomadas imediatamente, evitando-se assim uma possível interdição total da pista. Alguns trechos já desmoronaram devido à constante infiltração de água, por falta de escoamento ou limpeza das canaletas.

Encaminhei expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, informando-lhe sobre a situação e solicitando providências urgentes.

Muito obrigado.



---

Documento 108/113

---

024.3.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2005-15:20

Publ.: DCD - 11/03/2005 - 5711 MARCO MAIA-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Saudação à nova Deputada Ana Alencar. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Prejuízos causados aos pequenos agricultores da Região Sul pela estiagem prolongada. Mobilização de entidades representativas dos agricultores familiares em favor da adoção, pelos governantes, de providências para reversão dos efeitos da seca na região. Importância de discussão da proposta de reforma sindical.

---

O SR. MARCO MAIA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, saúdo a Deputada Ana Alencar, que acaba de tomar posse nesta Casa. Desejo-lhe sucesso na sua nova caminhada e espero que realize profícuo trabalho em prol do nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho a esta tribuna para tratar de três assuntos.

Primeiro, quero prestar uma homenagem às mulheres pelo seu dia, 8 de março. Nessa data são lembradas as primeiras lutas feministas de fins do século XIX, lembrando operárias têxteis de Nova Iorque em greve por melhores condições de trabalho e que foram queimadas vivas, as mulheres russas que lutavam por



paz, pão e terra - e iniciaram a revolução de 1917, além de tantas outras batalhas. Desde aquele tempo as mulheres conquistaram muitos direitos e espaços na sociedade, espaços esses que continuam sendo construídos cotidianamente pelas mulheres operárias, donas de casa, Prefeitas, Deputadas Estaduais, Deputadas Federais, Senadoras, enfim, por inúmeras mulheres que, em diversos espaços sociais e em infinitas profissões, participam ativamente na construção do nosso País.

Apesar de todos esses avanços, ainda há muito que fazer pela dignidade das que ainda sofrem com o preconceito e a discriminação. Pelo dia 8 de março e todos os demais dias do ano, parabéns às mulheres!

O segundo tema que me traz à tribuna é a seca sem precedente que está mudando a vida dos gaúchos e a paisagem do Rio Grande do Sul, antes com verdes pampas, banhados, rios e lagoas, hoje substituídos, em muitos lugares, por terra seca. Um fato triste e que demonstra a gravidade da situação é o de muitas famílias estarem deixando o campo, contribuindo para o êxodo rural, por falta de alternativa após a estiagem que atinge o Estado há mais de um ano.

Matéria publicada hoje, em um jornal do Rio Grande do Sul, relata a história de um casal no Município de Tenente Portela. Eles já perderam toda a plantação de milho e soja e estão vivendo com apenas cem reais por mês, proveniente da venda de leite das únicas 5 vacas que ainda estão produzindo. A vida de D. Marlene, protagonista dessa história, é a de milhares de mulheres do campo que precisam entrar cedo na roça e, muitas vezes, fazer o trabalho dos maridos. A situação dela é ainda pior, porque seu companheiro sofreu um acidente na roça e, agora, D. Marlene precisa trabalhar dobrado. O casal ainda tem esperanças de que os Governos Estadual e Federal os auxiliem financeiramente para amenizar os efeitos da seca e para que possam continuar vivendo da terra. Ela contou que um casal de vizinhos não agüentou a estiagem e foi tentar a vida na cidade. D. Marlene e seu marido continuam insistindo na vida no campo, pois acreditam que na cidade pode ser pior, até mesmo do que ficar 3 semanas sem água e terem de reutilizar a água do banho para os porcos e as galinhas não morrerem de sede.



Essa história é semelhante à de mais de 300 mil famílias gaúchas que estão sofrendo com a estiagem. Portanto, faz-se necessário que os Governos Federal, Estadual e Municipais, assim como o Poder Legislativo e toda a sociedade, concentrem esforços para que o problema da seca de hoje não se agrave ainda mais, causando prejuízos sociais que terão efeitos graves a médio e longo prazos, como o êxodo rural.

Outro assunto que quero lembrar, também referente à seca, é a mobilização dos produtores e a falta de resposta condizente do Governo do Rio Grande do Sul sobre o assunto. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF-Sul está mobilizada em acampamentos, que já chegam a cinco no Estado, com a participação de aproximadamente 6 mil agricultores. O objetivo dos acampamentos - em Erechim, Espumoso, Sananduva, São Lourenço e Sarandi - é manter vigília permanente para acompanhar o andamento das negociações com o Governo Federal e pressionar o Governo Estadual para o cumprimento das reivindicações. O Governo Lula já abriu um canal de negociação com os agricultores, e no dia 16 deste mês anunciará as medidas a serem tomadas. Porém, o Governo Rigotto até hoje não iniciou negociações com os agricultores.

Por outro lado, o Governo Rigotto prometeu a liberação de R\$ 8 milhões para amenizar os efeitos da seca. Esse valor representa apenas 0,3% dos R\$ 2,7 bilhões que o Governo Rigotto já concedeu em isenções fiscais para menos de 200 grandes empresas. Com o valor das isenções fiscais daria para conceder R\$ 9 mil para cada uma das 300 mil famílias atingidas pela seca. Já os R\$ 8 milhões anunciados por Rigotto representam apenas R\$ 27,00 para cada família.

De 1999 a 2002 foram três estiagens. O Governo Olívio Dutra investiu R\$ 159,3 milhões na abertura de 1,4 mil poços artesianos, distribuição de sementes, liberação de recursos do BANRISUL, redução da proporção de troca das sementes disponibilizadas através do Programa Troca-Troca, além da liberação de R\$ 54 milhões para anistiar dívidas contraídas pelos agricultores com o cheque-seca. Somente essa medida beneficiou aproximadamente 100 mil famílias em todo o Rio Grande do Sul.



Srs. Deputados esses números demonstram a diferença entre dois governos e as suas prioridades.

Por último, o assunto que quero tratar é sobre a reforma sindical, que entrará em debate no Congresso. Esse é mais um desafio desta Casa, o de chegar a um entendimento entre trabalhadores e empresários, visando um crescimento sustentável e social para o País. A reforma sindical tem que representar a consolidação de um sonho de estrutura sindical mais democrática.

Na semana passada, a proposta da reforma, fruto de debates no Fórum Nacional do Trabalho, entregue ao Ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, chegou à Câmara, em ato que contou com a presença das principais centrais sindicais de trabalhadores (CUT, CAT, Força Sindical e SDS) e dos empregadores (CNA, CNI, CNT, CNC). Quero aproveitar a ocasião para parabenizar o Ministro Berzoini pela agilidade de entrega da proposta ao Congresso.

Durante a tramitação da reforma no Congresso, continuarão sendo realizados debates com entidades sindicais, patronais e de trabalhadores, e estudiosos do assunto.

A proposta de reforma sindical, entre outras mudanças, estabelece o fim das contribuições sindicais obrigatórias e a constituição de sindicatos por setor econômico e ramo de atividade. A proposta também assegura aos trabalhadores os direitos de representação no próprio local de trabalho e de negociação coletiva, além da introdução da figura do mediador para ajudar nas negociações com os empregadores.

Portanto, a reforma sindical é um ótimo debate que precisamos fazer no próximo período. A todos os colegas, desejo que o fruto do nosso trabalho represente os anseios da sociedade brasileira, de seus trabalhadores, empresários e cidadãos.

Muito obrigado.



---

Documento 109/113

---

024.3.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2005-15:36

Publ.: DCD - 11/03/2005 - 5738 SIGMARINGA SEIXAS-PT -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Artigo de João Cláudio Garcia sobre o assunto, publicado pelo jornal Correio Braziliense.

---

O SR. SIGMARINGA SEIXAS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar aqui minha homenagem a todas as mulheres do Brasil e do mundo pela Semana Internacional da Mulher. Mulheres de todas as etnias, classes sociais, crenças e religiões. Mulheres que diariamente constroem nações com trabalho, idéias e ideais.

A todas, meus sinceros parabéns. Parabéns, sobretudo, pela consciência do espaço que é de vocês e por lutaram por ele não apenas esta semana, mas diariamente. Afinal, a Semana da Mulher tem comemorações e festividades, mas, principalmente, debates sobre os problemas que elas enfrentam nos mais diferentes países do mundo.

Parabéns por não perderem a fé na luta pelo cumprimento dos direitos que conquistaram e dos direitos que ainda buscam conquistar. Uma luta difícil, mas legítima e necessária. Sobretudo porque as injustiças ainda são muito grandes. Nos jornais desta semana, por exemplo, o que mais vimos foram reportagens



trazendo balanços sobre o números de mulheres espancadas diariamente pelos próprios maridos; sobre mulheres que no mercado de trabalho recebem salários inferiores aos dos homens, mesmo exercendo igual função; sobre mulheres que não recebem tratamento adequado nos hospitais; sobre mulheres deste Brasil e do mundo que, infelizmente, ainda precisam dedicar uma semana a elas para que sejam ouvidas.

A todas essas mulheres, deixo aqui minha homenagem.

Aproveito, Sr. Presidente, para dar como lido o brilhante artigo do jornalista João Cláudio Garcia sobre o Dia da Mulher publicado na quarta-feira na página de opinião do jornal Correio Braziliense.

#### ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Todo dia é da mulher

João Cláudio Garcia

O mundo precisa se acostumar à presença de mulheres em postos de comando. Pesquisas indicam que elas vêm dedicando mais tempo aos estudos, e isso significa melhor preparação. Talvez por coincidência, os países com melhor qualidade de vida e os mais atrativos em benefícios sociais são os nórdicos, como Suécia e Finlândia, justamente aqueles onde há mais autoridades femininas.

Mas o certificado de competência vem sendo conquistado a duras penas. Há poucos dias, o reitor de uma das mais prestigiadas universidades do mundo - Harvard, nos Estados Unidos -, disparou em público que elas são menos aptas para ciências exatas. Protestos se multiplicaram pelo campus e por todo o país. Enquanto isso, surgem novas pesquisas que atestam uma polêmica teoria: homens têm aversão a mulheres de QI mais alto, que, portanto, tendem a ficar solteiras.

Esses argumentos deveriam assustá-las, mas não é isso que vem ocorrendo. Aproxima-se o dia em que países como Estados Unidos e Chile terão uma mulher na presidência. O cenário político norte-americano é dominado por Condoleezza



Rice, a secretária de Estado, e Hillary Clinton, ex-primeira-dama e senadora por Nova York.

No Chile, a corrida presidencial tem duas pré-candidatas no topo das pesquisas: a ex-chanceler Soledad Alvear e a ex-ministra da Defesa Michelle Bachelet. As eleições estão marcadas para dezembro deste ano. Na Europa, a remuneração das mulheres ainda é, em média, 16% menor que a dos homens. Mas governos do Velho Continente estudam formas de reduzir a disparidade, que prejudica o crescimento econômico. Querem, inclusive, criar um instituto para monitorar as diferenças salariais.

A mesma preocupação deve inquietar empresas, governo e entidades civis no Brasil. Por aqui, o caminho para a superação das desigualdades é bastante longo. Feliz será o dia em que as mulheres não precisarão mais de uma data dedicada a elas, como a de ontem, para o mundo se lembrar que ainda tem uma dívida com sua população feminina.



---

Documento 110/113

---

024.3.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2005-15:36

Publ.: DCD - 11/03/2005 - 5737 EDNA MACEDO-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

---

A SRA. EDNA MACEDO (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é para nós uma honra podermos dirigir-lhes a palavra nesta semana em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Não há a menor dúvida quanto às imensas conquistas sociais da mulher brasileira nas últimas décadas. Realmente, muito já foi conquistado, porém, também é verdade - e disso não podemos nos esquecer - que ainda falta um bom trecho a percorrer para que possamos afirmar que realmente nós e os homens somos verdadeiros parceiros na condução dos destinos de nosso País e na construção de uma sociedade mais justa.

Para não nos alongarmos muito, vamos focalizar nossos comentários num ponto que consideramos deveras importante, qual seja a saúde da mulher, condição sine qua non para nosso verdadeiro bem-estar social.

Antes de mais nada, é bom frisarmos que temos alguns problemas únicos que são inerentes à nossa condição feminina, como, por exemplo, a TPM, a gravidez, a depressão pós-parto, a lactação, a menopausa, etc., para os quais a prevenção é



o principal remédio e paliativo e que, se não cuidados, nos trazem inúmeros malefícios e prejudicam sobremaneira nossa boa qualidade de vida e nosso desempenho em nossas atividades, além de outras mórbidas conseqüências.

É justamente neste ponto, na prevenção e no tratamento de nossos problemas específicos que o sistema público de saúde, ao qual recorre a esmagadora maioria das mulheres brasileiras, quer seja o Federal, o Estadual, ou o Municipal, tem falhado fragorosamente; é uma vergonha e um descalabro inaceitáveis.

De que adianta nos jactarmos de nossas relevantes conquistas sociais se grande parte de nossas irmãs brasileiras está sofrendo e não consegue o mínimo de atenção a seus problemas de saúde?

De que adianta a criação de um sem-número de programas de assistência social se eles não saem do papel? É impossível promover-se a universalização na saúde pública sem dinheiro. O que ocorre atualmente pode ser traduzido como mais uma faceta da enorme demagogia que assola nosso País.

Reconhecemos, por extremamente óbvio, que nosso sistema público de saúde é uma vergonha e incapaz de atender a ambos os sexos, porém, também é verdade que no caso das mulheres ele é muito mais perverso do que para com os homens, sendo que os maus tratos só se igualam no que tange às crianças e aos idosos - aí o descaso é exatamente o mesmo para com todos.

Em nossa atividade política, temos realizado reuniões com mulheres, mormente em áreas mais carentes, e o quadro é verdadeiramente preocupante, inclusive pela quase total desinformação que graça nessas camadas mais humildes de nossa sociedade, ou seja, a maioria de nossa população feminina.

Lamentamos ser obrigados a fazer esses comentários em ocasião tão festiva, mas estamos convencidos de que sem saúde não há alegria nem realização plena possível. Por isso nossa luta, para que todas as brasileiras tenham realmente a chance de ser felizes, independentemente de sua condição social.

Que Jesus nos abençoe e ilumine nesta caminhada e que nos faça cada vez mais fortes e dispostas à luta.

Muito obrigada.



---

Documento 111/113

---

024.3.52.O Sessão Ordinária - CD 10/03/2005-16:38

Publ.: DCD - 11/03/2005 - 5749 ADÃO PRETTO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação em encontros para debate dos efeitos da estiagem prolongada na Região Sul. Mobilização de agricultores da Região em busca de solução para o problema.

---

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar todas as mulheres do Brasil pela passagem do dia 08 de março - Dia Internacional da Mulher - e, ao mesmo tempo, salientar que estive nas mobilizações em Palmeira das Missões e Três Cachoeiras, no Rio Grande do Sul.

Ontem, dia 09 de março, participei da 1ª reunião do Grupo de Trabalho Interministerial para tratar da seca no Região Sul. Esse grupo foi criado pelo Presidente Lula, na audiência que tivemos com S.Exa. na semana passada.

Nessa reunião, os movimentos sociais do campo discutiram a pauta de reivindicações com o Governo Federal. O grupo Interministerial reafirmou que os agricultores que tiveram acesso ao PRONAF e fizeram o seguro agrícola estão garantidos pelo seguro, ou seja, se o agricultor tiver perda de 30%, já estará amparado pelo seguro conforme o prejuízo que teve, e se tiver perda total de sua lavoura, terá sua dívida perdoadada em 100% e poderá receber até R\$ 1.800,00.



Outra reivindicação importante é a negociação da dívida de investimento. E para aqueles agricultores que não financiaram e tiveram perda total, estamos buscando um recurso para que também sejam beneficiados.

Quero aqui salientar que nos dias 8, 9 e 10 de março os Movimentos do Campo da Via Campesina (Movimento das Mulheres Campesinas, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, Pastoral da Juventude Rural, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Movimento de Mulheres Campesinas) e a FETRAF-Sul fizeram grandes mobilizações no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina para pressionar os Governos Estaduais e Federal a apresentar medidas concretas para resolver a crise provocada pela seca na Região Sul. Os agricultores farão uma vigília até segunda-feira, ocasião que voltarão a se mobilizar para buscar o resultado de suas reivindicações.

Quando Olívio Dutra era Governador do Rio Grande do Sul, tivemos uma estiagem muito menor do que essa e o nosso Governo liberou 158 milhões de reais para a agricultura familiar. E agora o Governo Rigotto libera apenas 9 mil reais. Somando tudo o que S.Exa. libera, não chega a 5 mil reais. Sendo assim, os agricultores têm o direito e razão de protestar para que o Governo do Estado também faça a sua parte e contribua, assim como o Governo Federal, que está dando a sua parcela de ajuda.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. faça divulgar meu pronunciamento no programa A Voz do Brasil.



---

Documento 112/113

---

026.3.52.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2005-09:03

Publ.: DCD - 12/03/2005 - 5857 ANN PONTES-PMDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE

DISCURSO

---

### Sumário

Participação no I Seminário de Mulheres Trabalhadoras na Indústria do Estado do Pará, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Expectativa de crescimento da presença das mulheres brasileiras no cenário político nacional.

---

A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última segunda-feira, participei, em Belém, a convite da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, do I Seminário de Mulheres Trabalhadoras na Indústria do Estado do Pará, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março, transcorrido na última terça-feira.

Foi uma satisfação poder comemorar a data debatendo uma questão muito atual e de fundamental importância nas discussões de gênero: a relação mulher e política. Passados mais de 70 anos desde que a mulher conquistou o direito de votar e ser votada, a representatividade feminina no universo político ainda é muito reduzida e não acontece com a mesma desenvoltura que se dá em outras áreas, como, por exemplo, no Poder Judiciário, ou mesmo no mercado de trabalho no qual a mulher participa do exercício de praticamente todas as profissões.



Por que será que isso acontece, já que é na esfera das decisões políticas que conseguiremos garantir e ampliar grande parte dos nossos direitos? Ainda que sejamos a maioria do eleitorado brasileiro, por que representamos apenas cerca de 8% dos Parlamentares desta Casa?

Esses, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, são questionamentos que todos aqueles engajados na luta em defesa dos direitos da mulher precisam discutir e tentar encontrar alternativas para que possamos mudar este quadro.

Garantir maior participação feminina em um setor estratégico para a consolidação da nossa luta é garantir o avanço na construção de uma sociedade sem preconceito de gênero, com menor desigualdade social entre os sexos e que permita ampla participação da mulher nos destinos da coletividade.

As mulheres geralmente são excelentes cabos eleitorais para o marido, irmãos, amigos. Contudo, quando se trata de "advogar em causa própria", ainda existe um certo receio que precisa ser vencido. É claro que há resquícios, nesse receio, de barreiras históricas e culturais que precisam ser superadas. Mas urge que aprendamos a romper com esses obstáculos e ocupemos o espaço da representação política sem medo, com competência e muita serenidade.

A cada dia as mulheres deste País estão mais articuladas e participando das discussões dos grandes temas nacionais. Prova disso, Sr. Presidente, foi o grande número de mulheres trabalhadoras na indústria que se fizeram presentes no seminário realizado em Belém. Então, por que não conquistar a ocupação da representação política de forma mais efetiva?

Esta Casa deu grande contribuição com a Lei de Cotas para incentivar maior participação das mulheres na vida político-partidária. Precisamos agora trabalhar para que ocorra um preenchimento espontâneo e contínuo desse espaço.

A luta por maior participação da mulher no cenário político não é apenas das mulheres, mas sim de todos nós. Com isso ganha a sociedade brasileira e, principalmente, a democracia.

Muito obrigada.



---

Documento 113/113

---

029.3.52.O Sessão Ordinária - CD 15/03/2005-16:20

Publ.: DCD - 16/03/2005 - 6589 NILTON CAPIXABA-PTB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM  
DISCURSO

---

#### Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Reconhecimento da importância da mulher no processo de desenvolvimento agropecuário do Estado de Rondônia. Necessidade de qualificação da mão-de-obra rural feminina para melhor aproveitamento dos produtos agrícolas. Congratulações à mulher produtora rural rondoniense.

---

O SR. NILTON CAPIXABA (PTB-RO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março de 1857, as operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve, ocupando a fábrica, para reivindicar a redução de um horário de mais de 16 horas por dia para 10 horas. Essas operárias, que, pelas suas 16 horas, recebiam menos de um terço do salário dos homens, foram fechadas na fábrica, onde houve um incêndio, e cerca de 130 mulheres morreram queimadas.

Em 1910, numa conferência internacional de mulheres realizada na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. De então para cá, o movimento a favor da emancipação da mulher tem tomado forma, em todos os países do mundo, inclusive no Brasil.



O dia 8 de março é, desde 1975, comemorado pelas Nações Unidas como Dia Internacional da Mulher. O Dia Internacional da Mulher chama a atenção para o papel e a dignidade da mulher e leva a uma tomada de consciência do valor da pessoa, percebendo o seu papel na sociedade, contestando e revendo preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher.

O Dia Internacional da Mulher simboliza justamente a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. E não se pode dizer que se trate de uma luta do passado. Apesar dos muitos avanços verificados durante o século XX, subsiste a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher, como reconheceram unanimemente representantes de 189 países na 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim, em setembro de 1995.

As mulheres constituem a maioria da população situada no limiar da sobrevivência. Em boa parte da África e da Ásia, representam três quartos da população analfabeta. Em média, o salário é quase 40% mais baixo do que aquele que é pago aos homens por idêntico trabalho. Por outro lado, é tido como grave o problema da violência contra as mulheres, em especial no seio da família. A título meramente exemplificativo, e de acordo com estimativas da Anistia Internacional, cerca de 2 milhões de mulheres são anualmente submetidas a infibulação (mutilação genital).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na comemoração do Dia Internacional da Mulher 2005, entre as feministas pode-se colocar como as principais questões a luta pelos direitos sexuais e pelos direitos reprodutivos; o combate à violência contra a mulher, principalmente a física e a sexual; o reconhecimento e a valorização do trabalho e do emprego doméstico; e a ampliação da participação política da mulher. Todas essas questões se colocam nos diversos países e em particular no Brasil.

É certo que, no Brasil, as mulheres organizadas vieram a conquistar, com a parceria e o apoio de amplos setores democráticos, uma legislação igualitária, com a Constituição Federal de 1988. No entanto, faz-se necessário que essa legislação se transforme em realidade mediante a implementação de políticas públicas. É fundamental garantir espaços de institucionalidade no âmbito da



gestão governamental - secretaria de políticas para mulheres e conselho de direito das mulheres -, para que sejam desenvolvidos programas e garantidos recursos orçamentários e financeiros que promovam ações visando à igualdade e à eliminação de todas as desigualdades e discriminações.

As mulheres ainda precisam conquistar igualdade na política, o respeito nas relações conjugais e amorosas, o pleno atendimento na saúde e na sexualidade, a divisão das tarefas domésticas e o cuidado das crianças - com o estado e com os companheiros - e oportunidades de formação profissional e desenvolvimento humano. Essas conquistas para as mulheres negras são ainda mais urgentes, dada a sua exclusão social.

Depois de tantas transformações ao longo da História, o que a mulher ainda precisa lutar para conquistar?

É interessante anotar que o caminhar histórico não é no sentido de uma evolução. Já houve, no passado, nas mais diversas regiões do mundo, sociedades onde o status e o poder das mulheres era extremamente importante. Mesmo em épocas mais próximas de nós, na Europa, as mulheres foram rainhas, proprietárias de terras, intelectuais, artistas. A história oficial, a partir do século XIX, onde a perda de direitos das mulheres se consolidou, retirou-as da cena política, colocando-as apenas em papéis modelares de esposa/mãe ou então de prostitutas.

Na atualidade, existem centenas de países onde os direitos humanos e políticos das mulheres são ignorados e negados. Nos países ocidentais, persistem desigualdades econômicas, políticas e, sobretudo, uma infinita violência social generalizada contra as mulheres. No imaginário social, as mulheres ainda aparecem como objetos à disposição do prazer e das exigências masculinas.

Há muita coisa, para não dizer tudo, a ser transformado, principalmente a partir de valores e representações sociais, a partir da educação que persiste em colocar mulheres e homens como opostos e hierarquizados, cujo pólo superior é, evidentemente, o masculino.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das lutas das feministas foi a de ressaltar que mulheres e homens deveriam ter os mesmos direitos, apesar das diferenças biológicas. Foi amplamente defendido que as mulheres são tão



capazes quanto os homens para trabalhar fora, produzir, até comandar tropas de elite. Entretanto, há algum tempo, as mulheres parecem estar querendo "recuperar" certos direitos que vão de encontro ao feminismo, como o direito a não trabalhar, a se dedicar exclusivamente à família.

É certo que se dedicar exclusivamente à família é uma trabalhadeira sem igual. Certos setores de ultradireita vêm colocando a necessidade de que as mulheres abandonem seus postos de trabalho remunerado como uma forma de desafogar a competição pelo emprego. Utilizam argumentos de que as famílias estão em crise porque as mulheres deixaram o lar para trabalhar fora.

Muitas pesquisadoras e estudiosas entendem que uma porção da crise se deve não ao fato de as mulheres assumirem posições fora de casa, mas devido à ausência da presença paterna no desenvolvimento das crianças. Na realidade, são muito poucas as mulheres que estão fazendo a escolha de deixar o trabalho remunerado para voltar às tarefas domésticas. Muitas estão lutando pela divisão das tarefas domésticas e construindo sua autonomia financeira e emocional, até porque não há garantias de continuidade de nenhuma relação conjugal.

O que existe é um cansaço enorme da sobrecarga de trabalho para as mulheres, pois, além de estarem no mercado do trabalho, as mulheres são ainda responsáveis pela casa, pelos filhos, pois nada mudou quanto à divisão tradicional dos papéis. Os homens continuam a achar que é seu direito serem servidos, pois consideram o trabalho doméstico "inferior" e coisa de mulher...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é certo que as aspirações colocadas pelas feministas em meu discurso são também anseios e esperanças da mulher rondoniense, principalmente das mulheres cidadinas, da capital, Porto Velho, e dos maiores centros urbanos, como Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Ariquemes e Guajará-Mirim.

O desenvolvimento da agropecuária de Rondônia não pode ser creditado tão somente aos esforços do homem, do senhor das terras, das lavouras e dos rebanhos. Ao seu lado, dia-a-dia, trabalham de forma silenciosa, anônima, solidária, as suas esposas e filhas, em resumo as suas mulheres.



Por isso, não posso deixar de fazer uma referência toda especial aos direitos da mulher migrante, da mulher produtora rural de meu Estado. Repetidas vezes ouvi de mulheres rondonienses histórias de que, enquanto vêem o marido crescer com as viçosas plantações de café, de cacau, com o crescente número de cabeças de gado nos seus pastos, com uma reluzente pick-up nova estacionada no pátio da casa, pouco vêem ou nada enxergam melhorar nas suas atividades, nos seus domínios.

É muito comum, depois de 35 anos de trabalhadora, data da abertura de Rondônia para as migrações - a espontânea e a oficial, promovida pelo INCRA -, vermos o produtor rural vencedor em suas lutas contra o clima inclemente, o duro trabalho na abertura dos lotes, o plantio de suas lavouras, as criações. A luta contra as doenças, como a malária e a hepatite, e o ataque dos animais peçonhentos nem sempre é ganha. Mas os migrantes têm alcançado vitórias e bem-estar.

Nem sempre, porém, orgulhosos de possuírem conforto em casa, para proporcionar à sua companheira uma moradia decente, com os equipamentos que a moderna tecnologia oferece.

Quais são os prêmios obtidos pela mulher produtora rural? Mulher produtora que trabalhou tão duramente quanto o seu companheiro, com as suas filhas, na abertura do lote, nas plantações, nas limpas e nas colheitas? Onde está a casa confortável, com luz elétrica, onde estão os fogões modernos, alimentados a gás, as geladeiras, os liquidificadores, os ferros elétricos? Onde está a máquina de costura de última geração, para a confecção das roupas da família? Ouso dizer que os prêmios ainda não alcançaram a cozinha da casa rural e os benefícios da riqueza familiar não estão sendo distribuídos com equidade.

A partir dessa constatação, Sr. Presidente, fui lentamente guardando dentro de mim o desejo, a vontade de poder influir politicamente para modificar essa triste situação. O remédio, a solução é a capacitação, a qualificação da mão-de-obra feminina do meio rural de Rondônia. Preparar a mulher rondoniense para estar lado a lado, junto ao seu marido, lutando, crescendo na sua auto-estima, na valorização que, por certo, haverá de receber de sua família e de sua comunidade.



Fazer com que a mulher campezina de Rondônia possa fazer a conservação dos excedentes de produção de hortaliças, de frutas, e agregar valor e dar maior utilidade-tempo aos produtos do campo, que muitas vezes é desperdiçado.

Ao concluir o meu discurso, quero parabenizar e propor à mulher produtora rural de Rondônia um esforço conjunto, de forma associativa, para fazer com que venhamos a alcançar maiores ganhos e promover maior equidade na distribuição das riquezas.

Muito obrigado.

-----